

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO COMO COLONIZAÇÃO
DO FUTURO. UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS**

ALTINO BOMFIM DE OLIVEIRA JUNIOR

Florianópolis
2003

ALTINO BOMFIM DE OLIVEIRA JUNIOR

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO COMO COLONIZAÇÃO
DO FUTURO. UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS**

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia do
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júlia S. Guivant

Florianópolis
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

O48 Oliveira Junior, Altino Bonfim de
A construção social do ecoturismo como colonização do futuro. Um estudo de caso na Chapada dos Veadeiros / Altino Bonfim de Oliveira Junior. Salvador : A. B. O . Junior, 2003.
342 f.

Orientadora : Professora Doutora Júlia S. Guivant
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

Inclui bibliografia.

1.Ecoturismo. 2. Sociedade de Risco. 3. Sociologia Ambiental. 4. Reflexividade. 5. Alta Modernidade.
I. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. II. Júlia Guivant. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ALTINO BOMFIM DE OLIVEIRA JUNIOR

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO COMO COLONIZAÇÃO DO FUTURO. UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política, pela seguinte banca examinadora

Dra. Júlia S. Guivant _____
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Pedro Jacobi _____
Universidade de São Paulo

Dra. Selene Herculano _____
Universidade Federal Fluminense

Dr. Erni Seibel _____
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Cecile Raud _____
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 08 de dezembro de 2003

AGRADECIMENTOS

A d. Alzira Aquino, minha mãe, que dedicou sua vida à formação intelectual e moral dos filhos.

Aos manos Sonia, Carlos e Alcir, a união familiar.

Aos filhos Pablo e Tauam, estímulos para vencer novos desafios.

A Ana Maria, companheira.

A Júlia Guivant, amiga, incentivadora e competente orientadora, minha admiração e agradecimentos.

Ao professor João Saturnino, pelo seu conhecimento institucional e apoio imprescindível.

Aos colegas do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da UFBA, em especial ao professor Gey Espinheira, chefe do Departamento, pela compreensão e apoio.

Aos professores da Sociologia Política, pelo exemplo profissional e fácil convívio, em especial aqueles com os quais mantive maior contato como Cecile Raud, Erni Seibel, Fernando Ponte, Franz Bruseke, Hector Leis, Ilse Scherer-Warren, Janice Tirelli, Luzinete Simões, Maria Ignez Paulilo, Ricardo Silva, e um agradecimento especial a Tamara Benakouche, pelo apoio técnico no início do curso.

Aos amigos, profs. Geraldo e Câmara, pelo grande apoio antes e durante o doutorado.

A Baltasar, irmão paulista, que trilha o mesmo caminho do doutorado.

A Valcionir, Gilmar e Mior, meus irmãos em Florianópolis.

A Cris, pela sensibilidade.

A Ana, Ana Angélica, Cíntia, Cristiane, Débora, Eliane, France, Heliane, Irac, Jane, Jussara, Lia, Marlene, as irmãs Ci, Siomara, grandes amigas e incentivadoras.

A Maurício, el mexicano, minha gratidão pelo esforço em criticar o esboço inicial da tese.

A Ana Paula e Ana Eliza, pelo fundamental trabalho de revisão.

A Albertina, Fátima e Otto, pelo apoio em alto estilo.

RESUMO

Nesta tese, analisa-se o ecoturismo, visando preencher uma lacuna no conhecimento sobre a temática, a partir da contribuição da teoria social contemporânea e da sociologia ambiental. Combinando análise micro e macrosociológica, fundamentalmente através das análises de Giddens e Beck, procura-se entender os novos riscos introduzidos pelo ecoturismo no ambiente e na sociedade e a influência dos elementos dinamizadores da modernidade nas instituições e nas ações dos atores sociais que disputam a natureza socializada, objetivando colonizar o futuro através dessa atividade. Com base na abordagem social construtivista da sociologia ambiental, o ecoturismo é aqui analisado a partir de como os atores sociais o constroem enquanto exigência ambiental, e como tal exigência é encaminhada e contestada em fóruns políticos nacionais. O trabalho de campo foi realizado no município de Alto Paraíso de Goiás, na Chapada dos Veadeiros, onde o ecoturismo passa a ser construído como exigência ambiental e fazer parte das ações reflexivas de atores sociais com vistas à colonização do futuro do local. Identificam-se importantes transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais ocorridas em Alto Paraíso. A partir deste estudo de caso, é possível formular, finalmente, um alerta para o agravamento dos riscos para o ambiente e a sociedade, que podem advir com a expansão da atividade ecoturística e a ausência do Estado como mediador institucional dos interesses dos diversos atores e como formulador de um projeto integrado de ecoturismo que estabeleça diretrizes, normas e metas para o desenvolvimento da atividade, de forma a garantir a colonização do futuro de forma confiável e que garanta a qualidade de vida da população local.

PALAVRAS-CHAVES: ecoturismo; sociedade de risco, sociologia ambiental, reflexividade; alta modernidade.

ABSTRACT

This thesis has the objective of analyzing the ecotourism in order to fulfill a gap in the knowledge of this subject. This study will be based on the contribution of the contemporary social theory and the environmental sociology. I try to understand the new risks presented by the ecotourism in the environment and in the society by combining micro and macro social analysis through Giddens and Beck analysis. In addition to that, I am also searching for the influence of modern, dynamic elements on the institutions and the actions of social actors that compete for the socialized nature aiming at the colonizing the future through the ecotourism activity. Based on the social constructivist approach, of environmental sociology, this study analyzes how the social actors build up the ecotourism as an environmental demand and how this demand has been presented and contested at national political forums. The fieldwork was held in a town called Alto Paraiso de Goiás in Chapada dos Veadeiros, where the ecotourism has been built as an environmental demand. Besides that, the ecotourism becomes part of the reflective actions of the social actors with the objective of colonizing the place in the future. I identify important socio-economical, cultural and environmental changes that have happened in Alto Paraiso de Goiás. From this case study, it will eventually be possible to warn people to the worsening of the risks to the environment as well as society. This may be caused by the growth of the ecotourism activity and the absence of Government as an institutional mediator that defend the interests of different actors. The Government should also create an integrated ecotourism project that establishes guidelines, rules and goals to the development of this activity in a way that guarantees a reliable future colonization that assures life quality to the local population.

Key words: ecotourism, risky society, environmental sociology, reflexivity, high modernity.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAV- BA	Associação dos Agentes de Viagem
ACVCV	Associação dos Condutores de Viajantes da Chapada dos Veadeiros
AGEMA	Associação dos Guias de Ecoturismo e Meio Ambiente de São João d'Aliança
AGETUR	Agência Goiana de Turismo
ASJOR	Associação dos Moradores da Vila de São Jorge
BAHIATURSA	Empresa Baiana de Turismo
BEG	Banco do Estado de Goiás
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CFH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DIREC	Diretoria de Ecossistemas do Ibama
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IESB	Instituto de Estudos Sócio-Econômicos do Sul da Bahia
IBDF	Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
MMA	Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MET	Ministério do Esporte e Turismo
OCA	Oficina de Ciências e Artes
OMT	Organização Mundial do Turismo
OSCIP	Organização Social Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação de Goiás
SUDETUR	Superintendência de Turismo da Bahia
UCG	Universidade Católica de Goiás
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
SERVITUR	Associação dos Prestadores de Serviços em Ecoturismo da Chapada dos Veadeiros
WWF	World Wildlife Foundation - Brasil
WWTC	World Travel & Tourism Council

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas de debates entre realistas e construtivistas	p. 133
Quadro 2 - Ações políticas das ONGs – 1980-2002.....	p. 178
Quadro 3 - Cronologia do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros.....	p. 228
Quadro 4 - Visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – 1998/2000.....	p. 235

BIOGRAFIA

Altino Bomfim de Oliveira Junior é natural de Itajuípe-Ba.

Graduou-se em engenharia agrônômica pela Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, em 1971 e especializou-se em Planejamento Agrícola em Recife, em 1974, através de convênio entre o Ministério do Interior e a SUDENE.

Obteve o título de mestre em 1996, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Trabalhou como extensionista rural, assessor técnico e coordenador de programas na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA) e como assessor técnico e consultor na Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia - SEPLANTEC.

Desde 1979, é professor da Universidade Federal da Bahia, inicialmente vinculado ao Departamento de Economia Agrícola e Extensão da Escola de Agronomia e posteriormente no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

Membro do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais - NUCLEAR, vinculado ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da UFBA, em Salvador, desde 1996.

Participou do Comitê Assessor do G.T. de Reforma Agrária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB, Brasília, 1996/98, e foi vice-coordenador do G.T. Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino sobre Reforma Agrária da UFBA, Salvador, 1997/98.

Foi pesquisador associado do Departamento de Economia da UNESP-FCAV/Jaboticabal – set/97 a maio/98 e do CPPAC/UNB-CRUB, de out/96 a fev/97.

Coordenador estadual da pesquisa nacional “Avaliação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária-PROCERA” - INCRA/UNESP/NUCLEAR, 1997/98 e supervisor estadual do “1º Censo Nacional da Reforma Agrária no Brasil” – INCRA/CRUB/UNB/NUCLEAR, 1996/97.

Consultor e diretor de curso no PNUD/BANCO MUNDIAL/SUDENE, na área de meio ambiente e agricultura, Recife, abr/ago 1987 e agosto de 1988 e do SEBRAE/BA na área de meio ambiente e reciclagem, Salvador, jun/dez, 1993.

Ex-representante suplente das entidades ambientalistas da Bahia no Conselho Estadual de Proteção Ambiental/CEPRAM, Salvador, 1989/92 e representante do Fórum Bahia de ONGs na Coordenação Nacional da Eco/92 e na Conferência da Sociedade Civil, Rio de Janeiro, 1992.

Membro e ex-participante da coordenação colegiada do Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ), desde 1983, tendo coordenado e sido instrutor de dezenas de eventos e cursos na área de meio ambiente e agricultura alternativa na Bahia e Estados do Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OS PERCALÇOS NA DEFINIÇÃO DO TEMA.....	15
1.2	O OBJETIVO E AS QUESTÕES NORTEADORAS.....	17
1.3	IMPORTÂNCIA ECONÔMICO-SOCIAL DO ECOTURISMO.....	20
1.4	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	22
2	A MULTIDIMENSIONALIDADE DO ECOTURISMO	25
2.1	AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O TURISMO.....	25
2.2	A MODERNIDADE E MULTIDIMENSIONALIDADE DO ECOTURISMO.....	29
2.3	AS LACUNAS NA PRODUÇÃO SOBRE O ECOTURISMO.....	38
2.4	POLISSEMIA CONCEITUAL E DIFICULDADES TEÓRICAS.....	41
2.5	O MODELO PADRONIZADO DE ECOTURISMO.....	51
2.6	NATUREZA: A ESSÊNCIA CONFLITUOSA DO ECOTURISMO.....	54
2.7	ANTECEDENTES DO ECOTURISMO NO BRASIL	61
2.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
3	A DINÂMICA DOS ATORES SOCIAIS NO ECOTURISMO	67
3.1	O <i>TRADE</i> ECOTURÍSTICO.....	67
3.2	TURISTAS E ECOTURISTAS.....	74
3.3	OS AMBIENTALISTAS E SUAS MUDANÇAS PRAGMÁTICAS.....	81
3.4	O ESTADO.....	84
3.5	A COMUNIDADE E A POPULAÇÃO LOCAL.....	90
3.6	DESENVOLVIMENTO E RISCOS NO ECOTURISMO.....	95
3.6.1	Ecoturismo e desenvolvimento.....	95
3.6.2	Ecoturismo e riscos.....	97
3.6.3	Alternativas e limites para minimização dos riscos do ecoturismo.....	100
3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
3.8	O PROBLEMA DE PESQUISA.....	104
4	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO	106
4.1	ALTA MODERNIDADE E O ECOTURISMO	108
4.1.1	Natureza socializada e o ecoturismo.....	116
4.1.2	Riscos, reflexividade e colonização do futuro com o ecoturismo.....	124
4.2	A ANÁLISE DO ECOTURISMO SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA.....	128
4.2.1	A trajetória da sociologia ambiental ao centro da teoria social.....	129
4.2.2	A perspectiva construtivista.....	134
4.2.3	As ferramentas analíticas do construtivismo.....	137

4.3	METODOLOGIA E MÉTODOS.....	143
5	O ECOTURISMO COMO EXIGÊNCIA AMBIENTAL.....	146
5.1	A PUBLICIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO ECOTURISMO NO BRASIL.....	146
5.2	A CONSTRUÇÃO DO ECOTURISMO COMO EXIGÊNCIA AMBIENTAL.....	151
5.2.1	As exigências econômico-políticas.....	151
5.2.2	A construção do ecoturismo como exigência ambiental.....	158
5.3	O ECOTURISMO NA MESA DE NEGOCIAÇÃO: O ENCAMINHAMENTO DAS EXIGÊNCIAS NOS FÓRUMS DE NEGOCIAÇÃO POLÍTICA.....	168
5.3.1	O encaminhamento das exigências econômico-políticas.....	168
5.3.2	A tramitação das exigências ambientais.....	170
5.4	A RESPOSTA DO GOVERNO FEDERAL.....	178
5.4.1	As ações da Embratur.....	179
5.4.2	As ações do Ministério do Meio Ambiente.....	181
5.4.2.1	As ações da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS).....	181
5.4.2.2	As ações do Ibama.....	183
5.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
6	ECOTURISMO: O CASO DE ALTO PARAÍSO E DA CHAPADA DOS VEADEIROS.....	186
6.1.	O LUGAR	186
6.1.1.	Os conflitos na disputa pela natureza socializada.....	195
6.2.	ECOTURISMO EM ALTO PARAÍSO.....	205
6.2.1.	Raízes do turismo na região.....	205
6.2.2	As modalidades de turismo em Alto Paraíso.....	208
6.2.3	O modelo ecoturístico de Alto Paraíso.....	212
6.2.4	As visões sobre o ecoturismo.....	217
6.2.5	A institucionalização do ecoturismo em Alto Paraíso.....	221
6.2.6	Ecoturismo e estilos de vida.....	229
6.2.7	Dimensão e tendências do ecoturismo em Alto Paraíso.....	234
6.2.8	Riscos e impactos do ecoturismo em Alto Paraíso.....	238
6.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
7	AÇÕES REFLEXIVAS E COLONIZAÇÃO DO FUTURO EM ALTO PARAÍSO...244	
7.1	A COMUNIDADE LOCAL.....	247
7.1.1	A organização comunitária no centro do ecoturismo.....	252
7.1.2	Os guias ou condutores de visitantes de Alto Paraíso.....	257
7.2	OS AMBIENTALISTAS.....	266
7.3	OS GOVERNOS.....	273
7.3.1.	Governo Federal - Ibama.....	274
7.3.2	Governo Estadual.....	281
7.3.3	Governo Municipal.....	286
7.4	O EMPRESARIADO LOCAL.....	293
7.4.1	O empresariado de Alto Paraíso e o ecoturismo.....	293

7.4.2	O empresariado turístico local.....	297
7.5.	TURISTAS E ECOTURISTAS	303
7.6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305
8	CONCLUSÃO.....	307
8.1	O ECOTURISMO COM EXIGÊNCIA AMBIENTAL.....	307
8.2	O ECOTURISMO COMO INSTRUMENTO DE COLONIZAÇÃO DO FUTURO EM ALTO PARAÍSO.....	310
9	REFERÊNCIAS	318
10	ANEXO	
	Mapas	

1 INTRODUÇÃO

1.1 OS PERCALÇOS NA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Trabalhando há vinte e três anos com movimentos sociais e sindicais, inclusive na direção de uma ONG ambientalista, tive a oportunidade de conhecer e discutir algumas das principais atividades econômicas causadoras de agressões ambientais, em várias regiões e Estados do País. Entre elas, não constava o turismo, cuja imagem veiculada no País era associada a uma indústria limpa. Meu interesse pelo assunto surgiu com um questionamento dessa imagem que ocorreu na época da Eco/92, com a construção da estrada Ba-099, no litoral norte da Bahia, que atravessava uma região com grande diversidade de ecossistemas singulares, mas de grande interesse econômico para o desenvolvimento do turismo. Apesar de essa rodovia provocar diversos impactos ambientais e estimular a urbanização desenfreada na área, o governo do Estado denominou este empreendimento de Linha Verde, numa tentativa de reverter as críticas e caracterizá-lo como ecológico. Isto gerou diversas manifestações por parte de entidades ambientalistas que, na inauguração da rodovia, protestaram pintando de verde o trecho inicial do asfalto e denunciaram o que entendiam como sendo uma maquiagem verde¹.

Ao longo dos anos 90, a intensificação do turismo produziu novas situações que despertaram, ainda mais, meu interesse pelo assunto, a exemplo de projetos para a Amazônia e o Pantanal, e as profundas mudanças no perfil urbano de cidades como Salvador, São Luís, Maceió, Fortaleza e Florianópolis para adequá-las à atividade do turismo. Em relação ao ecoturismo, identifiquei desde propostas específicas para que se implantasse o turismo ecológico em centros

urbanos até casos mais complexos, como a transformação, por parte de governos de Estados como o da Bahia, de espaços de singular beleza cênica em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), levando-me a formular as indagações: Que influências políticas, socioeconômicas e culturais sofreu o Estado para alterar sua política, tradicionalmente desenvolvimentista, em relação ao meio ambiente? Que tipo de turismo iria desenvolver de forma a preservar as áreas de proteção? Que impactos causaria tal atividade nas comunidades locais? Qual o papel dos atores sociais nesse processo? Com esses questionamentos, percebi a amplitude e complexidade do ecoturismo e a sua relevância como fenômeno sociológico a ser investigado.

No anteprojeto de tese que apresentei ao Programa de Sociologia Política da UFSC, propus investigar o ecoturismo como modelo de desenvolvimento, considerando-o como uma alternativa ao turismo convencional, dado que ele era apresentado como um instrumento de compatibilização entre o desenvolvimento e a preservação ambiental. A partir de 1999², em decorrência do aprofundamento do tema e de contatos com pesquisadores de Unicamp, USP, UFSC, UFBA, Faculdade de Turismo da Bahia, SENAC-SP, passei a visualizar outras vertentes de análise, bem como as significativas lacunas existentes na bibliografia.

Identifico, no período de estudos³ de seis meses na Wageningen Agricultural University (Wageningen, Holanda), um salto qualitativo no foco da pesquisa. Indicado por minha

¹ Essa designação decorreu do entendimento dos ecologistas de que o governo apenas usava o termo “verde” para encobrir uma obra convencional que tinha provocado vários impactos ambientais e sociais. Esse termo é utilizado no “Relatório Greenpeace sobre a Maquiagem Verde” [19--].

² Importante para aclarar meu entendimento sobre a temática foi o estudo de caso que realizei sobre o turismo rural em Santa Catarina, modalidade que tem na preservação ambiental um significativo componente. Verifiquei que, enquanto o turismo rural valoriza a preservação de áreas já transformadas pelo ser humano, bem como aspectos históricos e culturais, o ecoturismo distingue-se por realizar-se em áreas naturais ainda inexploradas.

³ Mantive contatos com pesquisadores, realizei visitas a experiências e projetos de ecoturismo e coletei materiais diversos. Realizei dois estudos que contribuíram para precisar o foco de análise. Um sobre A Imagem do Brasil, em que pesquisei como as agências de turismo holandesas produzem e divulgam a imagem de nosso país e o outro sobre experiências de ecoturismo na Espanha e em Portugal. A Conferência Preparatória para o Ano Internacional do Ecoturismo, em 2001, em Cuiabá, no Brasil e o The World Ecotourism Summit/IYE2002, ocorrido em Quebec, no Canadá, de 19 a 22 de maio de 2002, ampliaram meu conhecimento sobre o assunto e mostraram a crescente importância do ecoturismo no mundo globalizado.

orientadora, dentro do Programa Alfa do qual ela participava, para uma bolsa da União Européia, tive acesso a bibliografia especializada, produzindo um aprofundamento teórico-metodológico e histórico-conceitual da temática que me permitiu elaborar o projeto e avançar para construção da tese.

1.2 O OBJETIVO E AS QUESTÕES NORTEADORAS

As atividades citadas me permitiram selecionar o conceito de ecoturismo da Embratur⁴, entre os inúmeros existentes, como o mais adequado para meu estudo e identificar como questão central o aspecto peculiar que torna o ecoturismo um problema ambiental. Enquanto uma modalidade de turismo destinada a segmentos sociais de grau cultural mais elevado e de maior poder aquisitivo, representando um importante nicho de mercado, o ecoturismo não apresenta singularidades especiais, dado que isso ocorre com outros tipos como o turismo rural e o de aventuras. O que lhe confere um caráter diferencial, dentro do elenco de modalidades turísticas, é o fato de realizar-se na natureza ainda preservada, em especial em áreas protegidas.

O problema de pesquisa é que, ao utilizar áreas naturais preservadas, o ecoturismo introduz um novo risco na sociedade moderna, em um contexto em que houve uma mudança de percepção da natureza com os moradores dos centros urbanos, passando a identificar nela valores espirituais, terapêuticos e simbólicos, mas também exigindo a sua preservação. Em outros termos, o desejo de reencontro com a natureza tem gerado uma demanda que tende a produzir

⁴ A Embratur (1994) conceitua o ecoturismo como “[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

impactos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais nos locais onde o ecoturismo é implantado, necessitando que eles sejam minimizados e monitorados.

Tendo em vista o levantamento bibliográfico realizado, a presente pesquisa se propõe a preencher a ausência de análises, com base em teorias sociais, da relação entre os riscos e vantagens do ecoturismo e das ações reflexivas desenvolvidas pelos atores sociais com vistas a colonizarem o futuro com essa atividade. A idéia é produzir um estudo qualitativo, abordando de forma integrada a temática do ecoturismo em seus planos micro e macro, concentrando as análises em dois eixos principais: um, a análise do caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para o ambiente e a sociedade e como isso é utilizado pelos diversos atores sociais – com interesses diversificados e conflitantes – para construir o ecoturismo como exigência ambiental, exercer pressões sobre o governo federal, produzir debates e negociar posições e soluções que viabilizem a implementação de forma controlada dessa atividade em áreas protegidas; o outro, a influência da reflexividade na ação dos atores sociais e o impacto da separação tempo e espaço e do desencaixe nas instituições de comunidades locais que implementam experiências ecoturísticas.

O objetivo desta pesquisa de tese é entender como os atores sociais transformam e trabalham o ecoturismo como exigência ambiental nas instâncias políticas e como os elementos dinamizadores da modernidade⁵ influenciam as instituições e a ação dos atores que buscam a colonização do futuro com o ecoturismo, no município de Alto Paraíso de Goiás. No processo de escolha de um local onde realizar um estudo de caso, identifiquei cinco experiências de ecoturismo no Brasil tendo escolhido a que se desenvolve no município de Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, desde 1992, tendo em vista um conjunto de

⁵ Giddens (1991) relaciona como elementos dinamizadores da modernidade a separação tempo e espaço, o desencaixe dos sistemas sociais e a reflexividade.

elementos indicadores de que ela possuía amplitude e densidade que comportavam uma pesquisa qualitativa.

Para análise do ecoturismo como exigência ambiental, busco responder as questões: Quem são os formuladores do ecoturismo como exigência ambiental? Como os atores sociais utilizam o caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para construí-lo, encaminhá-lo e contestá-lo nos fóruns políticos como exigência ambiental? Para tanto, analiso sua implantação no Brasil, desde seu início nos anos 80, tentando entender as ações dos atores sociais nos diversos fóruns políticos nacionais onde o assunto foi encaminhado e negociado.

Para analisar a influência dos elementos dinamizadores da modernidade, formulei as questões a seguir: Qual a influência dos elementos que dinamizam a modernidade sobre as instituições e atores locais? Como se institucionalizou o ecoturismo em Alto Paraíso? Quem são os especialistas do ecoturismo no município? A ação de sistemas peritos é suficiente para tornar confiáveis os projetos ecoturísticos? Quais as ações reflexivas que desenvolvem os principais atores que atuam no ecoturismo, com vistas a incorporarem a natureza socializada no processo ecoturístico e colonizarem o futuro com essa atividade em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros?

A proposta de originalidade desta tese concentra-se no recurso às teorias sociais de Anthony Giddens (1991) e Ulrich Beck (1997), para analisar o ecoturismo como fator de risco da modernidade, e à perspectiva construtivista da sociologia ambiental, sistematizada principalmente por John Hannigan (1995), que permite complementar a análise dos riscos do ecoturismo e sua transformação, encaminhamento e negociação como exigência ambiental.

Entendo que esta pesquisa pode ser uma contribuição para acadêmicos, pesquisadores, empresários, comunidades locais e interessados no assunto, na medida em que envolve uma abordagem global da atividade ecoturística no Brasil como resultado de uma

investigação em que analiso o processo histórico, as conexões entre o global e o local, as ações e relações políticas entre atores colocados em distintas posições sociais, os interesses e conflitos em jogo, a socialização da natureza, a problemática do risco e dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais e, especialmente, as ações reflexivas que os atores sociais vêm desenvolvendo para minimizarem e monitorarem os riscos com vistas a colonizarem o futuro com o ecoturismo.

1.3 IMPORTÂNCIA ECONÔMICO-SOCIAL DO ECOTURISMO

As fontes consultadas afirmam que o turismo é a indústria que mais cresce no mundo, gerando emprego e divisas e participando em proporção crescente do produto bruto global, desbancando tradicionais atividades dos setores agrícola e industrial⁶. Apesar dos números e do *boom* do turismo, a participação do Brasil no contexto mundial é ainda insignificante, com participação de apenas 0,5% dos deslocamentos mundiais em 1992, conforme Aulicino (1997), um dos estudiosos do assunto no Brasil. Na publicação *Datos Esenciales 2000*, da OMT, o Brasil não aparece nas principais estatísticas, sendo citado ocupando o quinto destino nas Américas depois dos Estados Unidos, México, Canadá e Argentina, tendo recebido 5.059.000 de turistas em 1999, 4% do mercado turístico regional, enquanto em termos de divisas geradas passou de US\$ 2.097.000 em 1995 para US\$ 4.444.000 em 1999, ocupando 3,0% do mercado. Contrapondo-se a esses dados, chama a atenção a intensa atividade dos governos (tanto no plano federal quanto estadual) no desenvolvimento de ações em diversas áreas, visando a promoção,

⁶ O *boom* do turismo ocorre, conforme Jafari (1994, p. 10), no período 1950/90, quando essa indústria passou de 23,5 milhões de turistas internacionais para 416 milhões. Em 2000, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) (www.omt.org, 2000), 663 milhões de pessoas fizeram turismo. Já o World Travel & Tourism

planejamento, construção de infra-estrutura básica e de serviços, marketing e controle do turismo, registrando-se elevados investimentos do setor privado, tanto em megaempreendimentos, tipo *resorts*, quanto na construção de hotéis e empresas das diversas áreas de serviço turístico. Os recursos investidos pelo governo federal, no período 1995/99, foram da ordem de US\$ 1,932 milhões de dólares aos quais devem-se somar os investimentos privados de US\$ 6 bilhões na construção de 300 novos hotéis e 10 parques temáticos, que deveriam gerar 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos. Composto o *trade* turístico cadastrado na Embratur estão 1.300 hotéis, 1.392 transportadoras turísticas, 400 empresas organizadoras de eventos e 6.146 agências de viagem. No sentido de estimular o desenvolvimento do potencial turístico de 1.589 municípios, foram treinados 3.780 monitores locais e 428 agentes multiplicadores pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), uma das prioridades da política da Embratur (2001).

Em relação ao ecoturismo, os dados não são precisos. No contexto internacional, a Toronto Green Tourism Association (2000) ressalta que o ecoturismo destaca-se entre as diversas modalidades de turismo, por apresentar um crescimento médio de 4-10% ao ano, o que o coloca como uma expressiva atividade na economia mundial atual. Hillel (apud PIRES, P., 1998, p. 14) observa que, no plano internacional, o ecoturismo é organizado por cerca de 1.000 operadoras que funcionam em países como os EUA, Alemanha, Japão, Canadá às quais se somam 6.000 operadoras nos destinos e também por cerca de 200 ONGs que coordenam programas de ecoturismo e também operam essa atividade sem fins lucrativos, com objetivos conservacionistas. Observa também que os países da Europa e da América do Norte são os principais emissores de ecoturistas, seguidos pelo Japão. A exemplo do que ocorre no plano internacional, também no

Council/WTTC indica que, em 2000, o turismo empregava diretamente 192 milhões de trabalhadores em todo mundo, movimentava US\$ 4 trilhões por ano e tinha uma participação de 11,8% no PIB mundial.

Brasil as estatísticas não são precisas. A Ecobrasil⁷ e o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB)⁸ estimam que o mercado de turistas brasileiros que viajam através de agências especializadas é de aproximadamente 500 mil por ano, indicando, de forma otimista, que esse é um mercado que cresce de 10 a 15% ao ano. Essas estimativas devem ser vistas com reservas dado que Bonito⁹ (MS), que é considerado um dos principais destinos ecoturísticos do Brasil, em 2001 foi visitado por 78.595 turistas, o que corresponde a apenas 15% das estimativas citadas pelas entidades. Além disso, segundo a Ecobrasil, o mercado de turistas estrangeiros encontra-se estagnado, estimando que entram no Brasil menos de 200 mil ecoturistas estrangeiros por ano. Portanto é importante distinguir entre a realidade e o potencial de crescimento da demanda pelo Brasil na área do ecoturismo, considerando-se sua posição entre os países de mega diversidade, detendo de 10 a 20% do total de espécies do planeta, abrigando diversos biomas e ecossistemas que constituem os espaços que vêm sendo mais cobiçados para realização da atividade ecoturística.

1.4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A definição do título da tese resultou da busca por uma designação que englobasse a multidimensionalidade do assunto. Nesse sentido, o título procura combinar o caráter moderno do ecoturismo, com ações reflexivas de atores sociais que disputam a natureza socializada objetivando ampliar sua oferta no mercado, avaliando as condições do presente para planejar a forma de promover um futuro controlado e monitorado. Este título resume um dos dilemas centrais do ecoturismo, o de que, se por um lado procura colocar os turistas num contato mais

⁷ A Ecobrasil (www.ecobrasil.org.br, 2001) é uma empresa de assessoria e consultoria em ecoturismo, criada em 1993, com sede no Rio de Janeiro.

⁸ O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) é uma organização privada, criada, em 1995, como entidade representativa do empresariado ecoturístico, com sede na cidade de São Paulo.

direto com uma imagem mais natural, no sentido de intocada, do meio ambiente, por outro lado, leva a um controle cada vez maior desta natureza, que muito mais se distancia dessa imagem intocada. E não só isto estaria acontecendo. O que procuro demonstrar é que, junto com esta colonização do futuro da natureza a partir do ecoturismo, geram-se novos riscos, nem sempre percebidos enquanto tais. Portanto, junto com um crescente consumo da natureza, há também um crescimento de riscos que ameaçam os ecossistemas a serem conservados.

Nos Capítulos dois e três, apresento uma exaustiva pesquisa bibliográfica, realizada de forma crítica, que mostra a modernidade e os elementos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais que dão o caráter multidimensional à temática do ecoturismo e que me permite definir os ângulos através do quais pretendo estudar o assunto.

No Capítulo quatro, apresento as teorias sociais de Giddens, Beck e Hannigan, escolhidas porque fornecem um instrumental que possibilita abordar a complexidade, a amplitude e as especificidades do ecoturismo bem como permitem analisar a socialização da natureza, os riscos do ecoturismo e as influências dos elementos dinamizadores da modernidade sobre as instituições e ações dos atores sociais que atuam com vista a colonizarem o futuro com o ecoturismo.

Nos Capítulos cinco, seis e sete apresenta o âmago da investigação. No capítulo cinco, utilizo o enfoque construtivista para analisar a ação dos atores sociais que constroem, encaminham, contestam e negociam o ecoturismo como exigência ambiental em fóruns políticos. Com esse referencial, analiso, no plano macro e de forma crítica, as ações políticas, os relacionamentos e os conflitos de interesses dos principais atores que estão à frente da atividade ecoturística no Brasil.

⁹ Dados obtidos na prefeitura de Bonito, em novembro de 2002.

Nos capítulos seis e sete, utilizo a teoria social de Giddens e Beck para entender como o ecoturismo potencializa a ação dos elementos dinamizadores da modernidade e como ocorre o processo de colonização do futuro no município de Alto Paraíso de Goiás, onde acontece singular experiência ecoturística. Analiso detalhadamente as influências dos citados elementos no processo histórico de constituição e institucionalização do ecoturismo, nas mudanças institucionais e nas relações sociais, os riscos da atividade e as ações reflexivas que os atores desenvolvem para elaborarem projetos que minimizem os riscos com vistas à colonização do futuro.

Na conclusão, destaco a amplitude que ganhou a pesquisa e as perspectivas de colonização do futuro em Alto Paraíso, relacionando as questões centrais formuladas com as principais conclusões a que cheguei. Por fim, aponto as tendências que vislumbro para o ecoturismo no Brasil e os aspectos relevantes para novas investigações.

2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DO ECOTURISMO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma resenha crítica de uma parte da já significativa, apesar de recente, produção acadêmica sobre o ecoturismo. A consulta bibliográfica foi além da produção sociológica, dado o caráter interdisciplinar do assunto, incluindo a área das ciências humanas e biológicas e mesmo alguns textos tecnológicos. Nesta resenha, destaco as múltiplas dimensões da temática, enfatizando os aspectos mais relevantes desde o ponto de vista do interesse de meu trabalho e apontando as lacunas existentes, de forma também a justificar a proposta aqui apresentada, assim como levantar a necessidade de maior trabalho conceitual, o histórico da atividade, os modelos construídos, as posições e as percepções dos diversos atores sociais envolvidos nas atividades do ecoturismo sobre a natureza.

2.1 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O TURISMO

Um dos poucos livros especializados sobre ecoturismo na área das ciências sociais é *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* do pesquisador suíço Jost Krippendorf, de 1989. Hogan (1997) chama a atenção para o turismo ser uma questão colocada em segundo plano pelas ciências sociais apesar da necessidade de uma reflexão mais sistemática em relação aos seus aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais. Enfatiza, porém, que, se esta é uma questão relegada pela academia, não tem sido ignorada pelo mercado. Efetivamente, o que não falta é material promocional sobre turismo: *folders*, brochuras, revistas, artigos e reportagens, ou seja, uma diversidade de materiais¹⁰ com imagens de atrativos situados

¹⁰ A produção é tão significativa que deu margem à dissertação de Ingrid Strelow-Lima (2001) sobre “representação de ecoturismo/turismo ecológico veiculadas em revistas brasileiras de notícias semanais e mensais”.

em todo mundo, destinados a difundir e vender o turismo e suas modalidades, como o ecoturismo. Haveria como uma contradição entre o desinteresse das ciências sociais pelo fenômeno do turismo e a crescente importância socioeconômica dessa atividade, tanto no plano internacional como nacional. O desinteresse das ciências sociais revela certo preconceito para com a atividade, como se fosse uma atividade menor ante as típicas atividades econômicas. Esse preconceito decorre de o turismo ser uma atividade que trabalha o lazer e o ócio, assuntos que tendem a não ser reconhecidos como legítimos e/ou relevantes nas ciências sociais.

Apesar disso, por exemplo, Januário ([199-], p. 15), professor e pesquisador do turismo de Santa Catarina formula uma definição de turismo em que distingue diversas categorias sociológicas:

[...] o turismo é um fato coletivo que produz o desenvolvimento de instituições, relações sócio-políticas e econômicas complexas; um conjunto de questões financeiras, técnicas e culturais e de relações psicossociais, além de um mercado composto de mercadorias, bens e serviços materiais e imateriais intrinsecamente relacionados.

Jafari (1994) caracteriza a produção internacional sobre o turismo como alinhada na justificação do que chama “a cientificação do turismo”. Este pesquisador norte-americano destaca o crescimento do número de cursos, disciplinas e teses (desde a graduação até doutorados); o aumento de periódicos especializados somente em língua inglesa, como o *Journal of Travel Research*, dos EUA, o *Annals of Tourism Research*, da Europa e o *The Journal of Tourism Studies*, do Pacífico Sul; a publicação de séries sobre turismo por parte de editoras e de alguns importantes livros sobre sociologia do turismo, como o de Robert Woodrow MacIntosh, *Tourism: principles, practices, philosophies*, de 1995; a criação de grupos acadêmicos de investigação, a exemplo da *Association Internationale d’Experts Scientifiques du Tourisme*

(AIEST) ou da *International for The Study of Tourism*; o apoio da Organização Mundial do Turismo (OMT) para a investigação e a formação turística; a multiplicação de reuniões e seminários temáticos realizados por entidades científicas da área das ciências sociais entre outras iniciativas.

Barreto (2000), pesquisadora paulista, reconhece que a produção na área do turismo no País é pequena, mas ressalta que o que poderia chegar a chamar-se de “ciência do turismo”, combinando os diversos estudos disciplinares sobre o tema, está em formação e que uma parte dos autores trabalha com vistas a elaborar teorias sobre o funcionamento do fenômeno turístico e modelos explicativos, sendo que uma das teorias mais difundidas na área é a dos sistemas, usada por autores como Beni (1998), Ascanio [199-] e Molina (1999). Paiva (1995, p. 15), em seu livro sobre a Sociologia do Turismo, faz uma comparação entre a produção teórica sobre turismo no Brasil e em outros países, indicando que a bibliografia especializada no País é restrita, limitada até pouco tempo, segundo ela, a livros técnicos, chamando a atenção para a fragilidade da teoria que trata do turismo. Pelo exposto, a limitação não é só da produção mas também da abordagem. Isto deu margem para que Paiva (1995) observasse que a análise crítica do turismo tem sido mínima.

Por outro lado, Ribeiro e Barros (1997) têm uma visão positiva ao afirmarem que a pesquisa em ciências sociais sobre turismo no Brasil tem crescido consistentemente, constituindo-se, no presente, em uma literatura diferenciada, uma vez que trata de uma diversidade de temas. Existe, de fato, uma produção diversificada, porém a própria diversidade pode ser um problema na medida em que não apresenta consistência teórica, propiciando a formulação de críticas como as de Serrano (1997), que destaca o caráter fragmentário das análises, problema este que, segundo ela, pode ser decorrente do caráter profundamente

multidimensional do assunto. Acentua sua crítica sobre o conteúdo do material produzido ao observar que:

[...] apesar do crescimento do turismo como fenômeno social e, de em algum momento já ter sido ensaiada a constituição de referenciais teóricos com base em uma sociologia ou uma geografia do turismo, uma tradição mais consistente de análises não se consolidou, a despeito de alguns trabalhos relevantes. (SERRANO, 1997, p. 12).

Rejowski¹¹ (1997) ofereceu uma grande contribuição no delineamento do quadro de produção sobre o turismo, no Brasil, através de um estudo exploratório-descritivo, compreendendo o período de 1995 a 1997, intitulado Realidade Turística nas Pesquisas Científicas. A autora concorda com Paiva (1995) na identificação de que a pesquisa sobre turismo no Brasil está iniciando e que seu crescimento dá-se sem solidez teórica. Apesar de observar que existe uma sedimentação e posicionamento do turismo como área de estudo e pesquisa no âmbito da universidade brasileira, ressalta que a organização e relacionamento dos pesquisadores ainda é frágil.

Quanto à abordagem, Paiva (1995) observa um aspecto que considero chave para entender a precariedade das análises sobre o turismo desde o ponto de vista sociológico: grande parte dos estudos produzidos sobre turismo guiaram-se pelo enfoque econômico clássico. A preocupação tem sido com números e gastos dos turistas, impactos financeiros e rentabilidade da atividade, questões de mercado e estudos que analisam custos e benefícios da atividade. Os assuntos sobre os quais existe maior produção referem-se ao planejamento, à administração, aos aspectos técnicos e econômicos do turismo, à hotelaria, à alimentação e ao lazer, assuntos estes que são abordados de formas variadas ao longo do tempo. Sobre os ângulos de abordagem, Ascanio (apud BARRETO, 2000) propõe uma diferenciação ao afirmar que o que entende como

¹¹ Mirian Rejowski é professora da Escola de Comunicação e Artes da USP e era coordenadora da *Revista Turismo em Análise* editada por essa escola.

ciência do turismo está ligada aos estudos que dizem respeito à sociedade, enquanto as técnicas referem-se à administração das empresas e à otimização dos negócios. Para ele, a ciência social das viagens abrangeria estudos de impactos sociais e ambientais, a relação entre turista e população local, estudos de legislação, fluxos turísticos, pesquisas de opinião, ensino do turismo, planejamento e criação de novos produtos (a exemplo do ecoturismo), teorias sobre o fenômeno turístico, entre outros aspectos.

O fato de os estudos sobre turismo privilegiarem aspectos técnicos e econômicos em uma perspectiva acrítica, mostra uma significativa lacuna que abre espaço para estudos sociológicos como o que pretendo desenvolver nesta tese sobre o ecoturismo.

2.2 A MODERNIDADE E MULTIDIMENSIONALIDADE DO ECOTURISMO

O processo histórico de desenvolvimento do turismo mostra que, se nos séculos passados essa atividade era usufruída apenas pela burguesia, no século XX o turismo inseriu-se na lógica do fordismo, havendo uma generalização do seu consumo, com a criação de diversos serviços e dos pacotes que facilitaram a incorporação da classe média e setores da classe trabalhadora no processo do turismo de massas (Paiva, 1995). Nesse sentido, a comercialização do turismo transcende o campo das motivações, que de pessoais passam a serem culturais¹², criadas e induzidas. O processo produtivo do turismo é essencialmente comercial, envolvendo a mercadização de produtos, na maioria das vezes não tangíveis (PAIVA,1995), como é o caso das paisagens.

¹² Sobre o assunto, ver Strelow-Lima (2001).

Molina (1998, p. 14) identifica quatro etapas na história do turismo. A primeira, chamada de pré-turismo, simbolizada no *Grand Tour*, ocorreu na Europa entre os séculos XVII e XVIII e consistia em viagens de:

[...] hijos mayores de familias nobles y comerciantes de gran riqueza, con la finalidad de mejorar su educación y de establecer contactos diplomáticos y de negocios en las más importantes ciudades de Europa.

A segunda etapa é a do turismo industrial, que se iniciou no século XIX, estendendo-se até início da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, surgem os primeiros grandes hotéis, configura-se o auge dos balneários costeiros; aparecem os primeiros destinos na América Latina; ocorre a expansão do transporte de superfície; e criam-se empresas turísticas dentro das estruturas governamentais em diversos países. Nesse período, as empresas tinham pouca diversificação dos serviços.

A segunda fase desse processo, que Molina chama de “turismo industrial consolidado”, ocorre a partir dos anos 50 do século XX, quando há um crescimento exponencial do turismo internacional, passando de 25 para mais de 600 milhões de turistas nos anos 90. Este crescimento iniciou-se fundamentalmente como resultado da expansão do turismo sol e praia, até que outros produtos e destinos passaram a se destacar. É nessa fase que se registram os deslocamentos massivos que geram, por sua vez, importantes consequências sociais, políticas, culturais, ambientais e financeiras, que criam situações benéficas e conflitivas. É nessa etapa que o turismo se organiza como indústria – de forma piramidal, monolítica e burocrática - relacionada com a lógica do mercado de massas, incluindo um conjunto de empresas que se guiam por um código conceitual e operativo no qual dominam os princípios de uniformização, centralização e maximização. É nessa fase que o Estado assume um papel de dirigente da organização e gestão

da atividade, editando leis de fomento e regulação e criando organismos encarregados de estabelecer políticas nacionais de turismo, e também, que a indústria turística contribui para a colonização de territórios e sociedades.

A última etapa indicada por Molina é a do turismo pós-industrial, que se inicia em meados dos anos 80, quando se observam novas tendências que conformam uma nova cultura turística que influencia tanto a demanda quanto os prestadores de serviços e os governos. Nessa etapa, configura-se um novo modelo que coloca novos requisitos para a indústria do turismo como:

[...] la diferenciación de los productos/servicios y también la desmasificación de los mercados o la alta segmentación, el comienzo de la personalización de los servicios, la descentralización de decisiones en las empresas y en el sector y el ecologismo que deriva hacia la estrategia de desarrollo sustentable (MOLINA, 1998, p. 18).

O caráter moderno do turismo complementa-se com as novas tecnologias que desempenham papel determinante, afetando o comportamento da demanda, o desempenho empresarial, a função do setor público, o papel das comunidades locais e a estrutura dos produtos e serviços. Além disso, neste período, observam-se as profundas transformações ocorridas nas concepções, metodologias para seu conhecimento, tecnologias de desenho e operação, práticas de mercado e papel social do turismo no século XX, havendo, além disso, pressões por mudanças em aspectos do turismo convencional. Um dos aspectos criticados eram os processos degradativos produzidos pela expansão econômica da indústria turística tendo em vista que se ampliavam os locais onde havia esvaziamento ou mudança do público¹³ dos atrativos, comprometendo os ganhos da atividade.

¹³ Boo (1990, p. xiii) alerta que [...] las demandas impuestas sobre los ecosistemas y los recursos naturales debido al aumento del turismo pueden destruir las atracciones mismas que atrajeron la gente en un primer lugar.

Dentro desse quadro complexo, Molina ressalta o auge de novas formas de turismo como resultado da busca de novos estilos de vida nas sociedades ricas, formas estas que se globalizam, estendendo-se para os países subdesenvolvidos.

O ecoturismo, como parte do comércio do lazer, surge nessa última fase como resultado de preocupações econômicas e do processo de modernização do turismo que, para garantir sua rentabilidade e atrair novas demandas, promove a sua segmentação¹⁴ em diversos tipos – a exemplo dos citados por Paiva (1995): turismo de lazer, de negócios, de congressos, profissional, educacional, esportivo, termal, ecológico, de terceira idade, de aventuras - a serem oferecidos a clientelas determinadas e cujos locais tendem a ser renovados a cada período ou temporada. Como observa Urry (1996), a profissionalização do turismo provocou uma busca constante por novos destinos. Cabe frisar que a segmentação de mercados é uma ferramenta técnica que trabalha com critérios socioeconômicos, geográficos, demográficos e comportamentais e que, conforme destaca Tabares (1991), tem como seu único objetivo ajudar a colocar em marcha uma política e estratégia de *marketing* eficaz.

De acordo com De Las Heras (1999), o termo ecoturismo apareceu na Europa há quatro ou cinco anos, apesar de ter surgido nos EUA no momento do *boom* dos temas ambientais (entre os anos 60 e 70), quando o prefixo ‘eco’ se colocava adiante de de qualquer vocábulo. Segundo a autora, a partir daí, o vocábulo se estendeu para o sul do continente e para a Europa. Entretanto, o conceito existia há mais tempo, sendo que se utilizava mais o termo “turismo verde” para caracterizar o turismo feito em espaços naturais protegidos, sendo o termo ecoturismo ainda é usado mais para designar viagens a áreas naturais de países subdesenvolvidos.

¹⁴ Segundo Tabares (1991, p. 39), [...] la segmentación consiste en descomponer el mercado total en un número reducido de subconjuntos, que llamamos segmentos, teniendo éstos que ser suficientemente homogéneos en cuanto a sus compartimientos, necesidades, motivaciones y gustos y heterogéneos entre sí para justificar tratamientos de comercialización distintos.

No que se refere ao surgimento do turismo ecológico, de acordo com De Las Heras (1999) algumas das várias causas incluem o interesse por experiências distantes dos circuitos convencionais de turismo; o cansaço com o turismo convencional; a visão dos ecologistas de que esta é uma nova forma de proteger a natureza; a visão dos governos de países em desenvolvimento que o vêem como uma importante fonte de divisas.

Outros autores também afirmam que o ecoturismo surge a partir de críticas ao turismo de massas. Nesse sentido, Paulo Pires (1998) afirma que foram os desvirtuamentos do turismo convencional que levaram à emergência do ecoturismo, como uma forma alternativa de turismo. Compartilhando dessa opinião e considerando aspectos como o fato de ser conseqüente com os valores naturais, sociais e comunitários e permitir a interação entre turistas e comunidade local, Wearing, Neil e Figgis (1999) também situam o ecoturismo como uma forma de turismo alternativo, observando que ele passa a ser visto como um turismo moderado e discreto que ocasiona somente um impacto mínimo sobre os ecossistemas naturais. Alertam, contudo, para o fato de que o turismo alternativo se opõe a pontos do turismo convencional que se criticava como negativos ou prejudiciais mas as terminologias de turismo alternativo e de massas mantêm uma relação de interdependência e se baseia cada uma em juízos carregados de valores.

Além disso, Paulo Pires (1998) aponta o contexto sociocultural da modernidade e as influências que exerceram a consciência ambiental e os movimentos ambientalistas, entre os anos 60 e 90, para o surgimento do ecoturismo. Para ele, a emergência do ambientalismo foi a base para o nascimento do ecoturismo, na medida em que turismo e ambiente avançam para uma relação simbiótica, tornando-se o ecoturismo um importante instrumento para a viabilização das ações ambientalistas, algo que a prática vem demonstrando. Essa observação é importante porque indica a apropriação por parte dos ambientalistas do chamado turismo ecológico que, nos anos

60/80, ainda não tinha a dimensão conservacionista que hoje é reconhecida no ecoturismo. Paulo Pires (1998) argumenta que foi o ambientalismo que deu esse novo caráter ao turismo, transformando-o em uma atividade comprometida com a proteção ecológica e com benefícios sociais.

Jafari¹⁵ (1994) destaca a multidimensionalidade do ecoturismo ao mostrar como tal atividade conseguiu captar o interesse tanto de empresas turísticas como de pesquisadores e acadêmicos, que criaram entidades organizativas em vários países, as quais promoveram muitas conferências nacionais e internacionais sobre o tema. Mas, por que o ecoturismo foi eleito como uma alternativa especial por atores tão diversos como empresas turísticas, pesquisadores, acadêmicos e ambientalistas e em torno do qual construiu-se o *marketing* do “turismo do futuro”, conforme designação feita por Leony (1997). A análise de Falcão (1996) sobre espaço desigual e integração de espaços periféricos, coloca luz sobre o entusiasmo com relação ao ecoturismo. Segundo ele, na sociedade atual em que o consumo de bens imateriais assume grande relevância, o turismo e o lazer se colocam como instrumento potencial de integração de alguns países ou regiões periféricas no contexto do comércio internacional, com o espaço assumindo caráter de objeto de consumo sendo, dessa forma produzido, reproduzido e comercializado. Em síntese, Falcão observa que as qualidades do espaço, que caracterizam e identificam o lugar onde o turismo se desenvolve, são pressupostos fundamentais para sua realização. Nesse sentido, Boullon (2000) aponta para o fato de que, já na década anterior à de 90, quando há a difusão comercial da palavra ecoturismo, alguns países menos desenvolvidos tinham começado a utilizar este conceito como estratégia de *marketing* para captar o turismo dos países mais desenvolvidos. Não por acaso estão em evidência os países que possuem grande biodiversidade, a exemplo da Costa Rica e do Brasil.

Depreendi da bibliografia analisada que as preocupações com a busca de minimização dos impactos do turismo de massas - e não de alternativas, vez que não se pensou em substituí-lo – têm suas raízes na Conferência da ONU de 1972, em Estocolmo, onde foi discutida a possibilidade de crescimento zero. Suponho isso porque Wallace (2000) localiza os primeiros esforços para estabelecer princípios para o turismo natural (um dos conceitos precursores do ecoturismo) nos anos 80, por parte de entidades globais como a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1985, e a World Wildlife Foundation (WWF), em 1988, antes e concomitante, portanto, com a divulgação do Relatório Brundtland (1987), e anterior à realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a Rio/92.

Conforme a Organização dos Estados Americanos (OAS) (1998), e outros órgãos internacionais como o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID), World Conservation Union (IUCN), Conservation International (CI), The Ecotourism Society (TES) e o *trade* turístico¹⁶, o ecoturismo passou a ser considerado como opção de desenvolvimento viável, algo que poderia ser enquadrado na idéia do desenvolvimento sustentável, difundida nas Conferências internacionais mencionadas no outro parágrafo.

Essas entidades internacionais passaram a realizar debates e desenvolver estudos com vistas a identificar soluções que permitissem a continuidade do crescimento da indústria turística porém, com preservação ambiental. A questão central, o que estava posto em discussão, a meu juízo, não era a substituição do turismo de massas, convencional, mas buscar critérios para direcionar novas modalidades que estavam surgindo – como o agroturismo, o turismo ecológico, o turismo na natureza, o ecoturismo, o turismo de esportes - e que poderiam constituir-se não só

¹⁵ Sobre o assunto, consultar também Boo (1989).

¹⁶ Segundo Endres (1998), *trade* turístico representa o conjunto de operadores, agências, hotéis e outros agentes ligados diretamente ao setor, que movimentam o comércio do turismo. Segundo Paiva (1995), o uso dessa expressão

em importantes nichos de mercado, mas também em fortes instrumentos de *marketing* para a indústria turística.

A explicação mais completa e concisa sobre o processo histórico de constituição do ecoturismo encontra-se em estudo de Jafari (1994) que apresenta uma cronologia de ações e uma classificação dos atores sociais e suas posições, agrupando-os no que chama de "plataformas" ou "posições". Ele localiza nas primeiras décadas do século XX a ação dos defensores do crescimento econômico do turismo – que chama de "Plataforma Defensora" - encabeçada por membros de empresas privadas, como empresas de turismo, firmas consultoras e associações comerciais, e de entidades públicas, como organismos nacionais de turismo e grupos de influência dentro do governo. Já a "Plataforma de Advertência", constituída por membros da comunidade acadêmica, tais como cientistas sociais e suas respectivas associações, de entidades públicas relacionadas com a natureza e a cultura e, inclusive os meios de informação em geral, questionava a forma de turismo em curso, tendo surgido nos anos 60. A posição intermediária, a "Plataforma de Adaptação" surge, segundo Jafari, defendendo formas alternativas, aproveitando e ressaltando elementos das duas anteriores para defender formas de turismo que tenham em conta necessidades das comunidades anfitriãs e de seus entornos socioculturais, naturais e fabricados pelos seres humanos, e que, ao mesmo tempo brindam, aos turistas com novas opções.

Jafari (1994) afirma que diversos tipos de turismo, de difusão recente, resultaram de sugestões dessa plataforma, a exemplo do turismo indígena, turismo alternativo e do ecoturismo. A síntese histórica produzida por Jafari explicita exatamente em que contexto se insere o ecoturismo, ou seja, como uma opção enquadrada na posição conciliadora entre desenvolvimentistas e seus críticos.

é corriqueira no setor turístico e designa o conjunto das empresas que fazem o ramo do negócio do turismo. Prefiro o uso dessa designação pelo fato de um único termo permitir incluir os atores ligados à atividade do turismo.

Assim, ao lado de afirmações de que o ecoturismo surge como mais uma opção de mercado ou como uma alternativa ao turismo de massas, há outra leitura que indica que ele surge no bojo de conflitos e de intenso debate do qual surge uma proposta de conciliação em que se indicam adaptações para as formas duras do turismo de massas através do estabelecimento de normas e critérios que considerem os fatores socioculturais e ambientais.

A bibliografia permite concluir que, no presente, coexistem o turismo convencional – ou de massas, o turismo sol e praia, o histórico e cultural que segue seu curso normal, sem que tenha incorporado elementos ecológicos - com o ecoturismo e outras formas de turismo na natureza, que são comercializados em grande parte pelas mesmas operadoras que vendem pacotes convencionais.

Os dados coletados sobre as raízes do ecoturismo e reunidos neste item indicam a forte presença do elemento mercado que, para alguns autores, tem prevalecido em relação a outros fatores. Todavia considero que são os componentes culturais, ambientais e políticos, que têm expressiva participação na constituição do ecoturismo, que lhe atribuem o caráter multidimensional que procuro enfatizar.

Em termos culturais, o ecoturismo pode ser considerado, em termos gerais, como como alternativa turística que permite o acesso à natureza vista como alternativa não só de descanso, mas de procura de um novo espaço de reflexividade para o consumidor na modernidade: ante o estresse, a procura da natureza, não meramente como espaço contemplativo, mas de construção de uma nova identidade. A natureza não como algo só para ser visto de longe, mas para ser integrado a ela, como parte de novas emoções. Strelow-Lima (2001) argumenta que existe uma produção cultural que gerou essa nova idéia de natureza em que o ecoturismo se constitui no veículo, no passaporte para paraísos ecológicos.

No atual contexto em que o ecoturismo constitui-se em um instrumento de um jogo de poder entre culturas e identidades que lutam entre si para ganharem espaços e adeptos, a mídia cumpre importante papel ao produzir e difundir imagens que mostram o ecoturismo como a forma mais acabada de se estar em contato com a natureza. Especialmente porque, como observa Featherstone (apud STRELOW-LIMA, 2001), a geração de conhecimentos não está mais restrita às instituições de ensino, mas tem sido assumida por setores como a mídia, que oferecem conselhos e orientações diversos, particularmente sobre o tipo de turismo a se fazer e onde.

2. 3 AS LACUNAS NA PRODUÇÃO SOBRE O ECOTURISMO

Se a produção sobre o turismo tem as limitações de produção e abordagens comentadas acima, a do ecoturismo é ainda mais restrita apesar da ressalva de que significativo material técnico foi produzido sobre ambos os assuntos. No levantamento bibliográfico, identifiquei que uma das formas de difusão do conhecimento sobre o ecoturismo é através de textos publicados em livros sobre turismo ou em revistas como a *Turismo em Análise*, publicada pela ECA/USP, e *Turismo: visão e ação*, pelo curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria da Univalí (SC).

Em relação a trabalhos acadêmicos¹⁷, identifiquei uma tese e algumas dissertações. A tese de Paulo Pires (1998), em que faz uma abordagem abrangente e crítica em relação ao ecoturismo, buscando entender a abrangência e a dimensão desse fenômeno na atualidade, contribuiu para nossa pesquisa com a contextualização histórica e a análise conceitual e ambiental que realiza. Santana (1998) contribuiu com sua análise sobre as relações entre

¹⁷Registro a contribuição do Departamento de Geografia da USP, seja na discussão do ecoturismo no País, seja pela produção teórica, onde se identificou a primeira tese e dissertação de mestrado sobre o assunto.

ecoturismo, discurso ecológico e viés ideológico. Strelow-Lima (2001) me indicou uma interessante fonte de pesquisa que são as revistas semanais e mensais, fornecendo ainda, elementos sobre aspectos culturais do ecoturismo. Os trabalhos de Berenstein (2001) e Bely Pires (1998), enquanto pesquisas aplicadas, me forneceram indicativos sobre aspectos práticos da atividade.

No levantamento efetuado, não encontrei nenhum título específico sobre sociologia do ecoturismo, apesar de os trabalhos incursionarem no campo das ciências sociais. Em termos de conteúdo, verifiquei que os estudos adotaram abordagens mais abrangentes, tratando de diversos aspectos do ecoturismo. Em relação aos artigos e textos diversos, identifiquei duas linhas adotadas pelos autores. Uma analisa os empreendimentos no sentido de identificá-los como ecológicos ou não, conforme observa Mader (2000). Outra preocupa-se em relacionar o ecoturismo com a conservação de áreas, ecossistemas e a biodiversidade, como é enfatizado pela WWF (2000), cujo exemplo é o estudo referencial realizado por Boo¹⁸. Identifiquei também diversos estudos de caso que procuravam investigar as características de projetos de ecoturismo, os impactos que esta atividade provoca e sua relação com a conservação de áreas protegidas, as comunidades e o poder local. Essa tendência ao estudo das micro situações é identificada por Serrano (1997), ao observar que as teses analisadas priorizam estudos em núcleos e regiões litorâneas, desvinculados do conhecimento global e comparativo a outras realidades. Em outros termos, destaca a falta de integração entre os planos micro e macro nas relações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais que conformam a atividade do

¹⁸ O estudo intitulado *Ecoturismo: potenciales y escollos* foi realizada em Belize, Costa Rica, República Dominicana, Equador e México, objetivou documentar a situação do turismo ecológico em cada país e avaliar os impactos econômicos e ambientais do turismo em dois parques ou áreas naturais de cada País, com vistas a formular recomendações para planejamento e manejo ambiental de áreas naturais. Foi publicado em 1990.

ecoturismo. Cabe observar, contudo, que, enquanto atividade derivada, o ecoturismo se beneficiou do acúmulo de estudos localizados que foram realizados nas últimas duas décadas sobre o turismo, conforme observou King (1993). Ou seja, a produção social sobre o turismo identificou um conjunto de questões que não são específicas do ecoturismo, mas que são referenciais para essa atividade, a exemplo dos impactos ambientais cuja importância abre caminho para a criação do ecoturismo.

A questão, portanto, não é quantitativa, mas relaciona-se com o conteúdo e a metodologia dos trabalhos realizados. Em relação a isso, Paulo Pires (1998) observa que, apesar de já existir uma razoável produção tanto acadêmica quanto técnico-profissional, poucas, porém, seriam as obras com uma abordagem mais integral cobrindo o conjunto dos aspectos e fatores que intervêm no desenvolvimento da atividade. Ressalta que, no Brasil, a defasagem entre pesquisas aplicadas e literatura especializada é grande, pese observar-se o início de uma produção desde o início dos anos 90. Considerando ainda embrionária a produção científica sobre ecoturismo, Pires relaciona as lacunas e carências: a falta de uma contextualização histórica; a necessidade de agregar aportes conceituais ao universo de acepções e apropriações em torno do ecoturismo; a necessidade de uma discussão de mérito sobre os princípios (éticos, conservacionistas) atribuídos ao ecoturismo em face dos paradigmas da sustentabilidade e da insuficiência de abordagens que ofereçam um painel mais abrangente e consentâneo da origem e da evolução do ecoturismo no Brasil.

Na área acadêmica, Paulo Pires (1998) identificou estudos sobre o perfil do público e do *trade* voltados para o desenvolvimento do mercado; sobre a diferenciação de tipos de ecoturismo; pesquisas científicas sobre o patrimônio natural e cultural do Brasil para o aproveitamento ecoturístico e também sobre os atores que têm interesses na atividade. Rejowski (1997), a partir de um trabalho realizado com pesquisadores e empresários, afirma que o tema

prioritário para estudo é o turismo sustentável, tomando o ambiente como centro, com vistas a analisar formas de exploração racional do espaço receptivo e a preservação dos recursos naturais e culturais. No início do novo século, o tema mais em evidência tem sido o da certificação do ecoturismo, o qual tem sido objeto de discussão em grupos de debates como o Greentour (um grupo internacional de debates na Internet) e em ONGs e organismos multilaterais, em especial, atores sociais preocupados em colocar em prática esse serviço que envolve a classificação e certificação tanto de hotéis - como *green* ou *ecofriendly* (Ron Mader, 2000) - quanto de projetos e/ou experiências concretas. A importância econômico-política da certificação resultou na criação de um organismo específico, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), que tem atuado no sentido de implantar a certificação do ecoturismo no Brasil. Todavia a certificação é um processo que está em curso, não tendo densidade ainda para estudos mais aprofundados.

No geral, identifiquei que os pontos prioritários sugeridos para outros estudos relacionam-se com aspectos de mercado, análise dos segmentos que compõem a atividade como transportes, hotelaria, assuntos econômicos ou administrativos do turismo, como observa Paiva (1995), e estudos sobre projetos e/ou experiências. Assim, em termos de lacunas do conhecimento sobre o ecoturismo, tanto organismos ligados à atividade quanto acadêmicos convergem na indicação dos assuntos acima citados, o que pode ser explicado pelo caráter de conhecimento aplicado de que se reveste a área do turismo.

Este é exatamente o problema central: a falta de estudos com base em teorias sociais, aspecto que abre espaço para análises sociológicas do ecoturismo, a exemplo desta pesquisa de tese que realizo.

No item a seguir, trabalho a questão conceitual existente no ecoturismo.

2.4 POLISSEMIA CONCEITUAL E DIFICULDADES TEÓRICAS

A definição de algum objeto, fenômeno ou atividade, que se constitui no ponto inicial de um estudo, é importante para precisar suas características fundamentais. Neste sentido, concordo com Shore (1999), para quem definições imprecisas debilitam o poder do conceito, contribui para ambiguidades e encoraja abusos da idéia. No caso do ecoturismo, a complicação se inicia com as dezenas de termos utilizados para designar a atividade. Paulo Pires (1998) listou 58 nomes, chamando a atenção para a similaridade e até a redundância de alguns termos. A inexistência de uma designação consensual sobre o ecoturismo é problemática em termos teóricos na medida em que esse fator promove a distinção entre essa modalidade e a de dezenas de outros tipos de turismo, em especial aquelas que são muito próximas, como as de turismo ecológico, turismo na natureza, turismo rural, turismo ambiental, turismo sustentável, turismo alternativo, turismo de aventuras, turismo esportivo, turismo verde.

A preocupação da Organização Mundial de Turismo (OMT) com a diversidade conceitual é tanta que este assunto constou da pauta da Cúpula Mundial do Ecoturismo (International Year of Ecotourism 2002)¹⁹ ocorrida em maio de 2002, em Quebec, no Canadá.

A multiplicidade de definições ecoturísticas também foi objeto de análise por parte de Serrano (1997) que se voltou para esmiuçar alguns dos sentidos da polissemia desse termo. Diferente de outras atividades, a falta de uma terminologia padrão tem resultado em uma miríade de definições de ecoturismo, segundo Mader (1998). Uma das razões da diversidade de conceitos criticada por diversos autores é o fato de os atores sociais definirem essa atividade de acordo com

¹⁹ Com a finalidade de aprofundar o entendimento sobre a problemática do ecoturismo, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unep), em conjunto com a OMT, propôs e a Assembléia Geral da ONU estabeleceu, através da Resolução A/Res/53/200 de 1998, o ano de 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo. A Cúpula Mundial foi o coroamento de um conjunto de eventos preparatórios.

seus interesses e necessidades, sejam econômicas, políticas ou ambientais. Isso faz com que o conteúdo das definições varie de acordo com suas conveniências, o que é compreensível dado o fato de o ecoturismo ser uma atividade que envolve fortes interesses políticos e econômicos.

Na literatura consultada, parte significativa dos autores utiliza os conceitos criados por Ceballos-Luscuráin (1998), talvez por ele ser reconhecido como o autor do termo ecoturismo, cunhado em 1983. O primeiro conceito que ele formulou em 1987 define:

[...] O ecoturismo é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas. (CEBALLOS-LUSCURÁIN, 1998, p. 7).

O outro conceito que desenvolveu em 1993 passou a ser adotado pela International Union Conservation Nature (IUCN), onde foi coordenador do programa de ecoturismo. Neste, incorpora outros elementos decorrentes de sua prática como consultor, resultando na concepção de que o ecoturismo é:

[...] aquela modalidade turística ambientalmente responsável, consistente em viajar ou visitar áreas naturais relativamente sem distúrbios com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) das ditas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente e do passado) que possam encontrar-se no local, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e sócio-econômico benéfico das populações locais”. (CEBALLOS-LUSCURÁIN, 1998, p. 7).

Como se pode observar essa é uma concepção ampla e abrangente. Entretanto, para De Las Heras (1999), esse conceito é o que lhe parece mais completo por incluir todos os elementos que considera dever-se levar em conta, conforme sua formulação:

[...] ecoturismo es viajar a área naturales con el objetivo de apreciar los recursos, en un proceso controlado que garantiza el mínimo impacto ambiental negativo, asegurando la participación de las poblaciones locales, para que se convierta en un instrumento de conservación y en una herramienta de desarrollo sostenible. (DE LAS HERAS, 1999).

O fato de um mesmo autor formular vários conceitos sobre o ecoturismo mostra a complexidade da questão e justifica por que o aspecto conceitual ainda é uma questão inconclusa.

A análise da literatura revela ainda o que chamo de rebuscamento conceitual, que consiste na sofisticação a partir de formulações básicas. Exemplo disso é o caso do Center for Ecotourism da Universidade de Pretória (2000), que, a partir da idéia inicial de Ceballos-Luscuráin (1998) de viagem baseada na natureza para áreas relativamente não perturbadas com ênfase na educação, ampliou o conceito concebendo o ecoturismo, segundo eles, em uma perspectiva científica, como:

[...] iluminação, experiência de viagem participativa para o meio ambiente, natural e cultural, que garanta o uso sustentável, em nível apropriado, de recursos ambientais, enquanto produz oportunidades econômicas viáveis para a indústria turística e os hospedeiros, fazendo o uso desse recurso em benefício da conservação para todos que jogam papel no turismo. (CENTER FOR ECOTURISM UNIVERSITY OF PRETORIA, 2000)

Existe uma polêmica entre atores em relação ao uso dos termos e conceitos de ecoturismo e turismo sustentável, assunto este que é atualíssimo dado o fato de o recém-criado Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) patrocinar essa polêmica. Para essa entidade, a idéia de turismo sustentável é mais ampla e apropriada do que a de ecoturismo. Já, para De Las Heras (1999), este é um termo derivado da idéia de desenvolvimento sustentável e, em decorrência, deve ser mantido no tempo, devendo-se obter dele o máximo de rentabilidade, protegendo os recursos naturais que o sustentam.

No País, diferentemente da literatura internacional, nota-se um tripé de conceitos, onde pontuam o do Estado, o dos empresários e de ONGs como a WWF e IUCN. Um dos mais utilizados²⁰ é o da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)²¹, que conceitua o ecoturismo como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (EMBRATUR, 1994, p. 20)

Em termos analíticos, é difícil estabelecer o contraponto dessa definição com a de outros atores sociais como o *trade*, na medida em que as definições são muito próximas. Por exemplo, para o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), organismo de representação empresarial:

O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação da consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas”. (IEB, 1995).

Como se pode observar essa definição praticamente reproduz a da Embratur, com exceção da parte inicial que destaca a prática de atividades turísticas, o que indica uma estreita convergência de idéias entre esses atores.

²⁰ Esse conceito é citado, entre outros, por Aulicino (1997), Endres (1998), Leony (1997), Serrano (1997) e Paulo Pires (1998).

²¹ É interessante observar que esse conceito foi desenvolvido pela empresa de consultoria Ruschel & Associados Marketing Ecológico e divulgado na 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela, em 1995.

Mas, outros fatores interferem na formulação conceitual, como a grande interface entre o ecoturismo e um grupo de modalidades turísticas²² – turismo rural, turismo verde, turismo cultural, turismo de aventura, agroturismo, turismo esportivo – conforme observa Paulo Pires (1998). Isso ocorre devido à interseção de alguns elementos, como a localização física, o meio rural ou natural que é comum a eles pois, se efetivamente se adotasse uma formulação rígida, o ecoturismo seria uma modalidade de turismo rural, uma vez que este é definido como qualquer atividade turística implantada no meio rural Assim, se se considera meio rural todas as áreas não urbanizadas, ou mesmo com edificação rarefeita, esse conceito abarca tudo: campos, montanhas, lagoas, vales etc. De Las Heras (1999) contribui para equacionar esse problema argumentando que, apesar de vários autores considerarem o ecoturismo como um subsector do turismo de natureza ou do turismo rural, opina que se deveria considerá-lo como um setor à parte, que tem aspectos comuns com outros tipos que se realizam no meio rural, mas com uma amplitude maior.

Também o ecoturismo se diferencia do convencional porque incorpora princípios ecológicos e realiza-se na natureza. Nesse sentido, não se pode – ou deve – associar ao termo (e também ao conceito) modalidades como o turismo de aventura ou esportivo, pelo fato de estes incorporarem atividades que tendem a impactar o ambiente – mais do que já ocorre com o próprio turismo ecológico, conforme observa Paulo Pires (2000).

A forma utilizada para resolver o embate com o turismo convencional foi utilizando-se o termo turismo alternativo, o qual reunia as alternativas ao chamado turismo de massa²³, simbolizando, conforme observa Paulo Pires (1998, p. 147), o antagonismo ao turismo

²² Ressalto que todos esses tipos de turismo estão controlados e organizados por uma das maiores indústrias do mundo, a indústria turística ou “las industrias del ocio”, como designam Turner y Ash (1991, p. 11).

²³ Segundo Barreto (2000), o termo turismo de massa se refere ao número de pessoas que habitualmente demanda certo tipo de serviço ou de destinações. Ressalta que o termo turismo de massa não se refere ao número de pessoas que viajam ao mesmo tempo, mas a idéia que se disseminou é a do deslocamento de milhões de pessoas ao mesmo tempo para determinados locais – a exemplo das praias - provocando impactos em vários setores, seja antes, na construção da infra-estrutura, seja depois, como resultante da intensa concentração de pessoas nos locais.

convencional e tudo o que de ruim ou negativo haja nesse modelo de turismo. Mowforth (apud PIRES, P., 1998) pondera que o termo turismo alternativo abarca todos os demais, ao mesmo tempo em que todos estabelecem uma diferença clara em relação ao turismo de massas. Colocando-se como um contraponto ao turismo de multidões, o turismo alternativo constitui-se em um outro tipo de turismo, o turismo de minorias, termo que designa um tipo de turismo cujos destinos são procurados por poucas pessoas, conforme Barreto (2000). Para melhor caracterização, cito Acerenza (apud Barreto, 2000) que chama o turismo de minorias de turismo seletivo que também pode ser enquadrado como turismo de interesse específico. Todas essas designações voltam-se para definir um tipo de turismo que é dirigido para públicos específicos e destinações diferentes daquelas procuradas pela massa, podendo, portanto, serem rotulados de alternativos.

Porém o conceito de Turismo Alternativo (TA) é criticado pela sua amplitude na medida em que ele:

[...] puede ser tan amplio y vago como el que se opone diametralmente, al englobar muchos y muy diversos tipos de actividades de ocio que se clasifican como turismo alternativo, entre los que se incluyen los viajes de aventura, el excursionismo o los viajes en solitario de los trotamundos. (WEARING; NEIL; FIGGIS, 1999, p. 22)

Assim como em relação ao conceito de ecoturismo, diferentes autores formulam diferentes definições para turismo alternativo. O importante é a observação de que, se se considera um conjunto de características do chamado turismo alternativo, o ecoturismo pode ser enquadrado como tal. Porém, Wearing, Neil e Figgis (1999, p. 22) observam que:

[...] las terminologias de turismo alternativo y de masas mantienen una relación de interdependencia y se basean cada una en juicios cargados de valores em torno a los cuales se estructura el contenido que se condensa en la definición de los términos.

Essa observação abre espaço para que eu questione a forma como é empregado o termo turismo alternativo com a pergunta: Alternativo a quê? Ao turismo convencional? Mas as chamadas alternativas não se constituem também em uma atividade turística que mobiliza milhares de pessoas para determinados destinos? O turismo convencional não continua a acontecer na mesma forma de sempre, provocando os impactos detectados por diversos estudos? O ecoturismo não é uma modalidade integrante da indústria turística que objetiva ter uma demanda sempre crescente? Isto será discutido, com maiores detalhes, no final desta tese, a partir dos elementos do estudo de caso.

Em vista desses questionamentos, parece-me que o termo mais adequado para designar as atividades surgidas dentro do turismo convencional é opções. Nesse sentido, acompanho observação de Boullon (2000) para quem sempre aparecem diferentes opções no sistema produtivo. De fato, entendo que ocorreu apenas a criação de novas opções ao turismo de massas.

A bibliografia indica que a insatisfação de uma parte dos turistas em freqüentar espaços superlotados – em geral, praias e locais históricos e culturais - por uma crescente massa de turistas e mudanças culturais que alteraram a forma de percepção da sociedade em relação à natureza, entre os anos 60 e 80, criou um público ávido por alternativas mais seletivas, forçando o *trade* a pensar outras opções de destinos. Assim, parece-me pertinente o ponto de vista defendido por Paulo Pires (1998), que apresenta o ecoturismo como um termo que designa um tipo de turismo inserido em um conjunto de alternativas turísticas, entendendo alternativa em um dos sentidos que ele apresenta: o de se escolher o que mais convenha de forma excludente e não no

outro sentido, o de alternar, substituir outra atividade porque compreendo que o ecoturismo não veio para substituir o turismo convencional, mas foi criado apenas como uma opção a mais dentro do leque de modalidades existentes.

Reforçando a idéia de opções, Pires afirma que, devido ao esgotamento dos modelos tradicionais de turismo, desde os anos 60 e 70 há uma tendência à especialização da oferta turística. Serrano (1997, p. 16) reafirma esse ponto de vista ao observar que:

[...] hoje, o turismo de massas, ao menos na Europa e nos Estados Unidos, passa por uma retração. Isso vem se refletindo num recuo da demanda por pacotes estandardizados, de um lado, e da procura cada vez maior por roteiros personalizados, de outro. Nesse movimento, ganham destaque os destinos turísticos considerados “exóticos” e/ou dirigidos a ambientes de grande interesse paisagístico-ecológico.

As chamadas alternativas turísticas representam, em realidade, áreas e/ou aspectos especializados dentro da indústria turística que, de um lado, necessita a cada ano criar novos atrativos; de outro, necessitam apresentar alternativas para um público seletivo com renda média a alta que está sempre a requerer atrações diferenciadas. Depreendo desse debate que o ecoturismo se distingue – em termos políticos e culturais - de outras modalidades, não só por estar associado intrinsecamente com a natureza, na qual tem sua identificação, como assinala Paulo Pires (1998), mas pelo fato de que foi eleito pelo *trade*, por organismos multilaterais e ONGs ambientalistas como um símbolo duplo: de um lado, para modificar a imagem impactante do turismo de massas; de outro, por se constituir em um instrumento para experiências de desenvolvimento sustentável, a exemplo de investimentos feitos por ONGs, como a WWF, a SOS Mata Atlântica e a Conservation International, em projetos ecoturísticos, com o objetivo de testar modelos de desenvolvimento sustentável. De acordo com Silva (1997), esse conceito não é utilizado apenas para ressignificar o turismo, mas também outras práticas econômicas, a exemplo do

ecoportunismo, denunciado por Mourão (2000), em que operadoras e/ou agências rotulam pacotes convencionais como ecoturísticos.

Ainda em relação aos conceitos, com a indicação de princípios e/ou critérios completa-se o rol de elementos que permitem dar uma idéia bem clara do que seja a concepção geral do ecoturismo. Em termos de princípios, para Wearing, Neil e Figgis (1999), o ecoturismo pressupõe quatro elementos fundamentais: viagem a zonas naturais relativamente inexploradas ou protegidas, a íntima ligação com a natureza, orientação para a conservação e viagem de caráter educativo. A partir da análise de dezenas de conceitos, Paulo Pires (1998) relaciona o que chama de pontos fundamentais na construção do conceito de ecoturismo: ênfase na natureza, na história natural e nas culturas autóctones dos destinos caracterizados pela sua originalidade e autenticidade; a preocupação com os impactos socioambientais da atividade nos destinos e com a sustentabilidade dos recursos utilizados; a prioridade na geração de benefícios advindos da atividade para as comunidades locais e preocupação com o seu bem-estar; o apoio e engajamento nas ações de desenvolvimento conservacionista junto aos destinos; a opção pelo desfrute e pelo conhecimento, via educação ambiental, dos ambientes visitados. Nessa linha, Mader (2000) ressalta que o ecoturismo é uma forma especial de turismo que observa três critérios: ele provê medidas para conservação; engloba significativa participação da comunidade e é útil e pode sustentar-se a si próprio. Assim, podem ser identificados cinco aspectos básicos contidos nas inúmeras definições do ecoturismo: a tentativa de distinguir a modalidade; o local onde ele se realiza; o objetivo a que se propõe, a forma como é conduzido e o tipo do turista que o pratica. Complementa esse rol, a formulação da WWF (2000) que entende o ecoturismo como uma atividade que se realiza em áreas protegidas e funciona como um instrumento para promover o desenvolvimento sustentável e para gerar recursos que funcionem como uma fonte para a sustentação dos recursos naturais.

Vistos os diversos aspectos que envolvem a questão conceitual, avanço agora para identificar como foi construído o modelo internacional de ecoturismo que serviu como matriz para o que vem sendo implantado no Brasil.

2. 5. O MODELO PADRONIZADO DE ECOTURISMO

A bibliografia consultada mostra que não existe um único modelo ecoturístico. La Paz [199-] e Molina (1991) denominam de modelo de ecoturismo massivo a forma de turismo que inclui na oferta turística convencional, práticas ecoturísticas de curta duração, em que a contemplação da natureza não é a motivação principal. La Paz [199-] destaca que, nessas práticas, o aspecto econômico prevalece vez que a procura de economias de escala leva inevitavelmente a uma forma de turismo que compreenda um maior número de pessoas e à realização de viagens mais freqüentes, o que se traduz em grandes pressões sobre os recursos naturais e humanos nos destinos receptores.

Todavia esse entendimento não é consensual. Apesar da definição acima, Mourão (2000) e a WWF (2000) afirmam que o fato de agências levarem turistas para a natureza não se constitui em uma atividade ecoturística, mas apenas em oportunismo de mercado. Por que esses atores se preocuparam em desqualificar esse tipo de atividade que são realizadas por empresas turísticas? Com base na bibliografia, entendo que essa posição sinaliza a disputa por um nicho de mercado, indicando as tensões e os conflitos entre os atores sociais que atuam na atividade.

Organismos como a União Mundial para Conservação da Natureza (IUCN) e a WWF (2000), que questionam a idéia de ecoturismo de massas, buscaram produzir uma definição a partir da crítica de que, no geral, os empreendimentos existentes limitam-se à exploração do turismo da natureza, sem adotarem os verdadeiros princípios do ecoturismo. Para a WWF, o

verdadeiro princípio do ecoturismo é o de que ele seja uma fonte para a sustentação dos recursos naturais, concebendo-o como um instrumento de conservação e de desenvolvimento sustentável da natureza. Portanto, pela visão da WWF, iniciativas individuais ou mesmo de agências em visitar um espaço natural, ainda preservado, fazendo caminhadas, acampando ou simplesmente fazendo contemplação não constituem ecoturismo porque nem se está pagando pelo uso do espaço nem se está submetido a normas de preservação do local.

Todavia a bibliografia não classifica o tipo de ecoturismo que é feito por turistas autônomos, o que me leva a concluir que os sistemas de classificação só trabalham com processos institucionalizados. Considerando os dois tipos citados acima, verifico que coexistem sob tensão a idéia de áreas protegidas defendida por ONGs, acadêmicos, organismos estatais e multilaterais, com concepções mais amplas e generalizadas adotadas pelo *trade*, que entende que os espaços naturais com valor paisagístico podem ser transformados em mercadoria cuja realização se dá com a prática do ecoturismo²⁴. Identifiquei que esse conflito e essa tensão entre empresários e ambientalistas, buscando conformar o ecoturismo de acordo com seus interesses, ocorrem, por exemplo, entre os empresários que defendem o agroturismo e aqueles que desenvolvem o turismo rural²⁵.

O fundamental é que, na argumentação da WWF em defesa das áreas protegidas, situa-se um dos pontos-chaves para o entendimento do que Molina (1991) e La Paz [199-] chamam de modelo integral, e que o segundo autor reforça chamando de modelo de ecoturismo propriamente dito. Ambos afirmam que, além de o ecoturismo ocorrer em áreas protegidas, os turistas que o praticam têm interesse no funcionamento dos ecossistemas e em temáticas que

²⁴ Esse assunto foi objeto de análise por parte de Bely Pires (1999) em dissertação de mestrado apresentada na FEA/USP.

²⁵ Elementos colhidos em entrevista com o ex-presidente da Associação Brasileira de Agroturismo, em levantamento que realizei sobre Turismo Rural em Santa Catarina, em 1999.

levem à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal. Para tanto, as empresas trabalham com pessoal especializado e essa atividade não se dirige para mercados massivos, conforme ressalta Molina (1991), para quem o ecoturismo, rigorosamente, é um turismo de nova geração, regido por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas. Enfim, o argumento que foi construído e difundido por alguns atores transnacionais, é que o ecoturismo é uma atividade que combina o aspecto econômico com o da preservação ambiental, sendo que esta fica subordinada àquela, na linha do chamado desenvolvimento sustentável.

Apesar do exposto acima, La Paz chama a atenção para o caráter mercantil do ecoturismo ao observar que, ao usar um instrumental tecnológico - a capacidade de carga - para se definir o número máximo de pessoas que a área pode suportar, também se deve determinar o número mínimo para que o negócio seja rentável, pois conforme Breaton (apud LA PAZ, [199-], ecoturismo também significa negócio e, portanto, busca de rentabilidade econômica. Conclui-se, então, que o elemento distintivo entre esses dois modelos é que o segundo tem como objetivo principal os espaços naturais pouco ou nada humanizados, ou seja,

[...] é aquele turismo interessado em visitar espaços naturais protegidos (parques naturais, parques nacionais, reservas) e conhecer a flora e a fauna dos países e estados visitados. (OXINALDE, 1994, p. 26). (grifos do autor)

Molina (1991) completa essa opinião observando que o ecoturismo tanto pode efetivar-se em propriedades públicas quanto privadas, ressalvando que a questão central é que sejam protegidas. As áreas protegidas são um grande achado para o mercado. De um lado, guardam recursos e belezas imensuráveis, de outro, permitem que se realizem atividades de forma controlada, fiscalizada e paga, as quais, supostamente, vão assegurar a preservação ambiental. Assim, em termos de modelo, verifica-se a construção de uma atividade formal,

normatizada e espacialmente limitada. A limitação do ecoturismo a espaços protegidos, além de ser um ponto fundamental e distintivo dessa modalidade, constitui-se, a meu juízo, em um aspecto sociológico importante na medida em que restringe e limita econômica, cultural, administrativa e ambientalmente o espaço de realização social dessa atividade.

Em síntese, entendo que devemos falar em modelos de ecoturismo. O modelo de massas, baseado nas leis do mercado, e o modelo integral (ou ecoturismo propriamente dito), que incorpora princípios ecológicos e sociais. Mas, além desses tipos, identifiquei que não existe uma classificação, um rótulo único para a prática de visitas à natureza, promovida pelos turistas autônomos. Assim, considero a existência de três modelos ou formas de se fazer ecoturismo – com infinitas variações locais - mesmo que a segunda forma seja criticada pelos defensores do modelo integral, por não preservar o ambiente e não beneficiar as populações locais, além da acusação de ecoportunismo que pesa sobre os atores que realizam esse trabalho. Parece-me que isso é apenas um jogo de palavras que esconde a disputa pelo nicho de mercado, vez que ambos os grupos de atores utilizam a natureza como produto no mercado turístico, assunto esse que analiso no item a seguir.

2. 6. NATUREZA: A ESSÊNCIA CONFLITUOSA DO ECOTURISMO

A natureza está intrinsecamente vinculada com o ecoturismo, constituindo-se em sua própria essência. Como observam Wearing, Neil e Figgis (1999), o entorno natural em estado puro desperta um interesse especial e desempenha um papel fundamental no ecoturismo. E os interesses são amplos, conforme argumentam esses autores, dado que o termo meio ambiente refere-se não só ao entorno natural – a flora, a fauna, os tipos de terra, os aspectos meteorológicos – mas também engloba os elementos sociais, econômicos, científicos, empresariais e políticos.

Daí que um dos poucos aspectos que parece ser consensual na atividade do ecoturismo é o fato do mesmo ter como locus fundamental de realização a natureza, com suas paisagens e singularidades, a qual pode ser enfocada sob os ângulos econômico, social, cultural, ambiental, ético, moral. Para efeito de nossa pesquisa enfatizo a idéia de natureza como um fenômeno social, aspecto que trabalho teoricamente no Capítulo 3.

Tendo em vista a complexidade que envolve a concepção de natureza, como nos alerta Harvey [19--], bem como as distintas formas de explicação sobre a sua percepção, concentro-me nesse item em argumentar como a natureza passa a se constituir na essência do ecoturismo e, ao mesmo tempo, gerar conflitos.

Parte dos autores consultados refere-se a uma mudança de percepção com relação à natureza. Para Becker (1996), a mudança ocorrida é que a natureza deixa de ser vista como fornecedora de recursos e base de reprodução de grupos nativos e passa a ser capital, capital de realização atual ou de realização futura, reserva de valores. Além disso, chama a atenção para o fato de que as tecnologias avançadas permitem utilizar a natureza num outro patamar, a exemplo da biodiversidade que produz uma valorização da natureza como produto, mercadoria. É esse novo significado da natureza que gera um novo mercado turístico que permite organizar a atividade do ecoturismo. Com isto, os territórios são valorizados seletivamente em função da acessibilidade, do *marketing* e da própria natureza que possuem. Nessa linha econômica, Hogan (1997) e Jacobi (1998) afirmam que o turismo é o veículo de consumo que pode transformar em simples mercadoria os últimos redutos da natureza preservada. Problemático, em termos ambientais, é que, conforme Jacobi, os ecossistemas que sobreviveram por serem locais de difícil acesso, correm o risco de serem invadidos por um público que, cada vez mais, é estimulado a procurar exotismo a qualquer preço.

Por outro lado, Wearing, Neil e Figgis (1999), sintetizam uma idéia que tem sido trabalhada por diversos autores, ao afirmarem que o ecoturismo surgiu como resultado de uma mudança fundamental na forma de ver a natureza por parte da sociedade. Essa linha de abordagem trabalha a partir das transformações sociais desencadeadas pelos movimentos ambientalistas, gerando na população urbana uma idealização da natureza, que resultou na criação de uma suposta consciência social sobre a preservação ambiental. Enfatizo o aspecto da suposta consciência social sobre os problemas ambientais com base em Hannigan (1995), para quem a preocupação do público não é de forma alguma automática, precisando ser construída por atores sociais. Comprovam essa formulação de Hannigan, os resultados da pesquisa coordenada por Crespo (2002), *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*, realizada sucessivamente em 1992, 1997 e 2001. Os dados mostram que, nos nove anos em que essa pesquisa foi feita, poucas mudanças ocorreram no grau de envolvimento das pessoas com a questão ambiental. Além disso, a pesquisa traz indicativos de que se deve relativizar a consciência ambiental no País, uma vez que existe uma concepção pouco abrangente do que vem a ser meio ambiente por parte da população e de que o meio ambiente não é prioridade para a população. Ademais, tem-se de considerar o fator escolaridade, que é o que determina o nível de informação e uma atitude tendente ao meio ambiente, bem como a diferenciação regional, vez que foi observado por exemplo, que a Região Sudeste do País – a mais informada – é onde a consciência ambiental se expressa mais fortemente.

Um outro ponto sobre o qual existe um significativo debate no ecoturismo é o uso das áreas protegidas. Na concepção do modelo integral, estabeleceu-se como princípio que o ecoturismo propriamente dito só se realiza nesse tipo de áreas. As justificativas são várias, mas, entre outras, situa-se a de que a abertura das áreas tenderia a produzir recursos para a sua preservação, gestão e manutenção, gerando emprego e renda para os locais. Conforme Diegues

(1994), o *boom* de criação de áreas protegidas no mundo, que ocorreu no anos 70 e 80, também se verificou no Brasil²⁶ como resultado, segundo os grupos ambientalistas, das pressões sociais e da reunião Rio/92. Draffen et al. (1996) registram que estão, sob o controle federal e de Estados, 350 parques e estações ecológicas, porém observam a situação crítica em que se encontram, pois 70% destes só existem no papel, só 33% das reservas naturais brasileiras têm um mínimo de infra-estrutura e só 19,5% têm veículos, equipamentos, armas e pessoal apropriado. Além disso, afirmam que, do total de parques nacionais, o governo tem controle regular de apenas 22%. O processo de criação de unidades de conservação ocorreu e ocorre no plano federal, em que o responsável é o Ministério do Meio Ambiente através do seu órgão executor e fiscalizador, o IBAMA e, no plano estadual, os governos administram as áreas protegidas através de órgãos ambientais.

Mas a questão fundamental para a nossa pesquisa é que, após consolidada essa estrutura de preservação ambiental no País, nos anos 90 o Estado brasileiro muda de posição, passando a defender a abertura das áreas protegidas para visitação pública, propondo a terceirização dos serviços e seu uso através do ecoturismo. Por que essa nova posição do Estado? No Decreto Federal n. 448 de 14/02/1992, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, verifica-se que um dos objetivos contidos no Art. 3^o, inciso VI, é estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação. Para implementar o acima disposto, o Art. 12^o estabelece que as entidades do Governo Federal que controlam e administram parques nacionais, bens patrimoniais e culturais com valor turístico, deverão firmar convênio com a Embratur visando seu

²⁶ Segundo Ruschmann (1992, p. 59), em 1992 existiam 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas, 31 estações ecológicas e 06 reservas ecológicas que, em conjunto, correspondiam a 16.915.640 ha. Dados do IBAMA (www.ibama.gov.br) revelam que, em 2001, estavam criadas 22 Estações Ecológicas, 24 Reservas Biológicas, 5

aproveitamento turístico, respeitadas as normas de proteção e preservação. Em vista disso, a posição do órgão ambiental – o Ibama – passa a confundir-se com a do órgão promotor do turismo, a Embratur, transformando-se, inclusive, em difusor das virtudes do País como um dos lugares do mundo que possui mais atrativos para todos os perfis de ecoturistas e condições inigualáveis para a prática de todas as modalidades de ecoturismo – exceto as que exigem neve. Ao lado disso, o Estado adota os objetivos formulados no documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1994) que visa o aumento da receita gerada nas diversas áreas conservadas; fomento à visita ordenada; preservação dos recursos naturais florísticos, faunísticos e as paisagens cênicas locais e promoção da utilização racional do patrimônio natural. Em outros termos, um dos pontos focais das diretrizes do Estado para o ecoturismo relaciona-se com a utilização econômica das áreas protegidas.

Colocando em prática a determinação governamental explícita na lei, o Ibama formulou a proposta de abertura dos Parques Nacionais que administra para o turismo através do Programa de Uso Público²⁷ e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidades de Negócios (2001). Esse programa apresenta a visão do Estado no sentido de consolidar uma profícua parceria Ibama/Embratur com vistas a aproveitar o mercado mundial de ecoturismo que é considerado como de franco crescimento. Em outros termos, existe uma associação entre os setores ambiental e o comercial do Estado com vistas a abrir para o mercado áreas protegidas que foram criadas, em muitos casos, através de desapropriações e conflitos com os antigos moradores, para utilização mercantil voltada para um público limitado. O caso do Estado da

Reservas Ecológicas, 40 Parques Nacionais, 44 Florestas Nacionais/Flona, 22 Áreas de Proteção Ambiental/APA e 09 Reservas Extrativistas/Resex.

Bahia exemplifica o comportamento do Estado. A preocupação com a competitividade do produto turístico da Bahia levou o Governo do Estado a realizar uma pesquisa internacional que mostrou o interesse do público estrangeiro pelo ecoturismo. Em decorrência, transformou as áreas de maior valor ecológico do Estado em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) – em número de oito –, dado que o desenvolvimento do turismo depende diretamente da conservação dos atrativos naturais e culturais, matérias-primas fundamentais para a existência do ciclo econômico ligado ao turismo (Prodetur-Ba, 1994). Concluiu que, se nos anos 60/80 a criação de áreas protegidas objetivavam a preservação da natureza, nos anos 90, as iniciativas do Estado nessa área voltavam-se para preservar um bem escasso – a natureza ainda preservada – que passava a se constituir em *commodities* no mercado internacional, produto este demandado por um público seleto e crescente, conforme dados citados anteriormente. O desdobramento desse processo no plano nacional é o programa de Uso Público do Governo Federal (citado acima) que pretende terceirizar os serviços de 16 dos 44 parques nacionais do País (Ibama terceiriza Parques Nacionais, 2002)²⁸.

A utilização das áreas protegidas, colocada no centro dos debates sobre a realização do ecoturismo no País, reúne expressivos segmentos de apoiadores e também de críticos. Consultando Diegues (1994) entende-se que essa idéia de delimitação de áreas protegidas surgiu nos Estados Unidos, no século passado, objetivando proteger a vida selvagem (*wilderness*) ameaçada pela civilização urbano-industrial, que destrói a natureza, guardando

²⁷ De Las Heras (1999, p. 10) refere-se ao conceito de uso definido por Fernando de Tejada (1992) como [...] aquella parte de un parque nacional, establecida por el gestor para las visitas y el uso del parque. Para de Las Heras, um plano de gestão de áreas naturais deve incluir um plano de uso público.

²⁸ Ibama terceiriza Parques Nacionais. A Tarde, Salvador, 18 jan. 2002. Na matéria, o Ministro do Meio Ambiente afirma que a terceirização será de serviços como a exploração de passeios, restaurantes, transportes entre outras coisas.

exemplares da natureza ainda primitiva, sem intervenção humana. Crítico dessa idéia e rotulando-a de neo-mito²⁹, Diegues afirma que

[...] existem nesse neo-mito elementos místicos claros que reportam à idéia de paraíso perdido, de beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada (DIEGUES, 1994, p. 86).

Estas idéias são associadas à atividade do ecoturismo, pois o chamado turismo ecológico em parques e reservas também incorpora esse neomito. Diegues observa que, diferentemente dos objetivos dos primeiros parques norte-americanos, o turismo ecológico é ainda mais elitista, reservado àqueles que podem pagar tarifas especiais. Em síntese, esse autor rejeita tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto de que, guardando-se áreas naturais para conservação, automaticamente se garantirá a integridade biológica. Enfim, entende que a idéia de natureza virgem, intocada, tanto é um mito quanto uma produção cultural, uma criação mercantil ou simplesmente *marketing*. Coincidindo com o ponto de vista de Diegues, Ruschmann (1992) destaca o aspecto econômico, observando que a concepção de ecoturismo com base em áreas protegidas criou uma reserva de mercado para um novo e promissor nicho, destinado ao consumo de um público seletivo.

Favorável ao uso das áreas protegidas para o ecoturismo, Irving (2000) destaca benefícios e vantagens comparativas do País mas, em função dos inúmeros problemas e conflitos que deveriam ser equacionados como pré-requisito à atividade, defende alguns instrumentos

²⁹ Diegues utiliza a idéia de mito moderno como “um conjunto de representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental em nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem-natureza o qual o mundo natural tem direitos idênticos ao do ser humano”.

minimizadores como um processo sistemático de educação ambiental, o uso do planejamento, a discussão ética da atividade e o uso de códigos de conduta. Além disso, ressalta que o principal obstáculo para a utilização das áreas protegidas é a questão fundiária que envolve as comunidades locais.

Observei que, na bibliografia consultada, tem prevalecido a idéia de Diegues de que a melhor estratégia para uma relação de harmonia da sociedade com o meio ambiente não é através da criação de áreas protegidas, de onde o homem está excluído. Na prática, para superar riscos e outros entraves existentes, os atores que estão à frente do processo de implantação do ecoturismo – empresários, ONGs e Estado – têm investido no que Diegues chama de visão utilitarista, implantando experiências e, em alguns casos, incentivando o planejamento das atividades de forma a introduzir tecnologias – como a capacidade de carga – para minimizar os riscos da atividade.

Assim, entendo que o ecoturismo situa-se no âmago de uma das discussões atuais sobre a questão ambiental, tanto pelo fato de propor o uso da natureza ainda preservada quanto por indicar que com o uso de tecnologias é possível se alcançar a preservação do meio ambiente, assuntos estes que são centrais nessa pesquisa de tese.

1.7 ANTECEDENTES DO ECOTURISMO NO BRASIL

Na América Latina, segundo Acerenza (apud FERT NETO, 1991), a planificação regional do turismo teve início há três décadas, o que mostra que esta é uma atividade de organização bem recente.

Em relação ao ecoturismo, verifiquei no documento *Implementação da estratégia de desenvolvimento da Política de Turismo para o Hemisfério*, da Organização dos Estados

Americanos (OEA)³⁰ (1998), que, desde 1979, os delegados recomendaram a criação e implementação de políticas nas Américas voltadas para equacionar os impactos do turismo sobre o ambiente. Depois disso, na Primeira Conferência Caribenha sobre Ecoturismo, em 1991, também se chamou a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas governamentais específicas para o ecoturismo, tendo havido recomendações para ações nas áreas de educação, treinamento, desenvolvimento do produto, conservação e planejamento.

No Brasil, a Ecobrasil (2001) encontra antecedentes do ecoturismo há dois séculos, nas visitas realizadas por pesquisadores como von Martius, Spix e St. Hilaire que vieram conhecer a natureza local, observando que, nos anos 80, já se desenvolvia um programa de turismo na Amazônia. Segundo essa entidade, o conceito de ecoturismo foi introduzido no Brasil no final dos anos 80, acompanhando tendência internacional. Ou seja, como uma atividade moderna, o ecoturismo se enquadra no processo de globalização, dentro de um movimento internacional para sua disseminação e implantação em diversos países do mundo, de acordo com interesses do mercado.

O levantamento sobre as raízes do ecoturismo no Brasil mostra que, historicamente, não há um fato especial que marque a sua emergência, mas uma série de elementos que indicam a forma e as condições nas quais se estabeleceram as primeiras atividades que são identificadas com o ecoturismo como atividade específica no País. Um ponto que me parece importante destacar é que ele surge tanto como demanda como ofertas urbanas. A bibliografia consultada destaca a organização de processos de visita à natureza por parte de atores urbanos – os empresários –, para satisfazer a necessidade de demanda feita por moradores da *urbis* que orientavam seus interesses pela natureza com base em fatores culturais.

³⁰ No texto citado, consta a referência em inglês OAS – Organization American States.

Como e através de que atores emerge o ecoturismo no Brasil? O Sebrae-Ba (1995) e Paulo Pires (1998), afirmam que o ecoturismo se inicia na Bahia, na década de 60, com a instalação dos *hippies* em Arembepe, povoado do Litoral Norte da Bahia. Contudo, essa versão na medida em que os fatores que motivaram as iniciativas dos *hippies* (e mesmo das comunidades alternativas que se multiplicaram na época) divergem completamente dos princípios do ecoturismo.

A partir da bibliografia consultada, pude concluir que duas experiências, dada a forma sistematizada e organizada como aconteceram, explicam de forma mais adequada a emergência do ecoturismo no País. A primeira, com base em depoimentos colhidos na Embratur, assevera que o fato de a Amazônia ser vista no exterior como ícone do Brasil gerou uma pressão do mercado internacional, em função do interesse em se conhecer a região, criando-se as primeiras iniciativas de ecoturismo, seja através de *tours* pela região, seja pela instalação direta de hotéis de selva, os chamados *ecoresorts*. Barros II (apud PIRES, P., 1998) observa que, inicialmente, as atividades turísticas na região consistiam em passeios de barco a partir de Manaus para observação do encontro das águas dos rios Negro e Solimões. Mas foi em 1979 que se instalou o primeiro hotel de selva – o Amazon Lodge – cujo proprietário era um suíço. Observa Paulo Pires (1998) que, a partir dos anos 80, começam a ocorrer as primeiras experiências com turistas estrangeiros sendo conduzidos por guias, com serviços de transporte ainda experimentais, até se tornarem receptivos de agências estrangeiras que promoviam o tipo de turismo denominado de safári na Amazônia ou safári ecológico. Já no Pantanal, outro bioma altamente procurado para a prática do ecoturismo, a primeira estrutura específica – a pousada Refúgio Ecológico Caiman – só foi implantada em 1987. De acordo com essa versão, o ecoturismo teria sido implantado no País atendendo a pressões do mercado externo.

Outra versão relaciona o surgimento do ecoturismo no Brasil com as viagens pedagógicas – que ficaram conhecidas como estudos do meio – promovidas por escolas particulares de São Paulo. Uma pesquisa realizada por Paulo Pires (1998) mostra que tal atividade se iniciou em São Paulo, em 1962, a partir de solicitação de um colégio particular para que fosse organizada uma viagem de estudos, tendo como destino as cidades históricas de Minas Gerais, tendo ocorrido outra viagem, na mesma época, para o litoral de São Paulo. Essa experiência ensejou a criação, por volta de 1982, de uma organização não governamental – a Eco Associação – que passou a viabilizar tais atividades, servindo a partir daí como incentivo para o surgimento de outros organismos do gênero.

A procura por esse tipo de excursão³¹ deu margem à criação de novas empresas, a partir de meados dos anos 80, organizando viagens com objetivos pedagógicos e tendo estudantes como público, e conforme historia a Secretaria de Coordenação da Amazônia (2000), desdobrou-se na implantação de agências e/ou operadoras, algumas das quais atuam com o turismo ecológico até o presente. Ao longo dos anos 90, o ecoturismo passou a ser oferecido através de pacotes por agências e empresários, e ONGs elaboraram e implantaram projetos ecoturísticos em várias regiões do País.

Entre as versões sobre a origem do ecoturismo no Brasil, lista-se também a prática espontânea do excursionismo, implantado em São Paulo por franceses que passaram a residir no País, em fins dos anos 60, criando diversas entidades que apoiavam tais práticas (PIRES, P., 1998). Constatei, em pesquisa de campo, que o Parque Ecoturístico da Pedra do Baú, no município de São Bento do Sapucaí, é vizinho do Clube Alpino, um dos clubes que promovia o

³¹ Conforme Piza (apud PIRES, P., 1997), essa experiência foi desenvolvida de forma sistematizada por mais de duas décadas e se constituiu em uma aliança entre o turismo e o meio ambiente tendo em vista haver uma preocupação ecológica que fundamentava as viagens.

excursionismo, sendo que o Parque era um antigo alojamento para alpinistas que buscavam a Pedra do Baú para fazerem escaladas.

De acordo com as versões expostas, é possível fazer-se uma cronologia de iniciativas tidas como precursoras do ecoturismo: nos anos 60, os *hippies* e as viagens de estudos do meio; nos anos 80, as viagens através de agências e nos anos 90, a expansão da oferta por parte de agências e a implantação de experiências e/ou projetos por parte de ONGs e empresários, em paralelo com a prática de turismo na natureza de forma autônoma, como acontece na Pedra do Baú e na Chapada dos Veadeiros. Ressalto que, quando se consideram as iniciativas de estudos do meio e o excursionismo como práticas precursoras do ecoturismo, o Estado de São Paulo se constitui no pólo gerador dessa atividade no País (o que é reafirmado pelo fato atual de ser o maior pólo emissor do Brasil).

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resenha procedida neste capítulo objetiva proporcionar uma visão sobre a multidimensionalidade do ecoturismo que se consolida no Brasil nos anos 90, permitindo identificar aspectos fundamentais como as dificuldades teóricas produzidas pela polissemia conceitual, os diversos modelos ecoturísticos, as percepções, conflitos e interesses relacionados com a natureza, que é a essência da atividade, bem como elementos históricos, políticos, sociais e culturais diversos.

De fundamental importância é a identificação de que faltam estudos na área sociológica, que a produção científica sobre o assunto é limitada, que os trabalhos acadêmicos não utilizam uma teoria definida e que uma das lacunas mais significativas é a falta de estudos com uma abordagem integral, cobrindo a multidimensionalidade da temática.

A resenha realizada neste capítulo reafirma minha escolha de produzir uma pesquisa integrada, relacionando a realidade nos planos micro e macro, utilizando a combinação das propostas teóricas da sociologia ambiental e da teoria de Beck e Giddens para analisar a temática do ecoturismo.

Tendo apresentado as características modernas do ecoturismo e a sua multidimensionalidade, complemento no próximo capítulo a resenha sobre o assunto, com um levantamento da dinâmica dos atores sociais no ecoturismo.

3 A DINÂMICA DOS ATORES SOCIAIS NO ECOTURISMO

No presente capítulo, apresento, na primeira parte, uma resenha bibliográfica com o objetivo de identificar e caracterizar os atores que atuam no processo ecoturístico, ressaltando suas principais ações e posições, seus interesses e os conflitos que ocorrem entre eles, aspectos fundamentais para a pesquisa a ser apresentada mais adiante. Na segunda parte, discuto aspectos como a questão do desenvolvimento e do risco, que têm implicações diretas na concepção, implantação e desdobramentos futuros da atividade. Por fim, com os subsídios obtidos com as resenhas produzidas neste e no Capítulo 1, apresento o problema de pesquisa.

3.1 O *TRADE* ECOTURÍSTICO

Do lado da oferta da indústria turística, é importante destacar que o turismo não se constitui em um ramo de produção definido entre aquelas atividades econômicas listadas pela ONU pois, de acordo com Ignarra (1999) ele utiliza-se de vários setores econômicos para compor seus produtos, sendo que parte expressiva destes não se dedicam exclusivamente ao turismo. O complexo diversificado de empresas e serviços que compõem o turismo consegue aglutinar o também diversificado segmento dos turistas, atuando como um fator de coesão através de um trabalho que compreende a identificação, o estímulo e a satisfação das necessidades dos viajantes. Em outros termos, como observam esses autores, são as empresas da indústria turística que:

[...] refuerzan el instintivo deseo del ser humano de apartarse de la polución y la alienación que generan nuestras sociedades industrializadas y urbanizadas, al tiempo que se encargan de proporcionar los medios necesarios para poner en práctica el cumplimiento de estos sueños. (TURNER; ASH, 1991, p. 15).

As empresas do turismo, segundo observa Treboul (1998), são marcadas por uma diversidade, conformando um grupo heterogêneo, mas que estão ligadas por laços de interdependência pouco conhecidos dos analistas econômicos e dos pesquisadores. Em termos práticos, o *trade* turístico, segundo Ignarra (1999), é constituído por um imenso complexo que compreende os atrativos e os serviços turísticos, os serviços públicos e a infra-estrutura os quais se concretizam em uma diversidade de empresas como as operadoras – que planejam e organizam o processo de viagem –, agências de viagem, meios de hospedagem, empresas de transporte aéreo, terrestre, fluvial e de restauração, empresas de propaganda e *marketing*, empresas de entretenimento, bancos, financeiras, comércio e serviços de diversos tipos (saúde, segurança, informação, comunicações). Além disso, incluem-se na oferta os recursos humanos que, por sua vez, prestam serviços especializados.

Na linha de frente do mercado turístico, ponteiavam as empresas tradicionais – as operadoras – que podem ou não ter agências específicas subordinadas, ocorrendo, contudo, transformações profundas nos últimos anos. De um lado, verifica-se um movimento empresarial com alianças estratégicas e fusões, configurando grandes consórcios com concentração de poder econômico no mercado, e que chega a estender-se também ao plano político. De outro, há o surgimento de um outro tipo de empresas que, segundo Molina (1988), orienta seus valores e suas práticas com base em novas culturas empresariais e de *management*. A situação de alta competitividade no mercado na atualidade, aliada às exigências de qualidade, preços e diferenciação, produz sinais claros de guerra comercial em que existe uma pressão constante por ajustes na forma de produzir e do que se produz. A esse respeito, criticamente, Molina (1988) observa que a situação atual de alta competitividade e concentração de poder econômico e tecnológico do que chama pós-turismo deve provocar desigualdades econômicas, sociais, tecnológicas e produtivas.

Alguns autores, em face da explosão do ecoturismo na segunda metade dos anos 90, chegam a se referir a ele como uma moda. Coelho (2000), entretanto, explica que por trás de cada fenômeno turístico há milhares de reais de investimento realizado pelo empresariado em prospecção e comunicação. Segundo a autora, em um mercado competitivo, constituído por alguns destinos permanentes e outros tantos efêmeros, os operadores estão continuamente à procura de novas galinhas dos ovos de ouro. Nesse mercado, há uma divisão de funções entre o Estado e as operadoras. Enquanto o primeiro constrói infra-estrutura e lança campanhas, os operadores turísticos fazem prospecção de mercado, buscando parceiros para os pacotes que são construídos através de negociações de melhores preços e condições junto a hotéis, companhias aéreas e restaurantes, bem como de convites a agentes de viagens e jornalistas para experimentarem os serviços. Ao lado disso, outras ações são desenvolvidas com vistas a complementar o processo como apresentação de brochuras, *mailings*, campanhas de publicidade e *stands* em feiras. Este é um processo que se inicia com o operador, que funciona como um grossista junto às agências de viagem produzindo os programas padronizados que são apresentados para distribuição nas agências, havendo também a participação das agências ou Secretarias de Turismo dos Estados. Como o custo dessa produção é elevado, ele é repassado ao consumidor na aquisição do pacote. Com a modernização do setor, as empresas introduziram estratégias de fidelização dos clientes, que contam com ações de *mailling e telemarketing* e também o trabalho de construção de perfis dos clientes que são importantes na definição dos atrativos a serem criados e vendidos.

Especificamente em relação aos empresários que atuam no lado da oferta, identifiquei duas pesquisas no Brasil que investigaram empresas que atuam na área do ecoturismo. Com o objetivo de caracterizar as empresas, os serviços e produtos ecoturísticos

oferecidos e determinar o perfil dos seus clientes, Ruschmann³² (1995) pesquisou agências de turismo ecológico com serviços receptivos nacionais e internacionais. Constatou que a maioria do empresariado fundou suas agências entre os anos de 1986 e 1990, têm de 1 a 4 sócios situados na faixa etária entre 24 e 35 anos, em São Paulo, e 36 e 45 anos, em outros Estados. Observou a vinculação desses empresários com a área ambiental, uma vez que a maioria informou que possui nível superior nas áreas de ciências humanas ou biológicas, sendo que muitos deles foram motivados a criar empresas pela experiência de terem sido guias ecológicos, pelo interesse pela natureza ou como *hobby*. Apesar disso, verificou que no comércio das viagens, as empresas não hesitam em realizar viagens com número elevado de turistas que podem degradar o meio visitado na medida em que a capacidade de carga do local não é considerada. Além disso, usam veículos motorizados que provocam ruídos e poluição.

A informação de que 80,8% dessas empresas (52,3% em São Paulo e 28,5% em outros Estados) atuam apenas com pacotes de ecoturismo (enquanto as demais trabalham com todos os tipos de turismo), mostra que o ecoturismo já se constitui em uma atividade econômica consolidada e confirma observações anteriores sobre as raízes do ecoturismo, ao mostrar que em São Paulo existe uma maior especialização, bem como um maior mercado consumidor desse tipo de turismo. Os empresários pesquisados trabalham na divulgação dos produtos utilizando tanto a mídia quanto enviando mala direta e participando de eventos no País e no exterior.

Bely Pires (1999), por outro lado, realizou um estudo exploratório mais específico sobre o processo gerencial das agências de ecoturismo situadas na Cidade de São Paulo. Nos quatro casos estudados, a autora observou o envolvimento dos sócios com as questões ambientais

³² A pesquisadora ressalta a dificuldade de caracterizar as empresas dado que a legislação não obriga a especificação, o que fica na dependência do interesse do proprietário. Assim, para enquadrar a amostra como científica, entrevistou somente empresas cadastradas na Embratur.

em dois casos, sendo que o terceiro tem perfil mais administrativo, mas envolve-se com o meio ambiente, enquanto, no quarto caso, a maior preocupação é com a administração do negócio. Quanto aos funcionários, observou também uma diferenciação no que diz respeito à formação, havendo casos em que eles tiveram cursos de turismo e meio ambiente e em outros não. Em termos de planejamento e organização, predomina a informalidade, sendo que os maiores cuidados se dirigem para os processos de mercado - operação e comercialização -, observando a pesquisadora que os empresários parecem não apontar o meio ambiente como parte integrante dos objetivos da agência. Como a maioria das empresas não realiza controle de satisfação junto aos clientes – apenas uma o fazia –, a autora ressalta que o desconhecimento sobre o comportamento do ecoturista parece ser um obstáculo para o aprimoramento da gestão ambiental. Quanto aos aspectos do mercado consumidor das agências, em três empresas, o público inicial foram as escolas e pessoas das classes A e B. Um outro setor empresarial, mencionado esporadicamente por alguns autores, é o de consultoria, que tem ocupado grande espaço na área ecoturística, realizando trabalhos para o Estado, em especial de planejamento e formulação e assessoria de projetos.

As pesquisas acima afirmam a existência de um *trade* ecoturístico, organizado através do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB, 2000), que foi criado em Canela/RS, em 1995, com o objetivo de representar nacionalmente os interesses de empresários e instituições de ecoturismo. Além disso, destaco a ação da Ecobrasil (2000), criada em 1993, em Ilhéus, como fruto da preocupação de alguns operadores especializados com a qualidade dos produtos de turismo ecológico disponíveis no mercado, cuja razão social é de empresa de assessoria e consultoria, mas que tem desenvolvido ações voltadas para o fortalecimento da atividade.

Todavia, a situação não é tranqüila, havendo críticas ao fato de muitas empresas do setor privado, em especial as operadoras:

[...] não possuem critérios para o planejamento de suas atividades ou para a proteção da própria base dos recursos naturais e culturais que fundamentam seus negócios. Em alguns casos sequer há a preocupação em se auto-regulamentar, organizando-se para estabelecer diretrizes ou códigos de ética próprios. (SALVATI, 2002, p. 2)

Concluo neste item, que existe um setor empresarial ecoturístico estruturado e organizado politicamente no Brasil há mais de uma década, influenciando as políticas públicas e desenvolvendo projetos em parceria com o Estado.

3.2 TURISTAS E ECOTURISTAS

Para caracterizar os ecoturistas, parto da observação de Ignarra (1999) que aponta uma série de fatores que concorreram para o crescimento exponencial do número de turistas e que devem ser levados em consideração na análise do turismo, como o desenvolvimento dos transportes, a evolução das comunicações, a elevada urbanização, o processo de globalização da economia e o crescimento do tempo livre, aspectos estes que influenciaram na conformação heterogênea dos turistas.

Tomando como referência as classes sociais e econômicas, Beni (1998), estratifica o turismo em três tipos: turismo de classe alta, de elite ou alto turismo; turismo de classe média, grande turismo ou turismo de massa e turismo popular ou turismo social. No primeiro grupo situam-se os capitalistas, as classes sociais economicamente privilegiadas, as quais asseguram a prática do turismo em função de um conjunto de fatores, entre os quais se destaca a estabilidade econômica. Para Turner e Ash (1991), pode-se definir a elite do turismo pela idade, o nível de

renda e o *status* social. Mais significativo ainda é que, de acordo com Beni (1998), é essa classe que provoca dois outros fenômenos: a descoberta e o desenvolvimento de novos pólos de atração turística, onde ocorre a criação de infra-estrutura, e o incentivo do fenômeno do mimetismo nas demais classes sociais, levando à ocupação dos atrativos descobertos, provocando a massificação com ocupação desordenada, especulação imobiliária até chegar ao desprestígio do local.

Quanto ao que chama de classe média – que reúne profissionais liberais, funcionários categorizados, empresários e públicos que têm relativa disponibilidade financeira –, observa que é a mais importante porque produz o turismo de massa, que sucede e substitui a elite nos núcleos tradicionais e receptores, provocando a expansão da infra-estrutura e dos serviços. Ressalto, contudo, que, tendo em vista que o ecoturismo se realiza em áreas ainda pouco conhecidas, às vezes de acesso difícil, esta é uma modalidade de turismo voltada para minorias, um público mais restrito, que possui uma renda mais elevada, ocupando o topo da pirâmide social.

O terceiro grupo de demanda é constituído pelos trabalhadores em geral, as classes menos favorecidas economicamente, aqueles que recebem até cinco salários mínimos e promovem o turismo popular, segmento este que tem dificuldades em realizar turismo, para o qual falta uma política e que estaria a depender de programas subsidiados pelo Estado.

Além dos aspectos citados, mudanças socioculturais ocorridas na sociedade nas últimas décadas produziram alterações no comportamento social, repercutindo na demanda pelo turismo a exemplo dos segmentos de mais alto poder aquisitivo que estão a buscar produtos e serviços novos, a exemplo da modalidade ecoturismo, conforme Molina (1998). Ainda segundo Molina, as mudanças no mercado turístico – e que tem repercussões no ecoturismo – aconteceram ao longo dos anos 90, década em que houve uma mudança de gostos e preferências da demanda que passou a buscar novas experiências – e não só novos produtos e serviços –, gerando a

ampliação territorial do mercado turístico. Essas mudanças culturais introduzem um outro fator, de interesse para esta pesquisa, que é a elevada reflexividade dos atores sociais.

Nesse sentido, esse autor destaca as mudanças culturais e sociais que provocaram transformações qualitativas na demanda, levando-a a adotar novos estilos de vida e de viagem, a mudar seus padrões de consumo e seus significados correlatos, passando a deter uma grande quantidade de informações, estar mais consciente e exigente em relação a preços/qualidade dos produtos e sobre os roteiros e programas, além do interesse que demonstra por um turismo ativo em que assuma o papel de protagonista. São turistas com essas características que compõem o grupo dos ecoturistas.

A exemplo da classificação do turismo, a dos turistas também é ampla, enfocada por múltiplos critérios, o que produz uma imensa gama de tipologias. Dentro delas, busquei distinguir alguns aspectos que caracterizam o ecoturista. Institucionalmente, conforme De La Torre (apud BARRETO, 2000), a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turista³³ como um visitante temporário, proveniente de um país estrangeiro que permanece no país mais de 24 horas e menos de 3 meses, por qualquer razão, exceção feita de trabalho. Acidamente, Turner e Ash (1991) comparam os turistas com as tribos bárbaras na medida em que são eles que promovem uma migração em massa de diversas populações que experimentam uma notável colisão com uma série de culturas distintas e distantes da sua própria. A diferença em relação aos antigos bárbaros é que os turistas se originam de centros urbanos para locais muitas vezes pouco dinâmicos, criando um novo território, tanto social como geograficamente dependente: a Periferia do Prazer.

³³ Entende-se também por turista, no geral, toda pessoa que visita outra localidade e região, por mais de 24 horas, sem que o objetivo seja razões de trabalho.

Mas a origem urbana dos turistas é um aspecto importante uma vez que é a necessidade dos indivíduos de fugirem das cidades e se dirigirem à natureza por conta das influências socioculturais que sofrem, que os leva a redefinirem ou mudarem as concepções sobre o turismo, a natureza e outros elementos. Disso decorrem atividades como o ecoturismo, que funciona como um instrumento que promove o contato dos urbanos com a natureza.

Em termos teóricos, segundo Barreto (2000), existem diversas tipologias para classificar os turistas, a exemplo do modelo cognitivo-normativo de Plog, de 1972; os modelos desenvolvidos por Cohen, o internacional e o cognitivo-normativo, de 1979; o modelo interacional de Smith, de 1977, e modelos adaptados a partir destes. Dentro destas, os ecoturistas poderiam ser classificados como não institucionalizados, que são definidos por Cohen (1979, apud BARRETO, 2000) como nômades: aqueles que procuram ambientes exóticos e diferentes; ou exploradores, os que organizam a própria viagem por lugares já um pouco conhecidos, tentando afastar-se dos caminhos que todos fazem; também como peregrinos modernos existenciais, aqueles que querem sair da rotina para um lugar que lhes dê paz espiritual. Ainda com base em Cohen, poderiam ser classificados como buscadores de prazer diversionários: aqueles que escapam da rotina e do tédio para suportar a própria alienação. De acordo com Smith (1977), poderiam ser definidos como turistas de elite, os que procuram lugares raros (mas já descobertos por outros), onde já haja uma infra-estrutura; ou o *off-beat*, que é o que procura afastar-se das multidões. Barreto (2000) também apresenta uma classificação dos turistas de acordo com a classe social e faixa etária, fatores estes que são muito importantes em relação aos ecoturistas. Mas, especificamente, quem são os ecoturistas?

Para De Las Heras (1999), todos temos sido ecoturistas alguma vez, para destacar que não há dados que indiquem ser o ecoturista alguém como um militante³⁴ de ONG. Lindberg (apud DE LAS HERAS, 1999) indica a existência de quatro tipos de ecoturistas: o ocasional, que escolhe um passeio ecológico por acaso; o de ritos naturais, que visita destinos conhecidos como ecoturísticos para sair da rotina; o interessado, que gosta da natureza, e o entregado, que são os cientistas e pessoas com vocação ambiental que querem aprender a ajudar a conservação do meio ambiente. Ruschel ([19--]) reforça essas características ao afirmar que, em função das exigências, expectativas e características, o mercado consumidor ecoturístico pode ser algumas vezes radicalmente diferente do turista convencional. Estudos internacionais, como o realizado por Boo (apud DE LA PAZ ([19--])), mostram que os ecoturistas são entusiastas das atividades ao ar livre, têm idade entre 37 e 45 anos, têm boa posição econômica, a maior parte tem nível universitário, maturidade e preocupação com o meio ambiente, esperando esclarecimentos ao participar de experiências e crescimento pessoal. Além disso, os ecoturistas têm experiência de viagens e já realizaram o turismo convencional, são intransigentes em questões éticas e ecológicas e não exigem luxos, mas conforto e limpeza. De Las Heras (1999) mostra que os ecoturistas gastam mais dinheiro que os demais, talvez porque tenham consciência de que este setor é muito especial, por não ser de massas e que, portanto, não pode ser barato como este. Complementa que os ecoturistas são um segmento mais restrito, mais especial na medida em que não viajam em vôos *charters* nem em grandes grupos, não se locomovem em carros etc.

Defendendo a idéia que os ecoturistas são um “[...] estrato de viajeros experimentados, con grados escolares altos y com capacidad de gasto, se caracterizan por su preferencia a disfrutar sus vacaciones en espacios naturales y culturales de gran calidad,

³⁴ Quem milita ou luta por uma causa, uma idéia, segundo o Minidicionário Ediouro (2000, p. 505).

autenticidad y seguridad". Molina (1991), situa-se entre os autores que vêem características específicas nesse tipo de turistas.

Os ecoturistas são caracterizados como um grupo à parte, que reconhecem o valor do meio ambiente natural, desejam ter uma experiência formativa significativa em seu estilo de vida, e exigem programas turísticos desenhados e operados sob novos parâmetros, que reconheçam seus interesses individuais, o que revela a ênfase dada pelo autor à influência cultural de novos valores e estilos de vida sobre o mercado turístico.

Um aspecto diferencial daqueles que são caracterizados como ecoturistas é a satisfação decorrente da observação da natureza, como no caso dos observadores de aves, ou do prazer do contato direto com ela, a exemplo dos que fazem acampamento. Nesses casos, a natureza é a motivação principal, com os ecoturistas demonstrando um interesse especial pela natureza em estado puro. Isso os diferencia das pessoas cujo interesse principal é o de experimentar como se sentem em um lugar diferente de seu lugar, situação esta em que ocorre apenas uma interação superficial com a natureza, conforme observam Wearing, Neil e Figgis (1999).

No Brasil, pesquisa realizada por Ruschmann (1995) corrobora os dados coletados em outros países, ao mostrar que a maioria dos que participam de pacotes ecoturísticos tem renda elevada, nível superior completo ou em andamento, com a predominância de profissionais liberais e de mulheres, na faixa de 26 a 55 anos, cuja motivação principal é o contato com a natureza. Mas se deve também considerar outros interesses das pessoas, como buscar emoções e aventura, estar com os amigos, conhecer novas pessoas, estudar o meio ambiente e exercitar-se fisicamente.

Já a pesquisa realizada por Niefer, Silva e Amend (2000), na temporada 1998-1999, no Parque Estadual do Superagui, no litoral norte do Estado do Paraná, conclui que a

maioria dos visitantes do parque era de ecoturistas, tendo em vista o perfil dos entrevistados enquadrar-se nos descritos na bibliografia. Os resultados mostram que a maioria tinha idade superior a 20 anos (não havendo predominância de nenhum dos sexos), um pouco mais da metade (53,19%) possuía nível superior completo, renda familiar alta, sendo que a maioria viajava com amigos ou com o companheiro. Como objetivos da viagem, a grande maioria (93%) destacou que foi o turismo, porém em termos de motivação indicaram a paisagem/natureza do local, o descanso e a vida selvagem. A maioria não usou serviços de agências, tendo-se informado através de amigos e familiares. Usaram como meio de transporte carro próprio, ônibus e barco fretado, hospedando-se em pousadas ou *campings*.

Em termos qualitativos, os visitantes manifestaram ser importante a experiência em uma natureza intacta e o uso de técnicas alternativas de preservação do meio ambiente, bem como se mostraram interessados em receber informações sobre questões ambientais, cultura local e problemas socioambientais do lugar. Em síntese, o ecoturista não é um turista comum, de massa. O que o torna diferente são suas preferências por realizar um turismo seletivo, em um local específico que é a natureza e de uma forma também específica, que é através da contemplação e fruição.

Contudo há autores que divergem do padrão de caracterização dos ecoturistas acima exposto, a exemplo de Ruschel [199-], para quem a definição do perfil dos ecoturistas é fundamentalmente mais “[...] psicográfica – por gostos, tendências, atitudes, comportamentos, posições culturais etc – e não econômico-social – por sexo, idade, estado civil, local de residência e classe social”. Para ele, aspectos como ser casado ou não, velho ou jovem e mesmo rico e pobre são secundários em relação ao impulso que move um ecoturista que se situa no plano psicossocial. Os ecoturistas têm três tipos básicos de interesse: contemplação, relacionamento social e lazer; esportes ao ar livre e atividades físicas e aprendizado e cultura. Dentro do leque

que comporia o perfil dos ecoturistas, incluem-se os visitantes em grupos, os ecofarofeiros ou visitantes de um dia, grupos independentes, esportistas, contempladores da natureza, cientistas, fotógrafos profissionais e colecionadores. Mathieson (1982) observa que a motivação das pessoas para viajarem foi objeto de diversas pesquisas, que as classificaram em físicas, culturais, pessoais e aquelas relacionadas com prestígio e status. Daí, observar que as motivações dos turistas são mais complexas do que sugerem as classificações.

A caracterização dos ecoturistas produzida acima constitui-se em um dado básico para se proceder à análise dos turistas que frequentam o local escolhido para estudo de caso, o município de Alto Paraíso de Goiás. No item a seguir, analiso a ação dos ambientalistas.

3.3 OS AMBIENTALISTAS E SUAS MUDANÇAS PRAGMÁTICAS

Na introdução do ecoturismo no País, as primeiras ações foram desenvolvidas por atores isolados com objetivos culturais e empresários. É a partir de meados dos anos 90 que se tem registros de iniciativas de ONGs ambientalistas que, nos últimos anos, se vêm constituindo em atores importantes na consolidação do ecoturismo no Brasil.

Historicamente, o que caracterizou a ação das ONGs ambientalistas até início dos 90 foi a visão preservacionista³⁵ e a defesa intransigente da reversão do modelo de desenvolvimento centrado no uso indiscriminado dos recursos naturais. Nesse sentido, constava da pauta do movimento ambientalista a criação de áreas protegidas, espaços proibidos ao uso público, postura esta entendida como uma forma de proteger ecossistemas singulares e sua biodiversidade. Entretanto, estudo realizado por Viola (apud CRESPO, 2002) constatou a profunda mudança de posição que ocorreu no seio desse movimento, entre os anos 80 e 90,

situação esta reafirmada por pesquisas realizadas por Crespo em 1997 e 2002, que observou a profissionalização do movimento e o abandono de posições político-ideológicas mais à esquerda, arrefecendo a oposição ideológica ao empresariado, tido como o grande degradador do meio ambiente, passando a admitir que o mercado é um dos entes estratégicos de mudança sociais (CRESPO, 2002).

Uma das visões que predominam no presente acompanha a linha de Bruni³⁶, cujo ponto de vista é que o Brasil tem um enorme potencial turístico tendo em vista os ecossistemas existentes como a Mata Atlântica, o Pantanal, a Floresta Amazônica. Para ele, o que se precisa é que o empresariado brasileiro se conscientize dessas potencialidades, pois o ecoturismo pode impulsionar o turismo no Brasil, na medida em que o turista estrangeiro quer ver no País a natureza, as florestas, os rios que se constituem em *marketing* natural (BRUNI, 2003). A manifestação acima não é de um empresário, mas do presidente de uma ONG ambientalista, que conclama a sociedade civil, órgãos do governo e empresários para o uso comercial da exuberante natureza do País, uma proposta que se contrapõe aos pontos de vista defendidos pelo movimento ambientalista ao longo dos anos 70/80.

Segundo Crespo (2002), a atual fase desse ambientalismo pragmático, que é aplaudida por parlamentares e empresários, apresenta, entre outras características, uma ação profissional e institucional com formulação de políticas, proposições negociadas e a ocupação de espaços públicos além do abandono do radicalismo por uma ação voltada para problemas ambientais específicos, projetos demonstrativos e propostas concretas de alternativas, parcerias com o Estado, com empresários e com a academia, além de uma aproximação cada vez maior

³⁵ Segundo Foladori (2000), preservacionistas são os que defendem a opção pelo não desenvolvimento.

³⁶ Dorival Correia Bruni é presidente do Instituto Ambiental Biosfera (uma ONG com sede no Rio de Janeiro), professor da UFRJ e especialista em ecoturismo e planejamento ambiental urbano. Participou do 4º Congresso

com os movimentos sociais. Entrevistados de Crespo (1997) indicam que o debate que se processa hoje é mais amplo, não limitado à defesa da fauna e flora, mas em torno do modelo de desenvolvimento, em uma linha que se aproxima do conceito de desenvolvimento sustentável.

Crespo (1997) também captou os conflitos e severas críticas que essas mudanças de posições provocaram, internamente, no próprio movimento, distinguindo duas vertentes: uma que acredita que o movimento ambientalista perdeu espaço para o social, e outra que apresenta contradições entre os valores do conservacionismo e os dos que defendem o uso da natureza por agrupamentos sociais. Em vista disso, algumas ONGs têm estudado as situações onde existem conflitos socioambientais, buscando metodologias de resolução de conflitos que auxiliem na conciliação entre as lógicas da conservação e do desenvolvimento, construindo a base do chamado desenvolvimento sustentável. Sobre isso, Irving (2000) identifica duas correntes, a dos conservacionistas – que defendem o isolamento das áreas naturais e sua manutenção sem qualquer atividade antrópica – e a outra que chama de socioambientalistas – que prega a convivência harmoniosa entre homem e natureza, defendendo a gestão participativa das unidades de conservação, admitindo a flexibilização do conceito de área protegida e a construção de acordos pela conservação da natureza.

Teoricamente, Foladori (2000) observa que o ambientalismo caracteriza-se por uma diversidade de opiniões, apresentando um quadro em que se situam, em dois pólos extremos, os ecocentristas e os antropocentristas, e, no campo intermediário, os verdes e o ambientalismo moderado dos tecnocentristas. Para ele, o mais problemático é que as ideologias que estão por trás das diferentes posições, poucas vezes se explicitam. Considerando a nova posição majoritária dos ambientalistas identificada por Crespo, pode-se enquadrá-la no que Foladori (2000) classifica

como tecnocentristas, corrente antropocêntrica que tem posições reformistas e que confia na adaptação das instituições aos desafios ambientais, assim como em soluções técnico-legais, admitindo que o livre mercado pode solucionar os problemas ambientais.

Em termos da organização de movimentos sociais sobre o ecoturismo, identifiquei, tão-somente, uma mobilização pela sua certificação, iniciada no segundo semestre de 1999 e, coordenada pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS)³⁷, que vem mobilizando entidades, empresários, acadêmicos e o Estado para discutirem, em diversos fóruns, metodologias e princípios políticos, econômicos, filosóficos, éticos, culturais e ambientais que possam ser aplicados aos diversos tipos de atividades ecoturísticas.

Destaco, deste item, a ação das ONGs ambientalistas na formulação de políticas e de projetos demonstrativos com vistas a tornar o ecoturismo uma alternativa concreta de desenvolvimento, bem como a aproximação com os movimentos sociais, aspectos estes que me pareceram importantes para investigar nesta pesquisa de campo, particularmente o que se refere às influências de suas mudanças político-ideológicas no processo de implantação e desenvolvimento do ecoturismo. No item a seguir, produzo a resenha sobre as ações do Estado.

3.4 O ESTADO

Também no turismo, a exemplo de outros setores, a discussão sobre o papel e a ação do Estado é complexa. Algumas correntes de pensamento utilizam a visão neoliberal para argumentaram que o Estado deve limitar sua ação e oferecer condições para o desenvolvimento

³⁷ Esse movimento que busca ampla visibilidade pública do ecoturismo é liderado pela WWF-Brasil e SOS Mata Atlântica e vem desenvolvendo intensas atividades, buscando garantir um espaço institucional para um organismo credenciador de ecoturismo no Brasil.

do setor privado, atuando tão-somente como promotor e regulador da atividade econômica, a exemplo de Molina (1994) que acentua que o Estado é um ator com força dentro do mercado, mas sugere que ele deve atuar apenas para produzir a análise e a instrumentalização do modelo e fazer a transferência de recursos ao setor privado.

Já Ignarra (1999) defende para o Estado, um papel estratégico no turismo, podendo desempenhar diversas funções de acordo com o grau de intervenção que tenha na economia ou na atividade turística. Acompanhando esse viés, Ruschmann (1997) também acredita que as ações governamentais são de fundamental importância, afirmando que, historicamente, o êxito do turismo em uma destinação depende da ação do Estado, pois cabe a este definir políticas para o setor, prover infra-estrutura, proteger e administrar os recursos naturais e culturais, garantir os interesses das comunidades locais e planejar a atividade como um todo. Em pesquisa com lideranças, Crespo (2002) constata que não pairam dúvidas sobre os papéis imprescindíveis que o Estado deve cumprir, que são os de normatizador, fiscalizador, mediador dos diversos interesses e conscientizador para dentro (do próprio governo) e para fora (da sociedade).

Em termos de estrutura turística institucional, Paiva (1995) registra a criação, em 1966, do Sistema Nacional de Turismo, ocasião em que também foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), autarquia vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), que atua no fomento e na formulação das políticas nacionais e regionais de turismo, enquanto, no plano estadual e municipal, essas funções são exercidas por empresas ou secretarias. A Política Nacional de Turismo, definida pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, em 1995, tem como eixo central o desenvolvimento. Assim, o turismo é colocado como um instrumento que:

[...] contribuirá para promover a diminuição das desigualdades regionais; a geração de empregos e renda; a integração ao mercado de trabalho de um contingente populacional de baixa qualificação profissional; o desenvolvimento

sustentável de áreas com destacado patrimônio ambiental e servirá de instrumento para a inserção competitiva do País no panorama global. (EMBRATUR, 1995, p. 25)

Tal política ainda afirma que o governo precisa cuidar da imagem do País no exterior, investir em *marketing* e promoção para captar fluxos turísticos expressivos. Como estratégia, o governo federal define a necessidade de parceria entre atores públicos e privados, a descentralização de responsabilidades de planejamento, controle, fiscalização e execução de ações, o fortalecimento institucional, a capacitação dos órgãos de turismo e a disseminação do conhecimento sobre a atividade. Cabe ressaltar que, entre os objetivos do governo, uma das idéias-força de sua política é a orientação referencial para o setor privado, aspecto importante na análise da ação dos atores sociais que participam da atividade.

Becker (1996) identifica mudanças na política do Estado que adota o turismo como fator de desenvolvimento, mas utiliza a estratégia da descentralização, com a Embratur deixando de ser legisladora e executora do turismo, passando esta função para Estados e municípios e incorporando a iniciativa privada. Nessa estratégia, os grandes parceiros são os governos estaduais que fazem a articulação com o governo federal, representam as demandas municipais, hierarquizam os pólos turísticos e definem os projetos prioritários. Já a lógica que move os Estados é a disputa de recursos nacionais e internacionais, com vistas a criar infraestrutura e atrair empreendimentos privados. Em decorrência desse arranjo, o papel do governo federal passa a ser o de coordenador e indutor das atividades (BECKER, 1996). A ressalva a ser feita é que a descentralização é seletiva ou controlada, porque o principal instrumento, o cerne da estratégia de descentralização turística, são os pólos de crescimento que, a exemplo da política de pólos desenvolvida nos anos 70 para o Nordeste, se baseava no tripé formado pelos empresários, o governo e a população, com vistas a multiplicar efeitos no local. Outro ponto de destaque em

relação à política nacional de turismo, é o que Becker (1996) chama de transição entre dois padrões de desenvolvimento: o padrão desenvolvimentista no sentido do desenvolvimento a qualquer preço, rápido, desenfreado e, também, uma tentativa de se ordenar, de regular, disciplinar o uso do território, o que pode ser exemplificado pela criação de áreas protegidas de diversos tipos. Isso cria uma situação de ambigüidade das políticas, dentro delas mesmas, dado que muitas vezes o discurso não corresponde à prática. Ou seja, o discurso da política do turismo é a conservação ambiental, o homem como finalidade, mas o objetivo sempre visa o desenvolvimento.

Em relação ao ecoturismo, Becker (1996) afirma que o mais marcante na década de 80 foi o início da articulação do turismo com a questão ambiental, cujo fato decisivo foi o lançamento pela Embratur no mercado, em 1987, de um novo produto chamado de turismo ecológico³⁸, mais tarde denominado ecoturismo, iniciativa esta que, todavia, não tem maiores desdobramentos. Paulo Pires (1998) trabalha com a idéia de que houve um projeto de Estado com vistas a institucionalizar o ecoturismo, cuja primeira fase se inicia em 1987, com o lançamento do programa de turismo ecológico, e se desdobra em 1991, com a assinatura de convênio entre Embratur e Ibama³⁹, com vistas à definição de trabalhos conjuntos, o que resultou em um documento preliminar com propostas de políticas e diretrizes para o ecoturismo. Entre 1992 e 1993, ocorreu um trabalho de promoção do ecoturismo, realizado pela Diretoria de Marketing da Embratur, que consistiu na formação de um banco de dados do ecoturismo e

³⁸ Na versão exposta por Paulo Pires (1998), o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que antecedeu o Ibama, realizou um acordo com a Embratur em 1987 para aproveitar o potencial dos Parques Nacionais através do turismo na natureza, que na época era chamado de turismo ecológico, o que resultou no lançamento pela Embratur do chamado Produto 'Turismo Ecológico. Ainda em 1989, a Ecobrasil (2000) registra que a Embratur autoriza os primeiros cursos de guias de ecoturismo.

³⁹ Fato relevante para este estudo de caso foi a realização do I Curso Básico de Conductor de Visitante Ecoturístico, patrocinado pela então Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, em parceria com a ONG Funatura (Fundação Pró-Natureza), o qual veio a formar os primeiros guias da Chapada dos Veadeiros, em 1991.

divulgação de informações sobre esse produto, resultando no relançamento do Manual Operacional do Turismo, que trazia orientações para os operadores ecoturísticos, sobre a preservação dos recursos naturais.

O fato mais marcante desse período foi a elaboração e divulgação em 1994, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) do documento Diretrizes para Uma Política Nacional de Ecoturismo, documento este que é praticamente o único referencial oficial até hoje existente e que norteia as políticas para a atividade.

Identifiquei também que o Estado tem atuado como coordenador e legislador, promovendo a normatização da atividade e estudando a abertura de áreas protegidas para a atividade do ecoturismo. Como legislador, o Estado patrocinou algumas iniciativas, a exemplo da discussão de uma resolução sobre a definição da atividade de ecoturismo, sua descentralização, a responsabilização, as prioridades para os benefícios e o acompanhamento do desempenho das atividades de ecoturismo, na Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), entre 1997 e 2001. No Congresso Nacional, foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que cria, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Incentivo à Geração de Empregos no Setor do Ecoturismo e, em 2001, tramitava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados um projeto que responsabiliza agências de turismo pelos danos que causem ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, causados pelos turistas que utilizam seus serviços.

Recentemente, o governo federal⁴⁰ promoveu duas significativas medidas. Uma foi o anúncio da terceirização dos serviços de 16 dos 44 parques nacionais, ou seja, a abertura dessas áreas protegidas para a visitação pública. Outra foi a divulgação, em 2001, do resultado do Projeto Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil realizado através de parceria entre a Embratur e o IEB, cujo estudo fez um mapeamento nacional de áreas potenciais e onde já vem ocorrendo o ecoturismo no País, inventariando as características e infra-estrutura de apoio existentes, tendo identificado 96 pólos nas cinco regiões brasileiras. Em agosto de 2002, o Comitê Gestor do Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil elegeu oito desses pólos como prioritários e onde se vão formatar roteiros e aproveitar o potencial ecoturístico.

Além disso, em outubro de 2002 o governo federal divulgou dezessete medidas para estimular o turismo (que repercutem no ecoturismo), entre as quais se situam: inclusão do setor turístico na Câmara de Comércio Exterior, assegurando às empresas financiamentos do Programa de Estímulo às Exportações (Proex); possibilidade de as empresas se enquadrarem no Simples (Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Micro e Pequenas Empresas); recursos da ordem de R\$ 490 milhões do BNDES para empréstimos ao setor; criação de banco eletrônico de projetos para captação de investimentos nacionais e internacionais; criação de um selo para locais que cumpram metas do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), além de outras medidas como o incentivo à melhoria dos serviços de aeroportos e hotéis.

Em que pesem as ações citadas acima, o ponto central sobre o papel e a ação do Estado, na área do ecoturismo, é:

“[...] a falta de uma política nacional clara para o desenvolvimento do setor, aliada à forma desorganizada e, muitas vezes, irresponsável com que as atividades ditas de ecoturismo vêm se desenvolvendo

⁴⁰ Conforme a matéria Governo terceiriza Parques Nacionais. *A Tarde*, Salvador, 18 jan. 2001.

o que têm trazido preocupações aos governos locais, às organizações ambientalistas e às comunidades anfitriãs” (SALVATI, 2002).

Além disso, Salvati critica a estrutura do Estado em todos os níveis, incluindo a Embratur, afirmando que os órgãos estatais são carentes de uma estrutura organizada para promover as ações políticas de fomento e controle da atividade.

A resenha sobre o Estado permite aqui destacar aspectos importantes para a análise do ecoturismo, como a mudança no seu papel que passa a coordenador e indutor, a decisão de terceirizar os parques nacionais abrindo-os ao ecoturismo e o levantamento de pólos do ecoturismo tendo em vista os impactos que essas iniciativas terão no desenvolvimento da atividade. Dada a importância que o Estado atribui ao ecoturismo como instrumento do desenvolvimento, decidi produzir uma resenha sobre esse assunto e os riscos, o que faço no item 3.6.

3.5 A COMUNIDADE E A POPULAÇÃO LOCAL

Os termos comunidade e população local⁴¹ são usados generalizadamente na literatura turística e ecoturística. Porém, como observa Souza (1997), população e seus derivados como população local são categorias muito pouco operacionais, pois sugerem uma homogeneidade objetiva e de interesses, encobrendo a tendência de alguns grupos dentro da comunidade terem ganhos, enquanto outros não. Ou seja, há uma distribuição desigual de benefícios e impactos do turismo entre os locais, com o envolvimento de alguns grupos e a marginalização de outros, o que, por sua vez, está relacionado com o grau de organização política

⁴¹ Sociologicamente, comunidade é definida por Nisbet (1997), de uma forma mais ampla, como todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social, e continuidade no tempo. De La Heras (1999) define a população local como a gente que vive no lugar onde se realiza a atividade ecoturística.

dos grupos locais, na medida em que, quanto mais frágil (socioeconômica e politicamente) é um grupo, maior tende a ser a sua dependência para com recursos de base estritamente local, conforme observa Souza (1997). Apesar do uso generalizado, essas categorias não contemplam os múltiplos aspectos que caracterizam e conformam uma comunidade, como a estratificação social existente, a localização espacial, a inserção econômica, sua história, as atividades econômicas principais, as condições de vida e trabalho, as manifestações culturais, entre outros importantes aspectos.

Na opinião de Ruschmann (2000) é a valorização dos aspectos econômicos do turismo que faz com que a população local não tenha destaque ou visibilidade social. As comunidades são contempladas, em geral, em estudos de caso quando são analisados os impactos provocados pelo turismo, ou em trabalhos de planejamento em que superestimam ou idealizam sua participação. Observa-se que as definições tendem a difundir uma posição idealista, na qual a população local é sempre destacada como importante agente do processo, porém, nessa formulação, não estão contemplados os interesses e conflitos que envolvem as comunidades, particularmente os locais onde já existe fluxo regular de turistas. Sobre isso, Salvati (2002) é bastante crítico ao observar que existem deficiências graves nos locais ecoturísticos, a exemplo de ausência de legislação específica, indefinição de normas de uso do solo e zoneamento ambiental e turístico, falta de mão-de-obra especializada, falta de equipamentos ambientalmente corretos e de programas de controle e educação de visitantes e comunidades, havendo conflitos⁴², tanto com os turistas quanto com os empresários.

⁴² Há relatos de conflitos no Parque Nacional da Serra da Capivara, onde os empresários e ONGs pressionam para que a população local assuma relações de trabalho que implicam mudanças culturais. Já no Parque Nacional do Iguaçu, os conflitos relacionam-se com o uso de uma estrada – a do Colono – que facilitaria o trânsito dos agricultores e moradores da região, mas que foi proibida pelo Ibama porque corta área do Parque Nacional.

Mas, por outro lado, a população local é vista como um ator fundamental, na medida em que:

[...] solo ellos van a saber explotar el recurso natural, porque son los que lo conocen, ellos saben dónde se encuentran las plantas interesantes, ellos conocen el comportamiento del ecosistema y, lo que es más importante, ellos pueden ser los perfectos guardianos de las áreas protegidas. (De Las Heras, 1999, p. 36).

Souza (1997) converge com essa visão ao defender, em termos de planejamento, que a questão da autonomia é central para as coletividades onde se realiza o turismo dado que ela é importante para gerir o próprio destino e para disciplinar o turismo conforme seus interesses e necessidades. Todavia observa que dadas, a heterogeneidade da população e a assimetria de renda e do poder, as relações podem ser traumáticas e haver dificuldade de se estabelecer quem terá autonomia entre os locais. Nesse sentido, considera que, se a maioria dos locais não puder participar livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, dificilmente o turismo tenderá a trazer um tipo de desenvolvimento duradouro. Em continuidade, Souza (1997) argumenta que as propostas postas em prática no espaço comunitário só serão possíveis se forem promovidas mudanças no processo de desenvolvimento atual, visto que as áreas com potencial ecoturístico têm vários problemas, a exemplo da pobreza e das necessidades básicas das comunidades não resolvidas; da ausência de visão crítica da realidade; da falta de organização comunitária; de um processo de gestão concentrador, os quais se refletem na conservação dos recursos, no turismo, na sustentabilidade e no desenvolvimento local. Mais especificamente, o autor observa a necessidade de uma integração dos atores envolvidos no ecoturismo, uma vez que o ponto fundamental dessa integração é o envolvimento das comunidades em um esforço para preservar a natureza e o patrimônio cultural local.

Com relação aos impactos socioeconômicos, verifica-se, com base em Cornejo (1998), que há uma progressiva segregação que sofre a população local, à medida que o turismo vai dominando os melhores lugares e expulsando-a, o que pode provocar sérios conflitos sociais. Confirma essa situação depoimento de pesquisadora do Instituto de Estudos Ambientais⁴³ que aponta o mercado e a legislação ambiental como responsáveis por agravarem os problemas de comunidades locais. De um lado, explica que as comunidades são recheio de um sanduíche, apertadas e disputadas por, pelo menos, quatro forças: pelo capital ambiental, pelo capital imobiliário, pelas igrejas e pelos empresários de turismo. De outro lado, a legislação coloca na ilegalidade o modo de produção de vida de populações locais, tornando proibidas atividades que executavam através de leis que são externas, estranhas ao meio ambiente onde sempre viveram. O atenuante nesse quadro é que as áreas protegidas pelo capital ambiental, associado ao capital turístico, podem adiar temporariamente a expulsão de comunidades locais por parte do capital imobiliário. Continuando nessa linha, afirma que os atores externos à comunidade, independentes de usarem da sedução ou da manipulação, todos passam de trator sobre a cultura local. E chega a uma importante conclusão: esse segmento social não tem um projeto próprio articulado, organizado, de resistência e desenvolvimento. Em vista disso, é importante se analisar qual o modelo turístico que se está implantando em uma localidade, uma vez que os resultados podem não beneficiar a população local, conforme observou Lirandina Gomes (1998, p. 58) em Praia do Forte-Bahia, onde quem está se beneficiando efetivamente são os empresários e os novos habitantes, na medida em que possuem melhores condições de se integrarem ao modelo turístico implantado.

⁴³ Participante da rede CBTS (www.cbts.org.br ou www.turismosustentavel.org.br) Acesso em: mar. 2003.

Em termos de impactos culturais do turismo sobre as comunidades, Cornejo (1998) afirma que, quanto maior a diferença cultural e maior a subordinação econômica da comunidade receptora, maior é, proporcionalmente, o impacto negativo que o turismo pode ter sobre as pautas socioculturais e a criatividade endógena. Observa também que a relação sociocultural está intimamente ligada às formas de dependência econômica estabelecida pela indústria turística. Para Cornejo (1998), o benefício econômico não necessariamente se traduz em benefícios culturais, podendo produzir desorganização das pautas culturais tradicionais, aumento da agressividade social, etc., além do fato de que a comercialização da cultura induz muitas vezes a um mimetismo repetitivo que modifica a criatividade espontânea dos costumes primitivos. Outro tipo de impacto cultural é o desaparecimento do artesanato, seja como fruto da pressão por mais produção, que leva à modificação das pautas artísticas, seja pela depreciação das manifestações locais, visto que cria um sentimento de inferioridade que destrói a confiança e os próprios valores, necessários para a criatividade artística.

Destaco, neste item, dois pontos relacionados com a comunidade local: as diversas deficiências nos locais ecoturísticos e os impactos que sofrem em decorrência de processos de desenvolvimento. A referência à influência do desenvolvimento, tanto na resenha sobre o Estado quanto nas comunidades, me levou a criar um espaço para discutir esta questão e a dos riscos referentes ao ecoturismo, o que faço no item a seguir.

3. 6 DESENVOLVIMENTO E RISCOS NO ECOTURISMO

3.6.1 Ecoturismo e desenvolvimento

Conforme apresentado no item 2.4., tanto o turismo como o ecoturismo são vistos como instrumentos do desenvolvimento. No plano macro, a indústria do turismo, que se consolidou na década de 50, é vista por estudiosos, governos e organismos não-governamentais como saída para as disparidades socioeconômicas que se aprofundam nos países subdesenvolvidos, à medida que setores tradicionais da economia entram em crise. Apesar disso, Rejowski (1998) e Aulicino (1997) ressaltam a falta de estudos acadêmicos sobre o assunto, evidenciando o segundo que a questão do turismo como opção de desenvolvimento ainda foi pouco pesquisada.

No plano internacional, autores como Der Duim (2000) registram que o turismo tem sido considerado como uma nova oportunidade para os países menos industrializados defender trocas externas e estimular o crescimento econômico. Cater (1994) vai além, afirmando que o mundo subdesenvolvido tem uma grande vantagem comparativa em termos de variedade e extensão do seu rico ambiente natural. Além disso, considerando que esses países têm um difícil balanço de pagamentos, Cater aduz que o desenvolvimento do ecoturismo coloca uma oportunidade de capitalização, utilizando-se das atrações naturais. Nessa linha, Rabahy (1990) observa que os países com nível intermediário de desenvolvimento e, preferencialmente, receptores reservam um papel destacado ao turismo e têm nele uma alternativa básica de desenvolvimento. E isso ocorre, segundo Paiva (1995), porque o turismo pode expandir as receitas dos países, ter efeito multiplicador sobre outras atividades econômicas, gerar empregos, possibilidade de corrigir desequilíbrios regionais internos, entre outros efeitos. Pelas virtualidades

apontadas e por ser colocado, junto com a construção civil, como uma área geradora de empregos a mais baixo custo é que o turismo passa a ser visto como setor altamente estratégico para países em desenvolvimento (BAHIATURSA, 1997), e a ocupar lugar central na agenda política dos governos que buscam formas para alavancar o desenvolvimento e, supostamente, para equacionar problemas fundamentais da sociedade, a exemplo do desemprego, da fome, da violência que se vêm agravando a cada dia. Nessa linha e na visão desenvolvimentista, o uso dos recursos e da força de trabalho das comunidades na atividade ecoturística é pensado, segundo Souza (1998), como uma opção atraente para os países periféricos que identificam na atividade um vetor de desenvolvimento. Com o *boom* do ecoturismo nos anos 80/90, o Brasil passou a ter destaque como destino internacional, na medida em que, segundo Rabahy (1990), a importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas precondições naturais e econômicas. Com o lançamento da Política Nacional de Turismo - 1996/99 por parte do Governo Federal, em 1995, o turismo passou a ser colocado como prioridade estratégica para a geração de emprego e renda no País e para a diminuição das desigualdades entre as diversas regiões (EMBRATUR, 2001). Nesse documento, o Estado estabelece um conjunto de objetivos para o ecoturismo, como dotar a atividade de uma estrutura legal, promover a articulação e o intercâmbio de informações entre o setor público e o privado, fomentar a formação e capacitação de pessoal, promover o desenvolvimento de tecnologias e a implantação de infra-estrutura nos destinos ecoturísticos prioritários, buscando o engajamento das comunidades locais. Essas posições de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo por parte do governo também estão expressas no documento básico e referencial sobre o assunto no País, *Diretrizes Para Uma Política Nacional de Ecoturismo*, lançadas em fins de 1994, que se constituem em uma proposta para normatizar as atividades do setor ecoturístico.

Pelo exposto, consciente das riquezas naturais do País, o governo incluiu o ecoturismo como mais uma alternativa de desenvolvimento, no suposto de promover a distribuição de benefícios de uma região mais rica para outra mais pobre⁴⁴, o que, todavia, tende a criar novos riscos para o meio ambiente, conforme discuto no item a seguir.

3.6.2 Ecoturismo e riscos

Ao mesmo tempo em que a natureza se constitui na essência do ecoturismo também é objeto de preocupações, visto que a atividade turística produz impactos econômicos, socioculturais e ambientais, conforme Rabahy (1990).

Beck (1997), em sua teorização sobre a sociedade de risco, verifica que existem alguns problemas ambientais globais que ameaçam a sociedade como um todo, entre os quais inclui o risco para a biodiversidade, algo reafirmado por Tomasino e Faladori (2001) que ressaltam que as duas problemáticas ambientais mais importantes são a mudança climática e a perda da biodiversidade. Considerando que o ecoturismo se realiza em áreas naturais ainda preservadas ou em áreas protegidas institucionalmente para preservar ecossistemas singulares e a biodiversidade – as quais foram criadas exatamente para protegê-las, uma vez que abrigam importantíssimos bancos genéticos e servem como laboratório de pesquisa –, verifica-se que essa atividade pode ser classificada como uma atividade de risco.

Analisando o comportamento dos turistas, Molina (1994) apresenta a idéia de que o turista é um agente depredador e contaminador, na medida em que estando fora de sua

⁴⁴ Rabahy (1990) e Castelli (1996) alertam para a necessidade de que se deve avaliar os efeitos líquidos da atividade, se verificar se a receita gerada é mais do que compensada pelos gastos com bens e serviços requeridos pelo turismo, para se ter a certeza de uma efetiva distribuição de renda entre países e mesmo entre regiões. Registram que ao

residência pode ter maior ou menor predisposição, consciente ou inconsciente, para deteriorar o meio ambiente natural. Segundo Molina, os turistas produzem a contaminação do ambiente com resíduos e depredações na flora, fauna e no ambiente físico, além de poderem provocar um tipo de problema mais grave que são as queimadas. Reforça esse ponto de vista Cater (1994), ao referir-se à inevitabilidade de impactos no ambiente, afirmando que é impossível que o ecoturismo, baseado em atrações naturais, não resulte em alguns impactos, mesmo que os turistas sejam conscientes, o que tende a se agravar quando as atividades estão concentradas no tempo e espaço, como é o caso de atrativos localizados em locais específicos. Coincidindo com esse ponto de vista, Dale (1998, p. 4) observa que

O ecoturismo é uma atividade econômica que implica possíveis alterações no meio ambiente e nas relações sócio culturais dos locais visitados, representando assim, risco potencial à conservação dos atrativos que o sustentam.

A bibliografia mostra que há uma compreensão sobre os impactos e riscos provocados pelo turismo e, mais especificamente, pelo ecoturismo. No caso do ecoturismo, os problemas tendem a se agravar devido ao grande aumento da demanda pelos atrativos naturais. Nesse sentido, destaco advertência sobre as pressões a que estão submetidos os parques, as áreas protegidas e as comunidades étnicas a exemplo de

[...] presión de la necesidad de crear instalaciones e infraestructura turísticas, presión del aumento de los turistas, presión de los tour operadores internacionales que piden requisitos especiales para satisfacer a sus clientes e presión de la creciente variedad de actividades al aire libre. (informação verbal)⁴⁵

investir em infra-estrutura e serviços básicos, o setor público está transferindo recursos para as áreas onde se implanta a atividade e que, em alguns casos, os recursos investidos são significativos.

⁴⁵ Declaração do sr. Francesco Frangialli, secretario geral da Organização Mundial do Turismo/OMT, no World Ecotour'97.

Mais preocupante se torna o quadro quando se consulta estudo quali-quantitativo de avaliação de 86 unidades de conservação no Brasil, o qual constatou que:

As unidades de conservação federais de uso indireto (parques nacionais, reservas ecológicas e biológicas e estações ecológicas, onde é proibido a exploração dos recursos naturais) estão abandonadas, em situação precária de implementação e vulneráveis à ação do homem.. (WWF, 2000).

Nesse estudo, observou-se ainda que as unidades existentes são mal distribuídas nos biomas brasileiros e que são insuficientes para cumprir seu papel de preservar a biodiversidade, especialmente as inúmeras espécies ameaçadas de extinção. Sobre isso, Quintão (1990) observa que o turismo ecológico tem-se revelado, com raríssimas exceções, altamente predatório dos ecossistemas naturais, seja no mar, na terra firme, vales, rios, lagos ou montanhas, em decorrência de infra-estruturas pesadas, de projetos impróprios ou mal planejados. Além disso, Serrano (1997) registra que nas áreas protegidas pode ocorrer uma série de impactos - que se configuram em riscos -, como a construção de infra-estrutura, trilhas e outros espaços; compactação e erosão do solo; depredação da infra-estrutura, da vegetação e da paisagem; poluição da água e do solo; incêndios e distúrbios na fauna decorrentes de fatores externos. Enfim, conforme Rodrigues (apud ROCHA, 1997), o rótulo do ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório.

Se o ecoturismo representa risco para a natureza, o que explica a abertura dos últimos remanescentes protegidos para exploração por esse tipo de atividade? A resposta de Neil, Wearing e Figgs (1999, p. 51) é direta: a economia. Respondem a essa questão, observando que:

El turismo es una parte de um negocio de trece billones de dólares que busca aumentar su volumen entre cinco y diez veces durante las próximas décadas. Con este fin, nuestros sistemas turísticos van a asaltar los ecosistemas de la biosfera en busca de recursos que permitan esse crecimiento.

De forma dura, observam que, ao se pensar em crescimento, deixa-se de lado os aspectos ecológicos. Para eles, os ecossistemas naturais serão apreciados por sua utilidade na hora de proporcionar recursos e não só por seu valor ambiental e, mais grave ainda, afirmam que se deve reconhecer que a ciência e a tecnologia modernas não podem impedir a deterioração do meio ambiente se persistirem as tendências atuais quanto ao crescimento econômico e ao uso de recursos. Esses autores têm uma visão pessimista pois afirmam que só é possível haver uma natureza preservada, se houver uma mudança da filosofia humana, da política e da economia (WEARING; NEIL; FIGGIS, 1999).

Verifica-se, pois, a existência de um quadro problemático, dada a necessidade de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental. No próximo item, busco identificar na bibliografia alternativas para essa situação.

3.6.3. Alternativas e limites para a minimização de riscos do ecoturismo

Os atores que estão à frente do ecoturismo difundem um discurso em que fazem a sua vinculação com o desenvolvimento sustentável e com as idéias tecnocentristas, que passam a ser dominantes entre os antigos críticos do desenvolvimento, os ambientalistas. Paulo Pires (1998) observa que há uma elevação do ecoturismo à condição de alternativa turística ao paradigma da sustentabilidade⁴⁶, transformando-o em uma modalidade de turismo sustentável⁴⁷.

⁴⁶Têm-se várias definições de sustentabilidade, que significa, em termos literais, manter através dos tempos. Conforme Constanza (apud Faria, 2001, p. 13), [...] sustentabilidade implica a habilidade do sistema manter sua estrutura (organização) e função (vigor), com o passar do tempo, em face de estresse externo (resilência)”. Sobre uma análise crítica do desenvolvimento sustentável, consultar Ribeiro (1991), Court (1991), Vieira (1992) Fórum de Ong’s Brasileiras (1992) e Guivant (1994, 1995, 2002).

⁴⁷ Ceballos-Luscuráin (1998) considera como turismo sustentável todo aquele turismo (seja baseado em recursos naturais ou não) que contribui para o desenvolvimento sustentável.

Ao lado disso, organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT)⁴⁸ e ONGs como a WWF, também o colocaram na posição de instrumento privilegiado para a promoção do desenvolvimento sustentável. Entretanto essa idéia não é consensual dada a ambigüidade⁴⁹ que lhe é intrínseca, conforme Paulo Pires (1998). O problema é que o desenvolvimento sustentável:

[...] supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos, articulados em ações rigorosas de planejamento que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e até a justiça social, já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. (RIBEIRO,1991, p. 79).

Na prática social, como observa Becker (apud VARGAS, 1999), uma das características marcantes do capitalismo na atualidade é a existência de variados e diferenciados modelos de desenvolvimento, entendendo a discussão sobre a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável como uma nova possibilidade de racionalizar o desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Esta visão é reforçada por Carvalho (apud RIBEIRO, 1991), ao observar que o sistema, longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao desenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento.

No plano teórico, Ribeiro (1991) critica a idéia de desenvolvimento sustentável, afirmando que ainda está em construção, não sendo totalmente operacional. Segundo ele, os debates sociológicos sobre o assunto descartam-no como conceito e apontam para uma posição programática, um metarrelato com características utópicas, que estabelece um campo discursivo

⁴⁸ Para a OMT (2002), [...] el desarrollo sostenible consiste en lograr el equilibrio entre los objetivos sociales, económicos y ambientales”.

⁴⁹ Criticando o termo sustentado, que isoladamente é genérico e vago, e buscando qualificar o tipo de desenvolvimento que se quer, o Fórum de ONGs Brasileiras (1992) formulou a idéia de desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo.

comum, possibilitando alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados em crescimento econômico. Isso porque a determinação do sentido de desenvolvimento sustentável é subordinada ao perfil político-ideológico dos diferentes agentes sociais e à própria forma como cada um deles constrói sua concepção de meio ambiente (RIBEIRO, 1997). Na prática, a apropriação seletiva do termo tem sido feita muito mais por ONGs, órgãos do governo, agências multilaterais e empresários que se movimentam ativamente neste terreno, do que por especialistas em desenvolvimento, o que lhe confere um caráter nitidamente político-ideológico. Faria (2001, p. 16) situa claramente o caráter eminentemente político dessa idéia, ao observar que as concepções e as estratégias de sua efetivação encontram-se numa arena de disputa política, onde os diferentes atores defendem propostas de acordo com seus interesses particulares, fazendo com que o conceito de sustentabilidade se transforme em uma questão mais política que ambiental, reflexo de conflitos e da pluralidade de atores envolvidos.

Tendo em vista as dificuldades teóricas para o uso da idéia de desenvolvimento sustentável e, considerando os interesses políticos e econômicos que envolvem o ecoturismo como se pode, na prática, compatibilizá-lo com a preservação ambiental? Qual a resposta à questão-chave colocada por Neil, Wearing e Figgis (1999, p. 51):

¿cómo podemos empezar, se es que es posible, a encontrar el término medio, o a encontrar el camino que nos permita pasar de uno sistema de turismo de masas basado en criterios economicistas a uno sistema más orientado hacia la ecología?

Algumas propostas enfatizam a necessidade de que se produza um mínimo impacto e, em decorrência, que a atividade seja de pequena escala e exija pequena infra-estrutura, uma vez que a conservação é parte essencial de qualquer definição de ecoturismo pois, como diz Butler (apud WEARING; NEIL; FIGGIS, 1999) se o ecoturismo prejudica os recursos naturais,

ele deixa de ser ecoturismo. Enfim, como destacam alguns autores, para que uma atividade seja chamada de ecoturismo, ela deve contribuir com algo positivo para o meio ambiente.

A bibliografia destaca como medidas para minimização dos riscos do ecoturismo as de cunho político-administrativo, como o uso intensivo do planejamento e a qualificação dos empreendedores e da comunidade na gestão das atividades. Nesse sentido, Ruschmann (1997) afirma que o planejamento dos espaços, dos equipamentos e atividades turísticas se apresenta como fundamental por evitar que o turismo destrua as bases que o fazem existir. Exemplos de planejamento ecoturístico realizados pelo Estado são o estudo sobre os Pólos de Ecoturismo do Brasil, patrocinado pela Embratur e o programa Proecotur do Ministério do Meio Ambiente, que colocam essa ferramenta como instrumento central no processo de programação da atividade.

Em termos de medidas técnicas, o ecoturismo é um tipo de turismo que:

[...] sólo puede tener lugar si se establecen capacidades de carga para los destinos turísticos clave y después se respetan esas capacidades de forma rigurosa mediante un sistema de planificación eficaz y llevando a cabo revisiones del funcionamiento. (WEARING; NEIL; FIGGIS, 1999, p. 30).

Assim, entre as medidas mitigadoras propostas, uma das mais citadas é a determinação da capacidade de carga⁵⁰. No Manual de Ecoturismo⁵¹ lançado pela Embratur, em 1994, propõe-se que se elaborem planos de manejo territorial que determinem a capacidade de carga de cada área, estabeleçam o zoneamento da utilização do solo e o planejamento das infra-estruturas que devem atender não só aos visitantes, mas também, e principalmente, às necessidades de gestão da área intervencionada.

⁵⁰ Conforme Cifunte (apud SERRANO, 1997) esse instrumento significa o nível de visitação que um sítio pode suportar, sem causar deterioração aos recursos e ao ambiente social do lugar e sem que se diminua a qualidade da experiência dos visitantes.

⁵¹ O Manual inclui resolução do CONAMA que indica procedimentos para avaliação dos impactos ambientais e dois tipos de medidas, as preventivas e as corretivas para sua minimização. No II Seminário Nacional de Turismo Ecológico ocorrido em Ilhéus/BA, em 1993, numa promoção do IEB, constou da pauta a discussão sobre o turismo

Referente às áreas protegidas, Serrano (1997) observa que os impactos inerentes (sobrecarga em trilhas, barulho, lixo etc) podem ser controlados através de técnicas como a capacidade de carga, programas de educação ambiental e a colocação de equipamentos como lixeiras, retirada do lixo, sendo que os outros impactos também podem ser controlados caso se resolvam problemas de insuficiência ou incompetência administrativa. Em sua visão, os riscos e impactos tendem a ser resolvidos, a depender da competência gerencial e administrativa nos atrativos e nas áreas protegidas.

Porém as medidas tecnológicas são objeto de questionamento e alerta. Cienfuentes (apud SERRANO, 1997) chama a atenção para o fato de que a capacidade de carga é um conceito novo e por isso não deve ser encarado como solução para os problemas do turismo em unidades de conservação. Ademais, complementa Serrano (1997), há pressões do crescimento da demanda e a sua determinação está sujeita às interferências políticas, econômicas e sociais, o que a fragiliza enquanto medida de minimização. Nessa linha, cabe a preocupação expressa por Hogan (1997, p. 8):

[...] agora que a engenhosidade humana removeu todos os obstáculos à exploração dos lugares mais remotos do planeta, estamos condenados à urbanização indiscriminada desses últimos redutos da natureza? Poderia ser diferente?

Foladori [199-] afirma que existem enormes entraves sociais às possibilidades de regular ou planificar o uso dos recursos naturais enquanto Paulo Pires (1998) observa que o ecoturismo está longe de se fazer um modelo de sustentabilidade⁵² se considerada a verdadeira dimensão que essa expressão encerra, na medida em que os empresários podem investir na atividade, independentemente do grau de identificação com as causas ambientalistas. Em termos

em áreas protegidas, tendo sido apontada a necessidade de se obedecer medidas tecnológicas para minimizar impactos.

⁵² Sobre os paradoxos do discurso da sustentabilidade, ver Guimarães (apud VARGAS, 1999).

sociopolíticos, estudando a localidade de Praia do Forte, na Bahia, Lirandina Gomes (1998, p. 23)

identificou que:

O discurso ecológico preservacionista e conservacionista baseado na auto-sustentabilidade é retórica: na prática, é utilizado ideologicamente para controlar o uso e acesso dos recursos naturais; é um instrumento mercadológico para atrair tanto os consumidores quanto os investidores.

Em termos de controle de riscos, a proposta de certificação das atividades ecoturísticas, que está sendo construída pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), pode ser considerada uma forma moderna. Isso porque a citada proposta responsabiliza os atores diretamente envolvidos com a atividade e estuda meios de controlar os aspectos culturais, políticos, ambientais, sociais, econômicos. Ressalto que esta é uma alternativa futura por estar ainda em discussão no país.

3.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que, entre os atores, existe uma compreensão dos riscos, mas fica evidente que as técnicas minimizam mas não os eliminam, o que exige permanente monitoramento, à medida que a atividade ecoturística passa a usar economicamente os últimos resquícios de natureza que ainda preservam a biodiversidade. Além disso, e fundamentalmente, há o entendimento de que os interesses dos atores que estão à frente da atividade é que irão determinar investimento em um maior ou menor controle dos riscos e, portanto, se o ecoturismo deve ser transformado em efetivo instrumento de conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental.

A resenha produzida neste capítulo destacou os atores sociais que estão à frente do ecoturismo no Brasil, suas visões e as principais ações que têm desenvolvido para consolidar essa atividade. Como pontos centrais, identifiquei que eles consideram o ecoturismo como um instrumento de desenvolvimento porém a compreensão de que esta atividade gera risco para o meio ambiente está restrita a atores como as ONGs ambientalistas, o Estado e estudiosos do assunto, os quais observam que as medidas de minimização de risco estão sujeitas a interferências políticas, econômicas e sociais, informações fundamentais para a formulação do problema de pesquisa que apresento no item a seguir.

3.8 O PROBLEMA DE PESQUISA

A resenha bibliográfica, exposta neste capítulo 3 e no 2, mostrou que existem lacunas do conhecimento tanto relativas a aspectos técnicos do ecoturismo quanto àquelas de interesse acadêmico. As primeiras incluem os pontos sugeridos por Paiva (1995), que indica a necessidade de serem estudados os segmentos que compõem o mercado ecoturístico, tais como transportes, hotelaria e os assuntos econômicos e administrativos. A sugestão de Rejowski (1997) é para que se estude o turismo sustentável, ou seja, as formas de exploração racional do meio ambiente pelo turismo com preservação dos recursos naturais.

No que concerne aos trabalhos acadêmicos, verifiquei que estes priorizaram a análise de aspectos históricos, conceituais e culturais do ecoturismo. Além disso, Wearing, Neil e Figgis (1999), ressaltam a necessidade de se estudar as experiências dos ecoturistas e anfitriões, o processo de conversão do turista em ecoturista e de opressão do turismo sobre comunidades, o acesso ao poder e a tomada de decisões na gestão do ecoturismo, além de indicações para estudos sobre os projetos e/ou experiências. Em termos metodológicos, os trabalhos acadêmicos

constituíram-se em pesquisas exploratórias, havendo lacunas em relação a estudos fundamentados em teorias sociais.

O problema identificado é que o ecoturismo não foi investigado como um fenômeno moderno e multidimensional, como também não foi analisado o processo social através do qual ele introduz um novo risco na sociedade ao utilizar áreas naturais que guardam a biodiversidade, patrimônio da humanidade, em uma época em que segmentos sociais urbanos mudaram a forma de perceber a natureza, passando a exigir a sua preservação.

Em decorrência, elegi dois problemas centrais para análise nesta pesquisa: o ecoturismo como exigência ambiental - decorrente dos riscos que representa para a natureza e a sociedade - e como uma questão da modernidade que produz profundas mudanças nas instituições tanto nacionais como locais, direta ou indiretamente envolvidas com a atividade.

A proposta foi trabalhar em duas linhas. A primeira, para investigar os processos que conduziram um grupo de atores que atuam na atividade a transformar o ecoturismo em exigência ambiental no Brasil, distinguindo-o dentre uma infinidade de outras questões que estão a exigir providências urgentes, e encaminhá-lo e negociá-lo em fóruns políticos.

A outra linha investigativa desdobra-se em duas vertentes. Uma, com o objetivo de analisar as ações dos atores, no plano nacional, estadual e local, com vistas a minimizarem os riscos do ecoturismo, utilizando-o como instrumento para planejar o futuro. A outra, voltada para investigar as transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas com as instituições e atores sociais induzidas por elementos dinâmicos da modernidade, através de um estudo de caso sobre uma experiência ecoturística que se desenvolve no município de Alto Paraíso de Goiás, desde o início dos anos 90.

4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO

O ecoturismo pode ser entendido dentro dos debates sobre a alta modernidade, centrais na teoria social recente, e entre cujas referências mais destacadas contam-se as contribuições sobretudo de Anthony Giddens e também de Ulrich Beck. Na primeira parte deste capítulo, analiso os elementos que produzem o dinamismo da modernidade e categorias que identifiquei como fundamentais para o estudo das transformações socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais nas instituições sociais em torno do ecoturismo e pelos diversos significados atribuídos à natureza pelos atores sociais envolvidos com esta atividade. Na segunda parte, estabeleço a relação dessas teorias com a sociologia ambiental e justifico a escolha da vertente construtivista, sistematizada particularmente por John Hannigan, e a adequação das ferramentas analíticas desenvolvidas por esse autor, para investigar como essa atividade é construída, encaminhada e negociada pelos atores sociais nos fóruns políticos enquanto uma exigência ambiental.

4.1 ALTA MODERNIDADE E O ECOTURISMO

A revisão bibliográfica nos Capítulos 1 e 2 mostrou que o ecoturismo é um fenômeno recente, cuja complexidade abrange questões socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais. É um assunto que tem sido destacado no cenário internacional e nacional por envolver grandes interesses econômicos e por incorporar um aspecto diferencial em relação a outras modalidades de turismo, que é a sua dependência absoluta da natureza. Dessa maneira, esse tema apresenta dois ângulos bem marcados e inter-relacionados, um, como fenômeno da alta

modernidade e outro, como uma questão ambiental, elementos que procuro analisar a partir das teorias sociais de Giddens e Beck.

Beck (1997), com o conceito de sociedade de risco⁵³, designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então pelo desenvolvimento da sociedade industrial, as quais se constituem em problemas na medida em que tanto escapam da percepção sensorial quanto podem não ser identificadas de forma precisa pela ciência convencional. A sociedade de risco emerge com a obsolescência da sociedade industrial, gerando riscos de vários tipos como os químicos, genéticos, nucleares que são, em realidade, riscos ecológicos.. Os riscos são distribuídos e socializados globalmente, sobrepondo-se às diferenças sociais, econômicas e geográficas, o que estabelece o desaparecimento da fé de que os problemas da sociedade sejam resolvidos pela luta de classes ou por técnicas equivalentes. Beck ressalta em termos mais gerais, especialmente nas suas últimas obras (GUIVANT, 2002), as contradições da sociedade moderna em que convivem, dialeticamente, prosperidade e seguridade social com crise e desenvolvimento em massa, nacionalismos, pobreza mundial, guerras, movimentos migratórios entre outros aspectos. Por isso, Beck acentua que, na sociedade de risco, a sociedade torna-se reflexiva, significando que ela se torna um tema e um problema para ela própria, sofrendo as conseqüências da fé no progresso.

Para análise das especificidades e singularidades do ecoturismo, adoto o referencial produzido por Giddens devido a esse autor haver formulado categorias analíticas que me permitem investigar a organização social das comunidades locais, as relações micro e macro, mudanças no estilo de vida, processos de recapacitação, a influência dos sistemas peritos, a constituição de centros de autoridade e, permeando esses processos, as ações reflexivas dos

⁵³ Giddens (1991, p. 112) utiliza uma outra idéia, a de perfil de risco, [...] “um elenco específico de ameaças ou perigos característicos da vida social moderna”.

diversos atores que atuam no ecoturismo, buscando concretizar a noção de colonização do futuro através da elaboração de projetos para o desenvolvimento do ecoturismo.

Giddens (1991) observa que nos encontramos em um período em que as conseqüências da modernidade se tornaram mais radicalizadas e universalizadas, provocando um conjunto de discontinuidades que se caracterizam por um intenso ritmo em que ocorrem mudanças, interconexões e influências entre diferentes áreas do planeta e a natureza específica das instituições da modernidade. Três elementos caracterizam o dinamismo da vida moderna: a separação tempo e espaço, o desencaixe das instituições sociais e a reflexividade. O primeiro elemento refere-se ao esvaziamento do tempo e do espaço e sua recombinação de maneiras que coordenam as atividades sociais sem necessariamente referir-se às particularidades de um lugar. Esse processo anterior é fundamental para o desencaixe das instituições sociais, o segundo elemento do dinamismo da modernidade, o qual consiste no descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação em partes indeterminadas de tempo e espaço, através das fichas simbólicas e dos sistemas especializados, que conformam os chamados sistemas abstratos. O terceiro elemento, a reflexividade, refere-se ao fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando constitutivamente seu caráter.

Detalhando a relevância dos elementos dinamizadores da modernidade para esta pesquisa, entendo que a importância dos processos de separação tempo e espaço e desencaixe está no fato de estes mesmos intervirem no lugar/local onde estão os atrativos ecoturísticos, que tanto podem ser áreas particulares como públicas, modificando suas estruturas, que passam a ser organizadas por processos distantes que entrelaçam o local com o global, colocando em relevo a

relação micro/macro e a inserção do ecoturismo no processo de globalização⁵⁴, processo este que promove um alongamento do tempo-espaço em que as modalidades de conexão entre as diferentes regiões ou contextos sociais se enredam pela superfície da terra como um todo. Ademais, os citados processos promovem uma especialização do lugar/local dentro da divisão global do trabalho na qual se baseia a indústria moderna (GIDDENS, 1991). Relacionando com a indústria turística, verifica-se que esta reservou a países periféricos, a exemplo do Brasil e, dentro deles algumas regiões, o papel de fornecedores de espaços para o mercado internacional e nacional. A incorporação das áreas protegidas como novo espaço de realização do turismo preenche uma das características da indústria turística, que é a busca incessante e sistemática por novos espaços de realização, o que a torna um exemplo especial de consumidor de locais.

No que se refere à idéia de espaço, Giddens (1989), registra uma convergência entre a geografia humana e a sociologia, o que lhe permite incorporar conceitos geográficos à sua teoria, observando que, na geografia humana, as formas espaciais são sempre formas sociais, vez que o espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação. É o caso da categoria lugar, intimamente associada com espaço, que em geral expressava a idéia de localidade, para se referir ao cenário físico da atividade social como situado geograficamente. Giddens (1989) observa que é usualmente possível designar locais em função de suas características físicas, mas é um erro supor que os locais podem ser descritos exclusivamente nesses termos. Segundo ele, o termo lugar não pode ser usado em teoria social simplesmente para designar um ponto no espaço. O entendimento é que os locais referem-se ao

⁵⁴ A globalização refere-se à intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991).

uso de espaço a fim de fornecer os cenários da interação, os quais são essenciais para especificar sua contextualidade. Além disso, outra importante dimensão do local é que, diferentemente da situação de pré-modernidade em que as relações se processavam face a face, na modernidade são fomentadas relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes. Em síntese, o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena, mas o fato de que a ‘forma visível’ do local oculta as relações distantes que determinam sua natureza, conforme enfatiza Giddens (1991).

Esse entendimento do lugar é importante para compreender o caso do ecoturismo, vez que ele tem sido objeto de políticas e de projetos que são elaborados em locais bem distantes, inclusive internacionais, de que é exemplo a articulação vertical das empresas de turismo local que servem de receptivos para os turistas enviados por operadoras do Brasil e/ou do exterior. Além disso, as imagens de locais escolhidos para a atividade são difundidas e comercializadas em várias partes do mundo, podendo atrair turistas de qualquer país, os quais, por sua vez, desenvolvem um tipo de idéia e expectativa com relação ao lugar. Portanto os locais são cenários de interação social, espaços de discussões e negociações entre atores sociais locais com os que permanecem distantes ou com os que chegam de fora ao local.

A categoria local conecta-se com a de comunidade, um dos elementos incluídos no conceito de ecoturismo, de grande importância para nossa pesquisa de campo, em especial para a realização de estudo de caso. Assim como o local, a comunidade, em condições da alta modernidade, passa a ser uma expressão localmente situada de relações distantes, a exemplo de ameaças ecológicas que decorrem do conhecimento socialmente organizado, as quais impactam diretamente as comunidades locais onde a atividade se está desenvolvendo. Nesse sentido, Giddens (1991) ressalta que a modernidade desloca (descola do lugar), mas não provoca uma perda da comunidade, tendo-se então de verificar nesta os contrastes entre o pré-moderno e o moderno. Em realidade, diz ele, há uma conjugação entre proximidade e distância, uma relação

complexa entre familiaridade e estranhamento; ao mesmo tempo que há o desencaixe, surgem oportunidades de reencaixe. Assim, enquanto muitos aspectos da vida comunitária continuam a serem fundados nas rotinas locais, elas cada vez mais incorpora componentes externos.

Em função da influência que exerce, na modernização, a introdução de componentes externos nas comunidades locais, outra categoria de análise relevante é a de Estado. Na situação de modernidade, o Estado continua sendo o principal *locus* administrativo onde questões de direitos e obrigações são encaminhadas, mas o aspecto fundamental é que os Estados modernos são sistemas reflexivamente monitorados que seguem políticas e planos coordenados em escala nacional, influenciando diretamente processos de mudanças sociais (GIDDENS, 2002). Há evidências da marcante influência do Estado na implantação e consolidação do ecoturismo no País, em especial devido a uma suposta alteração de sua visão sobre a natureza, o que gerou significativas mudanças socioeconômicas e culturais em comunidades locais onde se implantou essa atividade cujas instituições, até os anos 80, não estavam ainda devidamente ao alcance do poder administrativo do Estado, tanto nos planos federal quanto estadual.

Mas o dinamismo da modernidade também interfere no cotidiano das pessoas e grupos sociais nas comunidades onde a força da interação entre o global e o local impele os locais a escolherem outro estilo de vida, categoria definida por Giddens (2002) como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. Em outros termos, estilo de vida envolve um conjunto de hábitos e orientações e constitui-se em práticas rotinizadas, incorporadas na rotina diária, que, quando alteradas pelos elementos dinamizadores da modernidade, colocam os indivíduos em confronto com uma pluralidade de escolhas que exige um maior grau de reflexividade, algo que foi avaliado na pesquisa de campo.

A importância do terceiro fator de dinamismo da alta modernidade, a reflexividade, é que ela se estende a todos os aspectos do cotidiano – das práticas rotineiras às mais complexas questões –, que são sistematicamente revisadas, a partir do aporte de novos conhecimentos, além do processo reflexivo estar associado a um descrédito no conhecimento científico e tecnológico e nos sistemas peritos⁵⁵. Suponho ter havido grande influência desses sistemas, como mecanismos de desencaixe que removem as relações sociais das imediações do contexto, através de instituições externas de âmbito nacional como o Ibama, na reorganização social de comunidades e na modernização de instituições locais, que passaram a acumular conhecimento e informações, constituindo-se em sistemas especializados ou em centros de autoridade (GIDDENS, 1997). Ademais, tendo de investigar a mudança de atividades de grupos sociais locais, tive de trabalhar com a categoria especialista, considerado por Giddens (1997) como qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipo de conhecimento que o leigo não possui. Considerando as mudanças no estilo de vida de grupos sociais locais, a noção de recapacitação (GIDDENS, 2002) processo de reaquisição de conhecimentos e habilidades, pode nos ajudar a entender a ação de grupos locais como reação a processos de expropriação por sistemas abstratos. Suponho que grupos locais foram desqualificados por sistemas abstratos que solaparam as formas de estilo de vida e os tipos de saber local preexistentes nas comunidades, cabendo investigar as decisões de alta consequência tomadas por esses grupos sociais em face das alternativas que lhes foram colocadas. O conceito de reflexividade é fundamental para a análise tanto das escolhas dos indivíduos quanto da movimentação dos atores sociais que atuam no ecoturismo, tanto no plano nacional quanto no

⁵⁵ Definidos por Giddens (1991) como sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos.

local, seja com vistas a repensar a forma de promover e desenvolver a atividade, seja para entender as mudanças que sofreram as instituições sociais envolvidas.

Paradoxalmente, em que pese o intenso desenvolvimento científico e tecnológico, a modernidade também se caracteriza por incertezas com relação ao conhecimento social, com a dúvida entranhada na vida cotidiana. Isso ocorre, conforme argumenta Giddens (2002), porque a modernidade é uma cultura do risco, uma cultura repleta de riscos e perigos que conformam uma situação de crise em que o viver significa uma atitude calculista em relação às possibilidades de ação, positivas ou negativas, com que indivíduos e sociedade são permanentemente confrontados. É através dos riscos que Giddens introduz a questão ambiental na análise sociológica, sendo que o risco estimula a reflexividade social de leigos e especialistas, que passam a se preocuparem com a organização da sociedade, produzindo uma sistemática reflexão sobre os ambientes de conhecimento. Isto implica um planejamento do futuro que Giddens (2002) designa como colonização do futuro. O futuro não significa eventos por acontecer mas os “futuros” são reflexivamente organizados no presente e esta preocupação com o futuro está associada com os riscos da sociedade atual. Entendo que essa idéia de colonização dos futuros permite analisar tanto os projetos dos atores para o desenvolvimento do ecoturismo, como suas estratégias de monitoramento reflexivo dos riscos (GIDDENS, 2002), processos estes que requerem conhecimento especializado e intensa ação reflexiva.

Destaco como importante instrumento teórico para minha pesquisa a imbricação entre os riscos e a colonização do futuro, considerando que o risco de uma catástrofe ecológica está posta no horizonte de nossa vida cotidiana como resultante da socialização da natureza e do avanço do conhecimento científico e tecnológico, que se expressam, no plano geral, em problemas como o aquecimento global, o buraco na camada de ozônio, mas que começam diretamente nos locais através, por exemplo, da poluição ou da perda da biodiversidade. Em vista

disso, escolhi a noção de colonização do futuro como importante referencial de análise e como título de minha tese, vez que entendo que ela sintetiza as preocupações dos atores sociais com a expansão dessa atividade que se institucionalizou no País a partir dos anos 90.

Como referência para as análises a serem produzidas com esse referencial, formulei as seguintes questões: Qual a influência dos elementos que dinamizam a modernidade sobre as instituições e atores locais? Como se institucionalizou o ecoturismo em Alto Paraíso? Quem são os especialistas do ecoturismo no município? A ação de sistemas peritos é suficiente para tornar confiáveis os projetos ecoturísticos? Quais as ações reflexivas que desenvolvem os principais atores que atuam no ecoturismo, com vistas a incorporarem a natureza socializada no processo ecoturístico e colonizarem o futuro com essa atividade em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros?

4.1.1 Natureza socializada e o ecoturismo

Neste item, trabalho com contribuições históricas e culturais de outros autores, as quais ampliam e enriquecem a abordagem sobre a natureza socializada feita por Giddens e Beck, bem como incorporam elementos que ajudam a entender a temática do ecoturismo.

Urry (1996) observa que, entre os séculos XVII e XVIII, os *Grand Tour* clássicos voltados para a aristocracia modificaram-se, passando a oferecer roteiros românticos, com um turismo voltado para a paisagem. Todavia o fenômeno importante, que ocorreu dessa época até meados do século XX, foi o grande crescimento do turismo de massas, facilitado pelo processo de desenvolvimento capitalista, em especial dos meios de transporte. Nesse período de consumo de massas fordista, como classifica Urry, a natureza, a exemplo das praias, se constituiu em espaços para multidões interessadas em consumir tudo o que o local oferecia. Porém diferencia

esse período do que chama de consumo pós-fordista em que quase todos os aspectos da vida social se tornam mercadoria, até mesmo os atos de caridade, ocorrendo a emergência de novas espécies de mercadorias, mais especializadas, baseadas em matérias primas de produção não-massivas (produtos naturais, por exemplo). Mas o aspecto fundamental na direção do pós-fordismo, segundo Poon (apud URRY, 1996) é a mudança de um velho turismo, que envolvia empacotamento e padronização, para um novo turismo, segmentado, flexível, mercantilizado, que tende cada vez mais a oferecer roteiros personalizados, entre os quais se destacam aqueles direcionados para locais com atrativos paisagístico e de interesse ecológico.

Entretanto a degradação e a poluição ambientais resultantes do acelerado processo de urbanização ocorrido nos últimos séculos, serviram de base para o surgimento e consolidação de movimentos críticos, que colocaram nas arenas políticas, no plano mundial, a necessidade de se rever o processo de crescimento econômico prevalecente incluindo na agenda política internacional a necessidade de respeitar e defender a natureza. Assim, na segunda metade do século XX, das críticas ressurgiu uma concepção romântica de retorno à natureza, que se caracteriza pelo interesse por espaços naturais - a exemplo das florestas, rios, lagos, cavernas etc. –, seja para contemplação, seja para diversas formas de desfrute. Em outros termos, em algumas décadas, introduziu-se na sociedade uma outra forma de pensar a natureza que se contrapunha às idéias antropocêntricas que prevaleceram por séculos.

Conforme observa Corbin (apud SERRANO, 1997), o que é novo não é a contemplação no seio da natureza, mas as modalidades de leitura da paisagem, o desejo de usufruir de um panorama na medida em que, na base das transformações da idéia de natureza, se situa a noção de paisagem, pois é com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se instituiu o seu consumo pelo turismo. É, portanto, a paisagem, o visual típico dos espaços rurais e ecossistemas naturais, diferente dos urbanos, que

passa a ser o elemento fundamental para o olhar do turista (URRY, 1996), uma forma de ver especial que foi produzida pelas mudanças culturais e pela indústria turística. Na obra *O olhar do turista*, Urry (1996) investiga os motivos que levam as pessoas a viajarem, a deixarem os lugares onde residem e trabalham e se darem ao consumo de bens e serviços que, em certo sentido, são desnecessários. Defende a idéia de que esses bens e serviços são consumidos porque geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquelas com que nos deparamos na vida cotidiana. O aspecto fundamental é que o fenômeno fora do comum apreciado pelo turista é socialmente organizado e sistematizado, construído por profissionais qualificados. Nesse sentido, MacCannel (apud URRY, 1996) destaca que cada centro de atração envolve processos complexos de produção no sentido de orientar o que as pessoas têm de aprender como, quando e para onde olhar, indicando a estrutura que está por trás do fenômeno do turismo e do olhar do turista. Na sociedade contemporânea, na qual o simbólico é uma variável de grande importância, o olhar do turista é construído dentro de algumas características mínimas citadas por Urry, que expressam as relações sociais na sociedade, sendo o olhar construído através de signos, com o turismo abrangendo uma coleção de signos.

O olhar do turista – a forma de ver novos locais - é um processo histórico que se alterado e modificado ao longo da história social e que varia de acordo com a sociedade e o grupo social. Segundo Urry , o olhar do turista é construído em relação com seu oposto, formas não-turísticas de experiência e de consciência social, o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta, quais sejam as formas de uma experiência não-turística. Nesse sentido, um primeiro aspecto é que o turismo simboliza a forma diferencial como o trabalho e o lazer estão organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades modernas. Segundo aspecto, os lugares objeto do olhar se prendem a motivações que não estão diretamente ligadas ao trabalho remunerado e oferecem normalmente

alguns contrastes distintivos com o trabalho, remunerado ou não. Como um terceiro aspecto, os lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não-turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar. Objetos dos desejos do olhar, os devaneios não são autônomos, mas envolvem o trabalho com propaganda e outros conjuntos de signos, gerados pela mídia, muitos dos quais dizem respeito claramente a processos complexos de emulação social. Um quarto aspecto a ser destacado é que o direcionamento do olhar do turista implica, freqüentemente, diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para os elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana.

É essa nova forma de olhar que abre espaço para a concepção e realização do ecoturismo, versão moderna do turismo na natureza, e pode ser explicada por um dos elementos da alta modernidade, que é a reflexividade dos atores sociais. Neste ponto, cabem duas observações básicas. Uma diz respeito à simbologia que envolve a natureza na alta modernidade, com o ecoturismo, incorporando-a como seu signo. Outra é que não somente mudou a forma de percepção do turismo em face da natureza, mas, no momento em que isso ocorreu, fatores sociopolíticos e culturais pressionaram para que os atores que estão à frente dessa nova modalidade turística incorporassem variáveis como a preservação ambiental e a relação com as comunidades, algo que as tradicionais modalidades não consideravam. Em síntese, no tratamento teórico do ecoturismo, tem-se de considerar os efeitos de aspectos socioculturais como a resignificação da natureza, uma nova consciência ambiental e o simbolismo embutido na

atividade, mas também a incorporação de ações planejadas e práticas socialmente responsáveis e economicamente orientadas.

Em termos teóricos, defronta-se com a necessidade de entender, sociologicamente, o porquê da idéia de natureza passar a ocupar o centro das discussões sobre o turismo e a dupla face das relações entre o ecoturismo e a natureza, ou seja, de um lado, o interesse de segmentos sociais em busca por espaços de descanso, lazer ou contemplação e, de outro, a percepção dessa mesma natureza, por parte de outro grupo de atores sociais, como uma atividade econômica que gera lucros através do uso de espaços naturais ainda preservados.

Há várias linhas de análise sobre a relação sociedade e natureza. Na concepção de Harvey ([19--], a emergência do capitalismo industrial é responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre natureza. Para ele, o debate sobre a relação da sociedade com a natureza é longo e antigo, o que indica que esta é uma questão complexa e contraditória, na medida em que a dominação que o ser humano exerce sobre a natureza não é objeto de discordâncias mas, sim, a magnitude dessa sua intervenção.

No geral, a diversidade de concepções de natureza, os significados que lhe são atribuídos, podem ser organizados em um dualismo essencial que domina a concepção de natureza: a natureza externa e universal e a natureza humana. Em termos históricos, Harvey observa que as raízes desse dualismo remontam a Kant, que fez uma distinção entre a natureza interior dos seres humanos – suas paixões cruas – da exterior, o ambiente social e físico onde os seres humanos vivem, o que deu margem ao surgimento da contemporânea ideologia burguesa da natureza que está construída sobre essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant. A ciência moderna surgida no século XVII está associada à concepção de natureza exterior defendida por filósofos como Bacon que a considera um objeto a ser dominado e manipulado, pela qual o ser humano estabelece uma relação mecânica com a natureza e a ciência cumpre a função de

desenvolver os meios para a sua dominação. Enfim, passou a prevalecer uma concepção antropocêntrica e utilitarista em que o ser humano, todo-poderoso, via a natureza como mero objeto para satisfazer suas necessidades e, em decorrência, como algo a ser dominado.

Segundo Harvey ([19--]) o caráter social da natureza se explicita com a valorização da natureza selvagem que começou nas cidades, através de literatos, e de uma diversidade de atividades que a transformaram em uma necessidade primeiramente para a classe média e depois, de maneira mais limitada, para o restante da América urbana. Ele identifica, no final do século XIX, um movimento de cultuação da natureza nos EUA e o início da prática de passar férias e realizar esportes e acampamentos em locais que ele chama de natureza bruta, a exemplo dos parques. Para ele, isso representou a expressão contemporânea do movimento de volta à natureza que é estimulado, entre outras coisas, pela fotografia – algo que é bastante destacado por Urry (1996) - que facilitou a representação das paisagens que passaram a ser usadas na mídia e na propaganda. O importante a ser destacado dessa análise de Harvey é a relação social presente nos diferentes enfoques da natureza, na medida em que, da mesma forma que uma visão de natureza hostil tinha sua função social – a de legitimar o ataque à natureza – o mesmo ocorria com relação à visão de uma natureza virtuosa que, observo, veio também servir primorosamente para que a indústria turística pudesse justificar a exploração, de forma diferenciada, dos remanescentes da natureza no final do século XX.

Em síntese, destaco, das idéias acima, três aspectos. Primeiro, o processo de redescoberta da natureza envolve a sua romantização como contraponto à violência e ao estresse urbano, com a natureza sendo endeusada e mitificada após ter sido devastada, degradada, dominada, com sua exterioridade justificando a sua dominação (HARVEY, [19--]). Segundo, o romantismo da natureza é uma reação ao progresso industrial. As viagens de fins de semana à natureza, viagens poéticas, significam uma viagem da exterioridade – do que a natureza tem de

material e que está fora de nós – para a universalidade da natureza, seu aspecto espiritual, virtual, simbólico, de contraponto com o urbano. A idéia de natureza exterior é resultado direto da objetivação da natureza no processo de produção. Nesse sentido é que o citado autor afirma que o conceito de natureza abriga um dualismo essencial entre a exterioridade e a universalidade, sendo ambos inter-relacionados e mutuamente contraditórios, o que não impede que essas características sejam habilmente utilizadas pela indústria turística na criação do produto ecoturístico. Terceiro, identifico uma convergência com Giddens quando Harvey ([19--]) afirma que tanto a concepção material da natureza quanto a visão romantizada que se faz dela são concepções sociais, fruto de uma relação social que envolve conflitos e interesses distintos na medida em que o romantismo era uma necessidade ideológica e a romantização da natureza é uma forma de estabelecer um controle sobre ela. Além disso, aponta para o aspecto central dessa questão ao observar que, para além de algo subjetivo, algo que é produzido pela cultura, a nova concepção de natureza enquadra-se em uma perspectiva de interesse econômico e social.

Para além das análises anteriormente citadas, Giddens e Beck destacam a radicalidade da socialização da natureza na modernidade. Observa Giddens (1997) que, até os tempos pré-modernos, a natureza permaneceu como um sistema externo, mas, com a sua socialização, os sistemas naturais primitivos são agora produtos das decisões humanas. E radicaliza sua posição ao afirmar que a natureza chegou, em certo sentido, a um fim como fenômeno externo à vida social, em função de sua dominação pelos seres humanos (GIDDENS, 2002). Observa que, na era moderna, a natureza entrou em contraste com a cidade, tendo o significado de algo imperturbado, algo que não é criado pelos seres humanos e que é associado pelos urbanos com o campo, transmitindo a imagem de algo idílico. Sob essa visão, ela conserva traços há muito tempo associados à sua separação da intervenção humana. Porém questiona tal visão por entender que o campo é natureza subordinada aos planos humanos que transformou em

uma natureza socializada cuja total socialização ocorre quando a natureza é completamente transfigurada pela intervenção humana (GIDDENS, 1997), que significa o seu fim. A profundidade dessa idéia está no fato de que o mundo natural passa a ser, em grande parte, um mundo criado, ordenado segundo sistemas internamente reflexivos da modernidade, o que implica que estão subordinados a processos de colonização do futuro, conforme observa Giddens (2002), idéia esta que introduz a reflexividade social como elemento fundamental para se analisar a relação do ser humano com a natureza na alta modernidade.

As posições de Giddens vão ao encontro das idéias de Beck (1997), que trata a natureza como uma natureza social. Para Beck, a natureza está perdendo seu caráter preordenado, tornando-se um produto e um projeto social, no sentido de que, no estágio da sociedade a que chegamos, a natureza pode ser fabricada, constituindo-se em campo para experimentos de áreas do conhecimento como a engenharia genética, a exemplo da produção de matérias e corpos.

As análises de Giddens e Beck mostram que a visão antropocêntrica permanece presente na alta modernidade, com o ser humano tendo ampliado seu poder de transfigurar a natureza. O fundamental é que, com o poder adquirido com o novo conhecimento, o ser humano pode conceber inúmeras situações para a natureza: tanto pode fabricá-la como pode planejar o seu uso, entre os quais mantê-la preservada ou desenvolver situações intermediárias que conciliem essas duas posições.

Com base em Giddens, suponho que se, por um lado, o ecoturismo resgata uma visão de natureza natural, em toda sua plenitude, recuperando a idéia de uma natureza externa ao ser humano ao qual ele vai ao encontro, por outro, ele é uma forma moderna de socialização da natureza a partir da ação reflexiva de um conjunto de atores sociais e dentro de um processo de mudanças socioculturais em que pontuam as idéias de preservação e de retorno à natureza, oriundas de movimentos sociais que promoveram a sua (re)descoberta por volta dos anos 60.

Considero que o termo redescoberta é empregado corretamente uma vez que na história se registram momentos de distanciamento e reaproximação da natureza⁵⁶, ou seja, é a natureza aparecendo com dupla face: ora como espaço a ser conquistado ora como um lugar para onde retornar.

Para trabalhar a natureza como relação social, objeto de interesses e disputas e geradora de conflitos, na medida em que os atores sociais a usam não só nos discursos mas também na formulação de projetos, na execução de campanhas e especialmente na consecução de negócios e no consumo, entendo que a categoria colonização do futuro (GIDDENS, 2002) é a mais adequada por incorporar a idéia de natureza socializada e a reflexividade social, o que nos permite investigar os projetos dos atores sociais para desenvolverem o ecoturismo na natureza ainda preservada e suas percepções e propostas sobre a questão dos riscos, conforme discussão que realizo no item a seguir.

4.1.2 Riscos, reflexividade e colonização do futuro com o ecoturismo

Parece um paradoxo falar de riscos do ecoturismo, já que se trata de uma atividade que tem como essência justamente a natureza preservada, mas, como observa Giddens (2002, p. 11), a modernidade, ao tempo em que reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, introduz novos parâmetros de risco pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores.

⁵⁶ A exemplo do movimento de volta à natureza do século XIX, ocorrido nos EUA, utilizado como exemplo por Harvey ([19--], p. 37).

O risco fundamental produzido pelo ecoturismo é o da destruição e/ou degradação de ecossistemas singulares que contêm a biodiversidade, considerada patrimônio da humanidade, cujos remanescentes vinham sendo conservados em áreas protegidas através de políticas de Estado. Na medida em que a biodiversidade estava protegida, esse risco era minimizado. A abertura recente dessas áreas para o turismo implicou a introdução de um novo risco na sociedade, cujos contornos e profundidade ainda não foram devidamente dimensionados. O risco do ecoturismo para a sociedade e o meio ambiente está associado a processos como a destruição de florestas e ecossistemas singulares para construção de hotéis, estradas e outros equipamentos turísticos bem como a poluição do meio ambiente resultante do uso dessas estruturas e da própria visita dos atrativos, além de outras ações que podem ocorrer, a exemplo da biopirataria.

Pelo exposto, o ecoturismo enquadra-se no conceito de sociedade de risco de Beck (1997), dado que se constitui em mais uma das ameaças produzidas pela sociedade da alta modernidade, indicando que se devem redefinir os padrões de responsabilidade, segurança, controle, limitações e distribuição das conseqüências do dano, o que entendo como uma necessidade de se investigar quais os instrumentos normativos que vêm sendo adotados pelos atores que estão à frente do ecoturismo, no sentido de se prevenir e/ou limitar os riscos da atividade. Porém verifiquei, com base em Giddens (1991), que o ecoturismo se insere no perfil de risco específico da modernidade, que é derivado da natureza socializada, da introdução de conhecimento humano na natureza material, vez que há a suposição de que, com novos conhecimentos, é possível se utilizar a natureza produzindo mínimos impactos. Por isso, entendo que, no caso do ecoturismo, deve-se produzir uma distinção entre a intensidade e a extensão dos riscos por ele produzidos. A perda da biodiversidade não ameaça o mundo como uma guerra nuclear, mas compromete o futuro com a diminuição de espécies e genes que são fundamentais

para processos de produção de inúmeros produtos e suprimento de alimentos em todo o planeta. Assim, a perda da biodiversidade é de grande amplitude uma vez que atinge a sociedade como um todo, independente de classes sociais ou de regiões do mundo em que se viva. Em contraposição, a extensão dos riscos do ecoturismo tende a concentrar-se em países e, dentro deles, regiões que detêm áreas naturais ricas em biodiversidade as quais, por sua vez, localizam-se em limitados países dos trópicos que intensificaram o uso dos seus recursos naturais, particularmente no século passado. Assim, em que pese o problema estar limitado a países e regiões, ele se torna crítico quando se observa que esses países e regiões guardam os últimos remanescentes da biodiversidade, que é importante para toda a humanidade, e à medida que se dissemina amplamente a atividade ecoturística em áreas protegidas. Verifica-se que, apesar de o ecoturismo se constituir em risco resultante da natureza socializada, sistemas sociais o institucionalizam como uma atividade moderna.

Em vista do exposto, o aspecto novo ainda não trabalhado, e que me pareceu instigante teoricamente, refere-se ao estudo das ações reflexivas dos atores que atuam no ecoturismo com vistas a utilizarem-no como instrumento para planejamento do futuro. Enveredando por essa linha, parto da idéia de que a colonização do futuro cria novas situações de risco que podem ser institucionalmente organizadas, como suponho seja o caso do ecoturismo, tendo em vista admitir-se a realização de uma atividade predatória como o turismo em ambientes que devem ser preservados, como as áreas que guardam a biodiversidade. Entendo que o aspecto fundamental é que, com a reflexividade da modernidade tardia, o futuro para os locais ricos em biodiversidade pode ser reflexivamente organizado no presente com base em fluxos sistemáticos de conhecimento nos ambientes sobre os quais tal conhecimento foi desenvolvido. Assim, se o ecoturismo for desenvolvido por sistemas institucionalizados, ter-se-ia uma certa segurança do processo na medida em que o monitoramento reflexivo dos riscos é intrínseco a esses sistemas.

No caso, caberia investigar se efetivamente isso ocorre na prática pois, como assinala Giddens (2002), parte significativa do pensamento especializado e do discurso público é elaborado com base em perfis de risco, construídos a partir de cálculos do futuro ou cálculos de riscos como é feito em companhias de seguro. No caso do ecoturismo, o suposto é que os riscos não são de alta consequência imediata como é o caso de uma central nuclear, o que conduz a que as formas de aferição de riscos sejam diferentes, apesar da necessidade de constantes revisões e atualizações com base em novas informações vez que o ritmo das mudanças na sociedade da alta modernidade torna o comportamento aceitável de hoje como inadequado amanhã, à luz de novos conhecimentos. Porém vale a observação de que a natureza socializada é sob certos aspectos menos confiável que a antiga natureza, porque não podemos estar seguros de como a nova ordem natural vai-se comportar.

Entendo, portanto, que a noção de colonização do futuro é mais adequada para analisarmos teoricamente o ecoturismo, não só por contemplar preocupações com o desenvolvimento e os riscos, mas por incorporar a ação reflexiva dos atores sociais, um dos elementos chaves do dinamismo da modernidade.

Tendo definido uma teoria para analisar os elementos que promovem o dinamismo da modernidade, avanço para definir uma abordagem teórica que permita a investigação de como o ecoturismo é transformado em problema ambiental, supostamente em decorrência de preocupações dos atores sociais com o risco que ele representa para a natureza. Ou seja, parto da evidência de que os riscos se constituem em elementos justificadores para uma ação política de atores sociais com vistas a ocupar espaços e negociar posições na disputa econômica e política pelo nicho de mercado e do símbolo ecológico em que se constitui o ecoturismo.

No próximo item, apresento uma análise das perspectivas analíticas no âmbito da sociologia ambiental que permitiram selecionar o construtivismo como instrumental para investigação da construção do ecoturismo como exigência ambiental.

4.2 A ANÁLISE DO ECOTURISMO SOB A PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA

No que se refere à análise dos aspectos ambientais integrados com o ecoturismo, estabeleço um cruzamento entre as teorias de Giddens e Beck com a vertente construtivista da sociologia ambiental desenvolvida por Hannigan (1995), identificada como um aporte teórico adequado para nossa pesquisa, dado ao fato de esse autor sistematizar uma abordagem que permite analisar como se constrói determinado assunto como questão ambiental e como ele é encaminhado e negociado nas arenas políticas. Este cruzamento já foi implementado em diversas pesquisas realizadas por Guivant (1998, 2002b,d).

Com a abordagem construtivista, busco responder às questões: quem são os formuladores do ecoturismo como exigência ambiental? Como os atores sociais utilizam o caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para construí-lo, encaminhá-lo e contestá-lo nos fóruns políticos como exigência ambiental?

Guivant (1998, 2002a) destaca que a produção teórica de Giddens e Beck colocou a sociologia ambiental em uma posição-chave para ajudar a entender a contemporaneidade. Além disso, observa que a confluência entre as perspectivas realista e construtivista, dentro da sociologia ambiental, estaria no cerne da teoria da sociedade global de riscos. Porém um aspecto decisivo para a escolha da perspectiva com a qual trabalharemos é que, para Beck (apud GUIVANT, 2002a), a perspectiva construtivista é chave para se responder a questões acerca de como, por exemplo, se produz a auto-evidência segundo a qual os riscos são reais e, sobre quais

atores, instituições, estratégias e recursos são decisivos para sua fabricação e para sua solução. Em síntese, a posição de Beck é que os riscos existem, mas a sua transformação depende de como são percebidos socialmente, idéia central da perspectiva construtivista, cujos pontos essenciais passamos a apresentar a seguir.

4.2.1 A trajetória da sociologia ambiental ao centro da teoria social

A sociologia ambiental, ramo da sociologia de constituição recente, é definida, no geral, como o estudo das inter-relações entre a sociedade e o meio ambiente e, em termos específicos, conforme Buttel e Humprey (apud FERT, 2001), propõe-se a estudar aspectos relacionados com valores culturais e crenças que levam os indivíduos a usarem o meio ambiente e como isso repercute em termos da constituição de conflitos e de consensos.

Por volta dos anos 70, ainda não havia um campo teórico que orientasse investigações específicas sobre a relação entre a sociedade e o meio ambiente, tendo surgido apenas trabalhos isolados no âmbito da sociologia rural, tratando dos recursos naturais e do meio ambiente, sem que os mesmos fossem integrados, conformando um corpo teórico. Historicamente, para Hannigan (1995, p. 16), a geografia é a ciência que aporta as primeiras contribuições sobre o mundo natural para a sociologia, mais precisamente com Buckle, no século XIX, cuja tese central era que a sociedade humana é produto das forças naturais sendo, portanto, susceptível de explicação natural, registrando-se também as idéias de outros geógrafos como a tentativa de estabelecer correlação entre clima e saúde, energia e processos mentais.

Segundo Hannigan (1995), o mundo natural entra na sociologia através dos conceitos darwinistas de evolução, seleção natural e sobrevivência dos mais aptos, que foram usados por sociólogos conservadores que aplicaram esses princípios para analisarem a sociedade,

a exemplo de Hebert Spencer, que propôs uma doutrina evolutiva, seguido por Summer, que formulou o conceito de competição da vida, no qual o ser humano se apresentava em luta com seus pares e com outras espécies. Nos anos 20, as doutrinas evolutivas do século XIX deram lugar a planificação e à reforma social, com preocupações com a melhoria do bem-estar da sociedade, o que gerou uma fase de aversão a explicações que usassem argumentos biológicos e ambientais a partir da evidência da tradição psicológica e, posteriormente, da cultura. Apesar disso, o que se observou é que, mesmo tendo-se desembaraçado de explicações pela biologia, a sociologia ligou-se a uma terminologia biológica distinta através do funcionalismo que se tornou a teoria líder da América nos anos 50, sustentada na idéia da Durkheim de que a sociedade constituía um organismo social que precisava adaptar-se constantemente ao ambiente físico e social exterior.

Em fins dos anos 70, os sociólogos rurais Catton e Dunlap (apud HANNIGAN, 1995), criticaram grande parte de seus colegas por ignorarem as restrições potenciais de fenômenos ambientais, como a mudança climática, enquanto se prendiam à imagem fundamental das sociedades humanas como sendo livres dos princípios e restrições que governam as outras espécies e aceitavam a idéia da possibilidade de um crescimento e progressos ilimitados através do desenvolvimento científico e tecnológico. Já Hannigan (1995) critica a produção sociológica do período entre 1955 e 1975, observando que algumas especialidades sociológicas tornaram-se vendedoras ambulantes em benefício da inovação tecnológica e do desenvolvimento econômico, processo que teve seu auge nos anos 60. Essa crítica se aplica particularmente em relação ao meio rural, considerando que os trabalhos realizados enfocavam, em geral, questões aplicadas como a resistência dos agricultores na adoção de novas tecnologias, a influências dos insumos na produção agrícola, características das comunidades rurais entre outros assuntos correlatos. Generalizando a crítica, observa que a maioria dos sociólogos, hipnotizados pelos benefícios do

desenvolvimento e da modernidade individual, ignoraram completamente o ambiente natural ou o viram como algo a ser ultrapassado, registrando-se poucos autores a reconhecerem as limitações impostas pelo ambiente, a exemplo do que ocorre com o clima, o solo e outras variáveis sobre a agricultura.

O aumento do interesse sociológico sobre o meio ambiente ocorreu no último quartel de século XX, período em que este assunto passou a fazer parte do debate de organizações sociológicas e multiplicaram-se os estudos e publicações em jornais e os eventos de entidades internacionais de sociologia, em que foram apresentados trabalhos sobre riscos e desastres ambientais. Buttel (apud FERT NETO, 2001), associa a emergência da sociologia ambiental com o surgimento do movimento ambientalista e o clima sociocultural dos anos 60 e 70, que motivaram muitos estudos. Outros fatores que contribuíram para conformação desse campo foram os estudos da sociologia rural sobre o desenvolvimento da agricultura, como esta provoca impactos no meio ambiente e como este influencia a produção agrícola e a vida no meio rural bem como a adesão de pesquisadores de várias áreas – como da sociologia da ciência, da sociologia do risco, da teoria dos movimentos sociais - interessados em estudar questões ambientais, ecológicas e biológicas, promovendo uma verdadeira invasão da sociologia ambiental. Assim, no geral, o objeto de estudo da sociologia ambiental são os aspectos sociais dos problemas e questões ambientais, envolvendo tanto fenômenos com implicações ambientais, como o impacto da produção e consumo no meio ambiente, as práticas ambientais estruturais, como estudos de comportamento ambiental, ou modelos institucionais relevantes, como os movimentos ambientalistas, problemas de regulação ambiental, programas de reciclagem etc., que seriam as práticas ambientais intencionais.

Uma das contribuições de Beck e Giddens tem sido trazer os riscos para o centro da teoria social, como já temos mencionado (GUIVANT, 1998). As sociedades altamente

industrializadas enfrentam riscos ambientais e tecnológicos, que são centrais e constitutivos delas, os quais ameaçam a vida no planeta, fruto da autonomização das forças sociais, com o progresso se tornando fonte potencial de autodestruição da sociedade, à medida em que gera novos riscos. Entre outros pontos trabalhados por esses autores, destaco a interpretação de Giddens (apud GUIVANT, 1996), de que o conceito de sociedade de risco não só indica a introdução de novos riscos mas também a produção de novas relações sociais, mudanças de comportamento, conflitos sociais, novas formas de ação política, com o avanço da preocupação com o futuro e a segurança e a ação reflexiva dos indivíduos que se reapropriam do conhecimento perito para uso tanto na intimidade quanto na política.

Como os riscos ambientais se destacam entre aqueles produzidos pela sociedade industrial, Giddens e Beck, ao colocarem essa temática no âmago da discussão na sociologia, também destacaram a importância da sociologia ambiental para a análise da relação entre o meio ambiente e a sociedade, dando margem a que se pudesse selecionar uma abordagem nesse campo para analisar a temática do ecoturismo.

No campo da sociologia ambiental, Guivant (2002a) observa que ela passou a ter uma característica dual, estruturando-se em duas correntes. Uma que tem a influência de uma linha realista-materialista, que enfatiza aspectos ecológicos-materiais da sociedade moderna, e outra, centrada na sociologia cultural e no construtivismo cultural, divergência esta que tem sido vista de forma positiva por contribuir para aclarar as posições sobre como lidar com problemas ambientais. A diferença fundamental entre essas duas correntes decorre do fato de que os realistas defendem a existência objetiva dos problemas ambientais, independentemente da forma como os atores sociais os percebem. Enquanto isso, os construtivistas centram-se nas representações sociais sobre os problemas ambientais, não dando igual importância à verdade sobre o problema mas a como se define este e que significados lhe são atribuídos por diversos grupos e atores.

Uma das críticas principais identificada por Irwin (apud GUIVANT, 2002a) é que os realistas questionam os construtivistas de terem esvaziado a realidade dos problemas ambientais caindo em um relativismo que levaria à inação, ao que os segundos respondem que os primeiros perdem de vista um aspecto central que é como e por que determinados assuntos e temas passam, em certos momentos, a serem considerados como relevantes e reais. Ademais, conforme registra Guivant (2002a), as diversas versões do construtivismo, defendidas por Adams (1995), Castrec e Braun (1998), Macnaghten e Urry (1998), Hannigan (1995) e Irwin (2001), não negam a realidade objetiva dos problemas ambientais, sendo difícil dentro dessa corrente encontrar posições radicais ou de relativismo forte pois, ao invés de pensar a natureza como uma realidade única, esses autores preferem considerar diferentes construções e significados que socialmente são dados ao conceito de natureza. Assim, apesar das confluências que existem entre as duas correntes, os dois lados têm dificuldades em reconhecê-las, podendo-se visualizar no quadro a seguir os pontos principais defendidos por cada uma delas.

Quadro 1 - Temas de debates entre realistas e construtivistas

Correntes Teóricas	Relações Ciências Naturais e Sociais	Relações entre Sociedade e Natureza	Relações entre indivíduos e Sociedade
Realistas	Modelo das ciências naturais para as ciências sociais (procura de leis universais e gerais, predomínio da sociedade sobre o indivíduo)	Sociedade e natureza completamente diferentes, sendo objetos de diferentes ciências.	Prioridade da totalidade social sobre os indivíduos.
Construtivistas	Ciências sociais com especificidade, mas com mesmo nível de objetividade das ciências naturais. Modelo positivista das ciências naturais não questionado.	Sociedade e natureza completamente diferentes, sendo objetos de diferentes ciências.	Prioridade da autonomia dos indivíduos ante a sociedade.

Fonte: Guivant (2002a)

O debate entre essas duas correntes permitiu identificar que a posição realista não tem a flexibilidade necessária para lidar e entender diferentes percepções ambientais, porque não admite a idéia de que podem existir diferentes tipos de racionalidades e conhecimentos, o que nos ajudou a selecionar a posição construtivista para nossa pesquisa, conforme descrito nos itens a seguir.

4.2.2 A perspectiva construtivista

A perspectiva construtivista organizada por Hannigan (1995) baseia-se em dois pontos centrais. Primeiro, o fato de a preocupação do público com o meio ambiente não ser algo automático mesmo quando há problemas visíveis, pois nem sempre os indivíduos fazem uma associação imediata entre o fato que gera questionamentos e ações sobre o mesmo. Ou seja, há problemas tanto de consciência quanto de ação política. Em decorrência, a perspectiva construtivista se propõe a entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos, a partir da idéia de que um problema ambiental não significa necessariamente um problema objetivo sobre a natureza identificado na realidade, mas é fruto de construções sociais. Segundo, que a preocupação com problemas ambientais não é constante e varia ao longo do tempo. Em vista disso, afirma que a tarefa da sociologia é compreender por que alguns fatos ou situações são vistas como problemáticas e analisar as ações políticas dos atores que descobrem ou criam alguma exigência no sentido de fazer algo positivo.

Hannigan não só explica a diferença entre os problemas ambientais e os sociais, mas também cria uma nova categoria de análise, a exigência ambiental. Segundo ele, problemas ambientais conhecidos como o aquecimento global relacionam-se com descobertas e exigências científicas e sofreram maior influência da base física, enquanto os problemas sociais vinculam-se

a aspectos sociais que se tornaram questões públicas. Para Hannigan, os problemas ambientais são os fenômenos concretos que ocorrem no meio ambiente, como a chuva ácida, a contaminação de um rio, mutações de peixes e fatos congêneres. Há que se fazer, contudo, uma distinção entre os problemas que estão próximos do cidadão, como o esgoto que corre na rua, mas que não é objeto de atitudes concretas, de outros que só são identificados por cientistas, a exemplo do buraco na camada de ozônio. Com base nessa distinção, define como exigência ambiental o processo de identificação e transformação de um problema ambiental em questão política, tornando-o público e trabalhando-o nas arenas políticas, de forma a descobrir soluções.

Hannigan sistematiza a perspectiva construtivista para o estudo dos problemas ambientais, utilizando-se das contribuições de diversos autores, em um trabalho de integração, partindo da observação empírica de que a consciência das pessoas sobre determinada questão – como a poluição da água – não se traduz automaticamente em ações objetivas como campanhas ou exigências públicas para a sua solução, enfatizando que a percepção dos problemas ambientais pode ser mesmo independente da magnitude dos próprios problemas. Nessa direção, Albrecht e Mauss (apud HANNIGAN, 1995), constataram que a percepção do público pode estar descolada do grau de deterioração ambiental e que ela é modelada por outras considerações como, por exemplo, a extensão da cobertura dos meios de comunicação social. Isso indica, em geral, a importância da ação de um mediador que cumpre o papel de destacar um problema, fazendo com que haja um despertar por parte da sociedade para isto. Ainda em relação a este respeito, chamam a atenção sobre a percepção da sociedade para a gravidade de situações consideradas críticas que, em muitos casos, não reflete a realidade dos problemas, mas a visão da mídia e de peritos. Hannigan ressalta também que há casos em que nenhuma explicação é capaz de justificar adequadamente a forma como os problemas ambientais são definidos, articulados e regulados pelos atores sociais nem porque alguns problemas têm proeminência sobre outros. O que tende a

explicar isso é a ação dos atores sociais que assumem e patrocinam determinadas questões como é o caso do ecoturismo, assunto que não consta da pauta dos principais movimentos sociais e sindicais do País. Como observa Thompson (apud HANNIGAN, 1995), os debates ambientais refletem a existência não só de uma ausência de certezas mas, antes disso, a existência de certezas contraditórias; diversos conjuntos divergentes e mutuamente irreconciliáveis de convicções sobre os problemas ambientais com que nos defrontamos e as soluções que temos ao nosso dispor.

A definição e o enquadramento do objeto de estudo da sociologia ambiental apresentam dificuldades dado a grande diversidade de assuntos, mas o importante é que a abordagem social dessas questões reconhece que os problemas e soluções ambientais são produtos finais de um processo de definição social, legitimação e negociação dinâmicos, nas esferas públicas e privadas. Buttel (apud HANNIGAN, 1995) tenta sistematizar as temáticas em seis áreas fundamentais: a nova ecologia humana, atitudes em relação ao ambiente, valores e comportamento, o movimento ambientalista, o risco tecnológico e a avaliação de riscos, a economia política do ambiente e as políticas ambientais. Já para Hannigan, dois assuntos ocupam lugar central na literatura: as causas da destruição ambiental e a emergência da consciência e dos movimentos ambientais, o que amplia, ainda mais, o leque de alternativas em que se podem produzir estudos dentro da sociologia ambiental.

A opção pelo uso da perspectiva construtivista para analisar o ecoturismo decorre da identificação de que essa abordagem coloca elementos para a análise de processos sociopolíticos e culturais que envolvem os problemas ambientais, priorizando as ações de atores sociais, vez que, como destaca Hannigan, o mais significativo é o processo através do qual os formuladores de exigências ambientais influenciam aqueles que têm o poder para que estes

reconheçam determinadas questões como problemas ambientais e aceitem a responsabilidade pela sua solução.

A partir da perspectiva da sociologia ambiental construtivista, destaquei dois aspectos fundamentais para análise nesta pesquisa. Um, entender como os atores identificaram o ecoturismo como um problema ambiental e outro, como o transformaram em exigência ambiental e o negociaram nas arenas políticas. Há evidências de que, no caso do ecoturismo, o alerta para os riscos da atividade não foram difundidos pela mídia mas por alguns atores como as ONGs ambientalistas e pesquisadores acadêmicos que também chamaram a atenção para problemas socioeconômicos, políticos e culturais da atividade e que foram os primeiros que politizaram o assunto.

Em vista disso, minha tarefa consiste em utilizar tal abordagem para identificar e caracterizar os formuladores de exigências, como se organizam, que questões colocam como prioritárias e que estratégias utilizam para pressionar o poder público. Nessa linha, um ângulo interessante de investigação é o do aumento da consciência ambiental na sociedade, tendo em vista ela vincular-se à reflexividade de atores sociais que, supomos, de um lado, identificaram e construíram o ecoturismo como exigência ambiental e, de outro, formulam projetos para a colonização do futuro, dentro dos quais imagino que constam as estratégias para minimização de riscos da atividade.

4.2.3 As ferramentas analíticas do construtivismo ambiental

Hannigan construiu um método de análise de exigências ambientais, a partir das contribuições de diversos autores, de forma esquemática, detalhada, designando um conjunto de passos propostos como ferramenta analítica. Enloe (apud HANNIGAN, 1995), sintetiza os pontos

que podem dar origem a um problema ambiental e que utilizo para orientar o trabalho de investigação: estimular a atenção dos meios de comunicação social; exigir uma decisão governamental e relacionar-se com os interesses pessoais de um número significativo de cidadãos. Todavia Hannigan chama a atenção para as dificuldades com os problemas ambientais emergentes que devem ser legitimados em múltiplas áreas como os meios de comunicação social, ciência e público. Segundo ele, uma forma de se conseguir a legitimação é através de táticas e estratégias retóricas que variam de acordo com os grupos de pressão. Nesse sentido, observa que se pode agrupar, de um lado, o que chama de críticos da sociedade pós-industrial e os puristas que se utilizam de uma retórica da retidão, que toma por base aspectos morais ou uma retórica espiritual que realça os valores espirituais dos locais ameaçados. De outro lado, estão os pragmáticos ambientais que defendem o desenvolvimento sustentável, condição em que, suponho, se enquadra parte significativa dos atores que atuam no ecoturismo, os quais tendem a usar a retórica da racionalidade.

Objetivamente, Hannigan indica três focos para o estudo dos problemas sociais: as próprias exigências, os formuladores de exigências e o processo de criação de exigências. Em termos do conteúdo das exigências, Best (apud HANNIGAN, 1995), ressalta que o aspecto de maior interesse para análise é a retórica (que implica a utilização de linguagem com o objetivo de persuadir) utilizada na criação de exigências e a forma como as exigências são apresentadas de maneira a persuadir o público próprio.

Já o processo de criação de exigências, conforme indica Wiener (apud HANNIGAN, 1995), é uma produção coletiva que envolve três subprocessos que são a animação do problema – que envolve ações institucionais - a legitimação e a demonstração do problema, que envolve ações políticas de convencimento e a negociação, realizada em arena pública construída à volta dos problemas sociais, local privilegiado para avaliação dos problemas sociais.

Metodologicamente, ressalta Hannigan que, ao se pesquisar a origem das exigências ambientais, deve o investigador perguntar: de onde é que vêm as exigências, a quem pertencem ou quem lida com elas, que interesses econômicos e políticos os formuladores das exigências representam e que tipo de fontes elas trazem para o processo de criação de exigências.

No que se refere aos atores que constroem exigências, Hannigan (1995) destaca que o mais significativo é o processo através do qual os formuladores de exigências ambientais influenciam aqueles que têm o poder para que estes reconheçam as definições dos problemas ambientais, para os implementarem e aceitem a responsabilidade pela sua solução. Em vista disso, Best (apud HANNIGAN, 1995), observa que se devem levantar questões no sentido de saber se os formuladores estão filiados a organizações, movimentos ou grupos, de quem são os interesses que representam (se próprios ou de terceiros) e se eles são experientes ou não. Alguns estudos citados por esse autor destacam a importância do papel que alguns tipos de atores tiveram na construção de exigências a exemplo dos empresários de questões - advogados, políticos e funcionários públicos – e de profissionais que atuam na mídia que, em geral, destacam novas tendências, formas e questões que envolvem os assuntos. Há evidências de que a mídia trabalha o ecoturismo como uma nova tendência dentro do turismo, ressaltando o público que participa dessa atividade que é o que gosta da natureza, de locais diferentes, selvagens. Todavia, quando se refere à falta de estrutura e de serviços em determinados atrativos, ela se constitui em um formulador de exigências à medida que coloca elementos que reforçam os argumentos dos grupos de pressão. O importante nesse ponto é a observação de Kitsuse (apud HANNIGAN, 1995) de que pode ser muito diversificado o grupo de formuladores de exigências que se juntam para promover um problema social. O exemplo do Greenpeace, que se constitui em grupo de pressão ambiental cuja relação com a mídia encontra-se institucionalizada, tornando-o um validador simbólico de problemas ambientais emergentes, encontra paralelo em entidades ambientalistas

como a World Wildlife Foundation (WWF), que também tem acesso à mídia e supõe-se que atua como uma espécie de validador do ecoturismo.

Em relação aos interesses econômicos e políticos dos formuladores de exigências, Hannigan apresenta interessante exemplo mostrando que, no início do movimento conservacionista dos Estados Unidos, uma elite usou de uma rede de velhas amizades para assegurar o financiamento de sua ação política, enquanto, na atualidade, os formuladores de exigências estão profissionalmente organizados, planejando as campanhas e mantendo o controle centralizado, sugerindo a necessidade de se distinguir, na ação dos atores, o clientelismo da atuação profissional.

Quanto à apresentação de exigências ambientais Hannigan chama a atenção de que há a necessidade de que seus formuladores liderem a atenção e legitimem a exigência. Para fazer com que um problema lidere a atenção ele deve ser apresentado como novidade, como algo importante e compreensível. E isto pode ser feito com materiais visuais ou formas apelativas, havendo a sugestão do uso de um *marketing* agressivo. Os aspectos relacionados com o *marketing* são importantes na medida em que uma pesquisa da Young & Rubicon (apud HANNIGAN, 1995) destaca que existem quatro fatores que identificam o impacto de um produto no mercado. O primeiro é a exclusividade ou particularidade do problema, que é medido pela percepção do público em distingui-lo de outros assemelhados. O segundo fator é a relevância, que se relaciona com o grau de interesse que o problema gera no cidadão comum. O terceiro, a estatura, refere-se ao significado (o que se sente e pensa) que tem determinado problema para as pessoas. Por fim, situa-se a familiaridade, que indica o quanto determinado problema é conhecido do público. Em relação ao ecoturismo, os indicativos é que este é uma questão nova, que se caracteriza pela exclusividade, mas que tende a ter pequena relevância e estatura, o que se traduz em pequena familiaridade, a não ser para os atores da área e grupos sociais restritos dos

segmentos médios e altos da sociedade, os que demandam essa atividade. Todavia cabe ressaltar que os meios de comunicação têm desempenhado importante papel no sentido de criar uma familiaridade do público com o ecoturismo, fruto de seu envolvimento empresarial com a atividade que representa um nicho de mercado e que, pelo número de publicações, já possui um expressivo público.

Em termos de contestação das exigências ambientais, Hannigan observa que, em geral, o problema é principalmente contestado no âmbito da arena política, espaço em que os burocratas podem jogar papel importante na tramitação das exigências, dado seu poder de atrasar processos, e onde ocorre muita pressão social sobre os legisladores pois, enquanto os formuladores buscam produzir mudanças políticas e legais, os contestadores limitam e dificultam que isso ocorra. Em realidade, é na arena política que entram em confronto os interesses divergentes que pressionam os aparelhos do Estado em diversas direções, situação esta que levou Walker (apud HANNIGAN, 1995) a observar que a maior parte das políticas emerge duvidosamente, aos poucos, a partir de uma complicada série de contratos e compromissos que refletem tendências, objetivos e necessidades de realce das agências estabelecidas, comunidades profissionais e empresários políticos ambiciosos. Em vista disso, as propostas devem ser apresentadas aos legisladores de forma que pareçam exeqüíveis, mas, ressalta-se, aquelas propostas com características neutras e com caráter utilitário (por exemplo, que contemplem interesses financeiros) têm mais possibilidades de serem aceitas. No geral, Milton (apud HANNIGAN, 1995) chama a atenção para as contradições que ocorrem na arena política, o que torna a política ambiental imprevisível, em função de inúmeros fatores internos e externos à questão.

Conforme exposto acima, as indicações metodológicas construtivistas sistematizadas por Hannigan (1995), para analisar as exigências ambientais são múltiplas,

abarcando um amplo leque de aspectos. Em vista disso, sintetizo os pontos centrais que foram objeto de investigação verificando que, no geral, procurei identificar se o ecoturismo estimula a atenção da mídia, se exige decisões governamentais e se interessa a um número significativo de cidadãos. No que se refere à origem e criação das exigências ecoturísticas, investiguei quem formula as exigências e que interesses econômicos e políticos eles representam, em que se baseiam para formulá-las e as ações de animação, legitimação, demonstração e negociação do problema que realizam e em que fóruns políticos. Quanto à apresentação de exigências ambientais, há a necessidade de se verificar se os formuladores lideram a atenção e de que forma, e como legitimam a exigência. As observações preliminares mostram que o ecoturismo não tem o apelo dramático do buraco na camada de ozônio e nem tem apelo popular, o que dificulta a produção de manifestações públicas em defesa das reivindicações que os atores defendem, mas tem um significativo apelo simbólico que facilita a ação da mídia e do *marketing*. Já em referência às contestações, procurei identificar a arena política, os confrontos de interesses e os atores que atuam fazendo pressões, sejam para manter ou para mudar os dispositivos legais. Suponho que, no caso do ecoturismo, os contestadores podem também atuar como formuladores e vice-versa, a exemplo dos empresários que têm interesses em algumas ações do Estado, mas que podem contestar a definição de algumas medidas legais defendidas pelos ambientalistas que ameacem limitar suas ações e negócios.

Outro ponto colocado como objeto de investigação são as formas de legitimação do ecoturismo, devendo trabalhar no sentido de identificar as estratégias utilizadas pelos atores sociais. Em termos de conteúdo das exigências, devo observar a retórica utilizada pelos atores na criação das exigências e a forma como elas são apresentadas aos diversos públicos. Nesse sentido, há indicativos de que, enquanto os ambientalistas utilizaram como elementos de retórica o risco ambiental que representa o ecoturismo, os empresários utilizaram os entraves que

dificultavam a expansão da atividade, a exemplo da falta de acesso às áreas protegidas. No que se refere às fontes de produção de dados, parece que os atores que atuam no ecoturismo se constituem em fontes de informação legítimas e proeminentes, constituindo-se mesmo em sistemas peritos (GIDDENS, 1991). Por exemplo, suponho que ONGs com estrutura internacional como a WWF, tanto disseminam informações resultantes de estudos e experiências nos meios de comunicação quanto produzem conhecimento e informações que utilizam nas arenas públicas de debate.

Em vista das dificuldades que existem para que um problema ambiental se consolide nas arenas públicas, Hannigan elaborou uma lista de condições para que ocorra êxito no processo: a validação por autoridade científica, a existência de propagadores que sejam cientistas, a adoção do problema pelos meios de comunicações, a dramatização em termos simbólicos e visuais, os incentivos econômicos e a emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar a legitimidade e continuidade, pontos estes que incluo na lista dos aspectos investigados.

Enfim, com base nas indicações de Hannigan, formulei as perguntas a seguir que sintetizam os pontos centrais da investigação do ecoturismo como exigência ambiental: Quem são os formuladores do ecoturismo como exigência ambiental? Como os atores sociais utilizam o caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para construí-lo, encaminhá-lo e contestá-lo nos fóruns políticos como exigência ambiental?

Com esse referencial teórico-metodológico da sociologia ambiental, contei com um instrumental adequado para investigar ecoturismo como exigência ambiental, trabalho que realizo no Capítulo 4.

4.3 METODOLOGIA E MÉTODOS

Classifico como uma pesquisa qualitativa o tipo de estudo científico que defini e que objetiva entender como os atores sociais transformam e trabalham o ecoturismo como exigência ambiental nas instâncias políticas e como os elementos dinamizadores da modernidade influenciam as instituições e a ação dos atores que buscam a colonização do futuro com o ecoturismo, no município de Alto Paraíso de Goiás.

O caminho metodológico⁵⁷ planejado para realizar o estudo consistiu em um processo que Minayo (1994) chama de ciclo da pesquisa, com três momentos. O primeiro, a fase exploratória, compreendeu a organização de informações empíricas a partir de levantamentos iniciais sobre a temática e um amplo trabalho de pesquisa bibliográfica que abrangeu o significativo leque de assuntos relacionados com o ecoturismo, dadas a amplitude e a complexidade da temática. Essa pesquisa bibliográfica pretendeu mostrar o estado da arte do ecoturismo, fazendo a resenha de pontos considerados essenciais como a polissemia conceitual e as dificuldades teóricas que isso provoca, as raízes da atividade e seus antecedentes no Brasil, o modelo internacional existente, a essência da natureza para o ecoturismo, além de trabalhar a dinâmica dos atores sociais e aspectos relacionados com o desenvolvimento e os riscos dessa atividade. Esse trabalho de problematização do objeto buscou mostrar os aspectos já estudados e lacunas no conhecimento sobre o assunto, no sentido de obter subsídios para se definir, com clareza, o problema a estudar no presente estudo. Ainda no primeiro momento, como parte da preparação para realização da pesquisa de campo, defini o referencial teórico mais adequado. Dada a amplitude da temática, produzi dois recortes. No primeiro, utilizei a abordagem social construtivista da sociologia ambiental, para investigar a construção e o encaminhamento do

⁵⁷ Minayo (1994, p. 16) conceitua metodologia como “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

ecoturismo nas arenas políticas como exigência ambiental. No segundo, para análise de uma experiência concreta de ecoturismo, selecionei a teoria social contemporânea desenvolvida por Anthony Giddens e Ulrich Beck para investigar a influência dos elementos dinamizadores da modernidade nas instituições e nas ações dos atores sociais que buscam colonizar o futuro com o ecoturismo.

Com base na teoria selecionada, elaborei como questões norteadoras para análise do ecoturismo como exigência ambiental: Quem são os formuladores do ecoturismo como exigência ambiental? Como os atores sociais utilizam o caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para construí-lo, encaminhá-lo e contestá-lo nos fóruns políticos como exigência ambiental? Para analisar a influência dos elementos dinamizadores da modernidade, as questões são: Qual a influência dos elementos que dinamizam a modernidade sobre as instituições e atores locais? Como se institucionalizou o ecoturismo em Alto Paraíso? Quem são os especialistas do ecoturismo no município? A ação de sistemas peritos é suficiente para tornar confiáveis os projetos ecoturísticos? Quais as ações reflexivas que desenvolvem os principais atores que atuam no ecoturismo, com vistas a incorporarem a natureza socializada no processo ecoturístico e colonizarem o futuro com essa atividade em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros?

Ainda nesse primeiro momento, elaborarei uma estratégia de pesquisa, um planejamento operacional, baseado em orientação de De Vries (1992), que consiste em fazer um roteiro de campo, planejar a dinâmica do trabalho para realizar a interpretação do local, o qual incluiu a definição dos instrumentos a serem utilizados e os trabalhos específicos a serem feitos. Em termos de instrumentos, defini realizar observações e entrevistas bem como trabalhar com material bibliográfico e documental. Realizei as entrevistas com base em um roteiro padrão, com atores-chaves na atividade ecoturística, na medida em que busquei informações detalhadas sobre a temática e evidências que pudessem confirmar as suposições iniciais. Além disso, participei de

eventos sobre o tema – como seminários, congressos, reuniões –, levantando os assuntos enfocados, captando a retórica utilizada e as representações sobre o ecoturismo e a natureza, bem como apresentei trabalhos em eventos com conclusões preliminares sobre o assunto em estudo.

O segundo momento correspondeu à etapa de pesquisa de campo, que compreendeu a realização de estudos de caso que foram realizados com base na orientação metodológica de Yin (1994), indicado quando as questões ‘como’ ou ‘por quê’ são colocadas, quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos e quando o *focus* é um fenômeno contemporâneo dentro de algum contexto da vida real, tendo em vista as observações preliminares indicarem que o fenômeno do ecoturismo se enquadra nas situações descritas acima.

O estudo de caso foi realizado no município de Alto Paraíso de Goiás onde se desenvolve, institucionalmente, uma experiência de ecoturismo, desde 1992. Para seleção dessa experiência, utilizei dados bibliográficos e informações institucionais que indicavam as características, a consolidação da atividade e a sua amplitude socioeconômica e ambiental, tendo em vista haver identificado diversas iniciativas públicas⁵⁸ e privadas que se autodenominavam ecoturísticas, mas que eram limitadas tanto conceitual quanto espacialmente e em termos de abrangência socioeconômica. Neste estudo, procurei seguir a orientação metodológica de DeVries (1992), investigando os diversos aspectos da relação da experiência ecoturística com a comunidade (se envolve a comunidade, se criou empregos, de que tipo; se repassa recursos e o volume, regularidade e forma; interface com Estado local e com a sociedade civil organizada e negociações havidas), com vistas a identificar os resultados socioeconômicos e culturais da experiência e se ela está promovendo a melhoria das condições de vida da população local.

⁵⁸ O cadastro do IBAMA fornece informações sobre essas experiências, podendo-se consultar nesse órgão também a lista das Reservas Particulares do Patrimônio Natural/RPPN's, que estão agrupadas por Estado.

Quanto às entrevistas, foram realizadas 60 com atores de diversos segmentos sociais, em dois períodos diferentes: nos meses de junho a setembro de 2001 e abril a julho de 2002. No que se refere aos órgãos federais e estaduais envolvidos com a questão do ecoturismo, entrevistei dirigentes, diretores de programas e gerentes de órgãos públicos como o Ibama, Embratur, Ministério do Meio Ambiente e Secretarias de Turismo em Goiânia e em Alto Paraíso de Goiás. Com esse trabalho, o objetivo foi o de levantar dados históricos, políticos, culturais e ambientais. Associado a isso, entrevistei representantes de ONGs ambientalistas e setores empresariais, buscando elementos que indicassem a forma como o ecoturismo foi construído e encaminhado nas arenas públicas como questão ambiental. Nas comunidades, realizei entrevistas com lideranças comunitárias, a gerente e técnicos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, secretários municipais, diretores de órgãos públicos, dirigentes de entidades de classe e de ONGs, intelectuais, proprietários de atrativos, guias turísticos, empresários, turistas e pessoas das comunidades, no sentido de identificar a visão de cada sobre a atividade implantada, a forma de participação na experiência, as expectativas e os projetos existentes em relação ao futuro, as modificações que estão ocorrendo nas instituições e as influências socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais provocadas pelo ecoturismo. Na pesquisa de campo, os maiores problemas foram os custos com transporte, alimentação e hospedagem e a dificuldade em encontrar depoentes indicados e/ou selecionados.

A terceira etapa, após a conclusão da pesquisa de campo, consistiu no tratamento dos dados através da análise das entrevistas, ordenação e classificação dos dados observados e daqueles contidos no material documental e bibliográfico recolhido, buscando identificar singularidades e fatos novos que sirvam como contribuição pessoal para ampliar o conhecimento sobre a problemática do ecoturismo.

5 O ECOTURISMO COMO EXIGÊNCIA AMBIENTAL

Os problemas ambientais não são muito diferente dos sociais, enquanto fenômenos concretos que ocorrem no meio ambiente. Sociologicamente, a questão central é que eles não se materializam por eles próprios e, nem sempre, são objeto de ações sociais concretas. No caso do ecoturismo, a questão é mais delicada, desde que este é um assunto da área turística que passa a ser identificado como um problema ambiental, tendo em vista a dependência dessa atividade da natureza ainda preservada.

A perspectiva construtivista da sociologia ambiental, sistematizada por Hannigan (1995), permite analisar como determinado problema social é distinguido entre uma infinidade de outros e encaminhado politicamente em arenas públicas e privadas. Neste capítulo, utilizo a abordagem construcionista para analisar como atores sociais construíram o ecoturismo como exigência ambiental, significando esta categoria uma condição problemática existente na sociedade que é transformada em questão política. A análise desse processo compreende o estudo de como o ecoturismo como exigência ambiental é formulado, legitimado e contestado nos fóruns políticos de forma a descobrir soluções, quais os interesses econômicos e políticos que os atores representam e qual a resposta do governo federal.

5.1 A PUBLICIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO ECOTURISMO NO BRASIL

O processo de publicização e legitimação do ecoturismo tem suas origens nos anos 80. Nessa década, as atividades de turismo na natureza, que depois passam a ser designadas como ecoturísticas, concentravam-se no Estado de São Paulo e na Amazônia, onde eram desenvolvidas por pequenas empresas ou grupos não institucionalizados, caracterizados pelo amadorismo e pelo

tamanho limitado dos empreendimentos e do público demandante. Na Amazônia, a atividade estava voltada para visitas de grupos estrangeiros à floresta, havendo registros de que, desde meados dos anos 80, surgiram iniciativas empresariais na região atendendo aos turistas internacionais, seja através de *tours* pela área, seja pela instalação direta de hotéis de selva, os *lodges*. Enquanto isso, em São Paulo predominavam as viagens de estudo do meio, realizadas por estudantes.

Utilizando o modelo de Spector e Kitsuse (apud HANNIGAN, 1995), indicado para se analisar as tentativas de transformar os problemas privados em questões públicas através do reconhecimento oficial, busco em seguida identificar como o ecoturismo, atividade que surge no Brasil por iniciativa de empresários, conforme exposto acima, foi transformada em questão pública.

Em 1987, aconteceu a primeira iniciativa do governo federal de desenvolver um programa de turismo ecológico no país a qual, todavia, não prosperou. Depoimento colhido na sede da Embratur⁵⁹, em Brasília, revela que essa iniciativa do governo decorreu de uma pressão do mercado internacional desejoso de explorar as potencialidades do País, tendo em vista a Amazônia ser vista no exterior como ícone do Brasil. Considero que essa proposta governamental não teve maiores desdobramentos, na época, em função da fase ainda embrionária em que se encontrava a atividade no País e pela falta de apoio político e social de segmentos organizados da sociedade.

Dados históricos⁶⁰ indicam que a partir de 1991, o governo federal começa a

⁵⁹ Entrevista com o técnico do Instituto realizada em agosto de 2001.

⁶⁰ Sobre o histórico consultar Paulo Pires (1998).

desenvolver iniciativas de forma mais sistemática na área, elaborando um esboço de políticas e diretrizes e a versão preliminar de um Manual Operacional do Ecoturismo, criando comissões técnicas estaduais, fazendo levantamento de atrativos, cadastramento de operadoras e guias especializados, realizando cursos de capacitação e campanhas publicitárias. Entre 1992 e 1994, anota-se a participação do governo federal na Rio/92 e em eventos da área. Em todo esse período, entretanto, o ecoturismo não tinha visibilidade pública, ficando restrito às pessoas da área. Dois fatos reforçam esse entendimento. Primeiro, como participante do Fórum de ONGs brasileiras que preparou e organizou a conferência da sociedade civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a Eco/92 – que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, e como membro da coordenação desse evento no Rio de Janeiro, não presenciei nenhuma discussão nem tive acesso a nenhum documento sobre o ecoturismo no período entre 1990/92. Segundo, o relatório elaborado pelo citado Fórum sobre os problemas ambientais do País não traz referências sobre este assunto, o que indica que ele não constava da pauta dos problemas ambientais brasileiros até a citada data.

Considerando-se problema público⁶¹ aquele que deve estar ao alcance da coletividade, da opinião pública, entendo que o ecoturismo passou a ter esse caráter e se tornou institucionalmente público e legitimado, em 1994, a partir do lançamento do *Manual de Ecoturismo e das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, sendo que estas últimas são, até o presente, o único documento oficial sobre ecoturismo funcionando, na prática, como um manual político para a atividade. As Diretrizes foram elaboradas em oficinas e reuniões por um grupo de trabalho interministerial formado por técnicos da Embratur e do Ibama e representantes de ONGs - como a Conservation International e Ecobrasil -, do Sebrae, Sudam,

⁶¹ Conforme Ferreira (1975).

Basa, BNB, Senac-SP, Unesco e consultores, e explicita em 47 páginas conceito, objetivos, ações, estratégias e os atores sociais que o governo federal prioriza para desenvolver parcerias.

5.2 A CONSTRUÇÃO DO ECOTURISMO COMO EXIGÊNCIA AMBIENTAL

Considerando a orientação de Hannigan (1995), analiso neste item as origens das exigências ecoturísticas, buscando identificar quem são os atores que as formulam e quais os interesses econômicos e políticos que eles representam.

Identifiquei que eventos públicos como seminários e congressos de âmbito nacional acontecidos no início dos anos 90 funcionaram como espaço de reunião e fóruns de debates de empresários, ONGs ambientalistas, acadêmicos e também de representantes do governo federal (que passaram a ser presença constante nos encontros que ocorreram ao longo da década), para a construção do ecoturismo como exigência ambiental. O aspecto central é que esses eventos, que se reproduziram ao longo do período, cumpriram um duplo papel: espaço para discussão, sistematização de propostas e construção de exigências políticas e, também, para organização do empresariado, através da criação de entidades representativas. Ressalto que a iniciativa de discutir o ecoturismo como um problema socioeconômico e ambiental foi dos empresários e ONGs ambientalistas, os quais colocaram o governo federal como mediador e provedor de soluções.

Como detectei diferenças qualitativas entre as exigências das ONGs ambientalistas e daquelas dos empresários, analiso cada uma delas separadamente. Inicio pelas dos empresários, tendo em vista que foram elas que deram origem às exigências ambientais.

5.2.1 As exigências econômico-políticas

As iniciativas do empresariado na área do ecoturismo no Brasil datam de meados dos anos 80, antes mesmo do *boom* ecológico provocado pela Eco/92, mostrando a visão empresarial desse segmento social em relação a uma das mais novas modalidades que compõem a chamada indústria turística. Nos anos 80, criaram empresas; nos anos 90, avançaram para se organizar e desenvolver ações políticas, seja junto ao governo federal e estadual, seja na sociedade de forma a ocupar maior espaço no mercado ecoturístico.

Avalio que o processo de construção de exigências correu paralelo ao da organização empresarial. Um dos primeiros registros é o do I Seminário Nacional de Turismo Ecológico, ocorrido em Ilhéus (BA), em 1991, que se desdobrou no II Seminário, em abril de 1993. Neste último, entre outros assuntos, discutiu-se o ecoturismo em parques e problemas de conservação, experiências empresariais, visão e estratégias de comercialização e *marketing*. Ainda em 1993, dois fatos importantes ocorreram simultaneamente: o Congresso Mundial de Viagens de Aventura e Ecoturismo, acontecido em Manaus (AM), que reuniu entidades nacionais e internacionais e a criação, no seu transcurso, da Ecobrasil, uma entidade de assessoria e consultoria, fruto da preocupação de alguns operadores especializados com a qualidade dos produtos de turismo ecológico disponíveis no mercado naquela época e, sobretudo, pela confusão de critérios e conceitos sobre ecoturismo. (ECOBASIL, 2000).

Entendo que as críticas acima, apesar de não serem de uma entidade de classe, representavam as idéias do empresariado e refletia uma preocupação de parte desses atores sociais com a garantia do novo nicho de mercado que surgia. Reforça esse entendimento o fato de

o presidente⁶² dessa entidade haver publicado, em revista de circulação nacional, um artigo intitulado “Ecoportunismo”, em que critica parte dos atores que atuam na atividade pelo fato de não terem qualificações e também por usarem o termo ‘eco’ como instrumento de *marketing* para venderem viagens com o rótulo de ecoturismo. Outros argumentos para a criação dessa entidade, como as preocupações desses atores com os rumos da atividade, problemas como a falta de critérios claros e a polissemia de conceitos, passaram a fazer parte da pauta de reivindicações do empresariado.

A criação de uma organização específica do empresariado ecoturístico só vai ocorrer em 1995. O Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB)⁶³ foi criado por 62 organizações privadas, reunindo agentes e operadores de viagens, hoteleiros, escolas, consultores e entidades ambientalistas. A criação do IEB teve repercussões no processo político e na dinamização das ações promovidas pelo governo federal, justamente no período 1994/2002, em que o ecoturismo ganha força e visibilidade pública, tendo em vista seus objetivos de unir e representar os interesses específicos dos empresários da área, criando um organismo com amplitude nacional que representasse diretamente os interesses do corpo social em busca de soluções comuns para os problemas, dentre os quais se destacava a formulação de políticas para o setor (IEB, 2000). Para tanto, definiu sua atuação em três planos: na garantia de um espaço político e de mercado para o ecoturismo, na profissionalização do empresariado e suas empresas e na difusão de informações, realizando cursos, palestras, encontros regionais, *famtours*, consultorias e eventos, além de editar um boletim informativo. No plano empresarial, o Instituto orienta os empreendedores de ecoturismo a desenvolverem produtos e serviços segundo os princípios do desenvolvimento

⁶² Roberto Mourão é o presidente da Ecobrasil.

⁶³ Ocorrido durante a 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela (RS), em 1995, promovido pela prefeitura de Canela e organizada por Rogério Ruschel, consultor e diretor da empresa de consultoria Ruschell & Associados Marketing Ecológico (SP).

sustentável, priorizando, entre as estratégias, ações de difusão de informações. No plano político, a estratégia central para atingir esses objetivos foi a de colaborar ativamente na definição e execução de políticas públicas de ecoturismo, nas diversas instâncias institucionais.

Entretanto, há fortes indicativos de que a ação política do IEB⁶⁴ ficou a desejar, registrando-se discordâncias e críticas com relação a sua atuação. Em depoimento em seminário, empresário foi enfático ao dizer que o IEB dedica-se mais a consultorias, tendo perdido a ação de representação dos empresários do setor (informação verbal)⁶⁵. A observação de trabalhos realizados pelo governo federal mostram que, efetivamente, o Instituto tem-se constituído em parceiro privilegiado em várias iniciativas, a exemplo do levantamento sobre os Pólos de Ecoturismo do Brasil. Durante o VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local (VI ENTBL), em Campo Grande (MS), em outubro de 2002, ouvimos opinião de que o IEB representou o primeiro esforço de articulação do empresariado mas que, no presente, está esvaziado e, por falta de representatividade estariam sendo criadas outras entidades como uma de esportes da natureza.

Identifiquei também crítica no sentido de que não há um mercado de ecoturismo estruturado e que não há um *trade* ecoturístico. Todavia três pesquisas às quais tive acesso, revelaram que já existe um setor organizado com um mercado constituído e promoções sistemáticas de atividades na área. Destaco a pesquisa sobre o perfil desse segmento realizado por Ruschman⁶⁶ (1995), pela qual a maioria do empresariado fundou suas agências entre os anos de 1986 e 1990, têm de 1 a 4 sócios situados na faixa etária entre 24 e 35 anos, em São Paulo, e 36 e

⁶⁴ A crítica sobre a atuação do IEB também é feita internamente. Em reunião de planejamento do Instituto, ocorrida em julho de 1999, ressaltou-se que, por possuir poucos associados, a entidade tinha pouca representatividade, conforme o Boletim Ecoturismo, nº 13.

⁶⁵ Colocação ouvida em sessão do VII Seminário Nacional do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, Florianópolis, out. 2001.

⁶⁶ Mais detalhes sobre as pesquisas e o perfil dos empresários, consultar a fl. 4 do Capítulo 2 dessa tese.

45 anos, em outros Estados, tendo observado a vinculação desses empresários com a área ambiental, uma vez que a maioria informou que possui nível superior nas áreas de ciências humanas ou biológicas, sendo que muitos deles foram motivados a criar empresas pela experiência de terem sido guias ecológicos e pelo interesse pela natureza. Auditoria de Opinião junto ao *trade* específico do ecoturismo no Brasil⁶⁷, apresentada na 1ª Bienal de Canela, mostra que, em 1995, 70% dos entrevistados já estavam juridicamente organizados, o que indica uma formalização do setor e um mercado já consolidado na época. Entendi a observação da entrevistada no sentido de que o processo de organização iniciado em 1995 não evoluiu de forma desejável e que, no presente, o segmento empresarial não conta com uma representação política consistente que agregue o setor.

Outro problema ressaltado pelos empresários e que interfere na organização do setor, são os chamados piratas – ou falsos operadores – que, conforme o presidente do Instituto⁶⁸, concorrem deslealmente e dificultam a organização do setor. Entendo, todavia, que este é um fato esperado no setor, tendo em vista a grande diversidade de atores e setores sociais e profissionais que compõem o *trade* ecoturístico, um conjunto de empresas que compõem o ramo de negócios em turismo, a exemplo das agências e operadoras, companhias de aviação, hotéis, restaurantes, pousadas, campings, empresas de transportes, guias entre outros.

Ressalto que, à frente da mobilização política em torno do ecoturismo, pontuaram os operadores, proprietários de agências e consultores que, não só vislumbrando as potencialidades e virtualidades do ecoturismo, mas também as dificuldades em controlar a atividade tendo em vista o tamanho do País, passaram a exigir do governo federal atitudes no

⁶⁷ Organizada por Rogério Ruschel, consultor e diretor da empresa de consultoria Ruschell & Associados Marketing Ecológico (SP).

sentido de conceituá-lo, estabelecer seus limites, definir políticas, estratégias, incentivos e funções desse novo negócio que precisava ser trabalhado, lapidado.

A dinâmica de produção de exigências políticas por parte do empresariado foi intensa na década de 90, destacando-se duas contribuições. Uma elaborada pelo IEB da qual constava como objetivos imediatos a implantação de um código de ética para o setor, a certificação do produto ecoturismo, a capacitação dos recursos humanos, a normatização do ecoturismo e a privatização dos serviços em unidades de conservação. A outra contribuição foi da Auditoria de Opinião (BIENAL DE CANELA, 1995) que elaborou uma Agenda Consolidada do Ecoturismo no Brasil. Essa agenda abrangeu questões políticas, ambientais e econômicas, identificando como problemas institucionais a construção de uma política eficiente e perene, a fixação de uma legislação coerente, a questão das unidades de conservação e a falta de linhas de financiamento.

Considero que a exigência da definição de um conceito e o estabelecimento de diretrizes políticas mínimas decorreram do interesses em diferenciar essa atividade das demais, delimitando seus contornos, e também como uma forma de garantir o nicho e estabelecer uma reserva de mercado. Porém a falta de uma política específica para o ecoturismo é que foi intensamente criticada. Em 1995, o *trade* ecoturístico criticou o lançamento do documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, argumentando que não tinha sido suficientemente divulgado, não houve participação empresarial e essas diretrizes não tinham consistência. Em vista disso, consideraram que o documento se constituía em um bom esqueleto, mas que o empresariado da área deveria acrescentar a carne (BIENAL DE CANELA, 1995). A crítica acima mostra problemas de divisão política ou de comunicação entre o empresariado na

⁶⁸ O presidente do IEB, falando sobre Problemas e Políticas Nacionais de Ecoturismo no VII Seminário Nacional do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, Florianópolis, em out. 2001, afirmou que o setor de ecoturismo está

medida em que, no processo de elaboração das diretrizes, o Estado reuniu empresários, além de técnicos, consultores, órgãos públicos e atores como o Sebrae, organismo empresarial que tem um programa específico de fomento e formação na área do turismo.

Entendo que as diretrizes representam uma resposta do governo federal para a pressão empresarial nacional e internacional, com vistas a desenvolver a atividade ecoturística no País, particularmente após a realização do Congresso Mundial de Viagens de Aventura e Ecoturismo acontecido em 1993, em Manaus, e da criação da Ecobrasil. Concorreu também, para isso, o acúmulo de informações por parte do governo federal, como resultado da participação de seus representantes em eventos diversos, a exemplo de congressos, seminários e outras modalidades, ocasião em que seus técnicos e executivos interagiram com empresários e acadêmicos, se sensibilizando-se com as demandas privadas e passando a incorporar seus pontos de vista.

Porém a divulgação de diretrizes não arrefeceu a demanda por uma política para a atividade. Em 2002, Silvio Silva, coordenador do programa de ecoturismo da WWF, fez cobranças públicas, através de artigo na mídia e em pronunciamento no VII Seminário Nacional do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), em outubro de 2001, em Florianópolis. No debate que ocorreu nesse evento sobre políticas públicas, houve um consenso entre os membros da mesa sobre a falta de uma política de ecoturismo no Brasil. Contudo os dados levantados mostraram que tais exigências não encontraram eco por parte do governo federal, que não manifestou preocupação em elaborar uma política mais ampla e consistente para o setor. Entendo que o silêncio do governo demonstra que, para ele, as *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* publicadas em 1994, se constituem em instrumento

suficiente para nortear ações para o setor. Enfim, a formulação de políticas não é um processo linear dado que estão em jogo interesses divergentes e poderosos.

Porém o ponto central na análise das exigências econômico-políticas dos empresários é a pressão para que o governo federal libere as áreas protegidas para exploração econômica. Nesse sentido e apesar de difundirem uma estratégia política de conciliação, os empresários formularam duros discursos. Alves⁶⁹ argumentou que se cobra entrada nos parques em todo mundo menos no Brasil e critica que

[...] não se podem fechar parques, impedindo a entrada de turistas. Temos de usar o poder econômico como instrumento de preservação. A lei está a nosso favor. O Poder Executivo, o Judiciário, o Legislativo têm instrumentos à nossa disposição. (SEMINÁRIO DE ECOTURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 1996).

Outro exemplo da contundência do discurso empresarial está exposto na Auditoria realizada com empresários e divulgada na 1ª Bienal de Canela. Nela explicita-se que

[...] se o segmento não conseguir sensibilizar o poder público (ou a opinião pública, que por sua vez pressionaria o poder público) para resolver os problemas que são de sua responsabilidade, e ao mesmo tempo não investir em qualificação e defesa de seus valores, poderá estar permitindo que seja morta ‘a galinha dos ovos de ouro’ deste negócio. (BIENAL DE CANELA, 1995).

Entendo que foram essas continuadas críticas e pressões do empresariado ecoturístico para abertura dos parques para utilização no ecoturismo – e que levaram o Ibama a agilizar a revisão da política de preservação restrita dos parques, elaborando uma proposta de Usos Públicos – que deram margem às ONGs ambientalistas para construírem o ecoturismo como exigência ambiental.

⁶⁹ Jota Alves, diretor do IEB, discursou no I Encontro de Ecoturismo do Distrito Federal, do Entorno e de Goiás, acontecido em 1996, em Brasília.

5.2.2 A construção do ecoturismo como exigência ambiental

O processo de construção do ecoturismo como exigência ambiental não se deu de forma linear e uniforme, conforme análise que apresentamos a seguir.

Na ótica construtivista, as exigências ambientais são entendidas como problemas reais que são destacados e trabalhados politicamente por atores sociais. Quem cumpriu o papel de formular o ecoturismo como exigência ambiental? Considero que foram as ONGs ambientalistas em reação à pressão empresarial para que fossem abertas as áreas protegidas para o ecoturismo, transformando essa atividade em uma exigência ambiental, dados os riscos que o uso dessas áreas representa para os ecossistemas e para a biodiversidade – um dos patrimônios da humanidade - buscando, a partir disso, formas políticas de regulamentar a atividade e promovê-la dentro de parâmetros ecológicos. Essa conclusão decorre da observação de que, enquanto o ecoturismo vinha sendo realizado, desde os anos 80, em inúmeras áreas naturais do País, de forma amadorística, ele não foi objeto de questionamento como problema ambiental. Isso só passa a ocorrer a partir de meados dos anos 90, coincidindo com a ação política dos empresários para a abertura das áreas protegidas, até então fechadas ao acesso público. Como se processou a construção do ecoturismo como exigência ambiental?

Entre os passos que compreende o tratamento das questões ambientais, Hannigan (1995) destaca seis fatores: uma autoridade para validar as exigências; existência de propagadores que estabeleçam a relação entre o ambientalismo e a ciência; atenção da mídia; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos e a emergência de um patrocinador institucional. Orienta que é crucial ter um ou mais propagadores

científicos que possam transformar o que, de outra forma, permaneceria sendo uma investigação fascinante mas esotérica, numa exigência ambiental pró-ativa, conforme Hannigan (1995).

Hannigan admite que, em alguns casos, os próprios propagadores podem ser usados como cientistas e, em outros, os propagadores são atores ativistas cujo conhecimento científico vem em segundo lugar. Considerando que as primeiras ONGs a elaborarem e executarem projetos ecoturísticos no Brasil – a WWF, a SOS Mata Atlântica e a Conservation International – contrataram estudos de especialistas e/ou consultores, pode-se considerá-las como propagadoras do ecoturismo. Todavia considero que foi a WWF, em atuação no Brasil desde 1991, que cumpriu o papel mais amplo de validador, propagador e dramatizador dos problemas ambientais existentes no ecoturismo, na medida em que não só acumulou um conhecimento globalizado desde os anos 80, sistematizado em estudos⁷⁰ com o objetivo de investigar a situação do ecoturismo e avaliar os impactos econômicos e ambientais da atividade, identificando seu potencial de crescimento, mas também formulou recomendações e estratégias para o planejamento, desenvolvimento e manejo do ecoturismo em áreas protegidas. Com esse estudo, a WWF cumpriu uma das necessidades para construção de um problema ambiental indicado por Hannigan (1995), que é a validação por parte de autoridade científica, desde que foi feito por especialistas, dentro de parâmetros técnicos, e que contou com o apoio de agência institucional, a U.S. Agency for International Development/USAID.

No Brasil, a WWF desenvolveu, a partir de 1994, um projeto sistemático e organizado sobre o ecoturismo, tendo estabelecido uma relação entre a ciência e o ambientalismo, ao realizar estudos técnicos para elaborar e desenvolver não só seu programa de ação ambiental,

⁷⁰ A exemplo do estudo *Ecoturismo: potenciales y escollos*, publicado em 1990, conduzido por Elizabeth Boo que pesquisou experiências ecoturísticas em cinco países da América Latina e Caribe: Belize, Costa Rica, República Dominicana, Equador e México.

mas também o de ecoturismo. Segundo Silva⁷¹, essa entidade tem um programa - Turismo e Meio Ambiente - que desenvolve ações específicas na área, como elaboração de material, treinamentos, apoio e acompanhamento de projetos, participação no projeto de certificação e acompanhamento da legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Assim, a WWF diferencia-se de outras ONGs ambientalistas, pois é a única entidade que tem um programa de ecoturismo implantado em vários Estados, com um técnico contratado, estrutura, orçamento e o objetivo geral de apoiar essa atividade como estratégia de turismo responsável e desenvolvimento e, ainda, como forma de proteger a natureza, conforme salienta o coordenador do programa.

Verifiquei também que a estratégia utilizada pela WWF para promover o ecoturismo, através do apoio a projetos, constitui-se em uma forma de validação uma vez que, na prática, contrata consultoria para realizar estudo de cenário, com vistas a construir uma visão da região e indicar as possibilidades de intervenção e, a partir disso e em função do contexto, identifica atores e elabora estratégias de ação. Depois dos projetos implantados, publicam-se documentos com os resultados.

A depender da novidade do assunto, Hannigan (1995) chama a atenção para a necessidade de dramatização do problema em termos simbólicos e visuais. Entendo que a estratégia de dramatização utilizada pela WWF no Brasil consistiu na execução de projetos que tinham como objetivos identificar os problemas que ocorrem em determinadas áreas e, a partir deles, apresentar resultados que apontassem o ecoturismo como alternativa, conforme explicou o coordenador⁷² do Programa de Ecoturismo dessa entidade. Nesse sentido, dramatizou-se o assunto pela positividade, buscando mostrar as potencialidades do ecoturismo.

⁷¹ Sílvio Silva é coordenador da área de ecoturismo da WWF, em Brasília. Entrevista em 7 de agosto de 2001.

Nesse processo, Hannigan (1995) destaca o uso de incentivos econômicos com as entidades, vinculando o problema ambiental a custos ou incentivos para determinados grupos. Identifiquei duas ações realizadas utilizando-se essa estratégia. Uma da WWF, que elaborou um amplo programa, envolvendo oito projetos em diversos biomas, com o objetivo de propor, testar e aperfeiçoar uma metodologia a fim de capacitar organizações ambientais brasileiras para desenvolver ecoturismo com base comunitária⁷³, tendo como objetivo maior a certificação da atividade no Brasil, um estágio mais avançado dentro da atividade ecoturística. As discussões sobre certificação se iniciaram em 1999, com a WWF liderando um movimento que culminou com a criação do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), através do qual introduziram no cenário político um novo conceito⁷⁴, o de turismo responsável, considerado como mais adequado do que o de ecoturismo, com base na concepção de que todo mundo deve ser responsável na hora de implantar o turismo. Outro exemplo é o da SOS Mata Atlântica que, para a implantação do Pólo Ecoturístico do Lagamar, no Vale do Ribeira, ao sul do Estado de São Paulo, difundiu na população que o projeto geraria emprego e renda, ou seja, também trabalhou com incentivos econômicos como forma de atrair a simpatia da população para o projeto.

Dentre os fatores necessários para a construção com êxito de um problema ambiental, Hannigan (1995) destaca a atenção dos meios de comunicação social em que o problema é ‘estruturado’ como novidade e importante. Enquanto formuladores e encaminhadores de exigências, as ONGs ambientalistas cumpriram também um papel de dramatização junto à mídia, atraindo sua atenção para a novidade e importância do assunto, algo que vinha sendo feito de forma mais limitada pelo *trade* ecoturístico, ao divulgar seus pacotes. Exemplo disso foi a

⁷³ A exemplo do ecoturismo de base comunitária que se desenvolve no município de Silves, no Estado do Amazonas. Informação disponível em: < <http://www.wwf.org.br> >

⁷⁴ Essa nova concepção surgiu em encontros internacionais que a entidade promove, onde se discutem temas e tomam-se deliberações.

ação da ONG ambientalista SOS Mata Atlântica, através do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar, elaborado como um projeto de desenvolvimento regional para o Vale da Ribeira, no sul do Estado de São Paulo, em 1995. Com ampla utilização da mídia, dramatizou o projeto através de palestras, debates e *famtours*, eventos nos quais disseminou não só a idéia de que ele protegeria a natureza, mas também proporcionaria desenvolvimento local.

Nos últimos anos, a cobertura da mídia, principalmente a impressa, sobre o ecoturismo tem-se ampliado, inclusive com títulos específicos sobre o assunto. Identifiquei duas fontes básicas – mas não únicas – que são os cadernos de turismo dos grandes jornais e as revistas sobre viagem e turismo, que se multiplicaram nos últimos anos. Analiso que o tratamento desse assunto na mídia é diferente dos enfoques anteriores e tradicionais sobre a questão ambiental. Se, antes, as reportagens tratavam dos inúmeros problemas e destacavam as denúncias das ONGs ambientalistas e de cientistas, na atualidade e em relação ao ecoturismo, a mídia prioriza a promoção dos atrativos, ressaltando os aspectos positivos e/ou exóticos dos locais, a exemplo da Chapada dos Veadeiros, da qual se explora o misticismo e o esoterismo associados com a natureza privilegiada. Complementam as reportagens a divulgação de ofertas e pacotes feitas por operadores e agências de viagens e orientações sobre como se comportar na natureza e, inclusive, dicas do que levar e usar nas localidades. A dificuldade que tive em publicar um artigo no Caderno de Turismo de A Tarde, jornal diário editado em Salvador, sobre os impactos do turismo em um local outrora paradisíaco chamado Morro de São Paulo, na Bahia, mostra o controle dos assuntos para divulgação. Constatei⁷⁵, na prática, que se priorizam os assuntos mais

⁷⁵ Strelow-Lima (2001) produz uma análise sobre representações de ecoturismo veiculadas em revistas e mostra que a mídia divulga de forma atraente novas formas de apropriação da natureza pela sociedade. Segundo essa autora, associa-se o ecoturismo com formas alternativas de relacionamento com a natureza, a uma forma divertida, harmonizante ou adrenalizante de se aproximar ou conviver na natureza, no meio das quais inserem-se indicações para sua conservação.

amenos que divulguem o lado bom dos atrativos, em detrimento de análises críticas sobre locais e situações.

Em síntese, observei que algumas ONGs, como a WWF, a SOS Mata Atlântica e Conservation International⁷⁶, passaram da teoria à prática, executando projetos com vistas a construir resultados positivos, de forma a torná-los vitrines para conquistar apoio institucional para a idéia do ecoturismo como instrumento de compatibilização do desenvolvimento com a preservação ambiental.

Na esteira da ação inicial de entidades como a WWF, outras ONGs tendem a seguir essa linha, a exemplo das que estão reunidas no Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conforme depoimento de seu diretor no VII Seminário Nacional realizado em Florianópolis, em outubro de 2001. Depoimento de Costa⁷⁷, que é também da direção dessa rede, indica que esta passou a defender o ecoturismo como uma das formas de dar retorno financeiro a proprietários que tinham áreas rurais, orientando que os particulares transformassem suas áreas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPN's. Ainda segundo o depoimento, a orientação da rede não resultou de definições específicas, mas decorreu da idéia expressa no Dossiê Mata Atlântica 2001⁷⁸, que indica a utilização da Mata Atlântica em condições que assegurem a preservação do meio ambiente e o uso múltiplo de seus recursos naturais (CNRBMA, 2001). Confirmando essa linha de atuação, o diretor do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) informou que este Conselho possui um programa de ecoturismo, cujo objetivo é promover em áreas com essa vocação o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica e das comunidades locais através do turismo

⁷⁶ Essa entidade, em parceria com o Instituto de Estudos Socioeconômicos do Sul da Bahia (IESB), desenvolve o Ecoparque de Una, na Bahia.

⁷⁷ Rafael Costa é diretor do Grupo Ambientalista da Bahia/Gambá, criado em 1981, com sede em Salvador e atuação de âmbito nacional. Entrevista em 26 de janeiro de 2001.

ecologicamente correto e socialmente justo (informação verbal)⁷⁹. No Estado de São Paulo, o programa abrange cursos básicos, de especialização e aperfeiçoamento para monitores ambientais, intercâmbio, oficinas de interpretação e avaliação, seminários e workshops, e conta com a parceria de comitês estaduais, de ONGs, do SEBRAE, associações de monitores locais, pousadas, da WWF, da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo e do Instituto Florestal. Portanto, promover o ecoturismo na natureza preservada é a posição que passou a ser adotada por um grupo expressivo e representativo de ONGs ambientalistas do Brasil, legitimando dessa forma a reivindicação dos empresários e a postura do Estado em abrir as áreas protegidas para atividades turísticas.

Cabe observar, contudo, que até o presente não houve uma corrida das ONGs ambientalistas no sentido do ecoturismo. Os dados coletados mostram que estavam diretamente envolvidas com projetos de ecoturismo, em início de 2000, apenas as quatro ONGs citadas anteriormente. A explicação para isso é que, até recentemente, o ecoturismo não se colocava como uma alternativa concreta de trabalho para essas entidades, o que só começa a se descortinar a partir de início do novo século, quando começam a surgir os resultados das experiências das ONGs pioneiras. Outro ponto que pesou na decisão de elas utilizarem o ecoturismo foi a possibilidade de realização de projetos, através dos quais fariam captação de recursos para desenvolver atividades em locais selecionados. Um dos objetivos do “Seminário Mata Atlântica: a preservação como oportunidade de negócios e investimentos”⁸⁰ foi

[...] demonstrar as oportunidades de negócios e investimentos que a preservação, recuperação e uso sustentável não madeireira da Mata Atlântica podem proporcionar aos órgãos públicos, ONGs, proprietários de áreas florestais e instituições de ensino e pesquisa. (SEMINÁRIO MATA ATLÂNTICA, 2001).

⁷⁸ Elaborado pelo Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica, da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

⁷⁹ Pronunciamento feito no VII Seminário Nacional, realizado em outubro de 2001, em Florianópolis.

Esse evento, que apontou o ecoturismo como uma das alternativas econômicas para o ecossistema da Mata Atlântica, indicou mecanismos de captação de recursos para projetos ambientais e propiciou oportunidade de discussão com instituições financeiras e fundos públicos, abrindo novas perspectivas para atuação das ONGs ambientalistas na atividade.

O fato novo nesse processo foi a mudança de posição das ONGs ambientalistas que, de uma postura conservacionista, de vetar qualquer atividade social na natureza, passaram a aceitar a idéia que circulava entre os empresários, e também no governo federal, de utilizar no ecoturismo ecossistemas singulares e os biomas nacionais, a exemplo da Mata Atlântica, do Cerrado, da Amazônia, do Pantanal, dos Campos Sulinos, o Costeiro e as áreas de transição Amazônia-caatinga-cerrado e Mata Atlântica-caatinga-cerrado.

A eleição do ecoturismo pelas ONGs ambientalistas como instrumento para ser utilizado em áreas protegidas, na suposição de compatibilizar o desenvolvimento com o meio ambiente, pode ser vista também de dois outros ângulos. De um lado, como um fator que pode contribuir para que se mantenha acesa a defesa do ecoturismo como uma exigência ambiental no Brasil, vez que envolvimento delas no próprio processo ecoturístico concorre para a defesa de princípios ambientais. De outro lado, entendo que, paradoxalmente, essa decisão dos ambientalistas reforça a pressão dos empresários pela abertura das citadas áreas porque a mesma é entendida como uma concordância, um aval, com a posição destes atores. Ressalto que, diferentemente da ação dos empresários, essa decisão das ONGs ambientalistas ocorreu associando a preocupação com a proteção ambiental com os problemas sociais. A inclusão de aspectos sociais entre as exigências ambientais é um aspecto novo e importante em termos de

⁸⁰ Seminário ocorrido em Joinville (SC), em maio de 2001.

demandas ambientalistas⁸¹, vez que parte significativa dos conflitos ocorridos com as populações nativas que habitavam áreas de preservação, resultaram de iniciativas preservacionistas defendidas por eles. Nesse sentido, a posição dos ambientalistas evoluiu no sentido de defender a posição de que o ecoturismo se constitua em instrumento de desenvolvimento local, como alternativa socioeconômica das comunidades, a exemplo do projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar da SOS Mata Atlântica, programado para a região considerada mais pobre do Estado de São Paulo, e do Projeto Veadeiros da WWF, na Chapada dos Veadeiros, em que o ecoturismo era um dos componentes de um projeto mais amplo e integrado para a região. Segue nessa linha a posição do CNRBMA que preconiza o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica e das comunidades locais através do turismo ecologicamente correto e socialmente justo. Em vista disso, as pressões que exercem sobre o governo federal se voltaram e se voltam, exatamente, para que, de um lado, se estabeleça uma política global⁸², nacional, com normas e regulamentos e, de outro, para que se promovam medidas de controle, fiscalização e, em especial, incentivos para as comunidades.

Ressalto também que, apesar da mudança de posição, as ONGs ambientalistas continuaram a empreender lutas pela criação de áreas protegidas ao longo dos anos 90. Exemplo disso foi a luta que a WWF encampou, pela criação de Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPNs) e pela criação da Reserva da Biosfera na Chapada dos Veadeiros, na segunda metade dos anos 90. O diferencial é que, de um lado, essas áreas tendem a se constituir em espaços de realização do ecoturismo e, de outro, como instrumentos de marketing a exemplo do

⁸¹ Segundo Foladori (2000), as mudanças político-ideológicas que sofreram os ambientalistas os aproximam dos aspectos sociais.

⁸² Sobre o assunto, ver artigo de Sérgio Salazar coordenador de ecoturismo da WWF (que é também coordenador do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), de 2001, no site: < www.wwf.org.br >.

que está a ocorrer com o símbolo ecológico em que foi transformada a Reserva da Biosfera citada acima, conforme análise que apresento no capítulo 6.

Em síntese, trabalhei neste item a ação das ONGs ambientalistas validando, propagando e dramatizando o ecoturismo como exigência ambiental. Em seguida, analiso a forma como elas encaminharam essa exigência nos fóruns políticos.

5.3 O ECOTURISMO NA MESA DE NEGOCIAÇÃO: O ENCAMINHAMENTO DAS EXIGÊNCIAS NOS FÓRUNS DE NEGOCIAÇÃO POLÍTICA

Constituídas as pautas pelos atores com as exigências econômico-políticas e ambientais, em que fóruns elas foram encaminhadas? De que forma foram negociadas e como foram contestadas? Para análise desses processos, utilizo a indicação metodológica feita por Beck (1997), de fóruns de negociação, no sentido de que os círculos decisórios precisam ser abertos para todos os atores; que a negociação deve ser ampla envolvendo o maior número possível de agentes e que as normas e/ou diretrizes devem ser deliberadas de comum acordo entre os atores.

O interlocutor para o qual são encaminhadas as reivindicações sobre o ecoturismo é o mesmo, o governo federal. Todavia, como as exigências são qualitativamente diferentes, analiso em momentos separados a forma com que foram encaminhadas e negociadas nos fóruns políticos.

5.3.1 O encaminhamento das exigências econômico-políticas

O fórum para onde as exigências econômico-políticas têm sido preferencialmente encaminhadas é a Embratur (Instituto Brasileiro do Turismo), que é vinculada atualmente (2002) ao Ministério do Esporte e Turismo.

Longe de um confronto direto, a estratégia política adotada pelos empresários foi de conciliação, tendo eles explicitado em várias ocasiões o interesse de se articularem com o Estado, a exemplo do que fizeram os empresários que se reuniram na 1ª Bienal de Canela, ocasião em que ressaltaram o elevado espírito de colaboração dos empreendedores do ecoturismo na definição das regras do jogo do próprio negócio (1ª Bienal de Canela, 1995). A estratégia consistiu, na prática, em articulações e negociações que resultaram na constituição de parcerias entre o governo federal, a entidade representativa do empresariado e outras que se mantinham próximas, como a Ecobrasil⁸³. Identifiquei que uma forma de sensibilizar o governo para as reivindicações do empresariado foi convidando seus representantes – especialmente da Embratur e do Ibama – para participarem de eventos (como expositores ou palestrantes), ação esta que facilitou e/ou abriu caminhos para o estabelecimento de parcerias futuras. O acúmulo de informações trocadas nos eventos, que reuniram empresários e representantes do governo, produziu dois tipos de desdobramentos. De um lado, a oportunidade para as lideranças do *trade* ecoturístico se visibilizarem, constituindo-se nos interlocutores do setor e, mais que isso, em parceiros no desenvolvimento de atividades e projetos. De outro, criaram-se condições para que o governo se sensibilizasse com as reivindicações do empresariado, transmitindo informações sobre a atividade e abrindo espaço para a discussão, elaboração e participação na execução de projetos estatais.

Confirma essa explicação o fato de que, apesar das críticas à falta de uma política para o ecoturismo, houve a participação de representantes do *trade* de forma direta nas discussões e decisões sobre as diretrizes políticas em 1994 e, posteriormente, na implementação de uma

⁸³ Paulo Pires (1998) observa que a Ecobrasil vem atuando especialmente como consultora junto a determinados órgãos estaduais e federais responsáveis pelo desenvolvimento do ecoturismo. Tal observação deve ser estendida ao IEB, que também tem desenvolvido uma série de atividades em parceria com o Estado.

agenda que contemplou, exatamente, as exigências do empresariado, a saber: processo de treinamento, realizado através das oficinas de capacitação em ecoturismo iniciadas em 1994; o mapeamento de áreas e dos pólos existentes e potenciais, concluído em 2001 através do Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil; a realização do Proecotur, grande programa para os Estados da Amazônia Legal; a proposta de abertura dos parques através de um processo de terceirização. Entendo que a dinâmica de implementação de ações pode não satisfazer o empresariado em sua totalidade, porém diversas atividades têm sido propostas e desenvolvidas sob o patrocínio do governo federal, especialmente através de consultorias e de parcerias, exatamente com organismos empresariais como o IEB, a Ecobrasil, a Bioma, a Biosfera. Além disso, houve o envolvimento de representantes do governo federal na discussão de propostas anteriormente tidas como polêmicas, como a privatização de áreas protegidas. Exemplo disso é a participação de membros da Direc (Diretoria de Ecossistemas do Ibama) apresentando texto na Bienal de Canela, de 1995, ocasião em que foi criticada a centralização da gestão das unidades de conservação pelo governo, propondo-se uma gestão compartilhada. Idêntica prática têm adotado as ONGs ambientalistas no processo de criação do CBTS, registrando-se a participação sistemática de representantes da Embratur nos eventos promovidos pelo citado Conselho.

A conclusão é que o governo federal tem implementado ações que viabilizam as exigências econômico-políticas do *trade* ecoturístico e que, apesar das críticas à política estatal, prevaleceu a postura colaboracionista do IEB e do empresariado. Ainda em termos políticos, considero que a mudança de postura dos ambientalistas, admitindo o uso da natureza para o ecoturismo, tornou mais fácil a relação com o empresariado. Exemplo disso é que não contestaram o arquivamento da resolução no Conama, que propunha a regulamentação da atividade do ecoturismo no País.

5.3.2 A tramitação das exigências ambientais

Ilustrando uma definição construtivista de um problema social, Coleman e Cressey (apud HANNIGAN, 1995) afirmam que a poluição não se tornou um problema social até os ativistas ambientais serem capazes de convencer outros a se preocuparem com as condições que existiam na realidade durante algum tempo. Com base nisso, quais as estratégias que as ONGs ambientalistas utilizaram para convencer outros atores, em especial o governo federal, em relação à necessidade de adotar medidas em relação aos riscos do ecoturismo?

A ação política das ONGs ambientalistas, principalmente as de grande porte, é bastante ampla a exemplo da WWF cuja ação política geral se processa em dois planos. No plano institucional, atua junto a órgãos públicos nacionais, estaduais e municipais. Ainda nesse plano, atua junto a agências de financiamento, muitas das quais internacionais. No plano da sociedade civil, promove forte articulação com ONGs nacionais e do exterior e também junto à mídia. Porém, ao assumirem o ecoturismo como exigência ambiental, as ONGs ambientalistas – contando com a participação de um grupo restrito de empresários com consciência ambiental – buscaram criar espaços específicos para onde a encaminharem. Confirma essa percepção pronunciamento de diretor da SOS Mata Atlântica ao indicar que “[...] são as ONGs da Mata Atlântica que estão à frente da regulamentação do ecoturismo no Brasil” (informação verbal)⁸⁴.

O fórum privilegiado de encaminhamento das exigências ambientais foi o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), órgão executivo das políticas ambientais, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Nesse órgão, criou-se o principal fórum de negociação sobre o ecoturismo na área ambiental, que foi uma Câmara Técnica no Conselho

⁸⁴ Murilo Monteiro. Informação divulgada em outubro de 2001, em Florianópolis, durante o VII Seminário do CNRBMA.

Nacional do Meio Ambiente (Conama), onde se discutem políticas e normas ambientais para o País. Segundo Costa, em 1997, as entidades propuseram a criação de uma Câmara Técnica temporária sobre ecoturismo, com o objetivo de ampliá-la para Câmara de Turismo Sustentável. A idéia de alguns conselheiros era disciplinar a atividade que se iniciava de forma desorganizada e confusa até no conceito e, inclusive, criar um selo verde para distinguir as experiências que melhor se enquadrassem nas normas. Nesse sentido, em 2001 foi elaborada uma minuta de resolução que, considerando o potencial do ecoturismo e a ausência de normas e padrões, verificava a necessidade de se dispor sobre a regionalização, estabelecendo a definição da atividade de ecoturismo, sua descentralização, a responsabilização, as prioridades para os benefícios e o acompanhamento do desempenho das atividades de ecoturismo, conforme minuta de resolução a que tive acesso. Na pauta de trabalho constava conhecer a política de ecoturismo do Brasil, buscando referenciais para elaborar uma política nacional, visto que o que existia sobre esse assunto no Ministério do Meio Ambiente era o Proecotur, um programa voltado somente para a Amazônia. Em vista disso, a meta número um era regulamentar a atividade. O resultado foi que outros membros do Conama questionaram a tentativa de regulamentação, argumentando que o ecoturismo é um negócio e que o poder público não deveria colocar muitas amarras, ou seja, regras que viessem a colocar limites à ação empresarial. Após tramitar durante quatro anos nesse fórum, a proposta acima foi colocada em discussão em reunião de dezembro de 2001 e arquivada por não contar com apoio da maioria.

Teoricamente, o ocorrido com a resolução no Conama constituiu-se no que Hannigan (1995) chama de contestação das exigências ambientais, que se dá no âmbito das arenas políticas. Segundo ele, mesmo se uma exigência ambiental emergente conseguir transcender o limiar da legitimidade, isto não assegura automaticamente uma ação de melhoramento a ser tomada, tendo em vista que as políticas podem atingir interesses do capital e

de atores burocráticos do governo que podem usar diversas táticas para adiar ou postergar o assunto. O fato acima foi um exemplo de confronto dos interesses divergentes, não tendo havido negociação mas o predomínio dos interesses ligados ao mercado. Nesse caso, os empresários que se constituíram nos formuladores de exigências econômico-sociais, atuaram como contestadores das exigências ambientais formuladas pelas ONGs ambientalistas. Apesar disso, não há indicativos de outros tipos de conflito entre as partes ou de que essa disputa tenha transcendido os limites da arena política em que se constitui o Conama.

Considero que o Conama não se constituiu no fórum de negociação preconizado por Beck (1997) uma vez que não estimulou a prevenção e a precaução, não experimentou procedimentos novos, bem como não criou um caráter público parcial com a ampliação da participação de outros agentes. Concluo a partir disso que, mesmo não tendo havido consenso entre as partes, os atores mais interessados na aprovação da regulamentação, as ONGs ambientalistas, não assumiram fazer a contestação da contestação, deixando que prevalecesse a posição do empresariado.

Pelo exposto, ocorre com o ecoturismo o mesmo que com as políticas (inclusive as ambientais) que raramente resultam de um processo racional em que os problemas são identificados com precisão e, depois, cuidadosamente ligados a soluções otimizadas. A maior parte das políticas emerge duvidosamente, aos poucos, a partir de uma complicada série de contratos e compromissos que refletem as tendências, objetivos e necessidades das agências estabelecidas, comunidades profissionais e empresários políticos ambiciosos, conforme observa Walker (apud HANNIGAN, 1995).

Outra arena de negociações é o poder legislativo - o Congresso Nacional – sobre o qual as ONGs exercem pressões, acompanhando, também, a tramitação de projetos de interesse. Todavia esta também se constitui em uma arena política convencional, diferente do fórum de

negociações proposto por Beck (1997). Tendo em vista a dinâmica do legislativo em que projetos tramitam durante anos, esta não constitui uma instância onde se dá uma ação sistemática das ONGs. A ela se recorre quando projetos de interesse são colocados em pauta. Identifiquei dois projetos no legislativo com repercussões limitadas na atividade e que não constam da pauta de prioridades dos atores.

Também se constitui em iniciativa política a ação direta desenvolvida pelas ONGs, apoiando e/ou desenvolvendo experiências concretas de ecoturismo em diversas regiões do País, a exemplo de três onde realizei estudos de caso: o Pólo Ecoturístico do Lagamar, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Ecoturístico da Pedra do Baú, na medida em que divulgam a atividade e promovem negociações políticas com os atores locais. Igualmente têm repercussões políticas as ações das ONGs denunciando impactos e degradações nos ecossistemas protegidos, bem como a luta pela criação de áreas protegidas, a exemplo de Reservas da Biosfera e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

Considero que as parcerias realizadas entre atores sociais, como as ONGs, os empresários e as comunidades locais com o governo federal, em que este financia ou participa de eventos, executa cursos, elabora estudos, apoia a execução de projetos, também compreendem um tipo de fórum de negociação política em que se discutem idéias e se colocam reivindicações em prática.

Entretanto, o que efetivamente vem a representar um novo fórum de negociações, o que existe de novo em termos políticos na área do ecoturismo, na perspectiva colocada por Beck (1997) é o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS)⁸⁵, um novo organismo que

⁸⁵ Segundo o Projeto de Certificação em Turismo Sustentável (2001), a “[...] certificação em turismo é um programa prático que inclui a criação e implementação de sistemas de gerenciamento, que ajudam a se estabelecerem processos ambientais mais eficientes, num negócio de turismo”. Em outros termos, a certificação é um mecanismo que tem por objetivo identificar ou atestar determinada qualidade de um produto ou processo de produção.

tem como objetivo criar um sistema de certificação do turismo sustentável no Brasil. O que lhe confere um perfil diferente é o fato de ter-se iniciado como uma articulação de ONGs, empresários e especialistas da área, em meados de 1999, e ter-se institucionalizado em 2002 como um fórum não-governamental – mas aberto à participação do governo –, divulgado publicamente na mídia e aberto à participação pública. Essa articulação evoluiu através de três *workshops*, várias reuniões e intensa discussão na internet⁸⁶, para se institucionalizar como uma entidade cuja estrutura funcional privilegia fóruns de debates sobre o assunto. O CBTS reúne, em sua composição atual, além de ONGs, consultores, operadores, profissionais, acadêmicos, representantes de governos federal e estaduais e interessados, possuindo uma coordenação ampla formada por representante de entidades de vários Estados. Sua sede é em Brasília vez que o Conselho é presidido por representante da WWF.

Em termos políticos, destaco que a certificação do ecoturismo era uma das reivindicações dos empresários desde os anos 90 e que foi encampada pelas ONGs ambientalistas. Entretanto, se de um lado a certificação que estabelece um conjunto de parâmetros socioeconômicos, culturais e ambientais para avaliação da atividade, configura-se em uma medida salutar que tende a contribuir para minimizar os impactos ambientais, por outro, os conflitos que têm ocorrido entre os atores sociais interessados na questão atestam o forte interesse econômico existente, indicando um processo de demarcação de espaços e busca de exclusividade na prestação de serviços.

⁸⁶ O acesso pode ser feito através do endereço: < desenvolvimento-sustentavel-br@yahoogrupos.com.br > ou pelos sites: < www.turismosustentavel.org.br > ou < www.cbts.org.br >

Todavia a certificação não é um assunto consensual. Crítica elaborada por Aureo⁸⁷ (2001), a partir de observação sobre o processo de certificação florestal já existente, mostra os interesses que o envolvem e o que pode ocorrer com a certificação do ecoturismo na medida em que argumenta que

[...] os certificadores estão nas folhas de pagamento das companhias que exploram as florestas. Para os grupos ambientalistas dominantes, como Greenpeace, WWF e Friends of the Earth, certificação é o cartão de negócios com a indústria e está no coração das campanhas florestais. Com a crescente aliança entre as indústrias e as organizações ambientais e seus mútuos investimentos no sucesso desses modelos, vozes dissidentes não são bem-vindas e raramente ouvidas, conforme Freris e Klemens⁸⁸ (apud ZANETTI, 2001, p. 3).

A certificação beneficia os produtores através de preços mais altos, as maiores fatias de mercado, ou ambos, provocando problemas sociais como o ocorrido na Amazônia em que uma empresa certificadora, ao entrar em operação, proibiu práticas de subsistência das comunidades locais – em especial a coleta de castanha –, o que pode determinar o êxodo dessa população para as cidades, tendendo a serem mínimos os benefícios sociais oferecidos pelas companhias certificadoras (ÁUREO, 2001). Ademais, contesta o discurso de que as florestas são preservadas com a certificação, afirmando que o sistema de certificação florestal está apoiando a exploração em escala industrial dos remanescentes florestais primários uma vez que, dentro da lógica de produção, as empresas enxergam os ecossistemas apenas como um local de exploração de madeira. Destaca que substanciais recursos financeiros e humanos têm sido investidos em exploração certificada quando poderiam ser gastos diretamente na preservação florestal, alertando para o fato de que, ao adquirir madeiras tropicais certificadas, os consumidores estão apoiando a

⁸⁷ Crítica formulada através de mensagem original encaminhada em 25/10/2001 por Zildo Aureo através do endereço: <rede turismo-sustentavel-br@yahoo.com.br >

exploração por empresas multinacionais de matéria-prima de países em desenvolvimento (ÁUREO, 2001).

Vivenciei parte dos grandes interesses em torno do ecoturismo, quando elaborei um artigo para congresso em 2001, que continha críticas a um projeto ecoturístico. Consultando pessoas ligadas ao projeto, fui alertado, explicitamente, sobre cuidados acerca do que escrever, e para onde, haja vista os interesses que estão em jogo. Durante a Cúpula Mundial de Ecoturismo, ocorrida em Quebec, em maio de 2002, mais uma vez ouvi manifestação sobre o potencial do ecoturismo e os interesses econômicos e políticos que circulam em torno dele no Brasil e no plano internacional. Porém, o debate que acompanho na rede de turismo sustentável mostra uma significativa discussão entre os participantes sobre os problemas sócio-econômicos, políticos, culturais e ambientais que envolvem o processo de certificação do ecoturismo. Em vista disso, entendo que o CBTS pode dar uma grande contribuição para a organização político-administrativa e a minimização dos riscos do ecoturismo, na medida em que se constituiu em um fórum que questiona as formas como vem sendo implantada essa atividade no País. É prematuro, entretanto, se dizer quais os interesses econômico-políticos que vão prevalecer. Um problema é que o debate nesse grupo, apesar de aberto à participação, está circunscrito a pessoas diretamente envolvidas com a atividade, o que limita o aprofundamento crítico. Considero que, se houver uma ampliação do debate para outros setores da sociedade, e se os governos (em suas diversas instâncias) incorporarem alguns pontos levantados pelo CBTS para formular uma política para o ecoturismo, a discussão sobre certificação terá cumprido uma função importante no processo de expansão e consolidação controlada e socialmente justa do ecoturismo no País.

⁸⁸ O autor refere-se à obra de FRERIS, N. e KLEMENS, L. Seeing the wood from the trees. *The Ecologist*. v. 31, n. 6, jul./ago, 2001.

Em conclusão, apresento abaixo um quadro com as ações políticas patrocinadas pelas ONGs.

Quadro 2 - Ações políticas das ONGs
1980/2002

AÇÕES	ANO	FÓRUM	OBSERVAÇÕES
Pressões para criação de áreas protegidas	80/90	Conselhos Federais e Estaduais e opinião pública	Ação nacional/ estadual
Institucionalização e publicização	1994	Embratur	Diretrizes de política
Desenvolvimento e/ou apoio a projetos	1994*	Internos às ONGs	
Regulamentação do ecoturismo	1997	CONAMA	Arquivada em 2001
Certificação do ecoturismo	2001	CBTS	Em andamento

* Data de início de projetos e/ou experiências desenvolvidas ou apoiadas por ONGs ambientalistas.

5.4 A RESPOSTA DO GOVERNO FEDERAL

Os empresários e as ONGs ambientalistas que atuam no ecoturismo elegeram o governo federal como ator privilegiado, colocando-o na condição de indutor e mediador do ecoturismo, o que se explica pelo poder que ele detém de controle regular das relações sociais dentro de distâncias espaciais e temporais indeterminadas (GIDDENS, 2002). Na abordagem construcionista, um fenômeno se constitui em uma questão ambiental quando envolve alguma arma do governo ou exige uma decisão governamental, conforme Enloe (apud HANNIGAN, 1995). Com essas referências, analiso neste item as ações do governo em resposta às exigências político-econômicas e ambientais formuladas pelos empresários e ambientalistas.

Como o ecoturismo é tratado em dois organismos estatais distintos, um responsável pelo turismo e outro pelo meio ambiente, analiso separadamente as ações do governo em cada uma dessas áreas.

5.4.1 As ações da Embratur

Enquanto uma modalidade turística, o ecoturismo está vinculado ao Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), órgão do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), que tem uma estrutura empresarial composta pela presidência e três diretorias, Marketing, Administração e Economia e Fomento, além de gerências que administram projetos, cujas linhas de ação prioritárias são o financiamento, fomento, promoção e marketing.

Na Embratur⁸⁹, o ecoturismo é visto como um segmento de mercado e um produto, sendo encaminhado dentro da diretriz geral da empresa voltada para o turismo convencional e para a melhoria da qualidade e a modernização dos serviços. Nesse sentido, estava vinculado ao Departamento de Projetos Especiais da Diretoria de Economia e Fomento até o primeiro semestre de 2001, estando atualmente sob a responsabilidade de um técnico que também trabalha com pesca esportiva, conforme informações levantadas na Divisão de Projetos Integrados da Embratur, em Brasília⁹⁰. A concepção de trabalho e a estrutura funcional não contempla fóruns onde as exigências possam ser encaminhadas, discutidas e negociadas. Como a abordagem do ecoturismo na Embratur é empresarial, os assuntos de interesse, a partir da análise e decisões políticas dos escalões superiores, são encaminhados para tratamento em algum departamento ou para estudos por parte de consultorias.

A política da Embratur (1995) para o setor ecoturístico está orientada para uma ação em estreita parceria com o empresariado, e a análise dos projetos realizados pelo governo

⁸⁹ A análise da Política Nacional de Turismo (PNT) mostra que o Programa Nacional de Ecoturismo situa-se entre os principais programas da Embratur e que as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo seguem as linhas definidas na PNT, apontando para a regulamentação da atividade, o fortalecimento institucional, a capacitação de recursos humanos, o controle de qualidade do produto, a participação comunitária, a implantação de infra-estrutura, incentivos e a conscientização e informação dos turistas (Embratur, 1994).

⁹⁰ Informação levantada em julho de 2001.

mostra que eles coincidem com as exigências do *trade* ecoturístico, sendo feitos em parceria com as entidades representativas ou por organismos privados, como as empresas de consultoria. Em outros termos, a realização das exigências que estavam sendo cobradas pelos empresários passou a ser rentável negócio para os consultores do ramo. Depoimentos, documentos e observações revelam que, desde início dos anos 90, as parcerias entre o empresariado e o governo se multiplicaram na realização de diversos trabalhos na área ambiental,¹ como a organização da participação do governo na Rio/92; a produção das diretrizes políticas; a realização de Oficinas de Capacitação em 1994, coordenadas pela empresa Bioma; o levantamento dos Pólos de Ecoturismo do Brasil, em convênio com o IEB, em 2000, e o planejamento da implantação do grande Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Amazônia Legal (Proecotur), cujo primeira etapa está sendo feita por empresas de consultoria e cujo programa de treinamentos está sendo coordenado por pessoal contratado da Bioma, empresa de consultoria e treinamento.

Em síntese, as ações do governo federal se concentram em áreas nas quais empresas privadas se especializaram, como as de capacitação, pesquisa e planejamento, além de que os projetos em andamento planejam a criação de infra-estrutura e outras condições para o desenvolvimento da iniciativa privada. A isso somam-se decisões que atendem a seus interesses a exemplo da própria conceituação de ecoturismo, ampla e genérica, permitindo um amplo leque de interpretações e o arquivamento da regulamentação do ecoturismo que deixou de estabelecer normas para o funcionamento da atividade, o que também facilita a ação empresarial no uso econômico do meio ambiente.

5.4.2 As ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Enquanto uma questão ambiental, dado ter como *locus* fundamental de realização a natureza, o ecoturismo é objeto de tratamento no Ministério do Meio Ambiente (MMA), onde está sendo trabalhado em dois organismos diferentes, na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Em vista disso, analiso individualmente as ações em relação ao ecoturismo em cada um desses órgãos do Estado.

5.4.2.1 As ações da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS)

Segundo Lima e Miranda⁹¹, compete à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável propor políticas, normas e estratégias e implementar estudos visando a melhoria da relação entre o setor produtivo e o meio ambiente e a promoção do ecoturismo. A base da estratégia é trabalhar com projetos que funcionem como demonstrativos, de forma regionalizada, tendo sido escolhidos a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica através de um projeto na região serrana do Rio de Janeiro, no pólo Teresópolis/Petrópolis.

No que se refere aos projetos em implantação, o único que a SDS desenvolve voltado para o ecoturismo é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Amazônia Legal (Proecotur), um programa amplo e específico, como se fosse um Prodetur⁹² só que voltado para a Amazônia.

⁹¹ Depoimentos de Regina Lima, chefe de gabinete, e de Alex Miranda, Gerente do Projeto Sociedade e Gestão Ambiental da SDS/MMA. Entrevista em 8 de agosto de 2001.

⁹² Prodetur ou Programa de Desenvolvimento do Turismo é um programa nacional desenvolvido há anos pela Embratur, financiado pelo Banco Mundial, e que foi objeto de intensas críticas de ambientalistas pelo fato de promover a implantação de infra-estrutura básica e financiar a construção de grandes e impactantes empreendimentos turísticos.

O Proecotur objetiva a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para os nove Estados da Amazônia Legal através do ecoturismo, criando a estrutura adequada e as condições necessárias de forma a preparar os Estados para administrarem as áreas selecionadas. O programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi planejado em dois estágios. Na primeira etapa, iniciada em 2000, implantam-se pré-requisitos, como seleção de áreas específicas, avaliação de demanda de mercado, estabelecimento de uma estrutura legal, treinamento básico, assistência técnica aos investidores com investimentos em nível local. Ainda nessa etapa estão sendo realizados os projetos técnicos e estudos básicos, incluindo planejamento e preparação da população e do empresariado, cujo orçamento é de US\$ 13,2 milhões no período de agosto de 2000 a 2003, período este em que se vão fazer algumas obras essenciais. A segunda etapa é a de investimentos, também com prazo de três anos, em que estes serão concentrados nos pólos ecoturísticos selecionados nos Estados da Amazônia Legal (SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA, 2000).

Os números são superlativos. O Proecotur prevê investimentos de US\$ 200 milhões nos nove Estados da Amazônia Legal no prazo de seis anos. Pretende-se beneficiar 3 milhões de habitantes de 30 municípios envolvidos e criar

50 mil novos postos de atuação direta, 600 agências de turismo na Amazônia, a edificação de 800 hotéis e pousadas na selva, o surgimento de 2.100 restaurantes e ainda o incentivo ao transporte terrestre e aéreo de 70 empresas (SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA, 2000).

Em outra publicação do MMA, “Ecotourism in the Amazon: an attitude of acquiring knowledge to conserve and invest”, fala-se na criação de 10 mil quartos de hotel, 30 mil empregos diretos e 100 mil indiretos (BRASIL, 2000). Considerando a informação da publicação acima citada de que na fase de investimentos, US\$ 100 milhões estão destinados para

fortalecer a infra-estrutura e outros US\$ 100 milhões para fortalecer mecanismos de crédito para o setor privado, questiono: como um empreendimento desse porte e com tais investimentos pretende garantir a preservação ambiental?

Entendo que o governo federal, considerando as potencialidades da Região Amazônica para o ecoturismo, as pressões da demanda e aquelas para a preservação, idealizou uma fórmula em que o organismo responsável pelo meio ambiente – o Ministério do Meio Ambiente – ficaria à frente de um projeto para a região, simbolizando uma garantia de que se vão adotar medidas preservacionistas e atuando como avalista deste junto aos organismos financiadores internacionais. Daí entendermos a observação de depoentes de que houve uma divisão de funções no governo, com a Embratur executando suas funções tradicionais e o MMA assumindo a execução de projetos “vitrine” como o de Petrópolis e o grande e custoso Proecotur. Ou seja, a participação do MMA no projeto diminui (ou elimina) críticas sobre impactos do projeto no meio ambiente amazônico ao tempo em que viabiliza a integração de áreas naturais no mercado globalizado em que se insere o ecoturismo.

Além disso e considerando observação de Hannigan (1995) sobre a intervenção de burocracias governamentais no processo político, não se deve desprezar a disputa entre os Ministérios e órgãos no sentido de captar o grande volume de recursos envolvidos no Proecotur.

Enfim, entendo que a situação acima exposta enquadra-se na observação de Redclif (apud HANNIGAN, 1995) segundo a qual, apanhados numa posição contraditória, como promotores do desenvolvimento econômico e como reguladores econômicos, os governos envolvem-se, muitas vezes, num processo de administração ambiental. Mas entendo também que o ecoturismo é uma questão de interesse direto do governo que, em seu empenho de promover o desenvolvimento econômico, decreta políticas ambientais e procedimentos que são complexos, ambíguos e susceptíveis de gerar exploração pelas forças de produção e acumulação de capitais

(e diríamos também pelos formuladores de exigências ambientais), conforme observa Modavi (apud HANNIGAN, 1995).

Em conclusão, avalio o fato de o MMA estar à frente de grandes projetos de ecoturismo em regiões sensíveis como a Amazônia sob dois ângulos. De um lado, pelo fato de os projetos ambientais funcionarem como instrumento de captação de recursos externos. De outro, como uma forma de difundir uma imagem preservacionista para o mundo, com o governo intervindo no sentido de organizar a penetração do capital na região que é um ícone ambiental.

5.4.2.2 As ações do Ibama

No Ibama, o ecoturismo está sendo tratado como um aspecto do subprograma de Usos Públicos⁹³, coordenado pela Diretoria de Ecossistemas (Direc) que faz a gestão de parques e estações ecológicas. Explica-se isso pelo fato de que algumas categorias de unidades de conservação permitem a visitação pública, o que abre espaço para o ecoturismo, sendo dessa forma tratado no órgão ambiental federal. Segundo a portaria⁹⁴ que criou uma comissão mista de técnicos do Ibama e Embatur, esse plano era prioritário, sendo estabelecido prazo até novembro de 2001 para que fosse elaborado o programa.

Segundo Lena Freire⁹⁵, técnica do MMA, o objetivo do subprograma é detalhar o processo de abertura das áreas de preservação para visitação pública através da terceirização dos serviços, tendo-se reunido nele tudo sobre visitação aos parques vez que atualmente só dois tipos de unidades permitem visitação: os parques e as estações ecológicas. Objetivamente, o programa

⁹³ Entende-se por Uso Público toda forma de uso permitida para o público em uma área de preservação.

⁹⁴ Portaria nº. 262, de 09/11/2000.

⁹⁵ Entrevista em 8 de agosto de 2001. Ela entende que o ecoturismo é um conceito novo de desenvolvimento de oportunidades ligadas à natureza e apenas uma das faces do programa de usos públicos.

de Usos Públicos abre espaço para a realização do ecoturismo em diversas regiões do País onde existem parques nacionais administrados pelo Instituto, e que foram objeto de intensas críticas dos empresários pelo fato de o governo mantê-los fechados. Todavia qual é o sentido mais profundo do enquadramento das unidades de conservação nesse programa de Usos Público? Qual a sua motivação política?

Segundo Freire, responsável pela elaboração do Plano de Ação para o Ecoturismo e Uso Público em Unidades de Conservação (versão inicial de janeiro de 2001), ele é uma proposta de oportunidades de negócios em parques e traz uma estratégia com 23 passos para se compreender as unidades de conservação e acelerar o uso dessas áreas, consistindo em um conjunto de oportunidades para a serem desenvolvidas. Wilde Góes⁹⁶, superintendente do Ibama em São Paulo, em 1999, argumenta que a política de terceirizar os serviços dos parques nacionais, representa uma democratização dos atrativos, colocando à disposição da sociedade áreas naturais até então proibidas. Questiono isso vez que, com a privatização, uma das primeiras medidas adotadas é a cobrança de serviços, inclusive da entrada nos parques, o que tende a selecionar o público, limitando-o às classes sociais com maior poder aquisitivo.

Entendo que a proposta de terceirização elaborada pelo órgão de meio ambiente do governo federal decorreu de três fatores. Um, a mudança de concepção dentro do governo federal em relação aos espaços protegidos, no sentido de que os mesmos não mais devem permanecer intocados. O outro, decorre de uma visão pragmática de que as áreas protegidas devem gerar recursos para se auto financiarem tendo em vista a permanente falta deles para geri-las, conforme manifestação do Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, no jornal A Tarde da Bahia (2001). O terceiro, é o enquadramento dessa questão dentro da visão neoliberal de Estado mínimo que preconiza o afastamento desse ator das atividades consideradas rentáveis pelo empresariado.

Porém, a terceirização não é consensual, havendo críticas tanto de ambientalistas quanto de participantes do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS). Segundo manifestação transmitida na rede de ecoturismo⁹⁷ a terceirização representa um retrocesso na política conservacionista brasileira, pois entende que as unidades de conservação são territórios especiais, cujo patrimônio é público, propondo que não deveríamos apoiar a simples terceirização dos serviços desarticulada dos interesses das comunidades, da conservação, das ONGs atuantes e também dos visitantes. Já membro da Ecobrasil propõe um posicionamento mais radical contra a simples terceirização dos serviços relativos à visitação, recreação e turismo em todas as suas formas, pois o patrimônio natural é público e não deve ser privatizado, propondo que haja uma gestão compartilhada entre a população local, governo e empresários e que isso pudesse ocorrer através de um processo licitatório que incluísse compromissos das partes.

Independentemente das críticas, o processo avança e, para viabilizá-lo, foi feito um Convênio Ibama/Fundação Universidade Federal do Paraná (Funpar) para que esta fizesse um edital de terceirização (Ibama terceiriza Parques Nacionais, 2001) de 16 dos 44 parques nacionais, já estando terceirizado o de Foz do Iguaçu e tendo sido elaborados Planos de Uso Público para o Parque Nacional da Tijuca, Serra dos Órgãos e Itatiaia no Rio de Janeiro; Aparados da Serra no Rio Grande do Sul; Caparaó em Minas Gerais e o parque de Brasília, Distrito Federal. Entre os parques a serem terceirizados consta o da Chapada dos Veadeiros onde realizamos estudo de caso para esta tese. Constatei *in loco* intensa movimentação por parte das associações de guias e outros atores locais no sentido de se organizarem como

⁹⁶ Entrevista em novembro 1999.

⁹⁷ O endereço da rede na internet é: < turismo-sustentavel-br@yahoogrupos.com.br >

OSCIP/Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público⁹⁸, para que pudessem participar do edital e tentarem obter a concessão dos serviços.

Nesse ponto, questiono: que implicações tem essa decisão do Ministério do Meio Ambiente em terceirizar os parques? A bibliografia mostra que esta é uma prática que já ocorre em vários países. Nesse sentido, o Brasil está apenas copiando e inserindo-se na globalização da natureza. A questão central é que, com a cultura econômica existente no País e com a prioridade que vem dando o governo para atuar com o empresariado, é possível que a atividade ecoturística que venha a se realizar nos parques terceirizados não atenda aos pré-requisitos de preservação ambiental, prevalecendo os interesses do mercado e colocando em risco o que resta de natureza preservada, além de outros impactos socioeconômicos e culturais.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluo que a análise da atuação da Embratur e do Ibama mostra que o governo vem desenvolvendo uma política clara e articulada internamente, apesar de aparecer para o público externo como confusa e contraditória. Em termos estratégicos, promoveu a divisão de funções de acordo com as características dos órgãos de turismo e meio ambiente e garantiu a implementação de sua política de desenvolvimento na área ecoturística.

Em vista do exposto, considero que na área do ecoturismo, o governo federal cumpre, efetivamente, um duplo papel, seja facilitando a acumulação de capital e o crescimento econômico, seja como regulador e apoiante de medidas ambientais, conforme observa Schaiberg (apud HANNIGAN, 1995). Além disso, com suas ações, o governo legitima o processo de

⁹⁸ Figura jurídica híbrida que pode atuar assumindo funções do Estado.

apropriação da natureza que vem sendo feito por diversos atores sociais, por todo o espaço nacional, para utilização na atividade ecoturística.

Considero como positiva a pressão das ONGs ambientalistas através da construção e encaminhamento do ecoturismo como exigência ambiental, na medida em que essa ação pressionou o Estado a assumir o papel de organizador e controlador do desenvolvimento da atividade através da execução de projetos ecoturísticos em áreas sensíveis, que atuam como efeito demonstrativo de práticas adequadas, apesar de termos de aguardar alguns anos para que sejam obtidos resultados.

Preocupa, todavia, que o Estado só esteja atuando em algumas regiões – como a Amazônia – e que não se tenha esforçado para regulamentar a atividade e elaborar uma consistente e integrada política nacional de ecoturismo, conforme reivindicado pelos diversos atores sociais envolvidos com a atividade.

6 ECOTURISMO: O CASO DE ALTO PARAÍSO E DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Este capítulo está dedicado à análise da experiência de ecoturismo em curso no município de Alto Paraíso, situado na Chapada dos Veadeiros⁹⁹, Nordeste de Goiás, onde realizei um estudo de caso. Para isso, utilizo algumas categorias teóricas formuladas por Giddens (1991) e que apresentei no Capítulo 3, como as de lugar, natureza socializada, recapacitação, especialistas, estilo de vida e risco, as quais nos possibilitaram caracterizar o espaço de realização do ecoturismo e analisar os diversos aspectos que envolveram a implantação e consolidação do ecoturismo no município e na região, a exemplo do processo de institucionalização, a visão dos atores locais sobre o tipo de turismo que é feito na região, os impactos que as atividades turísticas vêm provocando no local e os riscos que elas representam.

6.1 O LUGAR

As atividades ecoturísticas – e também os impactos dela decorrentes - ocorrem em um lugar/local determinado, onde se localizam os chamados atrativos¹⁰⁰. Para situar geograficamente o cenário físico da atividade social em que interagem os atores que fazem o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros, tomo como norte teórico a indicação de Giddens (1991), de que os locais referem-se ao uso do espaço a fim de fornecer os cenários de interação, sendo estes essenciais para especificar sua contextualidade.

⁹⁹ A origem do nome Veadeiros decorre de cães farejadores e caçadores de veados que existiam na Chapada, conforme o historiador Luiz Lima, que vive em Alto Paraíso e foi entrevistado em junho de 2002.

¹⁰⁰ Atrativo é o elemento que motiva a visita turística, podendo ser natural e cultural (Turismo – visão e ação, 2000, p. 11). Complementa Cristaller (apud MELLO, 2002), que “[...] os fatores locacionais são atrações do clima e paisagem, possibilidades para a prática de esportes, fontes com qualidades terapêuticas, tesouros artísticos e antigüidades, perspectivas históricas e culturais, especialidades econômicas e peculiaridades”, que são os aspectos valorizados tanto pelos turistas quanto pelos operadores e agências.

O município estudado, Alto Paraíso de Goiás, situa-se na região da Chapada dos Veadeiros, localizada no nordeste do Estado de Goiás, Centro-Oeste do Brasil, cuja composição inclui também os municípios de Cavalcante, Teresina, São João d'Aliança, Teresina de Goiás e Colinas do Sul. Conforme o Plano Diretor Ambiental/Urbano – 1998/2002 de Alto Paraíso¹⁰¹, o município tem 6.173 habitantes e área de 2.603,4 km² e se encontra em uma das regiões do País considerada como de mais baixa densidade populacional e das mais pobres.

O município de Alto Paraíso, onde se concentram as atividades turísticas da região, apresenta uma particularidade especial que são dois pólos de turismo - um localizado na sede municipal e outro no povoado de São Jorge, distante 36 km - que são, ao mesmo tempo, específicos e complementares, apresentando histórias e características distintas, conforme análise no item 6.2.6. A sede municipal concentra a população urbana, sedia o executivo municipal e os principais serviços locais contando no presente com quatro agências de turismo e uma infraestrutura¹⁰² que inclui hotéis, pousadas (disponibilidade de 708 leitos), restaurantes de bom nível, além de *campings*, bares, lanchonetes, hospital, telefone, agência bancária, rodoviária, uma central de informações turísticas, posto de gasolina, e uma pista de pouso que não está em atividade. Também se localizam na sede municipal as principais entidades associativas como o sindicato rural, grupos ambientalistas, associações de guias, empresas de turismo e transporte, entre outros. O município não possui indústrias e o comércio apresenta um lento desenvolvimento. Em que pese isso, com a expansão do turismo a partir dos anos 80, setores como o da construção civil, hospedagem e restauração apresentaram significativos índices de crescimento nos últimos anos. A sede municipal conta com ruas calçadas e urbanizadas e se

¹⁰¹ Esse plano foi elaborado por consultoria para a prefeitura mas os créditos não constam do documento.

¹⁰² Segundo Behr (2000) “[...] a construção de grande hotel, hospital, aeroporto, armazém-silo, conjunto residencial, centro administrativo (prefeitura e fórum), agência bancária, sistema de abastecimento d’água, abertura de ruas e

destaca por apresentar uma arquitetura diversificada como resultado da influência dos grupos místico-esotéricos. Um retrospecto histórico do processo de ocupação do município mostra que Alto Paraíso foi ocupada por fazendeiros, plantadores de trigo. A migração posterior de grupos alternativos e espiritualistas, que identificaram na região características místico-esotéricas e que provocaram grandes conflitos culturais – atualmente em estágio de acomodação – contribuiu para diferenciar o município, dentro da região, em termos de composição sociocultural¹⁰³. Atualmente, a população de Alto Paraíso é constituída de pequenos produtores que produzem para subsistência, pecuaristas, ex-mineradores e as pessoas que são designadas como migrantes alternativos e migrantes místicos (WWF, 1995, p. 42). A expansão do turismo na região também tem atraído investidores, desempregados e outros grupos sociais. O presidente do sindicato rural¹⁰⁴ opina que metade dos moradores de Alto Paraíso é de fora e que a maioria tem bom poder aquisitivo.

O povoado de São Jorge, que se tornou muito conhecido por ser o local por onde se tem acesso para visitar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, difere substancialmente da sede municipal por ter sido criado por garimpeiros em 1912, mantendo até o presente características culturais e arquitetônicas de seu passado, com todas as ruas com piso de terra. No presente, foram construídas pousadas, *campings*, restaurantes (em terrenos vendidos pelos ex-garimpeiros), introduzindo-se um outro estilo arquitetônico totalmente diferente das casas simples de antes. Apesar de ter triplicado o número das moradias, aumentando de 63 casas, em 1969, com 268 moradores, para 72 residências e 360 pessoas, em 1995 e, aproximadamente 200 casas (BEHR, 2000, p. 60), e entre 600 e 700 residentes, em 2002 (ASSOCIAÇÃO DOS

pavimentação asfáltica” foram obras realizadas pelo Projeto Alto Paraíso implantado pelo governo de Goiás de 1979/81.

¹⁰³ Analiso essa situação com mais detalhes no item 7.1, do Capítulo seguinte.

¹⁰⁴ Divaldo da Guia. Entrevistado em junho de 2001.

CONDUTORES DE VISITANTES DA CHAPADA DOS VEADEIROS/ACVVCV¹⁰⁵, 2002), a vila mantém seu aspecto de povoado de interior, com apenas uma rua principal e duas secundárias, todas com piso de terra. Mesmo o loteamento que foi feito – o São Jorge II – localiza-se em ruas de terra e as casas com quintal mostram um perfil de localidade interiorana. Os serviços públicos são limitados a uma escola, um posto de saúde e uma agência dos correios. A luz foi instalada em 1994 e, até o presente (2002), não existe sistema de telefone fixo (apesar de haver aparelhos públicos). A cobertura para telefone celular ocorreu em 1999. O avanço em termos de saneamento foi a construção de fossas sépticas em São Jorge II, sendo que as casas antigas têm apenas fossa negra, conforme depoimento do guia Messias¹⁰⁶. Apesar de ser considerado o centro de realização do turismo na região, pouco tem contado com o apoio do executivo municipal, fato este que tem gerado críticas de seus moradores às administrações municipais, afirmando que a prefeitura nunca ajudou o povoado. Outros afirmam que o prefeito é contra a vila e que esta não é ajudada porque tem poucos eleitores. Difere também da sede municipal por não ter recebido grupos expressivos de migrantes, registrando-se apenas a migração de alguns profissionais liberais.

Em termos econômicos, a base da economia municipal é a agropecuária, destacando-se a produção de arroz, feijão, milho e mandioca, pecuária de corte e leite, havendo ainda uma grande diferenciação do uso do solo no município, conforme o Secretário da Agricultura¹⁰⁷. Na região sul/sudeste, predominam as médias e grandes propriedades produtoras

¹⁰⁵ O número atual de moradores é impreciso. Segundo o diretor da ACVVCV e o Secretário de Turismo, a vila conta com uma população entre 600 e 700 pessoas entre “nativos” e “estrangeiros” (designações que diferenciam os locais das pessoas que migraram). O levantamento da população local foi feito pela ACVVCV em São Jorge, em 2002, e teve de ser refeita devido a problemas com os entrevistadores no trabalho de campo.

¹⁰⁶ Depoimento em julho de 2002.

¹⁰⁷ Clériston Pereira, Secretário da Agricultura de Alto Paraíso (entrevistado em 20/06/2002), engenheiro agrônomo, opina que a agricultura é pouco expressiva, não atendendo nem a demanda local. Próximo a sede municipal, existem pequenos agricultores que produzem hortifrutícolas e abastecem alguns pontos de venda da cidade com produtos orgânicos.

da agricultura comercial tecnificada e de carvão vegetal, atividades que geraram grande êxodo rural. Nas regiões extremo norte e centro-leste, onde predomina a pecuária de leite e corte, agricultura de subsistência de milho, banana, cana, feijão, mandioca e arroz, houve grande migração para o centro urbano¹⁰⁸. Há também extrativismo de flores, frutas e plantas medicinais e alguns produtores estão fazendo queijos, geléias e doces, existindo aí potencial econômico para o ecoturismo e agroturismo. A região centro-oeste é a que apresenta a maior concentração de atrativos naturais para serem visitados, formando o “eixo turístico” no sentido Alto Paraíso-Colinas do Sul. Nessa região, predominam as pequenas e médias propriedades e a pecuária¹⁰⁹. A baixa qualidade dos solos, impróprios para a agricultura, teria favorecido a exploração do ecoturismo na região centro-oeste do município (informações das entrevistas com o Secretário da Agricultura, o presidente do Sindicato Rural¹¹⁰ e o gerente local da Emater-GO)¹¹¹. Parece até que a natureza encontrou uma forma de se salvar do domínio humano, ou seja, o solo naturalmente ruim ajudou a preservar a área onde atualmente se encontra o Parque Nacional. Ressalto, além disso, que a região da Chapada dos Veadeiros foi muito procurada por ser rica em minerais, entre os quais cristais, ouro, níquel, cujo ciclo deu origem às maiores cidades da região no início do século XIX, inclusive uma que tem o nome de Niquelândia.

É no cenário descrito acima que se movimentam os diversos atores sociais que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com as atividades ecoturísticas no município como o

¹⁰⁸ Esta ocorreu devido à paralisação de serviços básicos como o de educação e saúde junto com a oferta de lotes urbanos pela prefeitura, atitude considerada eleitoreira por alguns dos entrevistados, mas que atraiu muita gente para a cidade. Dois outros fatores provocaram grandes migrações na região: o misticismo e a especulação imobiliária rural. Sobre a política desenvolvimentista do Estado nos anos 70, consultar a coletânea *Tristes Cerrados, Sociedade e Biodiversidade*, organizada por Laura Maria Goulart e Maria Lúcia de Santana Braga, de 1998, que traz artigos que abordam diversos aspectos da problemática. Mais recentemente, a especulação imobiliária urbana e rural também tem provocado expulsão e migração de moradores locais.

¹⁰⁹ Mais de 80% da atividade rural tem sido ocupada pela pecuária extensiva que conta com mais ou menos 80 mil cabeças de gado da raça nelore, conforme depoimento do presidente do sindicato rural.

¹¹⁰ O presidente entrevistado cumpria mandato correspondente ao período 1998/2001 (entrevista de junho de 2001).

¹¹¹ Engenheiro agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (entrevista de junho de 2001).

Estado, empresários, ONGs ambientalistas, a comunidade local e os turistas, sobre os quais aprofundo análise no Capítulo 7., espaço em que trabalho seus interesses e ações reflexivas com vistas à colonização do futuro com o ecoturismo.

Buscando produzir uma caracterização breve dos diferentes atores, observo que o envolvimento do Estado com o ecoturismo na região ocorre nas três esferas de poder. O governo federal tem presença marcante na região desde a criação do Parque Nacional em 1961, intervindo na relação da sociedade com a natureza e no cotidiano dos locais, através do Ibama. As ações do governo estadual tem oscilado em função dos governos, sendo que no presente apenas tem acenado com projetos para a área do turismo. No governo municipal, a Subsecretaria de Turismo foi criada em 2001, estando em fase embrionária a estruturação da área turística, mas já existem projetos para incrementar a visitação à região. Quanto aos empresários, há uma diferenciação entre os operadores e agências de turismo, diretamente envolvidos com ações cotidianas e projetos para o setor, daqueles interessados no assunto como os proprietários de equipamentos e comerciantes. Há também o caso dos empresários que têm interesses divergentes dos atores envolvidos com o ecoturismo, como os ruralistas, o que tem sido um dos focos de conflitos na região. No que se refere às ONGs ambientalistas, também há uma diferenciação entre as locais e aquelas oriundas de outros centros urbanos, a exemplo da WWF, que se dirigem para a região com projetos já definidos. Quanto à comunidade, há diferenças de interesses e envolvimento tanto entre os aglomerados urbanos da vila de São Jorge e da sede municipal quanto entre atores sociais como os guias, proprietários de atrativos e atores como os ex-garimpeiros, categoria social que constituiu o povoado de São Jorge e que vêm sofrendo diversas alterações no seu estilo de vida. A heterogeneidade entre os turistas é grande e o perfil destes tem-se alterado na última década, produzindo significativas alterações nas comunidades e na organização da atividade turística na região.

São esses atores que estão envolvidos em conflitos pela disputa da natureza socializada na Chapada dos Veadeiros, conforme análise no item a seguir.

6.1.1 Os conflitos na disputa pela natureza socializada

A principal particularidade do município de Alto Paraíso – e mesmo da região - é a existência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, unidade de conservação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), que ocupa 5% da área municipal. Inicialmente chamado de Parque Nacional do Tocantins, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 por Juscelino Kubitscheck¹¹² com 625 mil ha, posteriormente reduzidos para 65.514 ha. Decreto presidencial, de setembro de 2001, alterou novamente a área para 241,5 mil ha, triplicando a área protegida que abrange os municípios de Teresina de Goiás, São João d'Aliança, Cavalcante e Alto Paraíso, a cidade-pólo, que dista 220 km de Brasília e 485 km da capital do Estado, Goiânia. Apesar de a maior parte do Parque localizar-se em terras do município de Cavalcante, a entrada fica no povoado de São Jorge, que dista 36 km de Alto Paraíso em estrada de cascalho, de onde se vai para os principais atrativos. Esse Parque protege o segundo maior bioma brasileiro, o Cerrado, que abriga a terça parte da biodiversidade do país, possuindo mais ou menos 400 espécies de vegetais por hectare, com mais de 4 a 10 mil espécies de plantas vasculares, 419 espécies de fungos e mais de 400 espécies de pássaros, sendo considerado o berço das águas por constituir a bacia de grande parte dos rios do País. A beleza da paisagem tem inspirado artistas e escritores e conta com lindos campos, planaltos, canions, vales, rios, centenas de cachoeiras, se constituindo em uma área ainda relativamente intacta desse tipo de bioma.

¹¹² Através do Decreto nº 49.875 de 11 de janeiro de 1961.

No presente, a região da Chapada dos Veadeiros apresenta uma superposição de unidades de conservação (UCs). Além do Parque Nacional criado em 1961, em 2001 foi criada da Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros pela UNESCO, acatando solicitação feita pelo Governo de Goiás¹¹³, a partir de campanha feita pela World Wildlife Foundation (WWF) e outras entidades desde 1994, fato que representa um novo estágio em termos de formas de preservação da natureza e têm uma grande simbologia por significar um título de patrimônio da humanidade. Também em 2001, o Conselho Estadual de Meio Ambiente de Goiás aprovou a criação da Área de Proteção Ambiental Pouso Alto¹¹⁴, sendo que até este ano já haviam sido criadas e formalizadas nove RPPNs na região de Alto Paraíso, num total de 206.136 ha, a partir de trabalho educativo junto a proprietários desenvolvido pela WWF desde 1993, quando passou a atuar na região. As iniciativas acima citadas mostram a forte influência dos elementos dinamizadores da modernidade, através da ação de atores sociais externos à região que conseguiram fazer com que a Chapada do Veadeiros passasse a se distinguir perante outras regiões do País pelo índice de proteção à natureza material que apresenta.

A bibliografia não menciona e a maioria dos depoimentos dão uma versão simplificada dos fatos, mas desde a criação do Parque ocorreram conflitos e momentos de grande tensão - que ainda ocorrem com alguns atores como os ruralistas –, fruto da intensa disputa pela natureza da Chapada dos Veadeiros¹¹⁵. Segundo Zé Raimundo¹¹⁶, entre 1959 e 1960 veio à região um representante do governador da época, Mauro Borges, para escolher uma área para fazer o

¹¹³ O Governo do Estado autorizou a submissão da proposta de criação da reserva junto à UNESCO através de decreto de 1995.

¹¹⁴ Essa APA multiplica a área antes protegida ao abranger todo o entorno do Parque e envolver os municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas, Nova Roma e Teresina.

¹¹⁵ Os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/NEPAM da UNICAMP têm produzido significativos estudos sobre conflitos em áreas protegidas, em diversas regiões do País.

¹¹⁶ Zé Raimundo é uma pessoa bastante reverenciada em São Jorge por ter 88 anos e estar escrevendo um livro sobre a história do garimpo. Tendo trabalhado 50 anos como garimpeiro, mora atualmente isolado em uma choupana, dentro de um grotão, a mais ou menos 2 km da vila. Entrevistado em julho de 2002.

Parque. Com a sua criação, houve proibições que terminaram em perseguição dos garimpeiros que, juntamente com os agricultores, fizeram um abaixo-assinado para o presidente Costa e Silva, através do superintendente do IBDF, e depois um pedido ao então Ministro da Agricultura Íris Resende para liberar o garimpo, tendo sido liberada uma área que ia de São Jorge até a localidade de Santana. Pelo visto, em um primeiro momento, houve uma vitória dos garimpeiros e ruralistas na disputa pela natureza; entretanto a Coordenadora de Manejo e Proteção do Ambiente de Fatores Externos do Parque Nacional¹¹⁷ indica que, entre 1982/1983, ocorreu um sério conflito, quando o Ibama proibiu a comunidade local de entrar no Parque, gerando ódio nos moradores locais. Em contraste com a proibição para os locais, vinha gente de fora – falou-se em cinco mil visitantes por ano - que chegavam na vila de mochilas, entravam de carro no Parque e acampavam. Ou seja, os moradores locais estavam proibidos mas aos de fora era permitido. Aumentava a irritação o fato de os mochileiros trazerem tudo de que necessitavam, não gerando, com isso, serviços na localidade. D. Mariazinha¹¹⁸ lembra que, com o fechamento do garimpo, os moradores passaram a viver do trabalho na agricultura e muitos foram para outros garimpos, como o de Santana. Continuando seu relato Zé Raimundo observa que, em 1990¹¹⁹ foi feito novo decreto proibindo tudo, o qual se fez acompanhar de medidas para sua efetiva implementação, entre as quais a repressão. O próprio cercamento do Parque foi motivo de conflitos, pois, segundo D. Heloísa, o Ibama queria tirar os moradores e fechar o povoado, alegando que o mesmo estaria incluído no perímetro do Parque. A união dos garimpeiros garantiu que a cerca fosse colocada atrás das casas. Outro motivo de conflito foi a utilização da água do Parque¹²⁰, também proibida

¹¹⁷ O depoimento da engenheira florestal foi colhido na vila de São Jorge. Entrevista em julho de 2002.

¹¹⁸ Com 76 anos, é moradora de São Jorge há mais de 50 anos. É proprietária da primeira pousada do local. Entrevista em julho 2002.

¹¹⁹ A data de fechamento do Parque também é controversa. Zé Raimundo fala em 1990. A gerente do Parque em 1990/91 e outros depoimentos em 1989.

¹²⁰ A oferta era e continua limitada, segundo o secretário da ACVCV, havendo falta nos feriados e nas férias, apesar de ter pousadas com piscinas na vila. Foram feitos dois poços artesianos que atende a parte do povoado e ao

pelo Ibama. Após negociação, os moradores conseguiram autorização para retirarem água que vem de uma nascente dentro do Parque, sendo que a rede de abastecimento foi construída pelos moradores, através de um mutirão, entre setembro e outubro de 1989.

A exemplo de momentos anteriormente citados em que a natureza esteve em disputa na região, o decreto presidencial de setembro de 2001, que novamente ampliou a área do Parque, provocou intenso conflito na região, marcado pela crítica dos proprietários que tiveram áreas incluídas sobre a falta de critérios técnicos na definição da área e de consulta prévia à população, afirma matéria do *Jornal da Biosfera*¹²¹. Segundo a matéria, uma das maiores preocupações dos proprietários é que se ampliou a faixa de 10 km de entorno do Parque, onde as atividades econômicas passaram a ser controladas, com exigência de licenciamento ambiental. Em resposta a esta situação, os proprietários criaram a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP), através da qual elaboraram documento questionando a legitimidade do decreto e pedindo a sua anulação, assinalando que o mesmo provoca prejuízos morais, sociais e econômicos a eles, causando desemprego e reduzindo as possibilidades de captar recursos para o desenvolvimento rural. Além disso, no documento se menciona que os municípios atingidos teriam imobilizadas suas já escassas áreas produtivas e que haveria aumento do preço da água. Também questionam o possível aumento do turismo que a medida poderia propiciar, apontando outras saídas, como a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN's)¹²².

loteamento São Jorge II. Depoimentos e matérias da imprensa local informam que o problema da água persistia em 2002 particularmente nos feriados longos quando ocorre muita gente para São Jorge.

¹²¹ *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n. 5, 15 de nov. 2001

¹²² A criação dessas unidades de conservação está sendo questionada por setores da comunidade local devido estimularem a especulação imobiliária que tem promovido a expulsão de antigos proprietários, em especial pequenos produtores.

O artigo da jornalista Ana Cristina¹²³ levanta a suspeita de que o decreto foi feito para atender às sugestões de organizações internacionais, para conquistar títulos que possam favorecer empréstimos. Nessa linha, o editorial¹²⁴ dessa mesma edição aponta que, no parecer técnico sobre a ampliação, o Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente justificou a urgência do ato em função de negociações com a Unesco¹²⁵. A jornalista denuncia intenções ocultas no afogadilho do decreto, agravado com a informação de que o Ibama não vai gerenciar a nova área vez que se está preparando para privatizar os serviços do Parque. De acordo com a jornalista, os moradores locais estariam indignados, pois a expulsão das populações locais abriria espaço para a entrada de grupos e organizações externas que assumiriam a administração conjunta da área. Entre os prefeitos, só o do município de Cavalcante questionou a medida; o de Alto Paraíso defendeu a posição de que a questão do Parque é de gestão e que não via grandes problemas com relação à ampliação da área, pois acha que, se souberem aproveitar, o Parque pode ser uma coisa boa para todos. Na contramão das opiniões acima, o presidente da OCA-Brasil¹²⁶ aprovou a idéia, dizendo que apoia todas as medidas que vierem a facilitar a preservação e conservação dos recursos naturais.

Cito esse fato recente para explicitar a continuidade dos conflitos que se sucedem na região como resultado de interesses diferenciados e divergências geradas por projetos que têm sido elaborados por diferentes atores, com vistas a colonizarem o futuro tendo como elemento essencial a natureza exterior, em que é pródiga a Chapada dos Veadeiros. Para ONGs ambientalistas de fora da região como a WWF, a criação de unidades de conservação na região é uma das metas a serem cumpridas dentro de sua missão mundial, que é a de preservar a

¹²³ *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, 15 de nov. 2001. Ano 1, no. 5.

¹²⁴ Ditadura interambiental. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n.5, 15 de nov. 2001.

¹²⁵ A UNESCO é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pela concessão do título de reserva da biosfera para áreas de interesse histórico, cultural, ambiental e paisagístico como a do cerrado.

biodiversidade e, por extensão, ecossistemas ameaçados. Segundo o coordenador da área de ecoturismo, Sílvia Souza¹²⁷, a entidade tem um programa de Meio Ambiente, através do qual presta apoio e acompanhamento à implantação de projetos de campo nos diversos biomas nacionais, com vistas a buscar alternativas para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, garantindo a conservação dos ecossistemas, utilizando o ecoturismo como um dos instrumentos para atingir tais objetivos. Teoricamente, enquadrando a visão e a ação da WWF como ambientalismo moderado¹²⁸, na medida em que trabalham com a idéia de que políticas específicas para o meio ambiente podem resolver problemas decorrentes do processo de desenvolvimento capitalista. Ressalto que a WWF vem desenvolvendo projetos no País desde meados dos anos 90 com vistas a elaborar e aperfeiçoar metodologia para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária (WWF, 2000) e criar bases para a certificação dessa atividade no país, o que está sendo organizado através do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), cujo coordenador é o próprio coordenador de ecoturismo da citada ONG.

Em contraposição, os ambientalistas do Grupo de Apoio ao Meio Ambiente¹²⁹ (GAMA, 2000), de Alto Paraíso, dirigem suas ações com base em uma visão ecocêntrica da natureza, vez que questionam a forma de pensar generalizada de que o homem é o senhor da natureza e, como tal, pode e deve dominá-la, colocando-a a seu inteiro dispor e serviço, sejam quais forem as conseqüências, bem como se propõem a questionar o avanço tecnológico como um fim em si mesmo. Em decorrência, priorizam as ações educativas junto às comunidades locais.

¹²⁶ A OCA-Brasil é uma entidade artístico-cultural e ambientalista fundada em 1994, em Alto Paraíso, que tem grande influência sociocultural no município e região.

¹²⁷ Entrevista em 7/08/2001.

¹²⁸ Sobre uma discussão da tipologia do ambientalismo, ver Foladori (2002, p. 52).

No que se refere ao Estado, há uma diferenciação de visões entre as três esferas de governo. O governo federal, através do Ibama, ultima as medidas legais para promover a terceirização dos parques nacionais, entre os quais se inclui o da Chapada dos Veadeiros. Como analisei com capítulo 4, com o projeto de Uso Público o Ibama abre as áreas protegidas para exploração econômica através do ecoturismo. Nesse sentido, o governo federal busca compatibilizar a preservação com o uso econômico da natureza, bem como avança na política de ausentar-se de áreas de interesse do mercado. Quanto ao governo estadual, as ações relacionadas com o turismo oscilaram ao longo do tempo em funções dos diversos governos. Entre 2001 e 2002, identifiquei manifestações dos órgãos de turismo e meio ambiente estaduais – que ainda não se tinham traduzido em projetos objetivos - no sentido de utilizar a natureza para captar recursos a fim de usá-los em ações institucionais, conforme declarações à imprensa do Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, Marcelo Safadi. No que se refere ao governo municipal, a visão expressa por um de seus representantes, o Secretário de Turismo, é antropocêntrica e instrumental na medida em que objetiva utilizar a natureza externa como um espaço onde realizar eventos de forma a atrair fluxos de turistas e obter lucro econômico. Essa visão contrasta com o que está expresso no Plano Diretor Municipal Urbano/Ambiental (1998), encomendado a consultores pela prefeitura, onde se afirma que um dos pontos críticos é a degradação ambiental resultante da má utilização dos recursos naturais, a exemplo da forma como são utilizados os atrativos turísticos locais.

Entre os empresários, identifiquei também interesses divergentes. Os proprietários de operadoras e agências localizadas em Alto Paraíso, têm investido na expansão do turismo, buscando especializar-se e qualificar os atores diretamente envolvidos, influenciando toda a

¹²⁹ O GAMA foi criado em julho de 1993, tornando-se uma ONG ambientalista em maio de 1998, com sede em Alto Paraíso.

cadeia de serviços que envolve hotéis, pousadas e *campings*, restaurantes, transportadores, guias, entre outros segmentos. Em vista disso, oscilam entre os interesses na preservação da natureza que se constitui no objeto de desejo do seu público, os turistas, e a necessidade econômica de ampliarem a demanda e multiplicarem atividades no meio ambiente. Por outro lado, interessados no desenvolvimento do turismo, mas sem participação direta no processo, situam-se os comerciantes das diversas áreas. Divergindo desses, situam-se os ruralistas que se sentem prejudicados pelas iniciativas do Estado em criar unidades de conservação que lhes proíbem o desenvolvimento e, por extensão, divergem da atividade ecoturística que se utiliza da natureza da Chapada para sua realização. O presidente do Sindicato Rural sintetiza a visão antropocêntrica que predomina nesse segmento social, ao pressupor que a natureza é pródiga e se recupera das agressões que o ser humano produz, a exemplo das queimadas que, em sua opinião, fazem parte do ciclo de produção da pecuária, promovendo a limpeza e a regeneração das pastagens, em oposição a outros atores que consideram as queimadas o pior problema ambiental da região

Na comunidade, também há discrepância de visões. Para a ex-garimpeira, D. Maria José¹³⁰, a relação do homem com a natureza material é de usufruto, vendo-a como substrato de onde extraía os cristais, caçava e pescava. Sua fala expressa a contradição entre os objetivos da existência do Parque, que para ela são preservar a natureza, conservar tudo que é bicho e dar prioridade às necessidades humanas e o profundo rancor que tem do Ibama por este ter cerceado o trabalho que executava - o garimpo, uma forma de extrativismo – e por ter estabelecido várias proibições como a de não poder matar cobra, não poder caçar, limites que não constavam do seu estilo de vida. A entrevistada também apresenta uma visão peculiar sobre os mecanismos que considera próprios da natureza externa e material, como as queimadas, as quais

¹³⁰ D. Maria José (65 anos), trabalhou 18 anos como garimpeira. Veio para São Jorge em 1953 onde hoje é dona de um camping (entrevista em 17/6/2002).

avalia como úteis para a renovação da vegetação que alimenta a fauna. Enquanto para o Ibama e ambientalistas as queimadas representam o pior problema a que está submetido o Parque, para uma pessoa que mantinha uma relação direta com o ecossistema através do seu trabalho, as queimadas fazem parte do processo de funcionamento da natureza, visão essa que se aproxima da dos ruralistas. Em oposição, para o membro da Associação de Guias de Ecoturismo e Meio Ambiente (AGEMA) de São João d'Aliança (AGEMA), Paulo Melo¹³¹, o ecossistema é muito frágil para sustentar sozinho a grande demanda pela natureza, aproximando a concepção dessa categoria da dos ambientalistas. Em entrevista, o depoente não só destacou o risco que o ecoturismo representa para a natureza como sinalizou para maiores problemas que podem vir a acontecer ao ecossistema regional caso não sejam adotadas medidas mitigadoras.

No processo de disputa pelo uso preferencial da natureza socializada da Chapada dos Veadeiros, as diversas unidades de conservação (UCs) têm significados especiais para cada grupo de atores sociais. Para os ambientalistas que investem na criação de UCs, elas servem para garantir graus de preservação do bioma cerrado e de atrativos singulares existentes na região, funcionando também como instrumento de pressão sobre o Estado para que este se mobilize no sentido de promover uma administração voltada para a preservação do local. Para atores como o Estado e empresários, títulos como o de Reserva da Biosfera concedido pela Unesco constitui-se em forte instrumento de marketing, seja para atração de visitantes para a área, seja para captação de recursos através de projetos que podem colocar a natureza ainda mais em risco. Exemplo disso é o interesse do Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás, Marcelo Safadi (Jornal da Bioesfera, 2002), de usar o título da Unesco como guarda-chuva para se elaborar projetos e captar recursos de três fundos – os Fundos Nacional e Estadual do

¹³¹ Entrevistado em 24/06/02.

Meio Ambiente e o Global Environment Facilities/GEF – para o desenvolvimento de ações nos municípios incluídos na reserva da biosfera do cerrado. Segundo ele, Goiás tem condições de pleitear esses recursos na medida em que adquiriu o *status* de reserva e patrimônio natural mundial.

Os dados apresentados mostram que existem diferentes naturezas que variam de acordo com as visões dos atores sociais que participam da disputa por implementarem projetos na Chapada dos Veadeiros. Identifiquei tanto uma concepção da natureza como algo externo e material por parte da comunidade, empresários e governos, quanto uma visão romantizada por parte de ONGs ambientalistas como o grupo GAMA. No meio dessas concepções, ONGs como a WWF trabalham a visão romântica da natureza como meio de buscar uma fórmula entre a sua preservação e o uso econômico através do ecoturismo.

Avalio que a situação descrita compõe o processo político de disputa pela natureza material da região, que já está socializada, mas cujos projetos sobre o que fazer com ela ainda estão em discussão, elaboração e início de implementação. Avalio também, que se encontra em curso um novo processo de socialização da natureza exterior na região. Se, nos anos 60, o Estado, através da criação do Parque Nacional, iniciou um projeto de conservação da natureza que se diferenciava da agricultura e do extrativismo convencional, nos anos 90 e 2000, com a perspectiva de intensificação do ecoturismo na região, passa a prevalecer, entre os atores locais, a necessidade de alimentar a visão romântica de um lugar não criado pelo ser humano que contrasta com as cidades. Em decorrência, ambientalistas, empresários, guias, os governos e a própria comunidade passam a disputar o simbólico, a paisagem, a valorização da natureza selvagem para oferecerem aos urbanos, no mercado de reencontro com o natural. O fundamental é que a decisão de manter a natureza natural e conservada resulta de uma ação reflexiva de atores sociais que

entendem poderem utilizá-la de uma forma dupla: tentando compatibilizar o seu uso econômico com a conservação.

As importantes unidades de conservação criadas, os projetos pensados e diversas ações realizadas apontam para a importância que tem a natureza exterior da Chapada dos Veadeiros para atores sociais diversos, situados em planos diferenciados - local, estadual, nacional e mesmo internacional -, e mostram a completa socialização e globalização da natureza na região. Entendo, portanto, que há uma intensa ação reflexiva de atores sociais tentando, de forma rápida, estabelecer um processo de controle e subordinação da natureza da região aos seus desígnios e projeto, ações essas que apontam para um processo de colonização do futuro, que analiso com mais detalhes no capítulo 7.

No item a seguir, analiso os diversos aspectos que envolvem o ecoturismo em Alto Paraíso.

6. 2 ECOTURISMO EM ALTO PARAÍSO

6.2.1 Raízes do turismo na região

Escolhi o município de Alto Paraíso, entre os cinco que estão em área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, para realizar um estudo de caso a partir de informações que indicavam ser este o pólo de turismo da região e haver uma significativa experiência de ecoturismo, cujas características, especificidades, riqueza e complexidade constatei na pesquisa de campo.

Depoimento e livro do professor e escritor Luiz Lima (2001) foram fundamentais para reconstituição da história do turismo na Chapada dos Veadeiros, responsável pelas

profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas na região. O processo teve início a partir das ações do movimento esotérico e espiritualista em 1957, seguida da criação da fazenda-escola, Cidade da Fraternidade, em 1963. A intensa procura pela região, todavia, ocorreu a partir de 1980, fruto do encontro de alternativos¹³² que levaram para a região a idéia de um relacionamento diferente com a natureza. Nos anos 70/80, Alto Paraíso não tinha nenhuma estrutura e apenas esporadicamente vinham técnicos e cientistas. Segundo o secretário da ACVCV¹³³, os primeiros turistas eram pessoas de universidades que vinham fazer estudos geológicos, mas que freqüentavam a Chapada com regularidade. Todavia os depoimentos indicam que os primeiros a descobrirem a Chapada como local de lazer foi a juventude, transformando-a em parque de Brasília. Dada a proximidade de Brasília, 220 km e de Goiânia, 420 km, o asfaltamento da GO-118, em 1985, viabilizou acesso fácil e rápido de turistas à região, com o parque constituindo-se no espaço privilegiado dos moradores da capital federal¹³⁴.

Lima (2001) aponta que o *boom* do ecoturismo na região decorreu de uma confluência de fatores, como a pavimentação da GO-118 (Planaltina/Alto Paraíso), a migração de alternativos, a divulgação da região pela mídia nacional¹³⁵, destacando a beleza cênica e os poderes energéticos dos cristais, fatores estes que foram potencializados pela onda ambiental produzida pela mídia entre final dos anos 80 e início dos 90. Behr (2000) acrescenta aos fatores apontados por Lima, a reabertura do parque em 1991, a implantação de loteamentos urbanos em Alto Paraíso em 1995 e uma grande migração rural-urbana decorrente da doação de lotes pela prefeitura. O *boom* turístico concentrou-se no município de Alto Paraíso, tornando-o conhecido

¹³² Segundo Lima (2001, p. 86), eles lançaram as bases de “[...] um novo modelo de colonização, baseado nos pressupostos da preservação da natureza, da produção e consumo de alimentos naturais, do crescimento espiritual e da vida em comunidade”.

¹³³ Lucival é guia, natural de Santos (SP), tendo-se radicado na vila São Jorge desde 1995. Entrevista em jun/02.

¹³⁴ Segundo Renato Dias técnico do Ibama, Alto Paraíso é a válvula de escape de Brasília.

¹³⁵ Lima informa que foi feito um programa por uma rede de televisão em 1996 cujo resultado foi uma grande divulgação da região, atraindo mais turistas.

internacionalmente e levando ao desenvolvimento de dois núcleos populacionais com história diversas: a sede municipal e a vila de São Jorge, onde se localiza a entrada do Parque.

A demanda pela Chapada dos Veadeiros provocou o crescimento da população do município de Alto Paraíso de 600 habitantes em 1980 (BEHER, 2000) para os atuais 6.173. Gerou também um amplo processo de urbanização, com a abertura de bairros novos e a criação de uma estrutura receptiva na sede municipal, conforme descrito no item 6.1.A 36 km de distância, a vila de São Jorge, antigo acampamento de garimpeiros criado em 1912, que já chegou a reunir 3.500 garimpeiros, como aconteceu entre 1963 e 1967, também experimentou significativas transformações urbanas na última década, após a institucionalização da visita ao Parque e o crescimento do turismo no município.

O turismo deu novo impulso, novo sentido à ex-vila de garimpeiros. Parte significativa dos garimpeiros se tornaram guias – exceção dos que migraram e alguns poucos que continuam catando cristais em áreas próximas do parque. Tanto a agricultura de subsistência como o garimpo que ainda é feito – os cristais são vendidos para revendedores que vendem as pedras brutas e para casas de artesanato situadas em Alto Paraíso - desenvolvem-se em função do turismo. Estima-se que, atualmente, 90% de moradores da vila de São Jorge vivam de alguma atividade vinculada ao turismo.

O processo de consolidação do turismo em Alto Paraíso ocorre, cronologicamente, a partir de 1992, quando foi reaberto o Parque Nacional, colocando em funcionamento o sistema de visitas guiadas. Em 1994, informa o Secretário de Turismo, promoveu-se um evento que tem servido como atrativo regional para os amantes de esportes da natureza, uma corrida de *mountain bike*, e organizou-se o 1º Torneio de Pólo Aquático em Águas Correntes, o qual acontece todos os anos entre setembro e outubro, e que funcionam como *marketing* para a região. Para o Secretário da Agricultura, o turismo de natureza também tem aberto espaço para o agroturismo no

município. O processo ganhou maior intensidade a partir de 1996, quando o governo do Estado implantou o Programa de Execução Descentralizada (PED), que alocou recursos para infraestrutura turística, treinamento e educação ambiental, o Programa de Ação Emergencial (PAE) com fundos para o Parque Nacional, a WWF passou a desenvolver o projeto Veadeiros que tinha um componente de apoio ao ecoturismo – cuja vigência foi de 1996 a 2001 – e foram criadas empresas de turismo no município, na medida em que essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento de estruturas sociais e urbanas e concorreram para profissionalizar o setor turístico. Entendo que a atividade já se encontra consolidada uma vez que, na atualidade, Alto Paraíso já conta com quatro empresas de turismo dirigidas por pessoas do local e duas associações de guias – a ACVCV¹³⁶ e a Servitur - que reúnem mais de 300 guias.

Constatada a consolidação do turismo no lugar, avanço para analisar no item a seguir se esta é uma atividade homogênea e que modalidades se destacam na região.

6.2.2 As modalidades de turismo em Alto Paraíso

Para a gerente do Parque Nacional¹³⁷, o que é feito na Chapada é um turismo de base comunitária ou turismo sustentável. Essa formulação considera iguais dois tipos de turismo que têm características distintas. O primeiro pressupõe o controle da atividade pela comunidade, fato este que não ocorre na Chapada, pois não há organização política forte, verificando-se apenas o envolvimento dos moradores locais nas atividades econômicas. O segundo tipo pressupõe o planejamento do seu desenvolvimento, priorizando a preservação da natureza, algo que também é problemático na região. Na opinião do Secretário de Turismo, houve uma

¹³⁶ A informação é que a ACVCV reúne 180 guias treinados, dos quais 70 estão na ativa e 50 são de Alto Paraíso.

¹³⁷ Entrevistada em julho de 2002.

modificação no tipo de turismo que se realiza na região. Fazendo uma síntese cronológica, afirma que primeiro chegaram os espiritualistas, em 1970; em 1980, os alternativos e nos anos 90 chegaram os ecoturistas. Identifiquei, contudo, que o turismo místico não acabou. O que ocorreu foi uma grande mudança em seu perfil. Antes havia um movimento de grandes grupos à procura das seitas religiosas que se instalaram na área. Do final dos anos 90 para cá, o número de seitas foi reduzido e, no presente, o esoterismo entrou em uma fase que se poderia chamar de mais individualizada, voltada para processos de tratamentos espirituais, meditação, medicina natural, ou seja, práticas para uma vida saudável¹³⁸, atraindo pessoas que se dirigem para a região com o objetivo de fazerem terapia, conforme depõe diretor da Alpatur¹³⁹. Talvez isso explique o fato de as mudanças ocorridas não terem influenciado o *marketing* da região, já que a mídia¹⁴⁰ utiliza ostensivamente o caráter místico-esotérico do local. Entretanto, conforme observou o secretário da ACVCV, muitos grupos têm voltado desiludidos da Chapada por não encontrarem o misticismo que imaginavam existir, por só encontrarem alguns locais para meditação ou tratamento.

Para técnica da WWF¹⁴¹, ecoturismo é o que acontece no Parque Nacional e em alguns locais onde os turistas têm de ir com guias, pois os que viajam de forma independente, os turistas autônomos, não fazem ecoturismo e são os que sujam tudo, usam *shampoo*, etc. Entre os autônomos, cita os que vêm das redondezas, de Goiânia, de Brasília, para descansar, para tomar banho, os que já vieram mais de uma vez e que não vão mais ao Parque. Com isso, a depoente introduz dois aspectos novos. Primeiro, define e limita como ecoturismo as viagens guiadas. Segundo, circunscreve geograficamente a atividade, produzindo uma regionalização, ao afirmar

¹³⁸ Em sua dissertação Lima (1999, p. 78) observa que a partir de fins dos anos 90 “[...] começa a se dar uma migração silenciosa e individualizada de místicos, religiosos e toda uma gama de terapeutas alternativos”.

¹³⁹ Segundo o diretor, no que se refere ao negócio turístico, não se produz essa separação entre os tipos de turismo esotérico pois, inclusive, as agências promovem contato com os locais que fazem terapia.

que as viagens guiadas não acontecem em toda a área estabelecendo também uma distinção entre tipos de turismo que acontecem no município. Do lado do Estado, o Subsecretário de Turismo de Alto Paraíso, ignora explicitamente o ecoturismo e afirma que o projeto da prefeitura objetiva estimular o turismo de esportes e de natureza.

Assim, entendo que, no presente, coexistem na Chapada o turismo místico-esotérico com o ecoturismo, o turismo de esportes e o turismo na natureza feito por autônomos que em geral não são considerados nas classificações¹⁴². No entorno da sede municipal de Alto Paraíso predominam o turismo místico, os esportes e o turismo na natureza; na vila de São Jorge o ecoturismo e o turismo de natureza.

Para a atual conformação desses tipos de turismo na região, outro fator de peso foi a mudança do perfil do turistas. Depoimento da Coordenadora de Manejo e Proteção do Ambiente de Fatores Externos do Parque Nacional¹⁴³ revela que nos anos 80 os turistas da região eram jovens, mochileiros que traziam suas barracas e alimentação, não se constituindo em consumidores. Com a nova sistemática do Parque, a partir de 1992, cobrando-se a entrada, tendo de se pagar guias e, também para visitar os atrativos que se situam no entorno, e com a instalação da luz¹⁴⁴, em 1994, o público começou a mudar.

Na realidade, ocorreram duas mudanças fundamentais. Para Clarisse, diretora da Alpatur¹⁴⁵, uma é a mudança do perfil do turista, que hoje é mais exigente e a outra é a mudança do perfil dos serviços. O novo público, com maior poder aquisitivo, começou a demandar

¹⁴⁰ Exemplo disso é a matéria Terra Mística. *Viagem e Turismo*, São Paulo, Ed. 80-A, jun. 2002.

¹⁴¹ Entrevistada em junho de 2002.

¹⁴² Sobre o assunto consultar Pires (1998) e Barreto (2000).

¹⁴³ Entrevistada em 15/06/2002.

¹⁴⁴ Esse fato motivou discussões, colocando de um lado os que queriam o rústico, o bucólico – queriam ver o céu estrelado – e, de outro, os que queriam o conforto, tendo prevalecido a opinião dos segundos. Mas, conforme a diretora da Alpatur, os primeiros conseguiram garantir que o povoado não fosse calçado até o presente.

¹⁴⁵ Entrevistada em 10/06/02.

serviços, fazendo com que pessoas da comunidade começassem a fazer pousadas, restaurantes, armazéns, gerando emprego e renda, o que também atraiu empresários de fora que passaram a investir em equipamentos de melhor qualidade, fato esse que vem gerando um novo tipo de conflito¹⁴⁶ no local. Essas mudanças também se refletiram nos *campings* e pousadas dos nativos, que são mais antigas e rústicas. Afirmo D. Mariazinha, proprietária da primeira pousada de São Jorge, que é bem simples, que com a concorrência ficou sem público pois agora os turistas são mais exigentes e querem alojamento com banheiro nos quartos, querem coisa de qualidade. Em uma reação em cadeia, o turista reflexivo, com maior poder aquisitivo, mais exigente busca mais informações, fazendo com que os empresários passem a exigir maior qualificação dos guias, que têm se preocupado em se especializar, conforme o secretário da ACVCV. Cabe destacar, contudo, que não houve uma uniformização do perfil dos turistas, pois, conforme a Coordenadora de Manejo do Ibama, continuam vindo o bicho grilo e o pessoal do *Land Rover*. Segundo diretor da Alpatur, os turistas que vêm em maior número são aqueles que vêm de perto (entenda-se Brasília, Goiânia etc.), que freqüentam a região em fins de semana e feriados, por conta própria, dirigindo-se para a vila de São Jorge, e que são importantes para os prestadores de serviços locais. Porém o público das agências, o outro tipo de turistas, são os que vêm de outros Estados através de pacotes – principalmente de São Paulo - são os que representam “o filé”¹⁴⁷ em termos de público consumidor, conforme diretor da Alpatur. Estes hospedam-se em Alto Paraíso, fazendo passeios no entorno e também na vila. Quanto aos estrangeiros, são poucos, não havendo

¹⁴⁶ Segundo depoimento de moradores locais, houve um acordo entre os nativos e os empresários de pousadas para que esses só prestassem serviço de hospedagem. Ocorre que nos últimos tempos tem-se feito pousadas que oferecem todos os tipos de serviço – tornando-se auto-suficientes da vila - concorrendo não só com os restaurantes mas também com os bares e armazéns da vila. Além disso, abriu-se restaurantes especializados que também concorrem com os antigos restaurantes dos nativos, mesmo os que se modernizaram. Na prática, conforme diretor da ASJOR, eles não têm dinheiro para concorrer com os empresários que vêm de fora e estão a perder público.

¹⁴⁷ Termo usado pelo depoente para designar o público mais vantajoso para as empresas. Um pacote de 7 dias a partir de São Paulo para Alto Paraíso, em junho de 2002, custava R\$ 1.430,00.

ainda uma demanda sistemática, mas há expectativas de grandes fluxos após a visita de um grupo de 60 ingleses trazidos pela agência Travessia, em 2002. Em relação aos roteiros, com a organização do turismo na região, os pacotes para dois dias, em geral, priorizam o Parque, que é o mais conhecido, visitando-se também atrativos como o Vale da Lua, o Sítio Raizama e o Portal da Chapada. Já os pacotes de oito dias incluem os municípios de Cavalcante e Teresina. Ainda sobre os locais de visitação, técnico da WWF informou que as RPPNs não estão sendo usadas no turismo, servindo apenas como áreas de preservação.

Identificada a diversidade de tipos de turismo, utilizo o próximo item para destacar o modelo de ecoturismo implantado em Alto Paraíso.

6.2.3 O modelo ecoturístico em Alto Paraíso

O processo de condução de turistas dentro do Parque Nacional resultou de um histórico acordo entre garimpeiros e o Estado, representado pelo Ibama, para a qual tiveram que superar um conflito social para que fosse estabelecida uma parceria de sucesso, base de sustentação do modelo existente. Os garimpeiros asseguraram emprego e renda e o Ibama, renda (ainda que insuficiente) para manutenção e fiscalização de parte significativa do importante bioma do cerrado, através do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Esse modelo, que se consolidou ao longo dos anos 90, é chamado pelos moradores locais de “viagem guiada”, um

[...] modelo normatizador que caracteriza o tipo de turismo que é feito na Chapada dos Veadeiros e que ficou famoso no país e é seguido em Bonito: operadora/guia/atrativo (LIMA, 2001).

Na prática, ele se caracteriza pela exigência de que os turistas sejam acompanhados por guias treinados com conhecimentos sobre o Parque Nacional e a história local, os recursos naturais (flora, fauna e geologia), noções de primeiros socorros e de educação ambiental, faltando apenas informações sobre a cultura local.

Em termos teóricos e considerando apenas o princípio de realizar-se na área protegida do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o modelo de visitas guiadas enquadra-se no modelo de ecoturismo puro descrito por La Paz (1999). Além disso, o ecoturismo que é conduzido na região apresenta outras características do modelo internacional (descritas no Capítulo 1), como o fato de gerar recursos que podem ser aplicados na conservação do Parque, com a cobrança de entrada dos turistas. Também há o envolvimento da população local (particularmente da vila de São Jorge), que tem no ecoturismo uma atividade básica e, fazendo-se o controle e fiscalização do acesso, sendo o trânsito dos turistas no Parque monitorado pelos guias da ACVVCV e da SERVITUR.

Em relação aos aspectos ambientais desse modelo, a ação política associada de atores locais e nacionais traduziu-se em resultados concretos, até o presente, no sentido de minimizarem os riscos ambientais da perda da biodiversidade contida no Parque. Todavia essas ações têm sido insuficientes para mitigarem os riscos nos atrativos particulares e no entorno, e a situação tende a se agravar, com a perspectiva de aumento do turismo e as transformações que têm ocorrido nas instituições e nas comunidades locais, o que coloca em cheque a segurança e a confiabilidade na atividade.

Analisando a experiência de ecoturismo em Alto Paraíso, a partir dos princípios contidos no conceito da Embratur¹⁴⁸, verifiquei que, com relação à utilização “de forma sustentável do patrimônio natural e cultural”, as opiniões são divergentes e mesmo polêmicas. Na opinião da empresária Carla Rocha¹⁴⁹, a Chapada está sendo vendida como ecoturismo, o qual inclui tanto a preservação da natureza como os esportes radicais, o *rapell*, assunto este que é objeto de opiniões contraditórias na literatura consultada. Alguns autores defendem a inclusão dos esportes no ecoturismo e outros criticam esta inclusão, argumentando que os esportes provocam impactos, diferenciando-se bastante da contemplação, caminhadas e ações do gênero, que seriam características do ecoturismo. Considerando as observações de diretor da Alpatur no sentido de que o ecoturismo é aquele tipo de turismo mais ligado à observação da natureza, uma atividade que tem de ser certa e sustentável, em que se faz tudo dentro das normas, preserva as trilhas, as cachoeiras e inclui o máximo de produtos locais nos serviços, a atividade no município apresenta significativas diferenças, dada a diversidade de modalidades e perfis de turistas. Apesar de observar que o ecoturismo deve ser sustentável social, econômica, ambiental e culturalmente, o guia Melo ressalva que, no município, os aspectos social e cultural estão fracos, salvando-se o ambiental que, pelo menos no Parque, está bem. Avalio que o ecoturismo praticado na região não atende integralmente a esse princípio na medida em que há problemas de gestão no Parque, sendo a manutenção das trilhas feitas pelos guias. Na área do entorno, falta uma regulamentação e existem diversos conflitos com os proprietários que habitam a área. Além disso, os atrativos situados em áreas particulares estão sofrendo expressiva degradação. Quanto ao patrimônio

¹⁴⁸ A Embratur conceitua o ecoturismo como “[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994).

¹⁴⁹ Diretor da Alternativas Ecoturismo. Entrevista em 15/06/2002.

cultural, muito já foi perdido, necessitando uma política que promova a recuperação do muito que havia.

No que se refere ao outro ponto do conceito de ecoturismo da Embratur, “incentivo à conservação e busca da formação da consciência ambientalista através da interpretação ambiente”, a opinião de especialistas, a exemplo de técnico da WWF¹⁵⁰, é que isso ocorre no município na medida em que os guias interpretam o ambiente, têm técnicas de excursão, sabem falar da região e fazem educação ambiental, ao tentarem conscientizar os turistas, afirmando que, após a visita, os turistas voltam com outra visão. Por esse tipo de visão, o que caracteriza a existência do ecoturismo é o fato de as pessoas serem guiadas, a exemplo do que ocorre no Parque. Verifico, contudo, que isso é insuficiente. E os outros tipos de turista que visitam a região, como são conscientizados? E as comunidades? Observei que o trabalho de educação ambiental realizado pelo grupo ambientalista GAMA é feito apenas com comunidades dos municípios da região, faltando um trabalho com os turistas que não contratam guias, o que mostra que não há atores desenvolvendo ações com o objetivo de conscientização dos turistas autônomos. E, no geral, os guias apenas dão informações sobre a fauna, flora e aspectos da região o que é muito diferente de um trabalho de conscientização ambiental.

Quanto ao terceiro princípio contido no conceito da Embratur relativo à “promoção do bem-estar das populações envolvidas”, diretor da Alpatur defende a posição que o ecoturismo deve ser bom para as comunidades, afirmando que se recusa a fechar pacote com algum grupo que traga lanche ou guias de fora, pois os guias têm de ser moradores locais. Sobre esse tipo de comportamento diz que o zelo não é só dela, mas que sua empresa possui a filosofia de vida da região. Identifiquei que o turismo que se desenvolveu na região envolveu a comunidade e gerou emprego e renda, especialmente na vila São Jorge onde a maioria da

população vive do turismo. O problema é que, com a alteração do perfil dos turistas e com o aumento da disputa pela natureza socializada, passou a haver especulação imobiliária e forte concorrência de capitais externos, o que tende a diferenciar ainda mais os moradores locais e excluí-los dos benefícios que a atividade vinha promovendo. Desse modo, o ecoturismo, como uma atividade moderna, que sofre influência dos elementos dinamizadores da modernidade, tem tendência à concentração e à centralização dos serviços pelo grande capital, o que tende a produzir cada vez mais diferença, exclusão e marginalização na população local. Essa tendência pode vir a contrariar a opinião de ex-coordenador do Projeto Veadeiros da WWF¹⁵¹ em Alto Paraíso, de que o turismo que é feito na região está melhorando a qualidade de vida das pessoas, caso não haja uma organização da comunidade ou não se adotem políticas de Estado específicas.

A análise do modelo de ecoturismo praticado em Alto Paraíso com base nos princípios da Embratur e na opinião dos atores locais mostra que a atividade que designam como ecoturismo ainda está em construção na região, uma vez que atende parcialmente a alguns princípios, como o de buscar a formação da consciência ambientalista e promover o bem-estar de parte da população local. Existem também problemas em relação ao uso sustentável do patrimônio natural e cultural, dada a amplitude da área a ser preservada e a falta de algo fundamental, que é um plano ecoturístico regional, além de problemas na manutenção e fiscalização das unidades de conservação, havendo sérios problemas ambientais nos atrativos particulares.

Por fim, verifiquei que a definição da Embratur contempla apenas o tipo de turismo que é realizado pelas agências e operadoras que promovem a viagem de turistas através de pacotes em que são acompanhados por guias, dos quais recebem informações sobre o local e

¹⁵⁰ Entrevistado em 14/06/2002.

são orientados a se comportarem no ambiente que visitam. Todavia essa definição exclui atividades de turismo que são feitas por turistas que também são conscientes, que buscam informar-se sobre os locais visitados, mas que viajam de forma independente. Em vista dessa distinção, entendo que esse conceito tem um viés discriminatório, vez que considera como ecoturista somente as pessoas que participam do circuito comercial, de esquemas empresariais e que, portanto, têm recursos para pagar agências.

Observei, também que, apesar da influência de eventos distantes na modelagem de eventos locais, para os atores da comunidade a prática turística que realizam se constitui, simplesmente, sem sofisticções, em uma “viagem guiada”. Ressalto a permanência dessa visão sobre o modelo apesar de o termo ecoturismo ter passado a fazer parte do vocabulário local e rotular a prática turística local desde a difusão na região em meados dos anos 90 a partir de centros urbanos, em um processo de desencaixe em que ocorre a interação da Chapada dos Veadeiros com outros locais e atores distantes, cujos interesses repercutem na região.

Tendo identificado os tipos de turismo e o modelo de ecoturismo praticados em Alto Paraíso, avanço no item a seguir para trabalhar as concepções dos atores locais sobre o ecoturismo.

6.2.4 As visões sobre o Ecoturismo

Pelo exposto no item anterior, coexistem em Alto Paraíso vários tipos de turismo na natureza. Mas o que os locais consideram como ecoturismo no município e região?

¹⁵¹ Entrevistado em junho 2001.

A visão dos moradores do povoado, segundo levantamento realizado pela ACVCV¹⁵², é extremamente diversificada. Alguns o identificam como o segmento do turismo na natureza, o turismo ecológico, proteção para os animais, não deixar os turistas poluírem as águas dos rios, tentativa de desenvolvimento turístico visando a preservação ou forma de promover o turismo em áreas de preservação ambiental de forma sustentável. Já outros o identificam com as condições socioeconômicas, como a qualidade de vida local, condição de vida melhor, trabalho e saúde. Essas idéias indicam que a diversidade de visões está relacionada com a atividade que os depoentes exercem e/ou exerceram e o grau de instrução e informação do entrevistado, variando desde os que desconhecem o assunto até idéias mais elaboradas que, imagino, serem de “estrangeiros” ou de pessoas que trabalham na atividade. Por exemplo, para o presidente da Associação Comunitária da Vila São Jorge/ASJOR, o ecoturismo não é só natureza mas também o povo com a sua sabedoria, criticando os indivíduos que separam a natureza da sabedoria local, o que provoca um problema cultural, a exemplo das pessoas que vão a Chapada para ver tão somente a natureza não interagindo com a comunidade. Já Tércia, proprietária de restaurante e primeira presidente da ASJOR, que através do Projeto Veadeiros participou de cursos e diversos eventos sobre meio ambiente, apresenta um ponto de vista antropocêntrico, ao afirmar que o ecoturismo significa a integração homem-natureza e as pessoas da comunidade para se beneficiarem economicamente e para ser sustentável.

Na ótica oficial, expressa pelo Coordenador de Uso Público e Educação Ambiental do Parque Nacional, Renato Dias¹⁵³ o que se faz no local não é considerado ecoturismo porque não tem uma estrutura. Segundo ele, as coisas foram acontecendo sem que

¹⁵² Essa entidade realizou um levantamento chamado de “Censo Demográfico de São Jorge” por solicitação do Conselho do Parque (CONPARQUE), em 2002. Foram aplicados 109 questionários com chefes de família nos quais incluiu-se a questão o que é ecoturismo. Houve problemas na aplicação, devendo ser refeito o levantamento.

houvesse um planejamento para o ecoturismo. Pode-se associar essa opinião com a de Manoel, que foi coordenador do Projeto Veadeiros, para quem há uma distorção séria, pois o que existe é apenas turismo de visitação na natureza, com o fator econômico predominando. Segundo ele, não há o lado educacional de mitigação dos impactos, opinião que conflita com a de técnico da WWF, citada anteriormente. Entendo que a opinião de Manoel expressa a insuficiência do trabalho de educação feito pelos guias, na medida em que o mesmo não está associado a outras iniciativas educativas institucionais que sejam sistemáticas. A opinião do professor Lima converge com as anteriores, ao observar que, a rigor, o que existe não é ecoturismo, pois a apropriação e o uso dos atrativos é antiga. Observa que existe a matéria-prima, que ainda não foi trabalhada adequadamente. O professor aponta para o futuro ao ressaltar que as condições existem para que possa vir a acontecer o ecoturismo, exemplificando o trabalho dos guias que é algo novo, que não existia em outro lugares e que se expandiu como serviço. Melo sintetiza esse conjunto de opiniões ao afirmar que se está caminhando para ser ecoturismo, mas ainda não o é, porque o ecoturismo deve ser sustentável social, econômica, ambiental e culturalmente.

Verifiquei que os atores locais, reflexivamente, pensam em formas de trabalhar com o ecoturismo, a exemplo de Messias¹⁵⁴ que sugere que se implante a atividade em fases. Critica a prática local, afirmando que o que está sendo feito na região não é alternativo, devendo haver outras alternativas fora do ecoturismo para que se fortaleçam aspectos como os culturais.

Concordando com a idéia de que o ecoturismo ainda está consolidando-se, o técnico da WWF chama a atenção para o fato de que essa atividade depende de estrutura, sinalização e orientação. Nesse sentido, observa que os técnicos dessa ONG têm elaborado

Trabalhei os dados coletados e os utilizo com ressalvas para dar uma idéia das visões sobre o ecoturismo manifestada pela comunidade local.

¹⁵³ Entrevista em junho 2001.

projetos para particulares, sem cobrar, objetivando estruturar os atrativos e criando com isso condições para a realização do ecoturismo. Cita como exemplo o Portal da Chapada, onde existe a cachoeira de São Bento, que é um local sinalizado, com grande estrutura na entrada, onde se realizam disputas de pólo aquático uma vez por ano, em outubro. Discordo dessa opinião, pois, em visita a esse atrativo, observei que foi feita uma grande intervenção na natureza para se fazer estacionamento e recepção, além de terem feito trilha de madeira em área não inundável, ação desnecessária e agressiva. Além disso, os esportes na natureza são objeto de questionamentos como prática ecoturística.

Das diversas opiniões coletadas, avalio que a mais apropriada é a do secretário da ACVCV¹⁵⁵ para quem o ecoturismo é o que os atores vêm fazendo na prática, no município. Em sua visão, o que importa para os moradores locais é a atividade que estão desenvolvendo, colocando em segundo plano os rótulos.

Por outro lado, analisando a existência do ecoturismo na Chapada sob o ângulo dos serviços oferecidos pelas agências locais, verifiquei que estes se aproximam daqueles convencionais e padronizados que são oferecidos pelas empresas em outros Estados e países. O serviço oferecido pelas empresas locais compreende o recebimento das pessoas no aeroporto em Brasília, conduzindo-as para Alto Paraíso em transportes do tipo *vans*. A Alternativas Ecoturismo informou que trabalha com três pousadas, consideradas por eles como as melhores, pois seu público é mais seletivo, o que os tem pressionado a mudarem os serviços, apresentando melhor atendimento e melhor qualidade. Além disso, trabalham com os guias locais da ACVCV e da Servitur, realizando visitas ao Parque Nacional, ao Vale da Lua e ao município de Cavalcante. A

¹⁵⁴ Messias é guia e se radicou na vila São Jorge desde julho de 1989. Foi jornalista em Brasília. Depoimento cedido em 19/06/2002.

¹⁵⁵ No capítulo 7. analiso as ações desenvolvidas pelas associações de guias com vistas a implantar seu projeto de ecoturismo, dentro da ótica que vêm chamando de desenvolvimento sustentável.

literatura apresenta várias críticas sobre os serviços convencionais. Considerando-se o ecoturista como um indivíduo preocupado com o meio ambiente, a crítica que se faz é que o uso de transporte, hospedagem e outros serviços tradicionais, que são poluentes e degradadores do meio ambiente, não atende a um dos inúmeros princípios do ecoturismo que é a preservação do ambiente. Verifica-se, pois, que no caso da Chapada dos Veadeiros, tanto os turistas autônomos quanto os que viajam por agências não se preocupam com esse requisito, o que poderia ser um elemento para não enquadrá-los no perfil do ecoturista.

Em síntese, avalio que a visão teórica de que o ecoturismo é algo planejado e organizado que requer, para minimização dos riscos decorrentes da atividade, a intervenção de especialistas que definam as técnicas e processos apropriados, é algo que ainda está em discussão na região. Reforça esse ponto de vista a informação do secretário da ACVVCV de que, até o presente, o ecoturismo continua sendo objeto de discussões entre os moradores locais, tendo acontecido dois debates sobre o tema em 2002. Destaca o secretário que, apesar de nesses encontros, se afirmar que o que fazem é ecoturismo, isto é algo que ainda está em uma fase de adaptação.

Identificada as diferentes visões sobre ecoturismo existentes no município de Alto Paraíso, trabalho, no item a seguir, o processo de institucionalização dessa atividade.

6.2.5 A institucionalização do ecoturismo em Alto Paraíso

Com tantas opiniões diferenciadas em relação ao ecoturismo, como essa atividade foi institucionalizada em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros? Em 1989, o Ibama fechou o

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Depoimentos¹⁵⁶ convergem para a versão de que o Parque foi fechado com vistas a conter o processo de degradação a que estava submetido o local, além dos acidentes ocorridos como a morte de duas turistas francesas e de três escoteiros, carregados do leito do rio por uma tromba d'água, devido a falta de orientação sobre os perigos da área.

Um fator de degradação ambiental era o garimpo de cristais, atividade realizada desde 1912 e cujo ciclo durou até fins da década de 60, com o auge acontecendo em 1941 (BEHR, 2000). Zé Raimundo¹⁵⁷, ao historiar os ciclos do cristal, destacou a grande produção na época da Segunda Guerra Mundial devido a procura para uso em material bélico e o decréscimo da demanda entre 1945 e 1948, só ficando no local os garimpeiros que não tinham nada (entenda-se família, bens) em outros lugares. Em 1949¹⁵⁸ o cristal voltou a melhorar de preço atraindo, de novo, muita gente. Segundo D. Maria José¹⁵⁹, em 1954 havia mais ou menos três mil garimpeiros no local, que possuía um campo de pouso para os aviões que vinham buscar o minério, surto¹⁶⁰ este que permaneceu entre 1952 e 1954. Observa D. Maria José que, mesmo o cristal sem valor, o meio de sobrevivência era o garimpo, pois sempre havia comprador. Nos anos 80, quando desapareceram os compradores de cristal, dois comerciantes locais – Clovis e Elano - sustentaram os garimpeiros, trocando pedras por alimentos. O primeiro, ainda hoje dono de um

¹⁵⁶ Segundo depoimentos de Luiz Lima, do Secretário de Turismo, diretores da ACVCV e moradores da vila de São Jorge, havia visitas de turistas sem controle pois fazia-se acampamentos, deixava-se muito lixo, havia gritarias e muitos carros, ônibus e caminhões entrando na área.

¹⁵⁷ Entrevistado em julho de 2002.

¹⁵⁸ Em 1949, houve um incêndio no chamado Garimpão, fazendo com que o pessoal se mudasse para um novo local que foi chamado de Baixa, onde se instalou uma nova lavra.

¹⁵⁹ Os números variam dependendo do depoente. Para Clóvis, entre 1953/1954 haviam 4.700 garimpeiros na região pois, segundo ele, havia agrupamentos em vários lugares. Entrevistado em julho 2002.

¹⁶⁰ Zé Raimundo afirma que o cristal voltou a perder valor a partir de dezembro de 1956, informando que “[...] correu a notícia que o garimpo acabou exatamente na época da construção de Brasília” e, arremata: “nos quatro anos de JK, não teve minério nenhum”.

armazém em São Jorge, confirma que foi comprador de cristais durante 20 anos e que, no período de maior demanda por esse mineral, havia avião semanal em São Jorge.

Tal situação coloca em evidência o enredamento entre o local e o global, entre a tradição da vida no garimpo e os processos globais, como a guerra que ocorria na Europa e exigia um tipo de produto, o cristal de rocha, produzido na vila de São Jorge. Ao longo de décadas de garimpagem os garimpeiros se mantiveram apegados a seu estilo de vida, resistindo às ameaças dos processos globais que impunham ciclos para a atividade do garimpo. Todavia não resistiram à intervenção de elementos dinamizadores da modernidade produzidos pelo Estado que criou o Parque Nacional, fechando a área e reprimindo os garimpeiros.

O fator motivacional que alterou profundamente o estilo de vida dos garimpeiros, no final dos anos 80, foi exatamente a natureza com a qual eles estabeleciam relações diretas há décadas. O estilo de vida dos garimpeiros tinha características bem marcantes. D. Maria José disse que quando chegou na vila de São Jorge com a família, em 1953, tudo era mato, não tinha nenhuma casa e as pessoas moravam em barracos de palha e lona na beira do garimpo, em uma baixada – daí o primeiro nome da vila ter sido Baixa - localizada às margens do rio. Depois abandonaram este local que era muito frio e subiram para um outro mais alto onde hoje se situa a vila. Já Neto¹⁶¹ informou que nos idos de 1977/78 a vida no garimpo era difícil e passava-se necessidade porque este não gerava renda suficiente. Isso fez com que muitos garimpeiros fossem embora, restando 30 famílias no povoado que sobreviviam do garimpo e da agricultura de subsistência, existindo agricultores que, segundo Messias, plantaram arroz em áreas do Parque até 1991. Em 1989, grande parte das famílias que viviam na vila de São Jorge ainda morava em casas de palha, conforme Zé Raimundo. Com a melhoria no preço do cristal, conseguiram fazer

¹⁶¹ Armênia Neto, nascida na vila de São Jorge, é funcionária pública e foi presidente da ACVCV. Também foi garimpeira. Entrevistada em 18/06/2002.

casas de tijolo a partir de material produzido em olaria construída no local, mas as casas não tinham banheiros, a infra-estrutura do povoado era precária e a comunicação com a sede do município era ruim, pois na estrada velha (a atual foi construída em 1982) só passava carro uma vez por mês. O sistema de abastecimento de água, que vem do Parque, só foi construído entre setembro e outubro de 1989, a partir de iniciativa dos moradores, que realizaram um mutirão para a sua construção.

Em fins de 1989 ocorreu o fato que provocou profundas transformações sócio-econômicas, culturais e ambientais na região: o fechamento do Parque e a proibição do garimpo na área. Na opinião da gerente¹⁶² do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, os problemas se iniciaram com o projeto Alto Paraíso, em 1979, promovido pelo então governador Ari Valadão, que estimulou a visitação desordenada e cujo ponto focal era o Parque, com o que concorda o professor Lima. Confirmando os depoimentos anteriores, Serra¹⁶³ que chegou à região em 1988, observa que o Parque, além de estar aberto para visitação, não tinha monitoramento, o que facilitava a ocorrência de acidentes, deposição inadequada de lixo, entre outros problemas. Em vista disso, segundo a gerente do Parque, a Direc (Diretoria de Ecossistemas do Ibama, em Brasília), que controla os parques, envidou esforços para controlar a visitação, levando ao fechamento do Parque Nacional¹⁶⁴. A versão oficial exposta pela gerente do Parque é que, após o fechamento do Parque o Ibama o cercou e montou estrutura de fiscalização e controle, tendo a Direc elaborado um Plano de Ação Emergencial (PAE), com um subprograma de Uso Público (analisado no Capítulo 5), onde se previa a visitação, o que criou a alternativa de transformar os garimpeiros em guias, pois, observa ela, eles já faziam guiagem, mas não era algo ordenado. De

¹⁶² A entrevista em 18/6/2002.

¹⁶³ Ernesto Serra é técnico de 2º grau e fez curso de 400 hs de turismo e educação ambiental. Quando entrevistado em 20/06/2002, encontrava-se há três meses no cargo de Secretário Municipal de Turismo.

acordo com esta versão, o Estado, através do Ibama, foi o autor intelectual da modelagem inicial da forma como se realiza o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros, o que vai contrastar com a versão dos guias que exponho mais abaixo. Contudo, questiono a versão oficial porque o Plano de Ação Emergencial (PAE) do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (IBAMA, 1995), de acordo com documento que obtive no Ibama, em Brasília, é datado de julho de 1995, ou seja, foi elaborado posteriormente à solução do conflito entre 1989/91. Reforça este questionamento a informação do secretário da ACVCV, de que o obrigatório Plano de Manejo do Parque até 2002 ainda não estava aprovado.

Quanto ao programa de Uso Público, constatei que é uma proposta mais ampla que resulta de uma decisão do Ibama em fortalecer o fomento do ecoturismo junto com a Embratur. Nesse sentido, foi elaborado Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidades de Negócios¹⁶⁵, assunto analisado no Capítulo 5. Neste documento, o órgão executor da política ambiental explicita a postura antropocêntrica do Estado, colocando-se como promotor do turismo no País ao expor a consolidação de uma profícua parceria Ibama/Embratur visando o mercado mundial de ecoturismo, visto como de franco crescimento.

Avalio que a idéia de utilizar as unidades de conservação em um programa de Uso Público, cuja idéia já existia desde final dos anos 80, contribuiu para flexibilizar a posição do Estado em aceitar as visitas guiadas no Parque, vindo a se constituir na primeira experiência e em um teste da proposta de terceirização dos parques, já implantada no Parque Nacional da Foz do Iguaçu desde início dos anos 2000.

¹⁶⁴ Medida tomada pelo Estado em nome da proteção do meio ambiente que gerou um grave problema social em decorrência do cerceamento da atividade econômica básica dos moradores do povoado de São Jorge, o garimpo, alterando profundamente o estilo de vida deles, conforme analiso no item 6.2.5.

¹⁶⁵ A última versão desse programa é de outubro de 2001. O documento acima é de início dos anos 90.

Existiria outra versão, além da oficial, para a institucionalização do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros? Avalio que a versão dos guias contém mais elementos para explicar a gênese de estruturação do modelo de ecoturismo que se consolidou nos anos 90, na Chapada dos Veadeiros. Segundo Messias, na mesma época em que ocorria o fechamento do Parque, entre 1989/91, havia uma luta com o Ibama, por parte de alguns moradores com vistas a regularizar a visitação que estava desorganizada, tendo em vista que ele e mais duas pessoas do povoado já faziam guiagem. Explicou que, em agosto de 1988 – quando o Parque ainda estava aberto – fez a primeira caminhada com um grupo de 12 pessoas. Em 1989¹⁶⁶, de janeiro a julho, trouxe mais ou menos 500 pessoas de Brasília nos feriados e fins de semana, pessoas estas que voltaram com mais outras. Foi este trabalho que serviu como um exemplo e motivou os garimpeiros para uma outra forma de ganhar dinheiro, não só como guia mas também prestando serviços, pois o aumento do número de visitantes no povoado levou a que pessoas da vila – a exemplo de Neuzinha e Anamelia – passassem a fazer comida. O próprio Messias abriu um camping com dois banheiros, em 1990, iniciando-se então, um processo organizado de turismo em São Jorge. O secretário da ACVCV¹⁶⁷ comenta que, na época citada por Messias, alguns turistas já procuravam pessoas da vila, pagando-as para os guiarem aos atrativos, para “não ficar o dia ‘bestando””, fato este que se tornou freqüente.

Assim, vê-se que, antes da reabertura do Parque, já havia uma experiência em curso com um conhecimento acumulado, com uma proposta em negociação por parte de um grupo para normatizar as visitas. Depoimentos diversos confirmam que Messias foi o líder do processo de negociação tendo sugerido treinar os garimpeiros como guias, o que foi aceito pelo

¹⁶⁶ Messias cita o caso do atual vereador Ulisses, que em um mês ganhou o correspondente a um salário de prefeito, tendo conduzido, de uma só vez, cento e oito pessoas.

Ibama. Nesse caso, ocorreu uma situação como a observada por Beck (1997), em que o Estado, de uma histórica posição autoritária, passa a agir negociando soluções, o que, teoricamente, configura um processo político inusitado de conciliação de interesses entre a comunidade local de ex-garimpeiros, que lutavam e lutam para assegurarem algum tipo de emprego e renda, e o Estado, responsável pela política de conservação da biodiversidade no cerrado, no Parque Nacional.

Em 1991 o Ibama promoveu, em parceria com a Fundação Pró-Natureza (Funatura), o treinamento dos ex-garimpeiros como Condutores de Visitantes¹⁶⁸. Ao final desse treinamento, foi criada a já mencionada Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), que passou a reunir e representar politicamente os guias da região, treinados desde então. O acesso ao Parque passou a ser feito exclusivamente por um portão central, situado a 1 km do centro do povoado de São Jorge, onde cada turista paga R\$ 3,00 pela entrada (valor estabelecido por portaria do Ibama em Brasília) e mais um valor variável ao guia, que cobra R\$ 30,00 por grupos de até 10 pessoas.

Entendo que a reabertura do Parque em 1991, com os ex-garimpeiros guiando turistas em seu interior, marca o início da institucionalização do que hoje é chamado de ecoturismo na Chapada dos Veadeiros, apesar de, na época, não ter essa designação. Distingo, contudo, a institucionalização, que se configurou no reconhecimento e legitimação das visitas guiadas dentro do Parque por parte do Ibama, da introdução da idéia de ecoturismo na região. Entendo que foi a WWF que, como sistema perito, começou a difundir-lo a partir do Primeiro Seminário Regional de Ecoturismo, realizado em dezembro de 1994, com apoio dessa ONG. A

¹⁶⁷ Lucival é paulista onde cursou até o 2º ano de contabilidade, tendo-se mudado para São Jorge em 1996. Foi entrevistado em 15/06/01, ocasião em que era secretário da ACVVCV, articulador da rede Bioma Cerrado e professor da escola local. Hospedou-me na sede da associação em São Jorge.

esse evento seguiu-se o Projeto Veadeiros¹⁶⁹, que tinha o ecoturismo como um dos subprojetos, realizando diversas ações, como cursos, palestras, reuniões, onde essa idéia foi difundida. O quadro a seguir mostra o processo de implantação do ecoturismo em Alto Paraíso.

¹⁶⁸ Há um acordo informal com o Ibama que estabelece essa prerrogativa para os guias. De acordo com informações obtidas em reunião do Conselho do Parque, não existe amparo legal para essa prática.

¹⁶⁹ O chamado projeto Veadeiros foi um Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento, elaborado e executado pela WWF, entre 1996 e 2001, na Chapada dos Veadeiros.

Quadro 3 - Cronologia do ecoturismo na chapada dos veadeiros
Alto Paraíso de Goiás – 2002

ANO	FATO HISTÓRICO
1912	Descoberta do garimpo de cristal
1941	Auge da demanda pelo cristal em decorrência da segunda guerra
1945/49	Crise de demanda no pós-guerra com grande êxodo de garimpeiros
1949/54	Novo surto de demanda pelo cristal
1955	Crise definitiva do comércio do cristal
1957	Início das ações do movimento esotérico-espiritualista
1960	Inauguração de Brasília
1961 – 11/01	Foi criado o Parque Nacional do Tocantins com 625.000 ha
1963	Criação da fazenda-escola Cidade da Fraternidade
1966	Auge do garimpo com descoberta de novas áreas
1979	Projeto do governador Ari Valadão estimula turismo no Parque
1980	Encontro de alternativos na fazenda Bona Espero e início do <i>boom</i> turístico
1970/80	Raros turistas. Presença de técnicos e cientistas.
1979/81	Implantado o Plano de Desenvolvimento Integrado (PED) de Alto Paraíso
1981	Parque foi aberto para a visitação
1982	Área do parque reduzida para 65.514 ha
1985	Pavimentação da rodovia GO-118 que liga Brasília até Alto Paraíso.
1989	Parque foi fechado para visitação
	Início do turismo organizado no Parque por moradores de São Jorge
1989/91	Luta de moradores com o Ibama para regularizar visitação no Parque
1991	Ministrado o primeiro curso pelo Ibama e Funatura formando 42 guias.
	Criação da ACVCV, em novembro. Cercamento do Parque.
1992	Reabertura do Parque com as visitas guiadas e institucionalização do que viria a ser o ecoturismo na região.
1992 a 1996	<i>Boom</i> do turismo na região
1994	Ministrado curso de guia pela WWF. Realizado o primeiro seminário regional de ecoturismo patrocinado pela WWF. Início da difusão da idéia de ecoturismo na região
	Instalação da luz elétrica na Vila São Jorge
1995	Doação de lotes
1996	Início do Projeto Veadeiros da WWF e de parceria com associações locais. Período do projeto: 1996 a 2001 (5 anos)
2001	Criada a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros pela UNESCO.
2002	Na pauta do Conselho do Parque, a discussão sobre a privatização dos serviços.

Organização: autor. Fonte: documentos sobre a Chapada dos Veadeiros, depoimentos e bibliografia consultada.

Apresentado o processo de institucionalização do ecoturismo na região da Chapada dos Veadeiros e a cronologia de fatos históricos ligados com essa atividade, analiso no item a seguir a influência do ecoturismo na mudança de estilos de vida na região.

6.2.6 Ecoturismo e estilos de vida

Após o fechamento do Parque em 1989, os ex-garimpeiros da vila de São Jorge se confrontaram com a proibição da atividade da qual sobreviviam, situação esta que passou a ser uma ameaça para o estilo de vida que desenvolviam.

A análise do processo de recapacitação¹⁷⁰ dos garimpeiros mostra que, quando colocados diante da escolha de trabalharem na lavoura ou migrarem, reflexivamente escolheram serem guias, alternativa que lhes permitia permanecer no local onde viviam há décadas e com a qual guardavam forte ligações, apesar de essa mudança não ter sido generalizada¹⁷¹. Na ação reflexiva que desenvolveram, os garimpeiros observaram que a opção de ser guia não rompia com parte das práticas rotineiras, os hábitos e costumes que tinham. Eles poderiam permanecer morando na vila, convivendo com familiares e amigos, diferentemente da situação de migrarem para outros locais, o que implicaria não só romper laços sociais mas modificar o estilo de vida, talvez radicalmente, o que ocorreu com muitos que venderam o que tinham e se mudaram.

O processo de visitação informal que eles presenciaram desde 1988 forneceu elementos para, reflexivamente, decidirem por trabalhar com a atividade turística que começava a surgir. Nesse caso, diferente do que afirma Giddens (2002), a reflexividade produzida pelo eu,

¹⁷⁰ Segundo Giddens (2002) esse é um processo de reaquisição de conhecimentos e habilidades.

¹⁷¹ D. Maria José foi agricultora e trabalhou 18 anos no garimpo. Em seu depoimento de 17/06/02, enfatizou que se recusou a ser guia. Disse que não se adaptava ao tipo de trabalho e que este envolvia muitas responsabilidades dado consistir em conduzir e orientar pessoas.

por cada um dos garimpeiros na época, não envolveu de início sistemas abstratos, mas o próprio exemplo do cotidiano local. Por iniciativa deles, além de atividades como a guiagem, os moradores passaram a prestar outros serviços como os de alimentação e hospedagem, apesar de limitada a poucos, pois, em 2002, constatei em São Jorge apenas dois restaurantes considerados populares funcionando regularmente.

A escolha de ser guia colocou os garimpeiros em face da opção por um estilo de vida¹⁷² que era radicalmente diferente em termos de concepções filosóficas, mas não em termos de prática, pois, ao longo da vida, aprenderam a se relacionar com a natureza, apropriando-se dela para, extrativamente, retirar o sustento (ou a grande sorte, o que é possível no garimpo). Mesmo considerando que a condução de visitantes não era de todo desconhecida dos habitantes locais, conforme relatei acima, e que a garimpagem envolve uma relação direta com a natureza, as características do trabalho de guia pressupõem valores e conhecimentos específicos que a diferenciam profundamente da outra. O trabalho de guia exige uma série de competências, como conhecimentos técnicos, desinibição, interação e empatia com os turistas, além de exigir um trabalho educativo voltado para a preservação da natureza, conforme enfatiza o secretário da ACVCV. Além disso, diferente do trabalho no garimpo, que consiste em uma atividade individualizada, sem padrões nem horários, a atividade de guia envolve o relacionamento social com indivíduos possuidores de culturas e valores bem diversos, envolvendo também a submissão às normas da administração do Parque. A recapacitação do ex-garimpeiros ocorre através da intervenção de sistemas especializados objetivado no primeiro treinamento para Condutores de

Visitantes em Áreas Naturais, realizado em fins de 1991, sob orientação do especialista Ismael Nobre, que trabalhou com uma apostila elaborada por ele mesmo e que

treinou 43 pessoas, das quais apenas seis eram de fora do povoado, segundo depõe o secretário da ACVCV. Com esse treinamento, a partir de 1992, os que exerciam atividades de degradação ambiental passaram a trabalhar com vistas a sua preservação, através das visitas guiadas no Parque, alterando substancialmente seus estilos de vida, passando a incorporar outra visão de natureza e outra forma de postura e interação social. Verifiquei que o elo de ligação entre o garimpo e o ecoturismo é, exatamente, a natureza. Foi efetivamente o profundo conhecimento empírico desenvolvido pelos garimpeiros sobre a ecologia da região – sobre a flora, da qual se alimentavam e faziam remédios; a fauna, que também era alimento, mas também sinalizador, indicador de processos naturais; o regime de chuvas; a qualidade do solo entre outros dados - que os credenciou para exercerem a nova atividade de guia na natureza e que me leva a enquadrá-los na categoria de especialistas¹⁷³. Excetuando-se posições como a de Zé Raimundo, que disse não querer ser guia por não gostar de novidades e por prezar a sua independência, ou de Maria José, que acha que o trabalho de guia requer muita responsabilidade, avalio que na ação reflexiva sobre a opção de ser guia, um ponto forte considerado foi o conhecimento sobre a natureza, conhecimento esse que é ressaltado no presente por representantes de sistemas peritos, como a academia¹⁷⁴.

Observei, contudo, que o processo de recapacitação foi incompleto pois, segundo Messias, após o treinamento faltou orientação e acompanhamento por parte do Ibama, que deixou soltos os garimpeiros que eram analfabetos. Essa lacuna na recapacitação foi coberta pela WWF, que financiou reciclagens dos garimpeiros, tendo sido realizado um curso básico para 30 pessoas, em 1993, e um outro curso maior, em agosto de 1994, para 94 pessoas, do qual participaram

¹⁷² Giddens (2002, p. 79) define estilo de vida como “[...] um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade”.

especialistas em flora, fauna, história, etc. Posteriormente, as associações de guias assumiram a realização de cursos para formação de novos guias.

Mas as mudanças não foram apenas só no estilo de vida. De um lado, mudou o perfil dos turistas, que estão a exigir mais informações. De outro, porque, em 2002, estava na ordem do dia a discussão do processo de terceirização¹⁷⁵ do Parque – cujos trâmites legais estavam em curso¹⁷⁶ - situação em que a atividade de prestação de informações geológicas sobre o Parque passam a ser de exclusiva responsabilidade do prestador de serviço que ganhar a concorrência. Com isso, a tendência é que a nova administração do Parque faça uma seleção dos guias mais capazes e/ou qualificados entre os que estão na ativa na região, o que pode gerar sérios problemas sociais, com a exclusão e marginalização de moradores locais. Além disso, a expectativa dos empreendedores é a dinamização da visitação, o que também é fator de potenciais riscos socioambientais.

No presente, os guias¹⁷⁷ passaram a ser pressionados a estudar, em função de cobranças feitas pelo Estado, pelos turistas (a exemplos das exigências de turistas como os observadores de aves¹⁷⁸), pela operadoras e pelas próprias associações. O secretário da ACVCV confirma que o público está diferente e que cobra mais informações sobre o Parque. Em vista disso, a recapacitação passou a ser motivo de mais um conflito com o Ibama. Em 2002, o Conselho do Parque (Conparque) promoveu uma avaliação dos guias com questões sobre o

¹⁷³ Segundo Giddens (1997), especialista é qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimento que o leigo não possui.

¹⁷⁴ Sobre o assunto, ver Guivant (1995).

¹⁷⁵ Sobre o assunto consultar o *Marco Conceitual e Diretrizes para a Terceirização em Unidades de Conservação* elaborado pelo Ibama, em 1999.

¹⁷⁶ O Ibama contratou a Fundação Universidade do Paraná/FUNPAR para elaborar normas da licitação.

¹⁷⁷ O secretário da ACVCV informou que a diretoria da associação percebeu que alguns guias eram mais requisitados que outros, exatamente os que tinham mais informações específicas para transmitir.

¹⁷⁸ A crescente demanda desse tipo de turista motivou um treinamento dos guias sobre as aves da região, promovido pelo Centro de Pesquisas para a Conservação de Aves Silvestre (Cemave), do Ibama. Enquadro essa dinâmica de reciclagem dos guias na formulação de Giddens (2002), de que a recapacitação é sempre parcial, exigindo atualizações constantes.

Parque como flora e fauna, geologia, hidrologia, serras e morros da regiões, além de noções sobre primeiros socorros, concluindo que o grau de informações é baixo. Tal iniciativa foi criticada por Tércia, representante da ASJOR, que acusa o Ibama de estar transferindo para os guias o trabalho de educação e informação sobre o Parque, que é de sua competência. Na reunião do Conselho, realizada em 16/06/2002, aprovou-se a proposta de nova avaliação a ser realizada em dezembro daquele ano (2002), devendo os resultados ser utilizados para excluir da guiagem os que tivessem baixo desempenho. Tal posição gerou intensas discussões e firme posicionamento por parte da representante da comunidade, que demonstrou receio com a geração de um problema social, na medida em que muitos guias são ex-garimpeiros, analfabetos, tendo dificuldades em acompanhar treinamentos. Mencionou que, na avaliação anterior foi criado um clima de terrorismo, o que levou à ausência de vários guias. Em função dessas ponderações, decidiu-se por promover ampla divulgação da nova avaliação, sendo que as associações de guias – ACVVCV e Servitur - se responsabilizariam em ministrar treinamentos preparatórios.

Entretanto, também existem críticas sobre o trabalho dos guias. O guia Paulo Melo¹⁷⁹ observa que os guias que foram garimpeiros se acomodaram e trabalham de forma burocrática, a exemplo de “guiarem sem abrirem a boca” pois querem voltar mais cedo. Segundo ele, o que os salva é o ‘notório saber’ que foi resgatado e sistematizado, mas, como o turismo está evoluindo e tendo maior demanda, crescem as exigências sobre esse tipo de postura dos guias.

Avalio que a especialização do ecoturismo complexifica a situação individual dos guias “nativos”, que é agravada com a concorrência dos “estrangeiros” que se tornaram guias, muitos deles com formação de nível superior, e pelo fato de que a solução negociada Ibama-garimpeiros, que garantia emprego para os segundos, está em fase de alterações, com as

¹⁷⁹ Melo é guia da Associação de Guias de Ecoturismo e Meio Ambiente do município de São João d’Aliança. Entrevistado em 24/06/2002 em Formosa (GO).

exigências dos novos turistas e a ameaça de descredenciamento dos guias feita pelo Ibama, conforme já relatado. Isto mostra um lado perverso do processo de modernização que está a ocorrer em Alto Paraíso, em que mecanismos de desencaixe tendem a provocar problemas sociais. Enfim, avalio que o estilo de vida dos ex-garimpeiros que vivem na vila São Jorge como guias está, mais uma vez, ameaçado de ser alterado por uma conexão de fatores locais e globais.

No item a seguir, trabalho alguns dados estatísticos com vistas a dimensionar o volume de ecoturismo que ocorre na região e discuto algumas tendências para a atividade.

6.2.7 Dimensão e tendências do ecoturismo em Alto Paraíso

Considerando as opiniões divergentes citadas anteriormente, qual a dimensão da atividade considerada como ecoturismo em Alto Paraíso? Os dados são imprecisos e parciais. Estatísticas do Ibama, coletadas a partir do segundo semestre de 1998, mostram que o fluxo turístico na região tem sido razoável. No segundo semestre de 1998, o Parque foi visitado por 7.817 turistas; em 1999 por 8.775 e em 2000 estiveram no Parque 8.027 pessoas. Verifica-se, portanto, que o número de visitantes mantém-se em torno de 8 mil pessoas/ano, apesar do leve decréscimo de 1999 para 2000, diminuição esta que foi destacada pelo presidente do sindicato rural¹⁸⁰, criticando a concentração das atenções na atividade turística e alertando para os riscos da monocultura.

¹⁸⁰ Segundo o presidente do sindicato rural, um dos motivos é que o esoterismo diminuiu porque o mundo não acabou.

Quadro 4 - Visitantes no parque nacional da Chapada dos Veadeiros
1998 – 2000

MÊS	ANOS		
	1998	1999	2000
Janeiro	--	709	126
Fevereiro	--	618	131
Março	--	200	1.026
Abril	--	620	1.309
Maio	--	550	258
Junho	--	669	1.278
Julho	2.055	2.033	1.442
Agosto	584	456	277
Setembro	1.428	1.259	766
Outubro	1.800	517	450
Novembro	750	684	706
Dezembro	1.200	460	258
TOTAL	7.817	8.775	8.027

Fonte: direção do Parque Nacional

Levantamento feito pela empresa Desenvolverh-Assessoria em Recursos Humanos em parceria com o *site* Altiplano do Santuário Raizama¹⁸¹, analisando dados de 2.415 visitantes, entre janeiro e julho de 2000, mostrou que o maior número de turistas é de Brasília, seguido pelos paulistas (15,5%). Segundo o levantamento, apenas 12,8% dos goianenses visitam a região. O levantamento também mostrou que são poucos os estrangeiros que visitam a Chapada, pois em 2000 apenas 1,7% eram do exterior. Outro aspecto é a predominância de pessoas do sexo masculino e da faixa etária jovem – entre 21 e 30 anos. O segundo grupo etário é o da faixa de 31 a 40 anos – 17% - enquanto, que entre 41 a 50 anos, o percentual é de 10%. A maioria dos visitantes – 66% - soube do local através de amigos, sendo que 33% obtiveram informações de guias e revistas, o que mostra a predominância de um turismo que funciona por fora do circuito institucional de operadoras e agências.

¹⁸¹ Santuário Raizama é o nome de um dos atrativos particulares mais conhecidos da Chapada dos Veadeiros, situado a 5 km do povoado de São Jorge, próximo ao Parque Nacional

Com esses dados, que datam de 2000, é possível se inferir tendências para o ecoturismo em Alto Paraíso? Pela pequena série apresentada, é difícil apontar caminhos. Entretanto, considerando outros dados como a criação da Alternativas Ecoturismo, em janeiro de 2002, em Alto Paraíso, verificamos que o empresariado trabalha com a certeza do crescimento da atividade na região. Segundo diretora dessa empresa, a explosão do turismo local é tão grande que permite quatro empresas em Alto Paraíso, à medida que o público é mais seletivo e tem dinheiro, ou seja, ganha-se não na quantidade mas por unidade. Exemplo disso é que essa empresa foi criada como receptivo da operadora Freeway de São Paulo, que tem como público básico paulistas e brasilienses. Já a Coordenadora de Manejo do Ibama opina que o turismo deve mudar ainda mais com a pavimentação da estrada¹⁸² que liga Alto Paraíso a São Jorge, opinião esta compartilhada por outros depoentes. A expectativa é que multiplique o fluxo de turistas para a região, em especial para a vila São Jorge, dadas as facilidades de acesso que a nova estrada deve propiciar, inclusive com a perspectiva de que se consolide na região um turismo de massas. Nesse ponto, se coloca-se a questão se esse tipo de turismo vai conviver com o ecoturismo, ou se o próprio ecoturismo se transformaria em uma atividade massificada. O guia Reis¹⁸³, vê uma tendência de concentração das atividades nas empresas que vão selecionar os guias, a exemplo do que já fazem com os serviços de hospedagem e alimentação. Considerando a mudança do perfil dos turistas, que passaram a se utilizar dos serviços das agências e, tendo em vista o fato de que estas selecionam os serviços que utilizam, efetivamente há uma tendência não só à centralização mas também à concentração da atividade.

¹⁸² Essa estrada tem sido motivo de conflito com os grupos ambientalistas que não queriam a pavimentação. Devido a acordo, aceitaram a proposta de uma estrada-parque cuja construção e sinalização prevê uma série de medidas tidas como ambientais. A comunidade tem se posicionado a favor pois acredita que a mesma traga progresso.

¹⁸³ Caio Reis é engenheiro agrônomo, guia e comerciante em Alto Paraíso.

Há também uma forte tendência para a monocultura¹⁸⁴, na medida em que o turismo que ocorre na região – em seus vários tipos - tem gerado renda. Assim, a população tende a abandonar outras atividades e se voltar exclusivamente para o turismo, o qual, por sua vez, tende a ser concentrado e centralizado por parte do grande capital. Reis manifesta-se contra uma monocultura do turismo, argumentando que se deveriam estimular outras atividades, a exemplo de alguns tipos de agricultura, em especial o cultivo de frutícolas, além da realização de um programa para pequenos agricultores de hortigranjeiros. Messias também se manifesta nessa direção, afirmando que a atividade não está sendo sustentável e que devem ser procuradas outras alternativas econômicas fora do ecoturismo, opinião também defendida pelo presidente do sindicato rural.

Outro fato com desdobramentos imponderáveis é a privatização do Parque Nacional. Os moradores locais estão sob essa expectativa, perguntando-se: quem vai ganhar a concorrência para gerenciar os serviços do Parque? São atores locais ou externos? Que mudanças vão ser introduzidas na sistemática atual? A inquietação resulta da preocupação de que, caso ganhem “estrangeiros” (como designam os de fora), haja amplas mudanças no modelo em curso, com forte impacto no estilo de vida dos moradores da vila São Jorge, do município e da região, pois já existe experiência de conflitos com outros investidores dos diversos ramos que se instalaram na localidade.

Contudo, como o processo de expansão das diversas modalidades de turismo no município e região está em curso, não há condições de que se chegue a conclusões taxativas. Em vista disso, adoto a posição de que este assunto, talvez por ser algo muito novo, suscita mais incertezas do que certezas, algo característico da modernidade, como acentua Giddens (2002).

¹⁸⁴ A tendência à monocultura no turismo é criticada por Krippendorf (1989).

No item seguinte, apresento elementos que indicam os riscos e impactos provocados pelo ecoturismo em Alto Paraíso.

6.2.8 Riscos e impactos do ecoturismo em Alto Paraíso

O bioma cerrado contém um terço da biodiversidade do País. Daí, o risco de perda da biodiversidade ocorre tanto no Parque Nacional quanto no entorno onde ainda há áreas naturais preservadas. Constatei que o próprio Parque tem problemas de gestão na medida em que o Ibama não faz manutenção, problema este que é reconhecido pelo próprio Coordenador de Uso Público e Educação Ambiental do Parque ao observar que a manutenção das trilhas é feita pelos guias, o que é confirmado pelo secretário da ACVCV.

Na percepção de atores locais como o governo municipal, os riscos e problemas do ecoturismo estão associados tão-somente à exploração realizada sem critérios e sem normas pelos proprietários¹⁸⁵ de atrativos (principalmente cachoeiras), interessados apenas na cobrança de uma taxa de ingresso sem que construam e mantenham nenhuma infra-estrutura, conforme destaca o Plano Diretor (1998). Nesse sentido, o diagnóstico é que um dos pontos críticos em relação à degradação ambiental é a má utilização dos recursos naturais nos atrativos turísticos, com implantação inadequada dos acessos (estradas e trilhas) e sua conservação com técnicas impróprias, indicando a necessidade premente de ordenamento do uso e ocupação dessas áreas e de seu entorno. Além disso, grande parte dos atrativos não possui sanitários, fossas sépticas, sistema de coleta de lixo e qualquer outra estrutura de apoio ao turista ou de controle ambiental. Efetivamente, em visitas aos atrativos situados em propriedades particulares no entorno do

¹⁸⁵ Com a expansão do turismo na Chapada, proprietários cujas terras tinham algum tipo de atrativo como cachoeiras, formações exóticas etc., as transformaram em negócios.

Parque, verifiquei o descaso administrativo-gerencial com problemas de sinalização, erosão nas trilhas e desgastes das próprias atrações, como das pedras que compõem o conjunto do Vale da Lua. Outro exemplo é o empreendimento Portal da Chapada, que fica na estrada que vai de Alto Paraíso para São Jorge. Neste local, considerado como atrativo ecoturístico, são realizados esportes da natureza, tendo sido feito grande desmatamento para instalarem estacionamento e outros equipamentos, além de terem construído uma trilha artificial de madeira por dentro da mata, além de utilizarem pinturas e placas visualmente agressivas, sem harmonia com o ambiente.

Em que pese haver constatado a degradação, questiono, todavia, a amplitude e a profundidade do diagnóstico feito pelo Plano Diretor, tendo em vista que centraliza suas análises nos atrativos particulares, propondo a sua regulamentação, sem que tenha investigado os problemas ambientais no Parque Nacional e na área que compreende o entorno. Talvez o interesse da prefeitura em cobrar taxa aos proprietários de atrativo explique a ênfase dada ao assunto nesse documento, haja vista a tentativa da prefeitura em aprovar projeto de lei na Câmara Municipal taxando¹⁸⁶ os atrativos, o que gerou forte reação que determinou a sua retirada de pauta.

Outros atores como os guias têm observado a sobrecarga de visitação que está existindo em alguns atrativos próximos à entrada do Parque, a exemplo de Messias que afirma que o impacto direto da visitação provoca a degradação das trilhas, em decorrência do excesso de carga. Em vista disso, existem propostas de minimização dos riscos através de sugestões para que sejam abertas outras portarias e novas trilhas – a exemplo da sugestão de Fernandes para que se abra uma entrada norte, em Cavalcante, e se faça uma trilha saindo de Alto Paraíso - pois o

¹⁸⁶ A polêmica central foi sobre a proposta de uma taxa sobre o percentual de ingressos vendidos pelos proprietários.

problema tende a se agravar com o crescimento da visitação clandestina e porque o Ibama faz uma gestão burocrática. Além disso, o Secretário de Turismo alerta para aspecto de grande relevância que é o fato de não haver um trabalho de monitoramento de impactos ambientais no município, o que reforça as preocupações com os riscos que o ecoturismo envolve e que podem comprometer a colonização do futuro na região. Em paralelo, não há legislação municipal que regulamente a atividade turística e estabeleça critérios mínimos quanto a segurança, infraestrutura básica, conservação ambiental e qualidade da prestação de serviços, o que compromete a qualidade do ecoturismo, além de gerar uma pressão ambiental destrutiva nos locais de visitação. Nesse sentido, Messias cobra ação do poder público, regulamentando os atrativos, uma vez que os proprietários começam a implantar estruturas de visitação sem obedecerem a critérios ecológicos.

Um outro problema citado por Messias é a falta de regulamentação da área de influência do Parque. Exemplifica com o fato de a vila de São Jorge não poder crescer mais por se localizar no perímetro do Parque, área sobre a qual existe uma grande pressão imobiliária. Segundo ele, o que tem ocorrido pode ser traduzido na expressão: quem tem mais, leva, ou seja, os moradores locais vêm sendo seduzidos pelas ofertas e estão vendendo suas áreas. Em concordância com essas observações, o Secretário de Cultura alerta para a pressão para fazer novos loteamentos na vila. Há alguns anos foi feito o loteamento chamado São Jorge II e existe um projeto de se fazer o III. Apesar da obra estar embargada pelo Ibama vez que o loteamento localiza-se em área do Parque, existe uma polêmica sobre esse impedimento estimulado por forte pressão imobiliária.

Observei que os impactos ambientais sobre a natureza tendem a se aprofundar com a abertura de novas entradas no Parque, a criação de novas trilhas na região, a promoção de crescentes atividades, o crescimento da visitação, a falta de normatização do entorno e a

inexistência de um projeto integrado de preservação da região que, somados, ampliam a pressão sobre o ecossistema do cerrado. Com o quadro existente, as diversas unidades de conservação criadas para preservar o bioma do cerrado podem ser insuficiente para conter o mercado, colocando em sério risco a biodiversidade contida no Parque e outras unidades de conservação da região, que está cercada por diversos empreendimentos degradadores do ambiente, como grandes barragens, e a agricultura moderna, com a Chapada dos Veadeiros se constituindo em uma ilha de preservação.

Ressalto, todavia, que, à exceção das entidades ambientalistas WWF e GAMA e do Ibama mais especificamente com a área do Parque Nacional, não constatei que outros atores locais tivessem a dimensão dos riscos que a degradação da Chapada dos Veadeiros representa para a perda da biodiversidade. Entendi que a preocupação dos atores, em geral, está associada com a preservação dos atrativos pelo que eles representam em termos de potencial de mercado.

Associados aos problemas ambientais, listam-se diversos outros problemas gerados pelo turismo, como a significativa migração que atraiu contingentes populacionais cuja situação é agravada pela falta de emprego e outras questões sociais, e também a falta de infraestrutura adequada e suficiente e de planejamento municipal. Sobre as deficiências, o Secretário do Turismo ressalta que existem problemas na infra-estrutura de saúde (a região só possui quatro ambulâncias), de saneamento e tratamento de lixo. Também existem problemas de transporte regular, não apenas entre Alto Paraíso e Brasília, mas entre as localidades do município. Juntam-se a isso a falta de agências bancárias, a fraca sinalização da estrada e da cidade e a falta de qualificação da mão-de-obra local. Professora do Sebrae/GO¹⁸⁷ criticou a falta de arborização da sede municipal, problema que tende a se agravar com a expansão da cidade e a criação de novos bairros. Chamou-me a atenção o fato de as casas do centro da cidade terem grandes muros,

indicando sinais de preocupação com a segurança, a exemplo do que ocorre nos grandes centros urbanos.

Sobre isso, Figueira, do Santuário Raizama, diz que o exôdo rural provocou um desajuste social muito grande em Alto Paraíso e que já existem estatísticas de violência. Já no povoado de São Jorge onde se concentram as atividades ecoturísticas, existe excesso de turistas nos feriados e os atendimentos no posto de saúde não são realizados como deveriam. O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) está abandonado e o estacionamento do Parque Nacional é ruim, conforme reconhece o Secretário de Turismo.

Um outro problema na região é o êxodo rural, decorrente da venda de terras para “estrangeiros” por parte dos pequenos proprietários. Segundo o Secretário da Agricultura, os pequenos produtores não têm infra-estrutura, programas de apoio e ficam vulneráveis, uma vez que a procura por parte de pessoas de fora é grande e o dinheiro que oferecem é tentador. Com isso, tende a acontecer o processo histórico de migração de moradores da zona rural para a cidade, onde não encontram emprego e se marginalizam, o que reforça a opinião do gerente da Emater-GO¹⁸⁸ em Alto Paraíso, de que parte dos membros da comunidade local não se tem beneficiado do processo de expansão do turismo no município. Verifica-se, também, a ocorrência de especulação urbana. Em algumas áreas do município, principalmente as próximas ao Parque Nacional – nas imediações da Vila de São Jorge –, os atuais proprietários vêm sofrendo pressões para o parcelamento do solo em unidades cada vez menores, devido à demanda, principalmente, do mercado de Brasília e Goiânia. O aumento da especulação fundiária é um problema que acompanha o crescimento do turismo, porém, segundo Melo, o problema é mais grave na região porque os títulos de terra são provisórios. Apesar disso, houve um grande aumento do preço da

¹⁸⁷ Curso ministrado em julho de 2002.

¹⁸⁸ Depoimento tomado em junho de 2001.

terra – um lote de 300 m² está custando R\$ 30.000, 00 com a terra nua - e está a ocorrer a expulsão dos “nativos” que são proprietários de terras. Conforme diversos depoimentos, a situação poderá tornar-se ainda mais crítica com a confirmação do asfaltamento do trecho da estrada G0-327 ligando Alto Paraíso a Colinas, o que aumentará a pressão imobiliária e o ritmo de ocupação ao longo das margens das estradas.

No que se refere à geração de empregos, o Secretário da Agricultura informa que os mercados de trabalho são a prefeitura e o turismo, sendo que o pouco que se oferece exige mão-de-obra especializada. Além disso, o turismo se caracteriza por promover empregos de forma sazonal, o que por si só já é um problema porque só existe fluxo nos feriados, como afirma o Secretário de Turismo¹⁸⁹, o que torna temporários os empregos gerados, obrigando os guias a terem outras ocupações e tornando instáveis os serviços locais. Ainda segundo o Secretário de Turismo, também contribui para a diminuição do fluxo o aumento dos preços dos serviços com a chegada de turistas de São Paulo e do exterior, o que, em sua opinião, está a exigir o estabelecimento de uma política de preços.

A questão cultural também constitui um problema amplo na região. Na opinião de Benevides¹⁹⁰, a população local tinha suas formas de manifestações que seguem o calendário religioso. Com a chegada da luz e o aumento do fluxo turístico, houve a substituição das antigas manifestações pelas dos visitantes, em especial as típicas festas modernas com som mecânico. O Primeiro Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, realizado entre 14 e 30 de julho de 2001, constituiu-se em uma tentativa de recuperação e fortalecimento das manifestações culturais típicas da região. Além da perda de muito do que existia, técnica da WWF chama a

¹⁸⁹ Também citou como um dos problemas que acarretou a diminuição do turismo na região a difusão pela mídia da ocorrência de um surto de febre amarela que houve no final dos anos 90.

¹⁹⁰ Jair Benevides, é goiano, ex-estudante de filosofia e presidia a ASJOR em junho de 2001. Coordenou o Primeiro Encontro das Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, ocorrido na vila de São Jorge.

atenção para a dificuldade de resgatar a cultura local. Exemplifica com o caso dos Calungas¹⁹¹, cuja idéia da entidade era fazer um centro de cultura e recuperar o artesanato. As prioridades, entretanto, foram modificadas, uma vez que a questão da regularização fundiária era a mais premente, o que levou a reprogramações e postergações, dado que este assunto envolve questões políticas e judiciais. A cultura local, a exemplo da natureza, também se constitui em objeto de disputa, com diversos atores trabalhando a sua socialização. Assim, ao tempo em que a ASJOR, a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge e o Instituto de Produção Cultural Brasileira (IPCB), de Brasília, empreendem esforços para fortalecer a cultura regional, outros atores, como as operadoras locais, preocupam-se com cultura mas com o objetivo de transformá-la em produto turístico, conforme analiso no capítulo 7.

Pelo exposto, os riscos para a biodiversidade e os diversos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais existentes colocam em cheque o tipo de ecoturismo que está sendo desenvolvido na Chapada dos Veadeiros à medida em que introduziu componentes globalizados na região que perturbam e modificam os estilos de vida e instituições locais e tende a não garantir uma vida de qualidade para os moradores cujos problemas poderão agravar-se com a perspectiva de crescimento da atividade.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise procedida mostrou o elevado grau de socialização da natureza na Chapada dos Veadeiros, aquilatada pela diversidade de atores e pela forma com que vêm

¹⁹¹ Descendentes de negros africanos escravizados que fugiram entre os séculos dezoito e dezanove e criaram uma comunidade isolada (WWF, 1995). O Sítio Histórico Calunga tem cerca de 235 mil ha e aproximadamente 3.500 pessoas. Esse grupo encontra-se no presente ameaçado pela especulação imobiliária e pela invasão do turismo que

tentando estabelecer um processo de controle e subordinação da natureza da região a seus projetos, o que tem gerado significativos conflitos.

Constatei que coexistem na região diversos tipos de turismo e que o ecoturismo que se pratica no município de Alto Paraíso e, mais especificamente na vila de São Jorge e no Parque Nacional, se enquadra nas características do modelo ecoturístico internacional, conforme descrito na bibliografia. Todavia o fato de envolver apenas uma parte dos turistas que visitam a área e de haver diversos problemas socioeconômicos, culturais e ambientais faz com que ele não se enquadre integralmente nos parâmetros contidos no conceito de ecoturismo definido pela Embratur.

Por outro, ressalto que a atividade turística apesar de ser bem recente, tendo-se iniciado na região nos anos 80, consolidou-a como um pólo ecoturístico, tendo ocorrido a ação de elementos dinamizadores da modernidade que promoveram mudanças qualitativas no perfil dos ecoturistas que visitam a região fazendo com que a atividade se tornasse comercialmente mais rentável, situação esta que está provocando significativa mudanças nas instituições, nos diversos serviços, na urbanização e no estilo de vida das comunidades, tanto de Alto Paraíso quanto de São Jorge.

Cabe destacar que esse é um processo ainda em curso e que vem sofrendo diversos ajustes por parte dos atores que estão à frente da atividade em Alto Paraíso, que buscam colocar a região entre os principais destinos do País, o que tem gerado tanto ações afirmativas quanto conflitos entre os atores.

Considerando os aspectos citados acima, adoto a visão crítica de atores locais, como os guias, que demonstram preocupações com definições da atividade e concordo com eles

tende a transformar seu estilo de vida. Daí a premência da regularização fundiária. Sobre o assunto ver Baiocchi (1999).

que, apesar do peso econômico-político do conceito e o *marketing* que ele representa, o ecoturismo, dentro dos marcos conceituais, ainda está em construção na região.

Por fim, constatei que o ecoturismo introduziu um novo risco na região – o da perda da biodiversidade e a degradação do bioma cerrado –, além de produzir outros impactos socioeconômicos, ambientais e culturais que ameaçam a colonização do futuro com base nessa atividade. Dada essa situação, qual a ação reflexiva dos atores sociais envolvidos com o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros com vistas a planejarem o futuro, minimizando e monitorando seus riscos? Este é o assunto que analiso no Capítulo 7. a seguir.

7 AÇÕES REFLEXIVAS E COLONIZAÇÃO DO FUTURO NA CHAPADA DOS VEADEIROS

Neste capítulo analiso uma questão central da pesquisa que são as formas institucionalmente reflexivas propostas pelos atores sociais, tanto para se organizarem como para controlarem o risco do ecoturismo decorrente das intervenções na natureza socializada, em um processo que enquadro na idéia de colonização do futuro. Com esta idéia e noções como reflexividade, risco, monitoramento, estilos de vida, recapacitação, especialistas e centros de autoridade, continuo a análise da experiência concreta de ecoturismo que completa doze anos na Chapada dos Veadeiros.

7.1 A comunidade local

A comunidade local, no município de Alto Paraíso, é bastante diversificada e culturalmente rica, diferente das comunidades pré-modernas¹⁹². Autores como Lima (1999) observam que a população da Chapada dos Veadeiros é resultado de dois ciclos mineradores, em que o primeiro trouxe os colonizadores portugueses e os negros escravos, e o segundo, duzentos anos depois, trouxe os sertanejos. Na segunda metade do século passado, ocorreu mais uma leva de migrantes, vindo dessa vez as camadas médias urbanas (branca e com alto nível de escolaridade), como resultado de uma ação reflexiva de busca de reencontro com a natureza. Este novo *boom* migratório ocorrido nos anos 90 trouxe os grupos místico-esotéricos – e também os *hippies* e alternativos – que se fixaram na sede municipal. Historicamente, foi em 1980 que os alternativos escolheram, em encontro nacional, Alto Paraíso como um dos locais para criarem

¹⁹² Conforme Giddens (1991, p. 105), são aquelas comunidades “[...] em que o meio local é o lugar de feixes de relações entrelaçadas, cuja pequena extensão espacial garante sua solidez no tempo”.

uma grande comunidade rural onde vivessem em integração com a natureza, o que levou a que muitos deles se deslocassem para a região. Quanto aos místicos, um dos marcos iniciais foi a criação da Cidade da Fraternidade por parte de um grupo espírita, em 1963, o qual abriu caminho a sucessivas ondas de migrantes, em especial nos anos 90 quando se instalam na região diversos grupos, com parte dos integrantes tornando-se moradores locais. A escolha da região pelos místico-esotéricos decorre do entendimento de que a Chapada dos Veadeiros possui uma grande energia, a qual é associada à concentração de cristais existentes na área. Cabe destacar que as ações reflexivas, tanto dos alternativos quanto dos místicos, objetivavam colonizar o futuro na região de uma forma harmoniosa com o ambiente, em especial os alternativos, que formularam projetos de agricultura não convencional. O turismo místico na região constituiu-se em um dos fatores que levaram a alterações nos projetos desses grupos sociais, aspecto este que não é objeto de nossa pesquisa.

No povoado de São Jorge, estabeleceram-se profissionais liberais, oriundos principalmente de Brasília, os quais se envolveram com o início da implementação do ecoturismo. Em vista disso, é necessário se falar em comunidades, dada a diferença da composição social entre a sede municipal e vila de São Jorge, onde ocorre precipuamente a atividade considerada como ecoturismo.

Alto Paraíso se caracteriza por abrigar uma comunidade com elevado grau intelectual, fruto de uma mistura entre nativos e migrantes que, a partir de uma ação reflexiva, optaram por um estilo de vida diferente do urbano, seja ligado ao místico-esotérico, seja associado a uma qualidade de vida mais natural, conforme observou diretor da Alpatur em entrevista. Processos de desencaixe determinaram um entrelaçamento do global com o local, para

conformar uma comunidade com grande diversidade cultural e inserida na alta modernidade¹⁹³, tornando a cidade de Alto Paraíso uma “metrópole no interior”, com grande diversidade arquitetônica. Por outro lado, depõe o Subsecretário de Meio Ambiente que o grande problema é que Alto Paraíso atrai muita gente de fora, que passa a competir com os moradores locais na busca da sobrevivência, o que gera uma dificuldade de integração que é agravada pelo problema de auto-estima baixa por parte dos nativos, que se sentem diminuídos em face dos de fora, com cultura diferente. A chegada dos migrantes teria aprofundado a divisão social existente, havendo constantes divergências entre os diversos segmentos sociais. Se antes as pessoas se cumprimentavam, não o fazem mais; os espaços sociais¹⁹⁴ são limitados e há uma diferença inclusive entre os locais onde as pessoas se encontram. Entretanto, há indicativos de que os conflitos entre os “estrangeiros” – migrantes de outras regiões e Estados - e nativos arrefeceram, entrando-se em uma situação de acomodação social.

O poder diferencial trazido pelos estrangeiros para Alto Paraíso permitiu que eles se envolvessem diretamente na vida da cidade, seja participando da administração municipal, seja criando ou atuando em mais de duas dezenas de entidades organizativas¹⁹⁵, base para a elevada reflexividade existente no município que faz com que exista um zelo pelo bem-estar comunitário, que faz parte da filosofia de vida da região, conforme afirma diretor da Alpatur.

¹⁹³ Uma das reclamações dos locais era a dificuldade de acessar a Internet pelo que ela proporciona de acesso a comunicação e informações e, portanto, de possibilidades de revisão das ações em curso.

¹⁹⁴ Alguns bares são freqüentados pelos nativos, outros pelos alternativos (os de comida natural) e outros pelos turistas. As festas também mostram a diferenciação. Nas festas da OCA, o público são os turistas; já no Clube do Consórcio, os nativos realizam suas festas de aniversário, casamento, formatura. O festival de Moonstock que está sendo realizado no município, conta com público de todo o país e mesmo do exterior, do qual os nativos não participam, segundo o Subsecretário de Meio Ambiente.

¹⁹⁵ Behr (2001), registra a multiplicidade de entidades criadas em Alto Paraíso.

Diferente da sede municipal, até fins dos anos 80, a comunidade de São Jorge mantinha um estilo de vida de uma tradicional¹⁹⁶ vila do interior. A relação dos locais era com visitantes temporários em fins de semana e feriados, fazendo com que o contato dos moradores com outras culturas e valores tivesse ocorrido de uma forma assistemática e através de contatos secundários. Não havia uma permanência dos visitantes que gerasse um envolvimento com o estilo de vida local. Entre os migrantes, pontuam os profissionais liberais, empresários e indivíduos em busca de trabalho, particularmente o de guia. A existência do Parque e as limitações que se impõem à expansão urbana da vila, por se tratar de área do entorno, concorreram para frear a explosão populacional.

Em face das características socioculturais e ambientais da sede municipal e do povoado de São Jorge, a influência dos elementos dinamizadores da modernidade foi diferenciada. Em Alto Paraíso, localiza-se o poder político municipal, que sofre maior influência dos munícipes, além de abrigar as principais organizações da sociedade civil do município – e mesmo da região – que têm forte influência no processo de desenvolvimento do turismo, a exemplo dos grupos ambientalistas, do empresariado turístico, das associações de guias, da mídia local/regional, entre outros atores. Atualmente, Alto Paraíso constitui-se em pólo receptor de um turismo elitizado, com razoável infra-estrutura e onde se encontram quatro operadoras turísticas que mantêm um bom relacionamento com a comunidade, que entende o papel das agências que “não trazem farofeiros, mas pessoas que consomem no local”, conforme afirmação de diretor da Alpatur.

Porém, de acordo com Behr (2001), existe uma história de projetos elaborados para o município, pelos mais diversos tipos de atores sociais, que o transformaram em um

¹⁹⁶ Mantendo, na linha exposta por Giddens (1991), “[...] relações localizadas organizadas em termos de lugar em que o lugar ainda não foi transformado pelas relações tempo-espaco distanciadadas”.

laboratório de vários programas e iniciativas, o que evidencia a diversidade de interesses pela subordinação da natureza na região. Enquete telefônica feita pelo *Jornal da Biosfera*¹⁹⁷ mostra que os assuntos que mais interessam aos moradores de Alto Paraíso são: ecoturismo, esoterismo e esportes. A análise dos exemplares desse jornal, publicados até junho de 2002, mostram uma linha editorial que enfatiza o desenvolvimento regional, utilizando os atrativos turísticos para produzir um *marketing* do local.

Enquanto isso, a vila de São Jorge, mesmo detentora dos atrativos mais procurados que são os localizados no Parque, do qual é a porta de entrada, coloca-se apenas como um espaço de visitação por parte dos turistas de agências e como receptor dos turistas autônomos e dos impactos da atividade não organizada que ocorre no entorno. Na opinião dos operadores, São Jorge recebe “o turista farofeiro”, que é aquele que não consome os serviços locais, ao tempo em que gera poluição com o descarte de lixo na região. Historicamente, a vila sofreu os impactos socioeconômicos e culturais decorrentes da criação do Parque, da mudança de estilo de vida e continua, ao longo do tempo, sofrendo outros impactos de um turismo que se vem organizando conflitivamente no local, a exemplo da concorrência entre pousadeiros e donos de restaurantes, dos conflitos em relação ao uso da água, sobre o impedimento do crescimento da vila (expansão fora dos marcos atuais), entre outros. Ressalto que os problemas decorrentes do processo de desencaixe ocorreram não só em São Jorge - cuja maioria dos moradores vive da atividade turística - mas também em Alto Paraíso onde, apesar do ceticismo de alguns atores, em especial o poder municipal, o turismo também provocou profundas mudanças socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais. Exemplo disso é a expansão urbana em Alto Paraíso onde se constróem de

¹⁹⁷ Resultado publicado na edição do *Jornal da Biosfera*, ano 1, n. 2, jul 2001. Na enquete, o jornal usou o critério randômico para sorteio aleatório, de 50 em 50 endereços, entre os assinantes da lista telefônica. O universo foi de 36 entrevistados em cinco municípios da Chapada.

12 a 15 casas novas por mês, com aumento de 10% ao ano no número de construções de residências, conforme empresários¹⁹⁸ da área.

7.1.1 A organização comunitária no centro do ecoturismo

Na comunidade da vila São Jorge, centro do ecoturismo na Chapada dos Veadeiros, identifiquei duas formas de organização política dos atores sociais, criadas nos anos 90 e que existem até o presente: a Associação Comunitária da Vila de São Jorge (ASJOR) e a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVCV). Outras formas de organização, como a Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge, criada em 1998, têm contribuído na área específica, realizando eventos culturais.

Segundo Paula, sócia da ASJOR e moradora de São Jorge, a associação foi criada após o projeto da WWF, em 1996. O fundamento da associação era produzir melhoramentos para a comunidade mas, apesar da infra-estrutura que possui, sua atuação é bastante criticada. Para Paula, os presidentes que se sucederam até o presente nada fizeram e há muito tempo a associação está parada, sem que realizem reuniões apesar de ter diretoria. Tércia¹⁹⁹, que foi a primeira presidente da entidade, reconhece que ela está omissa e que só funcionou na época da WWF em função do dinheiro transferido por essa ONG. Culpa a comunidade por não ter brigado pelas coisas de que necessitava, mas explica que o analfabetismo, disseminado no povoado, influi para a baixa estima e para a dificuldade de os locais se manifestarem. Afirma que o problema da organização política em São Jorge é que os associados reclamam, mas poucos trabalham, ou seja,

¹⁹⁸ ALTO Paraíso Cresce. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, n 9, p. 3, maio/jun 2002.

¹⁹⁹ Em sua gestão, com dinheiro do Projeto Veadeiros, construiu-se a sede da entidade, equipando-a com máquina de escrever, computador, geladeira, rádio comunitária, carro, etc.

a falta de participação produz a inação da entidade. Apesar da grave situação, observa que agora estão tentando retomar a organização.

Processos de desencaixe têm modificado as relações sociais em São Jorge e provocado conflitos entre atores, agravando a dificuldade de organização local. No entender de Tércia e Messias, o problema é o individualismo, o fato de que as pessoas querem se beneficiar, enriquecer rápido, tanto os estrangeiros quanto o pessoal da comunidade gerando entre outros um conflito²⁰⁰ de ordem comercial entre donos de restaurantes e pousadeiros que concorrem pela prestação de serviços. Entendo que a situação decorre da ação reflexiva dos empresários que têm empreendimentos na localidade, que incorporaram conhecimento novo em sua atividade e que, através de fichas simbólicas como os pacotes turísticos fechados diretamente com agências de turismo situadas em outros Estados, deslocaram as relações sociais do contexto local.

O ecoturismo, que funcionou como um meio de melhoria das condições de vida dos moradores da vila, gerando emprego e renda²⁰¹, também estimulou o individualismo, com cada um buscando equacionar suas questões econômicas, o que fragilizou os laços comunitários e eliminou a solidariedade. Daí a dificuldade para equacionar a crise de representação por parte da ASJOR, praticamente o único instrumento de organização política da comunidade de São Jorge fragilizada ante à dinâmica de processos modernizantes que estão a ocorrer no local, como a privatização dos serviços do Parque, a intensificação da especulação imobiliária, o aumento do turismo, a organização do *trade* turístico e a expansão da organização dos guias.

Além disso, a atração exercida pelo turismo tem sido um forte chamariz para investidores de todos os tipos dirigirem-se para a região, provocando a elevação explosiva dos

²⁰⁰ Os locais se queixam de que os pousadeiros romperam um acordo de se limitarem a oferecer hospedagem e ampliaram suas atividades com serviços de bar e restaurante, tornando-se auto-suficientes em relação à comunidade.

²⁰¹ Segundo o secretário da ACVCV além do trabalho de guia, contam-se os de funcionários das pousadas, e os de moradores que ganham dinheiro também com o aluguel de casas.

preços da terra, com lotes custando R\$ 200 mil, conforme Firmino²⁰², que traça um paralelo entre o que aconteceu no litoral e passa a ocorrer agora na Chapada, repetindo o adágio popular que diz “esse filme eu já vi”. Firmino entende que se não houver uma orientação para os locais aprenderem a ser empreendedores, eles vão vender o que tem, pois as ofertas são muitas e tentadoras. Por enquanto, a pressão dos especuladores tem sido contida pelo Ibama, respaldado na legislação, mas isso tem provocado uma tensão constante que tende a crescer.

O outro lado da incapacidade de organização política local se traduz em crítica generalizada em relação à ação da prefeitura. Existem vários problemas não resolvidos, como o do uso da água, que tem gerado grande tensão social, havendo falta desta nos feriados longos e nas férias, o que obriga os restaurantes e pousadas a comprarem água transportada por caminhões-pipa. Também há problemas de saneamento e de coleta de lixo. Tércia afirma que a prefeitura é omissa por não fazer nenhum investimento no povoado; já Firmino formula uma crítica mais profunda ao observar que a política da prefeitura não só não apoia os locais como estimula a vinda de empresários de fora. Os problemas de relacionamentos políticos não são só com a prefeitura. A relação com o Ibama continua difícil por conta das exigências da legislação e a ameaça que existia no final do ano de 2002 de descredenciar os guias que não se saíssem bem em avaliação a ser feita pelo Conselho do Parque. Para complicar mais o quadro, questiona-se o trabalho de representação feita por um vereador²⁰³ eleito, que é filho do povoado, ex-garimpeiro e guia, criticando-se que seu mandato não tem produzido ganhos para a comunidade, apesar de que mostrar ter uma compreensão da situação local, pois observou em depoimento que, se a comunidade não se capacitar, vai perder espaço.

²⁰² José Firmino é proprietário de um dos atrativos próximos da vila São Jorge.

²⁰³ Uiter Gomes de Araújo, o Tim, foi eleito vereador para o mandato de 1998/2001. Ele é natural de São Jorge, foi garimpeiro e é guia turístico. Fez vários cursos técnicos, trabalhou junto ao Projeto Veadeiros e outras entidades e participou do processo de estruturação da ACVCV. Entrevista em agosto de 2001.

Pouco mais de uma década depois de terem modificado seu estilo de vida, os moradores da vila São Jorge encontram-se em pleno turbilhão de novas mudanças influenciadas por elementos dinâmicos da modernidade. Na mudança ocorrida no início dos anos 90, houve compatibilização do estilo de vida anterior com o trabalho no turismo; no presente, as mudanças são de ordem qualitativa, o que pode determinar a exclusão de parte significativa dos moradores locais que são ex-garimpeiros e analfabetos.

Entendo, portanto, que a multiplicação de problemas e situações está a exigir uma dinâmica que a ASJOR não consegue acompanhar. Esta entidade tem problemas desde a origem, uma vez que foi criada com apoio da WWF para atuar com educação ambiental. Ou seja, as críticas feitas à inoperância ou omissão da ASJOR não consideram que ela não foi criada com objetivos de organização política, não formando, ao longo de sua história, um espírito associativista nos seus membros, tendo dificuldade, após o término do Projeto Veadeiros, de realizar um trabalho por conta própria. Além disso, os líderes que foram formados pelo Projeto identificaram outras alternativas profissionais e econômicas individuais, abandonando a entidade, que foi assumida por pessoal despreparado. Tais análises são reforçadas por relatório sobre o resultado de uma oficina de Comunicação Comunitária e Associativismo, realizada no povoado de São Jorge pelo grupo GAMA, em 2000. Na avaliação, constatou-se que, além da pouca participação no evento, os que participaram estavam desanimados, com baixa-estima e que as relações comunitárias estavam estremecidas. Observou-se também que a comunidade se encontra muito desunida e com iniciativas privadas que os dividem em função de interesses econômicos particulares. Em vista disso, destaca o relatório que:

[...] há muitas informações desconexas e a comunidade se alimenta de um processo intenso de fofoca e critica todas as propostas que se apresentam com cunho comunitário, demonstrando grande insatisfação com a direção da ASJOR (GAMA, 2000, p. 3).

Mais preocupante ainda é o fato de os moradores locais não acreditarem em um trabalho comunitário, observando-se um descomprometimento da maioria com causas comuns. A avaliação da oficina citada é que os locais acostumaram-se com as ações paternalistas realizadas pelo Projeto Veadeiros, que injetou grande volume de recursos na comunidade, viciando o corpo associativo na espera de iniciativas externas.

É nesse quadro complexo e de dificuldade internas que a comunidade está sendo exigida a se mobilizar e a ASJOR a assumir o papel de congregá-la e representá-la politicamente. A sua inação já estimula idéias de criação de outros tipos de organizações, a exemplo da proposta de José Firmino para organizar os proprietários de atrativos.

Em suma, a comunidade de São Jorge vive uma situação de mudanças provocada por um processo de desencaxe que tende a alterar mais uma vez seu estilo de vida e para a qual não se encontra preparada. Faltam-lhe organização, conhecimento e espírito associativista, encontrando-se sem alternativas no sentido de produzir uma ação reflexiva que possa apontar caminhos onde o reordenamento institucional não produza mais marginalização e exclusão da população local..

Envolvida em problemas sócio-econômicos, a ASJOR colocou em segundo plano a questão da natureza e do ecoturismo. A participação isolada de representante no Conselho Consultivo do Parque não parece suficiente para produzir uma ação reflexiva autônoma da comunidade. Minha percepção é que, sem uma intervenção do Estado ou de agentes externos com elevado grau de reflexividade, a comunidade local, fragilizada em termos organizacionais,

tende a ter grandes perdas nas disputas com atores externos pela colonização do futuro na localidade, com uma redução ainda maior de seu papel na nova configuração econômico-social local.

Quanto a Alto Paraíso, dados a maior diversidade de atividades econômicas e o tamanho da concentração urbana, a problemática relacionada com o ecoturismo está diluída dentro de diversas outras questões. Na sede municipal, estão envolvidos mais diretamente com o ecoturismo as agências e operadoras, segmentos sociais como os de restauração e hospedagem.

7.1.2 Os guias ou condutores de visitantes de Alto Paraíso

A categoria social de Condutores de Visitantes em Áreas Naturais, nome do treinamento promovido pelo Ibama²⁰⁴ para formar a primeira turma em 1991, foi criada especificamente para equacionar o conflito gerado com os ex-garimpeiros em decorrência do fechamento do Parque Nacional. Foram esses condutores de visitantes – que generalizadamente são chamados de guias – que passaram a trabalhar a partir de um acordo com o Ibama fazendo guiagem no Parque²⁰⁵, parceria que inaugurou uma atividade que tem características próprias e que terminou por se estender por outras regiões do País. Observei que a exigência do guia²⁰⁶ tem sido motivo de conflitos com os turistas, que têm de pagar o acesso ao Parque e mais a guiagem.

²⁰⁴ Isso porque o fornecimento do título de guia turístico é uma prerrogativa exclusiva da Embratur cujo curso é de longa duração.

²⁰⁵ Também atuam guiando os turistas para outros atrativos do município e do entorno do Parque, algo que já faziam antes do aval do Ibama, havendo guias que já têm mais de dezesseis anos de atuação, como vimos no capítulo anterior.

²⁰⁶ Depoimento do secretário da ACVCV e informação divulgada na reunião do Conselho Consultivo do Parque, de 18/06/2002, indicam que essa parceria é informal uma vez que não há documento legal sobre o assunto. Segundo o secretário, está previsto no Plano de Manejo do Parque, mas este não está aprovado.

O trabalho de guiagem na Chapada dos Veadeiros está sujeito à sazonalidade da atividade turística. Segundo o secretário da ACVVCV, não dá para se viver de guia, pois mesmo tendo turistas na baixa estação, estes são poucos e não possibilitam ocupação de todos os guias. Em vista disso, os guias trabalham em pousadas, na construção civil, em fazendas, no serviço público ou fazendo serviços diversos como autônomos. Porém, Messias observa que, com as empresas de turismo, está havendo trabalho de forma mais sistemática, tendo guias que ganharam até R\$ 1.300,00 em um mês de trabalho em 2002, o que pode ocorrer nos meses de férias. Para Gilson, guia da Servitur, tem trabalho nos feriados e fins de semana chegando a haver feriado em que faltam guias, a exemplo do que ocorreu em julho/2002, quando guiaram o mês inteiro.

Os guias têm clareza de sua situação social definindo-se, conforme Gilson, como trabalhadores independentes. Entendem que estão limitados a atuar apenas no município, explicando que também há a proibição de guias de fora atuarem na área, exceção que pode ocorrer com licença assinada pela diretoria do Parque.

O público que fez curso de guias é bem diversificado, incluindo os ex-garimpeiros, professores, profissionais de nível superior de diversas áreas, proprietários rurais, entre outras categorias. A diversidade existente, ao tempo em que se constituiu um fator de diferenciação social dentro da categoria, em função do conhecimento e da condição de especialistas de alguns deles, tem concorrido para gerar marginalização e exclusão, particularmente dos primeiros guias, os ex-garimpeiros, muitos deles analfabetos, que são preteridos tanto por turistas quanto pelas agências, podendo também ser excluídos pelo Estado caso perdessem a avaliação de desempenho, que seria feita em dezembro de 2002. Depoimentos revelam que os melhores guias são pessoas que vieram de fora e que têm curso de especialização, a exemplo dos agrônomos, biólogos e outros profissionais de nível superior.

Outro fato é o aumento da concorrência, fruto da criação de outras associações e da multiplicação do número de guias, que só no município de Alto Paraíso situa-se em torno de trezentos.

Os guias da região estão organizados em associações, para as quais pagam R\$ 5,00 de mensalidade, sendo que a pioneira foi a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV), criada em 31 de novembro de 1991, no final do curso promovido pelo Ibama, contando atualmente com 180 sócios. Esta entidade tem a particularidade de haver sido selecionada pela WWF para participar do subprojeto de ecoturismo do Projeto Veadeiros, tendo recebido forte investimento no fortalecimento da infra-estrutura (com construção e aparelhamento de sede) e, especialmente, em processos de capacitação dos seus membros, envolvendo não somente cursos, mas viagens de estudo, eventos, oficinas, palestras e outras atividades. Além disso, o projeto viabilizou estudos através de consultoria, o que gerou maior volume de informações especializadas sobre a região.

O processo de capacitação teórico-prático dos guias por parte do Projeto Veadeiros potencializou capacidades individuais, fazendo com que alguns dos que participaram do Projeto tenham modificado radicalmente sua posição social, ascendendo da situação de guia para a de vereador, empresário do ramo de hotelaria e restauração ou proprietário de agências de turismo. O Projeto Veadeiros funcionou como um fator de mobilidade social.

Politicamente, a ação mais visível da ACVVCV tem sido o seu relacionamento com o Ibama. Segundo o secretário da entidade, essa relação tem sido delicada na medida em que não existe uma formalização legal do acordo de guiagem no Parque. Entendo que a manutenção da informalidade funciona como um instrumento de pressão por parte da administração do Parque, que aproveita para transferir encargos para os guias como a manutenção das trilhas e a transmissão de informações sobre as suas características históricas e geoecológicas, explicando

também o porquê da pressão para que as associações reciclem os guias com novas informações sobre o Parque. Segundo o secretário da entidade, essa relação conflituosa de dependência e subordinação da ACVVCV em relação ao Ibama, tem melhorado com a criação do Conselho Consultivo do Parque que funciona como mediador.

Em termos de ações, observei que a ACVVCV vem assumindo outras tarefas além do simples controle burocrático dos guias, desenvolvendo ações reflexivas e coletando novas informações, a exemplo de quatro atividades que realizava de forma simultânea. Uma, chamada de Censo Demográfico²⁰⁷ de São Jorge, que consistia no levantamento do número de moradores da vila. Outra era o Sistema de Monitoramento dos Serviços no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros²⁰⁸, um questionário aplicado com os turistas com o objetivo de avaliar o trabalho dos guias e a satisfação com o serviço prestado. Este levantamento também funcionava como um instrumento de controle, tendo em vista denúncia que presenciei em reunião do Conselho do Parque de que alguns guias haviam percorrido a área com número de visitantes superior ao estabelecido, tendo o Ibama responsabilizado as associações. A terceira atividade era o levantamento do perfil dos turistas²⁰⁹ que visitavam o Parque, a partir de um livro de presença no qual solicitavam a indicação do local de procedência e a profissão, algo que deveria ser feito pelo Ibama, mas não é. Como quarta atividade, a associação vem assumindo processos de capacitação e reciclagem dos guias. Além disso, em função do processo de avaliação dos guias que estava sendo feito pelo Ibama, com o aval do Conselho Consultivo do Parque, a associação estava sendo

²⁰⁷ Esse levantamento estava sob responsabilidade do secretário da entidade e os questionários eram aplicados por alunos da escola local onde o mesmo é professor.

²⁰⁸ Das fichas distribuídas por um guia na entrada do Parque constavam: nome do guia, saltos visitados, cânions, número de pagantes, número de pessoas de cortesia, hora de entrada e de saída. Este levantamento estava sendo feito pela ACVVCV.

²⁰⁹ Esse trabalho não se adequava para pesquisas tendo em vista não haver obrigatoriedade do preenchimento do livro.

obrigada a assumir o treinamento dos que iam se submeter às provas no final de dezembro de 2002.

A ACVCV, dialeticamente, passou a assumir essas diversas atividades como uma forma de romper a subordinação ao Ibama, reforçando o conhecimento da entidade e, portanto, sua capacidade de agir reflexivamente, credenciando-a para a concorrência de terceirização dos serviços do Parque Nacional. O levantamento, mesmo que embrionário, do perfil dos turistas e os questionários do censo continham questões que extrapolavam o simples registro do número de pessoas em cada casa, com perguntas como: para que serve o ecoturismo? Para que serve o Parque Nacional? Para que serve o Ibama? Além disso, a entidade coordenou em Alto Paraíso, em maio e julho de 2002, uma pesquisa formulada pela Agetur, objetivando atualizar o perfil dos turistas que visitam a região, cujos resultados poderá utilizar para aprimorar sua ação reflexiva. Com isso, qualifica-se não só como um centro de autoridade local – que faz treinamento, confere diplomas e busca proteger a imparcialidade do conhecimento codificado - mas avança para se tornarem um sistema perito sobre a Chapada dos Veadeiros e a atividade ecoturística, colocando-se em condições de disputar o espaço político e econômico com as agências de turismo e com sua concorrente, a Servitur.

Agindo reflexivamente com vistas à colonização do futuro, os guias surpreendem pelo investimento que têm feito em processos organizacionais. Em junho de 2001, guias da região participaram de encontro na Chapada Diamantina, na Bahia, ocasião em que se discutiu a formação de uma rede nacional de condutores de visitantes, a qual foi criada posteriormente com a denominação de Caminhos do Brasil, durante o 1º Encontro Nacional de Condutores de Visitantes. No plano regional, segundo o secretário da ACVCV, os guias promoveram o repasse da experiência para outros municípios, resultando na criação de outras associações e ajudando a

criar a rede Bioma Cerrado, em 2000, vista como uma forma de trocar informações de forma barata e contínua. Segundo técnico da WWF, essa rede tem como objetivos fazer a gestão do ecoturismo e manter uma escola profissionalizante de nível médio para guias. Com a rede, as associações que já promovem cursos para atualização e formação de monitores, avançam para uma ação articulada nos planos regional e nacional, buscando o credenciamento dos guias para todo o país, através de normas mais abrangentes. Melo²¹⁰ demonstrou constituir-se em um especialista, surpreendendo pelo grau de informações que domina ao falar sobre a rede. Segundo ele, a rede tem três linhas de atuação:

- 1) Implantar uma gestão de qualidade, em que se busca o controle da ação dos guias, através do Programa de Monitoramento dos Serviços dos Guias no Parque Nacional, que se inicia com a verificação da arrumação que eles fazem para irem trabalhar na condução (por exemplo, se leva na mochila o material de primeiros socorros), durante o trabalho nas trilhas até a saída. Além desse controle, informou que elaboraram um Manual de Qualidade, entendendo a gestão da qualidade como uma visão estratégica em que o conhecimento é uma questão central para profissionalizar o turismo. Essas idéias estão sendo repassadas para a rede por dois sistemas peritos, a WWF e o Sebrae, que estão assessorando a entidade.

- 2) Manter a escola Bioma Cerrado, pois tanto Melo como Lula acham que o guia de ecoturismo não pode ser apenas um condutor de visitantes, mas deve ser um agente de desenvolvimento local, pessoa que possa discutir os problemas da Chapada. Em vista disso, o perfil do guia deve ser outro e a escola deve-se voltar para uma formação mais ampla em gestão do desenvolvimento sustentável que inclua conhecimentos, desde os atrativos nacionais até a culinária regional. A idéia é que os guias sejam executores,

gestores e façam diagnósticos, usando o notório saber para fazerem consultorias. Além disso, como os guias não atuam em tempo integral, há a preocupação de que eles tenham atividades complementares que sejam compatíveis com a de guia. Segundo técnico da WWF, a escola montada em São João d'Aliança contava em 2002 com 25 alunos, realizando aulas práticas nos fins de semana.

3) Formatação de produtos do turismo, ou seja, uma preocupação com os diversos aspectos socioeconômicos e culturais dos produtos turísticos. Um exemplo disso é a crítica que fazem ao turismo de aventuras, um dos objetivos da Subsecretaria Municipal de Turismo, que segundo, o entrevistado, não deixa nada além de impactos e, pior ainda, não abre espaço para os moradores locais.

Com a visão ampliada, a rede está desenvolvendo roteiros que sistematizam informações sobre a região. Como exemplo, apresenta o fato histórico de a Coluna Prestes haver passado entre os povoados de São João e São Jorge e os locais terem-se organizado para enfrentá-la. Ou seja, a idéia é trabalhar com as pessoas que vão para a região tomar banho, levando até elas um pouco de informação sobre a história. Trata-se, nesse sentido, de trabalhar o ecoturismo como processo de ensino, integrando a natureza dos atrativos com a história e produtos da região.

Em relação aos produtos regionais, o trabalho da rede tem sido o de conscientizar os produtores rurais para que organizem uma oferta dos produtos da roça. Apostando no crescimento do turismo na região, quer um turista que consuma e, para isso, pensam em elaborar produtos sofisticados para sensibilizar o consumidor.

²¹⁰ Paulo Melo é guia da AGEMA (Associação de Guias de Ecoturismo e Meio Ambiente de São João D'Aliança).

Entendo como uma das mais importantes ações reflexivas da ACVVCV, visando a colonização do futuro, a criação de uma OSCIP²¹¹ com a qual pretendiam receber recursos do governo através de projetos e participar de concorrências e licitações mas, especialmente, participar da concorrência a ser promovida pelo Ibama para explorar os serviços do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Pelo exposto, avalio que a liderança dos guias, atuando reflexivamente, está transformando a ACVVCV e a rede Bioma Cerrado em um sistema perito, fundamental para um processo consistente de colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros.

Existem, porém, várias críticas à ação da ACVVCV. Sintetiza-as o Subsecretário de Meio Ambiente, para quem a divisão que existe na comunidade reflete-se na associação, que não tem uma linha política definida, variando de acordo com a diretoria, e não tem autonomia política, tendo ficado antes subordinada a orientação da WWF, através do Projeto Veadeiros, e posteriormente ao Ibama. Observa também que a entidade não tem compromisso com o social e que a única preocupação é ganhar dinheiro. Discordâncias com a direção político-organizativa da ACVVCV levaram à criação de outra associação.

Esta outra entidade é a Associação de Prestadores de Serviços em Ecoturismo da Chapada dos Veadeiros (Servitur), criada em 2000, cujos objetivos são objeto de intensa polêmica entre membros da população local. Significativo número de depoimentos²¹² revela que essa entidade é fruto de uma dissidência dentro da ACVVCV. Para Melo, a Servitur nasceu da visão de que guiagem não é tudo e envolve outros atores como as pousadas, os empresários etc. Em outros termos, resulta da ação reflexiva de um grupo de não locais que introduziu uma idéia diferente sobre o que deveria ser uma associação de guias, englobando em tal entidade os

²¹¹ As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OCIPs são uma pessoa jurídica de interesse público consideradas como uma forma moderna de atuação das organizações da sociedade civil, que assumem políticas e ações públicas privatizadas pelo Estado (Pólos de Ecoturismo, 2001).

²¹² A exemplo do subsecretário de turismo, de secretário e ex-presidente da ACVVCV, do vereador.

diversos atores que atuam na atividade turística. O diretor da Alpatur, um dos dissidentes e fundador da Servitur, critica a ACVVCV dizendo que esta era “bairrista”, privilegiando apenas o pessoal da vila São Jorge que usava os equipamentos doados pela WWF em benefício particular. Acusa, também, a entidade de defender a linha de trabalho dos garimpeiros.

Em termos políticos, a crítica é que a associação estava atrelada aos interesses da WWF, que injetou recursos, cooptou as lideranças locais, obrigando a que todos seguissem suas orientações, sendo escolhidos para dirigentes da entidade que, segundo a diretora, seriam “os mais retrógrados e tacanhos”. Estabelecido o conflito, foi feita uma proposta conciliadora²¹³ de criar dois núcleos da associação, um em Alto Paraíso e outro em São Jorge, o que não foi aceito pela direção da ACVVCV. Sem negociações, foi criada a Servitur.

A iniciativa de nucleação não resolveria as divergências, tendo em vista que a questão central era de concepção política sobre o tipo de entidade que deve ser uma associação de guias. Segundo Valdomiro, presidente da ACVVCV em 2002, a Servitur é uma associação mais ampla que inclui em seus quadros comerciantes, donos de pousadas e outros atores, ampliando o espectro social dessa categoria. O diretor da Alpatur confirma a diferença, dizendo que não queriam mais ser iguais. Para ele, a Servitur é mais aberta, quer a profissionalização dos guias, busca credenciamento junto à Embratur, dando a entender que a outra associação não buscava isso. Efetivamente, a diferença²¹⁴ ficou clara já no primeiro curso de guia promovido pela nova associação, na medida em que reservaram 20% das vagas para quem soubesse mais de um idioma.

²¹³ Tanto o diretor da Alpatur quanto a ACVVCV reivindicam a paternidade da proposta, porém o secretário da associação ressaltou que nucleação não ia adiantar muito. Entre outros fatos, houve uma denúncia de tentativa de se impedir que guias que não fossem de São Jorge atuassem no Parque.

Além disso, a estrutura da Servitur é diferente. Apesar do discurso de que a associação comporta todos os segmentos e é aberta para toda a região, a diretora da Alpatur contradiz-se porque somente o que está aberto para ingresso é o núcleo de guias, enquanto alguns serviços são controlados pela direção.

No presente, as duas entidades fazem trabalho em parceria e parece existir uma certa concorrência leal. A Servitur é fruto não só de um processo de desencaixe que integra o turismo da Chapada dos Veadeiros ao circuito nacional, exigindo organismos com outros princípios e padrões e com maior investimento na especialização, mas também resulta de uma ação reflexiva buscando atender ao novo tipo de turismo que se realiza na região.

A análise dessas entidades aponta para dois aspectos centrais. Primeiro, a diferença de trajetórias e de objetivos das duas entidades. A Servitur nasce com um perfil empresarial enquanto a ACVCV sempre atuou na linha corporativa de defesa dos associados. Segundo, que ambas as entidades têm agido reflexivamente pensando na colonização do futuro, sendo que o trabalho organizativo que vem sendo feito pela ACVCV, participando da criação das redes regional e nacional e de uma escola de guias, coloca a entidade na dianteira em termos de ações reflexivas. Entendo que suas ações demonstram que não só estão avançando para se libertar de situação de subordinação ao Ibama, mas também buscando ocupar outros espaços como organismo prestador de serviços no meio empresarial, em especial constituindo-se como OSCIP. Entendo também que entre os atores da comunidade analisados, a ACVCV deu efetivas demonstrações de estar agindo reflexivamente, tendo a natureza e o ecoturismo como parâmetros de reflexões, manifestando explicitamente a preocupação com a preservação ambiental e a minimização de riscos, conforme observam os guias Melo da Agema e o secretário da ACVCV.

²¹⁴Segundo o diretor da Alpatur, essa é a associação que tem mais pessoas de nível superior e bilíngües. Além disso enfatiza que, tanto para formar a associação quanto para ministrar cursos, busca pessoal de melhor nível educacional

7.2 OS AMBIENTALISTAS

Pesquisa realizada por Behr (2001) mostra a presença de entidades ambientalistas atuando na região desde fins dos anos 80, quando foram criadas a ARCA (Associação de Recuperação e Conservação Ambiental), como regional de Alto Paraíso, a Associação Ecológica de Alto Paraíso e a Associação das Comunidades Alternativas (ABRASCA), regional do Moinho, única destas ainda em atividade. Além disso, Behr verificou que as idéias de desenvolvimento sustentável difundidas durante a Eco/92 alcançaram a região, pois entre 1993 e 1995 tentou-se implantar uma faculdade com o objetivo de promover esse tipo de desenvolvimento, como Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável (ITDS). No presente, entre as entidades que se encontram atuando e com ação política, relacionadas com o ecoturismo, destacam-se o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA), criado em 1993, a Oficina de Ciências e Arte (OCA), criada em 1994 e a WWF, que se instalou no município em 1994.

O GAMA surgiu em 1993, a partir da articulação de crianças e jovens preocupados com os comportamentos predatórios para com a natureza, o meio ambiente urbano e a cultura da Chapadas dos Veadeiros, conforme sua carta de princípios. Esta entidade conta com a assessoria de artistas, educadores, ambientalistas, médicos, jornalistas, produtores e outras categorias sociais para desenvolver um amplo leque de ações, não só na área ambiental, mas também nas de educação, saúde, artes plásticas, artístico-cultural, entre outras. Ao longo de quase dez anos de existência, o GAMA se constituiu em um sistema perito na área da educação ambiental, tendo atuado no Projeto Veadeiros da WWF com trabalhos relacionados com o subprojeto de ecoturismo.

Apesar da diversidade de áreas em que atua, o grupo adquiriu a confiança da comunidade local, o que pode ser aquilatada pelo fato de um dos líderes de seus apoiadores e coordenador técnico ter-se tornado Subsecretário de Meio Ambiente da prefeitura de Alto Paraíso.

Destaco a importância do GAMA²¹⁵ nas ações reflexivas sobre o ecoturismo na região, pelo fato de ter-se tornado parceiro e mediador do Ibama para trabalhos de educação ambiental nos municípios do entorno do Parque, espaços onde existem muitos conflitos, realizar oficinas em comunidades urbanas e rurais sobre o desenvolvimento do produto ecoturístico, além da realização de cursos de ecoturismo para guias locais e consultorias e pesquisas sobre essa atividade. Considerando o lema do grupo – pela conservação da vida –, os princípios que defendem, como parar de pensar de forma generalizada que o homem ‘é o senhor da natureza’ e, como tal, pode e deve dominá-la, colocando-a a seu inteiro dispor e serviço, sejam quais forem as conseqüências e o questionamento do avanço tecnológico como um fim em si mesmo, o GAMA se coloca na posição de consciência crítica em face das ações que vêm sendo desenvolvidas por outros atores, em relação à natureza na Chapada dos Veadeiros. Tendo em vista os ideais que professa, entendo que o GAMA ocupa papel central com sua ação reflexiva entre os atores sociais locais, seja na formação de consciência sobre a preservação do meio ambiente local, seja na formulação de estratégias de colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros, cujo exemplo mais recente é a montagem de uma rádio comunitária em Alto Paraíso, da qual já detém a concessão da Anatel.

A Oficina de Ciências e Arte (OCA-Brasil) foi criada com o objetivo de promover a preservação ambiental e a ecologia humana. Buscando desenvolver alternativas sustentáveis na

²¹⁵ Mais que isso, chama a atenção a constante busca para se manter atualizado com informações novas, reciclando conhecimentos através da participação de seus membros em congressos, oficinas, fóruns, feiras e eventos, como o Fórum Social Mundial 2003 e as Conferências Preparatórias para a Rio + 10. O grupo ainda vem realizando

Chapada, avançou das origens artístico-culturais para consolidar uma posição ambientalista que é reconhecida pela manutenção da RPPN Cara Preta e pela sua participação no Conselho da Reserva da Biosfera, no Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e no Conselho de Meio Ambiente do município de Alto Paraíso, espaços esses onde pensa-se o futuro, discutindo-se problemas e definindo-se atitudes em relação à preservação e ao desenvolvimento da região. Em seus quadros conta com pessoal de formação diversificada, entre artistas, cientistas, artesãos que mantêm uma horta comunitária, a pizzaria OCA-Lila e um espaço de vivências em Alto Paraíso. Segundo seu presidente, Pedro Mendes²¹⁶, a OCA-Brasil executa uma estratégia que tem três vertentes: uma, de ataque aos principais problemas ambientais como as queimadas, a poluição da água e a deposição do lixo sólido; outra, econômica, a ser concretizada na elaboração de projetos e busca de recursos (que acreditam que seria facilitado pelo título de Reserva da Biosfera para a Chapada) para trabalhos como a manutenção das nascentes e reflorestamento das matas ciliares com espécies nativas; o terceiro eixo da estratégia é a ação educativa, através da qual se busca o trabalho ambientalmente correto, que implica a fixação do moral e do orgulho da pessoa que está localizada na região. No geral, a expectativa do presidente da OCA é desenvolver um “pólo de consciência na Chapada”. Ao lado disso, esta ONG desenvolve um trabalho concreto de recuperação ambiental, através da manutenção de um viveiro de plantas frutíferas, ornamentais e essências nativas, cujas mudas são vendidas a preços acessíveis como forma de estimular o plantio pela população. Entendo que, apesar de a OCA não desenvolver uma ação específica com o ecoturismo, suas ações práticas e o trabalho intelectual de pensar o futuro da região, participando de organismos fundamentais na definição de diretrizes

atividades em vários municípios do Estado, mantendo intercâmbio nacional e internacional e parcerias com ministérios, universidades e outros órgãos públicos.

²¹⁶ Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, n. 3, p. 6, set. 2001.

políticas para a preservação ambiental, distinguem-na como um dos principais atores que agem reflexivamente com vistas a colonizar o futuro na Chapada dos Veadeiros, em uma perspectiva ambiental e culturalmente harmoniosa com a natureza.

Historicamente, a instalação do Fundo Mundial para a Natureza, mais conhecido como WWF (World Wildlife Foundation), em Alto Paraíso, decorreu do interesse da entidade, no segundo semestre de 1993, de identificar um lugar no cerrado adequado ao desenvolvimento de um Projeto de Conservação e Desenvolvimento (PICD), com o intuito de demonstrar uma abordagem alternativa em relação à implementação de áreas protegidas, baseada na participação de comunidades locais e no envolvimento de proprietários de terras em volta da área de proteção (WWF, 1995). Tal decisão tem como antecedentes o diagnóstico de organismos federais, provedores de recursos, de que a implementação de áreas protegidas tem tido resultados limitados e que os casos onde houve sucesso são onde as comunidades locais foram diretamente envolvidas, tanto na implementação da área quanto no desenvolvimento de atividades economicamente sustentáveis. O Fundo escolheu a Chapada dos Veadeiros por conta da biodiversidade, do imenso potencial para atividades sustentáveis, como exemplo do ecoturismo, da diversidade de organizações comunitárias e pela proximidade de Brasília, onde se situa a sede da entidade. Segundo Souza²¹⁷, o Projeto Chapada dos Veadeiros²¹⁸, como é conhecido, é parte do Programa Cerrados, cujo objetivo é buscar alternativas para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, que garantam a conservação do ecossistema do cerrado, desenvolvendo trabalhos no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

²¹⁷ Sílvio Souza é coordenador da área de ecoturismo da WWF, em Brasília. Entrevistas em 13/03 e 7/08/2001.

²¹⁸ O nome original do projeto é: Chapada dos Veadeiros: estabelecimento de um projeto integrado de conservação e desenvolvimento no cerrado brasileiro (PICD). Esse projeto faz parte de um programa mais amplo que busca criar modelos que se tornem referenciais/demonstrativos para outras regiões na medida em que não há indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável ou o turismo sustentável. Isso explica o investimento da WWF em projetos em várias regiões do País, visando criar modelos de ecoturismo para serem difundidos.

O Projeto Veadeiros propunha desenvolver um modelo de ecoturismo para a região do cerrado, entendendo-o como uma estratégia para aumentar a conservação em áreas protegidas e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades moradoras na área, partindo do suposto de que o ecoturismo aumenta o engajamento da comunidade na conservação da área protegida. Considerando uma série de aspectos, como o fato de o ecoturismo ser um conceito novo, de não se ter estudado com profundidade seu potencial econômico real, constituir-se em um serviço que depende de um mercado externo à comunidade, marcado pela sazonalidade, que gera impactos negativos ao ambiente, provoca choques culturais, ser de difícil controle, o Projeto propunha que o ecoturismo fosse estimulado e implementado como um programa modelo com monitoramento intensivo e documentação contínua (WWF, 1995). Em vista desses fatores, propunha o Projeto Veadeiros como uma iniciativa piloto nos três primeiros anos para reaplicá-lo no restante da área.

O Projeto Veadeiros que começou a ser executado em 1996, era composto, conforme Rivaldo Manoel²¹⁹, seu ex-coordenador, de cinco subprojetos ou áreas de ação do PICD: áreas protegidas, comunicação e educação ambiental, extrativismo, agroturismo e ecoturismo, desenvolvidas através de comissões. A estratégia concebida para execução do projeto foi estabelecer parcerias com organismos da comunidade em Alto Paraíso, sendo que o ecoturismo de base comunitária foi executado em parceria com a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV). O primeiro trabalho²²⁰ consistiu na estruturação dessa entidade, ou seja, na criação de infra-estrutura física (sede, carro, equipamentos etc.), fortalecendo-se a parte institucional e oferecendo-se treinamento ao pessoal de direção e de apoio.

²¹⁹ Entrevistado em Alto Paraíso, em 29/08/01.

²²⁰ Conforme depoimento do vereador Uiter Gomes de Araújo. Entrevista em agosto de 2001.

Em termos de resultados, conforme técnico da WWF, no primeiro e segundo anos do Projeto, 1996 e 1997, foram feitos treinamentos, capacitação, viagens de intercâmbio e inventários. No terceiro ano, foram criadas duas associações de guias e foi dado apoio para o estabelecimento de legislações municipais. No quarto ano, criaram-se mais associações de guias nos outros municípios da Chapada. Salazar também ressalta a realização de vários tipos de treinamentos como condução de grupos; interpretação e educação ambiental; manejo de trilhas; formação de grupos de busca e salvamento. Fruto da capacitação que tiveram, vários dos treinandos agora estão em posições-chave em vários municípios, coordenando projetos e influenciando decisões, além de ter gente ganhando dinheiro com ecoturismo. Efetivamente, constatei que, entre os guias que trabalharam no Projeto, um é vereador pela vila de São Jorge, outros três são diretores de operadoras turísticas em Alto Paraíso e outros são empresários do ramo de hospedagem ou de alimentação.

Em síntese, o grande investimento da WWF na área do ecoturismo foi a capacitação e organização dos guias, havendo um trabalho complementar de educação ambiental feito pela ASJOR e uma ação do corpo técnico da entidade para criar áreas protegidas, já tendo sido implantadas nove RPPNs na região, com os custos de legalização pagos pela própria ONG. Contabiliza-se também, como resultados alcançados pelo projeto, uma maior conservação dos recursos naturais em decorrência de uma maior conscientização dos guias e da comunidade, melhoria da qualidade de vida e manutenção da população (ex-garimpeiros) no local.

Todavia, a ação da WWF na implementação desse projeto foi objeto de duras críticas por parte de diversos depoentes. O ponto central das críticas foi a inabilidade na condução do projeto e na interação com a comunidade e o fato de ter injetado muito dinheiro nas entidades parceiras, gerando desunião, conflitos de interesses, apropriação privada dos recursos,

entre outros problemas. Os conflitos foram de tal ordem que houve uma alteração radical na condução do Projeto, resolvendo a entidade assumir diretamente a gestão do projeto, retirando o apoio e os recursos das entidades parceiras. Até o presente, existem pendências jurídicas.

Entendo que a WWF²²¹ teve um papel histórico, na medida em que agiu politicamente com vistas a difundir e consolidar a idéia de ecoturismo na região, trabalhando no fortalecimento do organismo social mais ligado à atividade, a ACVCV, além de produzir conhecimento novo através de diagnósticos e pesquisas sobre diversos aspectos da Chapada. Sua importância diz respeito também à disseminação da idéia do ecoturismo nos cursos, eventos, reuniões e debates que foram promovidos junto à comunidade, despertando-a para o potencial da atividade, a exemplo das pessoas que trabalharam no projeto e depois se tornaram especialistas e empresários. Destaquei o papel histórico da WWF, tendo em vista que, com o término do Projeto Veadeiros em 2000, desativou-se a ação que desenvolvia diretamente com o ecoturismo. No presente, vem atuando em outros municípios da região, direcionando suas ações para sua área tradicional, a de proteção da natureza, e apoiando iniciativas de agroecologia e na área cultural.

Registrei ainda a ação de outras entidades ambientalistas que não têm sede local e desenvolvem trabalhos eventuais na região, como o grupo Nativa de Goiânia e a Fundação Pró-Natureza (Funatura). Esta última, em maio de 2002, realizou um Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros, cujo objetivo foi incentivar o estabelecimento de RPPNs nos municípios de Cavalcante e Colinas do Sul, fortalecer a cultura local e promover o intercâmbio entre os povos da região.

7.3 OS GOVERNOS

Um dos atores centrais na história do ecoturismo em Alto Paraíso é o Estado, que executou a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em 1961, seu fechamento em 1989 e reabertura em 1992, institucionalizando o ecoturismo no município. A reflexividade institucional do Estado influenciou decisivamente nas profundas mudanças de cunho socioeconômico, político, cultural e ambiental que sofreram as comunidades locais. Tendo em vista o poder do Estado em influenciar aspectos fundamentais do comportamento comunitário, busco neste item analisar como suas ações, nos três níveis – federal, estadual e municipal - influenciaram a consolidação do ecoturismo na Chapada, concorrendo para a colonização do futuro.

7.3.1. O Governo Federal – Ibama

O executor da política ambiental do Estado na Chapada dos Veadeiros é o Ibama, que administra o Parque Nacional. Para cumprir suas atribuições, o Ibama local conta com seis funcionários do quadro e oito terceirizados²²² e com a estrutura de uma sede administrativa onde recebem provisoriamente visitantes²²³. Segundo Clara Fortuna, engenheira florestal e Coordenadora de Manejo e Proteção do Ambiente de Fatores Externos do Parque²²⁴, tanto o

²²¹ A WWF acumulou um conhecimento significativo sobre o ecoturismo através de estudos e avaliações de experiências internacionais e no país. Desde 2000, atua no plano nacional visando implantar um sistema de certificação da atividade através do Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS).

²²² Através de uma empresa particular, são contratadas as duas pessoas que controlam a entrada, os seguranças e o motorista. Há previsão de contratar vinte e oito brigadistas para prevenção de incêndios a partir de julho de 2002.

²²³ Em realidade, existe um Centro de Visitantes que foi inaugurado em outubro de 1992, mas que é considerado inadequado ou insuficiente.

²²⁴ Seu trabalho compreende proteção contra fatores externos como caça, incêndios etc. e manejo da flora e da fauna. Entrevistada em 15/06/2002.

serviço de condução de visitantes – que é feito pelos guias – quanto a manutenção e recuperação das estruturas são terceirizados. Na prática, as atividades básicas desenvolvidas pelo Ibama são a manutenção de trilhas e o programa de Usos Públicos, pois, segundo a coordenadora, a idéia é que o Ibama se encarregue apenas da coordenação do Parque.

Quanto a orientação aos visitantes, na atualidade o Parque não dispõe de material informativo e/ou educativo para distribuição, havendo apenas algumas fotos no Centro de Visitantes, o que é objeto de críticas dos turistas. Quando da entrada dos visitantes, o coordenador de Usos Públicos faz o trabalho de relações públicas, conversando sobre o Parque, quando a portaria não está com muita gente. Segundo ele, as informações específicas do local devem ser passadas pelos guias, o que significa que o Instituto está transferindo para estes atores atribuições suas em relação à condução e à informação dos visitantes, dando margem a que o secretário da ACVCV afirme que se não fossem os guias o Parque estaria fechado porque o Ibama não tem pessoal para fazer o acompanhamento. A justificativa do Instituto é que não dispõe de verbas suficientes para realizar as ações necessárias de preservação dentro do atual modelo de gestão das unidades de conservação e que é a privatização dos serviços que vai assegurar tais ações.

Rosimeire Costa, gerente do Parque²²⁵ demonstra o orgulho de este ter sido o pioneiro na introdução do modelo de viagem guiada²²⁶ que serve de referência para outros parques como o de Ubajara, da Serra dos Órgãos e de Itatiaia. A satisfação dela decorre também de, atualmente, o Parque ter uma clientela mais seleta – pois, segundo suas declarações, antes os visitantes eram do tipo “farofeiros”²²⁷ - não tendo mais problemas com lixo e outros dejetos. O

²²⁵ Entrevista em 18/6/2002.

²²⁶ Apesar de a idéia não ter sido originalmente do Ibama, como analisei no Capítulo 5., ele a institucionalizou.

²²⁷ Etimologicamente, designa a pessoa que leva a própria comida para a praia (XIMENES, 2000). Porém é um termo usado pejorativamente para caracterizar os turistas pobres e que sujam os lugares que freqüentam.

Parque recebe muitas escolas e excursões em que as pessoas vêm tomar banho, observar, fazer pesquisas e a preocupação da gerente é que o turismo no Parque seja ordenado, demonstrando indiferença com designações, sejam elas turismo de base comunitária, turismo sustentável²²⁸, sem que mencionasse a modalidade ecoturismo.

Como problemas internos, a gerente observa que o Parque necessita de um outro Centro de Visitantes, de fazer mais sistematicamente a manutenção das trilhas e intensificar o controle de combate aos incêndios, que são o maior problema ambiental, uma vez que podem ocorrer espontaneamente. Além disso, o Ibama sempre recebe denúncias de visitação clandestina, havendo também problemas relativos à coleta de cristal e de flores e com a caça não autorizada de animais. Apesar disso, para a gerente, os resultados da preservação do Parque são muito bons.

Contrariando essa opinião, o jornalista de Brasília que se tornou guia em São Jorge, Messias, afirma que estão acabando os peixes do Rio Preto e que o Ibama não faz nenhum trabalho de educação ambiental com os pescadores. A falta de funcionários também é um problema, tendo em vista que os poucos que têm não são suficientes para atenderem às necessidades de manutenção e fiscalização do Parque e os trabalhos educativos com os turistas e com a comunidade. Além disso, as propostas para a abertura de novas entradas no parque e de realização de atividades turísticas na área protegida devem provocar novos impactos e ampliar os riscos para a biodiversidade.

Na visão da gerente, os maiores problemas estão na zona de amortecimento, áreas que estão em um limite de 10 km do entorno do Parque onde a implantação e o desenvolvimento de qualquer atividade requer autorização do Ibama, o que tem gerado tensões e conflitos, por conta da interferência direta nas ações de proprietários das terras, havendo ainda problemas de

²²⁸ Destaco a coincidência de vocabulário, vez que a WWF utiliza essa mesma designação para algumas experiências que apoia ou acompanha.

relacionamento com a comunidade em decorrência da ação policial que o órgão exerce. A gerente afirma que o órgão tem procurado modificar sua postura política, mantendo parceria com a prefeitura, contato com as comunidades e um programa de educação ambiental através da ONG ambientalista GAMA. Em sua opinião, a criação do Conselho Consultivo do Parque (Conparque²²⁹) - ação prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC²³⁰) – é uma resposta de que o Parque não está distante da comunidade, com o que concorda o secretário da ACVVCV, para quem o Conselho mudou positivamente a relação com a comunidade. Esta, todavia, não é a opinião de membros do Conselho. Na reunião de que participei em 16/06/2002, de cuja pauta²³¹ constava a discussão do Regimento Interno do Parque, um seminário de ecoturismo e processo de seleção para a brigada de incêndios, houve acirrada discussão sobre a atuação do Ibama no entorno do Parque, com a representante da Associação de Moradores da Vila de São Jorge (ASJOR) criticando-o, entre outras coisas, por não orientar os agricultores sobre as queimadas e por priorizar a preservação da natureza em detrimento do ser humano ou, textualmente: “não se deve falar só de bicho, mas sobre o homem, o homem dentro da natureza”. Essa frase sintetiza a crítica dirigida à ação coercitiva e policial que o Ibama promove contra a comunidade em nome da preservação meio ambiente, conflito esse que se reproduz em outras áreas protegidas no país.

A partir dos dados coletados pode-se observar que a administração do Parque pelo IBAMA envolve um trabalho básico, rotinizado e burocrático, em que se busca minimizar serviços e problemas. Sem recursos federais, o Ibama se vê limitado nos investimentos, como a

²²⁹ Esse Conselho foi criado através da Portaria nº 062, de 20/06/2001 do Ibama. É constituído por 23 membros entre os quais situam-se técnicos do Ibama, representante da prefeitura, UNB, ASJOR, ACVVCV, OCA, Servitur, Acordo Cerrado, associações comerciais, entre outras entidades da região.

²³⁰ O SNUC, criado pela Lei 9.985, de 2000, obriga todos os parques e outras unidades de conservação a incluírem a participação das comunidades locais em suas gestões.

contratação de pessoal, o que é objeto de conflito com a ACVVCV, na medida em que são os guias que fazem a manutenção das trilhas, assumindo atribuição que é do Ibama.

Mas o assunto que tem gerado mais tensão e expectativa no presente, são os projetos de terceirização dos Parques Nacionais, conforme analisei no Capítulo 4, e a descentralização administrativa das unidades de conservação. O projeto de terceirizar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros²³², junto com outras unidades do País, insere-se no fenômeno da globalização, dado que esta medida modelaria a gestão das áreas protegidas nacionais por influências distantes, ao utilizar fórmulas já empregadas em outros países, a exemplo do que já ocorre no Parque Nacional do Iguaçu (PR). A terceirização se coloca como uma nova forma que o Estado tem de investir na colonização do futuro através do meio ambiente, ao tempo em que transfere atribuições e/ou competências para atores privados e a comunidade.

Na condição de sistema perito em assuntos ambientais, o Ibama (1999) elaborou o Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidades de Negócios, com o objetivo de transformar a natureza localizada em áreas em que é o protetor, em atrativo para investimentos e visitação. Este programa implicou uma revisão dos conhecimentos existentes de proteção restrita da natureza para admitir atividades em seu interior, representando uma mudança política estatal na medida em que o órgão ambiental modifica uma diretriz ambiental fundamental para, em parceria com a Embratur, passar a fomentar o ecoturismo nas áreas protegidas.

²³¹ Ainda nessa reunião foi feita indicação do secretário da ACVVCV para atualizar um censo demográfico no povoado de São Jorge e informou-se sobre os resultados de uma avaliação dos guias locais que mostrou o fraco desempenho deles, tendo-se aprovado proposta de se fazer nova avaliação, fato este comentado no Capítulo 5.

²³² Isso pode ser uma explicação para não contratar pessoal. Entendo que o uso do termo terceirizar é um eufemismo usado pelo Estado para diminuir o impacto do termo privatizar. Na reunião do Conselho Consultivo, essa questão foi levantada, ocasião em que a gerente afirmou que tinha recebido uma documentação sobre o assunto, mas que ainda não poderia divulgar. O secretário da ACVVCV informou que a entidade estava fazendo os procedimentos burocráticos para se transformar em Organização Social de Interesse Público (OSCIP), com vistas a participar da concorrência de terceirização do Parque.

Todavia diferencio a ação do Ibama nacional do local, pois foi o primeiro que, como sistema perito, tanto promoveu o desencaixe deste assunto do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros quanto deverá fazer a coordenação dos serviços nos parques após a privatização. Quanto à unidade do Ibama situada em Alto Paraíso, age como executora das decisões da direção central, colocando em prática o programa de Usos Públicos e preparando o Parque para a terceirização.

A outra linha de ação do Ibama é a de desconcentração e descentralização do poder através de uma política de gestão compartilhada com Estados e municípios das unidades de conservação, conforme explica o presidente do Ibama Hamilton Carrara²³³. Para viabilizar essa política, criou-se dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) a figura do Conselho Consultivo – em que um dos primeiros foi exatamente o do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – através do qual “[...] a sociedade vai repartir conosco a responsabilidade [...] nos processos de planejamento, gestão, manejo e regularização fundiária da unidade de conservação”. Essa política tanto explica o pequeno investimento do Estado em recursos humanos e financeiros para a gestão do Parque da Chapada dos Veadeiros, que funciona apenas com três técnicos e dois fiscais, quanto demonstra uma nova forma de perceber a natureza, os ecossistemas singulares, não mais como áreas de preservação restrita da biodiversidade, mas como espaços a serem integrados ao processo de desenvolvimento, o que recoloca a questão dos riscos para a natureza atualmente protegida.

Em vista dessa nova política, questiono a garantia de segurança para o ambiente colocada pelo governo federal. Os quadros diretivos do Ibama supõem que a sua condição de sistema perito na área ambiental servirá como uma garantia de confiança no modelo de privatização das áreas protegidas, dado que deverá acompanhar os serviços dos novos

administradores. Porém a iniciativa privada proverá melhores condições que as atuais para o controle e fiscalização do patrimônio ambiental? A privatização suprirá a deficiência crônica do Estado em fiscalizar? Suspeito que não, tendo em vista que o interesse do ator que for explorar o Parque será o de massificar a visitação para obter mais lucro, sendo que os atores que poderiam questionar essa proposta, as ONGs ambientalistas, estão aceitando-a, abandonando o papel de formuladores de exigências ambientais, conforme análise que produzi no Capítulo 4. Assim, permanecem, e mesmo se ampliam, as preocupações com os riscos para a biodiversidade na medida em que a nova fórmula de gestão para o Parque Nacional é um sistema a ser testado, o que o coloca como um sistema cuja confiança está em questão.

No presente, para minimização de riscos ambientais no Parque²³⁴, o Ibama utiliza a técnica da capacidade de carga, prevista no Programa de Ação Emergencial (PAE), que estabelece 300 pessoas por dia para duas trilhas ou 600 pessoas/dia (Ibama, 1995). Entretanto depoimentos revelam que a aplicação dessa técnica tem sido falha no Parque, havendo casos de superlotação que é agravada com a falta de manutenção das trilhas, fatos esses que provocaram a discussão sobre a revisão do Plano de Manejo no Conselho Consultivo do Parque, com vistas a identificar novas formas de minimização de riscos. Observei que o sistema perito Ibama já produziu um Roteiro para Elaboração de Plano de Uso Público para Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral, com orientações técnicas para os atores que irão elaborar os planos de cada parque, abrindo espaço para o detalhamento de medidas para minimização de riscos

A situação, todavia, é mais complexa na Chapada dos Veadeiros na medida em que outros atores sociais estão também formulando projetos. Segundo matéria do Jornal da

²³³ Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, n. 2, p. 3A, jul. 2001.

²³⁴ Informação reafirmada pelo técnico Luciano, entrevistado em 14/06/2002 e pelo secretário da ACVCV.

Biosfera²³⁵, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elaborou um projeto para o Parque Nacional que prevê a criação de vários atrativos, criando as trilhas do Cruzeiro, Cobras, Buriti Mirim e Cavalcante, além de uma nova entrada pela Ponte de Pedra. Também esse projeto contempla reivindicações da prefeitura e operadores, prevendo uma travessia anual de São Jorge a Capela, atividades de *rappel* em cachoeira e uma volta ciclística de 60km pelas RPPNs da região. Essas novas atividades se constituem, dialeticamente, em novos fatores geradores de risco para a natureza regional e abrem espaço para que se questione se a diversidade de interesses em jogo – dos empresários, dos guias, ambientalistas, governos e da comunidade - e os conflitos entre esses atores permitirá a implementação efetiva de medidas de minimização e monitoramento do risco do ecoturismo em Alto Paraíso.

Como essa é uma proposta em implantação, não é possível, no âmbito dessa pesquisa, avaliar desdobramentos mas apenas indicar que esse é relevante assunto para novas pesquisas.

7.3.2 O Governo Estadual

Até que ponto é possível aceitar a afirmação do guia Elias Martins, de que o ecoturismo está sendo usado como *marketing* para atrair investimentos para Alto Paraíso? Em princípio, a idéia do governo do Estado de Goiás de encampar a proposta promovida pela WWF, em 1995, no sentido de transformar a Chapada dos Veadeiros em uma Reserva da Biosfera, em patrimônio mundial, visava mais uma forma de proteger a natureza. Entretanto, em 2001, o superintendente da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás (Semarh), Marcelo

²³⁵ Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano I, nº 5, p.1, nov. 2001. Esse jornal é de propriedade privada, editado localmente, com periodicidade mensal, com circulação em 26 municípios da Chapada dos Veadeiros, Terra Ronca, APA Rio Vermelho, entorno do DF, Goiânia, Brasília, Cuiabá-MT e Palmas-TO. Pode ser acessado pelo *site*: < www.biosfera.com.br >

Safadi²³⁶, declarava que a Agência Goiana de Turismo (Agetur) investia em pesquisas para chamar a atenção de usuários e investidores, informando que, com o título de Reserva da Biosfera, o Estado poderia entrar na concorrência com outros países, disputando espaço para o ecoturismo como atividade econômica.

Já em 2002, Safadi²³⁷, na qualidade de superintendente da Semarh e também como presidente do Comitê da Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros, apontava a disponibilidade de recursos de três fundos – os Fundos Nacional e Estadual do Meio Ambiente e o Global Environment Facilities/GEF – para o desenvolvimento de projetos nos municípios incluídos na reserva. Para o superintendente, o título da Unesco deveria ser usado como guarda-chuva para se elaborar projetos e captar os recursos que existem nos fundos citados e que Goiás teria condições de pleitear esses recursos na medida em que adquiriu o *status* de reserva e patrimônio natural mundial. Já o ex-presidente da Agetur, Rodrigo Borges²³⁸, via a Reserva da Biosfera do Cerrado como um enorme corredor de ecoturismo e que se devia utilizar o turismo como a maior ferramenta do desenvolvimento econômico social da região uma vez que, além do clima e valores culturais, tem os aspectos místicos, elementos que considerava um dom que vale ouro no negócio do turismo.

As idéias acima expostas demonstram que o governo do Estado quer criar uma imagem ligada à natureza, utilizando um símbolo valorado na alta modernidade – a natureza –, para produzir um *marketing* voltado para a promoção do desenvolvimento econômico convencional. Nesse sentido, para o presidente da Agetur, o papel do Estado é de indutor e a Secretaria de Turismo, como condutora do processo, tem atuado em quatro áreas: na mídia institucional, na legislação, na infra-estrutura e na capacitação profissional.

²³⁶ Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, n. 2, p. 2, jul. 2001.

²³⁷ Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 2, n. 6, p. 6, jan 2002.

Já em termos de estratégia de trabalho, identifiquei duas linhas de atuação. Na linha que chamo de convencional, que segue padrões da Embratur, o Estado de Goiás foi dividido de acordo com o perfil dos turistas, identificados através de pesquisas que fornecem elementos para elaboração dos Planos Plurianuais (PPA). Para atualizar os perfis existentes, foi realizada pela Agetur, nos meses de maio e junho de 2002, uma nova pesquisa²³⁹ no Estado. A que foi feita em Alto Paraíso em julho, cuja amostra foi maior, mostrou a predominância de brasileiros oriundos principalmente do Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e do próprio Estado de Goiás, sendo que apenas 10% dos turistas eram estrangeiros. Predomina a faixa etária de 22 a 40 anos (55%); 37,25% têm curso superior completo, sendo que 22% eram funcionários públicos, igual percentual dos profissionais liberais; parte significativa das pessoas é de solteiros (43,25%) e grupos de amigos representam uma parcela considerável dos que viajam para a região (27,50%). Em termos de renda, o maior percentual foi de pessoas com rendimento acima de R\$ 4.000,00 (24,25%). Em julho, 51% estavam viajando de carro, 68% visitavam a região pela primeira vez e 75% se hospedaram em hotel ou pousada. Parte significativa foi induzida a conhecer a região por indicações de parentes e amigos (38,75%) e a atividade preferida da maioria é o banho em ambiente natural (82,50%). Quanto à motivação, 90,25% buscavam ficar mais próximos da natureza. No item que se refere a “Características Perceptórias”, 49,75% dos entrevistados avaliaram a qualidade ambiental como ótima, bem como a diversidade de programas e produtos (43,75%), o patrimônio histórico (40,50%) e entretenimentos (41,50%). Também consideraram bom o acesso à região (58%) e aos atrativos (53%). No que se refere às “facilidades”, consideradas ótimas, listaram alimentação (49%), informações (48%),

²³⁸ *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n. 4, p. 5, out 2001.

²³⁹ Essa pesquisa tinha como objetivo “conhecer os turistas que visitaram Alto Paraíso durante o mês de maio e as férias de julho de 2002, com vistas à identificação do perfil, motivação e percepção”. Foi definida uma amostra não probabilística intencional de 122 questionários em maio e de 400 em junho. Foram aplicados formulários

hospitalidade (60,50%), atendimento (52,50%) e segurança (33,50%). Consideraram boas: a infra-estrutura da cidade (55,75%), a infra-estrutura dos atrativos (52%), hospedagem (47,75%), preços (31,75%), limpeza urbana (53,25%), limpeza dos atrativos (56,60%), sinalização nas rodovias (49,50%), sinalização dos atrativos (46,75%), iluminação pública (39%), latões de lixo (49,50%) e serviços médicos/hospitais (24,50%). E 88,75% dos entrevistados informaram haver encontrado os guias.

Esse tipo de pesquisa, que é feita em parceria com a Embratur, fornece elementos básicos para se conformar o perfil dos turistas que estão visitando a região, informações estas que tanto orientam as políticas públicas como servem de base para as operadoras e agências de turismo. Segundo o secretário da ACVVCV, que coordenou a aplicação da pesquisa, a entidade também iria usar esses dados para avaliar e reprogramar seus serviços. Em síntese, essas informações alimentam o processo de reflexividade dos atores sobre o produto turístico que estão oferecendo ao mercado e permitem reformulações e ajustes.

A outra linha da estratégia do governo do Estado, que inclui o ecoturismo – e que vem sendo pensada no âmbito dos órgãos de meio ambiente e de turismo –, explicita os projetos do governo estadual no sentido de colonizar o futuro na Chapada dos Veadeiros. A estratégia, segundo o presidente da Agetur²⁴⁰, é a de promover o desenvolvimento articulado do potencial turístico do Estado, aproveitando a vocação natural de suas regiões. Nessa perspectiva, a Reserva da Biosfera do Cerrado tem uma dupla face²⁴¹: de preservação e de desenvolvimento sustentável. A idéia de Safadi, que como superintendente executivo da secretaria de Meio Ambiente,

estruturados com perguntas fechadas. A coordenação local da pesquisa foi da ACVVCV. Discuti os questionários com a coordenadora da pesquisa, fazendo sugestões.

²⁴⁰ *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, n. 7, p. 4, fev. 2002.

²⁴¹ Essa visão foi incorporada pelos representantes dos municípios da região da Chapada e dos Estados do Piauí, Maranhão e Tocantins - que tem áreas incluídas na Rebio. Para eles, a prioridade estabelecida para o programa interestadual da Reserva da Biosfera do Cerrado, são metas na áreas da preservação e da exploração do turismo.

Recursos Hídricos e Habitação do Estado de Goiás também ocupava a coordenação do Conselho da Reserva da Biosfera Goyaz II²⁴², no governo do PSDB, de 1999 a 2002, era a de transformar a Reserva numa *grife* do produto saudável, elaborando pequenos projetos pactuados entre os municípios através dos quais se compatibilizasse o aspecto econômico de ganhar dinheiro preservando o ambiente e respeitando as culturas existentes na região. Em fins de 2001, o Conselho iniciou reuniões para definir projetos econômicos e ambientais, para serem negociados com agentes financiadores.

Em termos políticos e ambientais, o superintendente²⁴³ destaca a forte tendência para o desenvolvimento sustentável na região, querendo mostrar em seu discurso que a conservação ambiental gera trabalho e renda. Nesse sentido, afirma que, além do gerenciamento da paisagem, a região tem vocação para o turismo, a produção de alimentos orgânicos, a criação de animais silvestres, extrativismo controlado e produção de plantas medicinais. O contraponto a essa reflexividade por parte do governo do Estado é a crítica da diretor de agência de turismo local, para quem não existe um projeto do governo do Estado para o turismo na região, mas apenas discurso, pois houve e há reuniões, mas nada de concreto. Confirmando esta afirmação em relação ao ecoturismo na medida em que o objetivo do 1º Encontro de Ecoturismo do Centro-Oeste, promovido pela Agetur, entre 23 e 25 de junho de 2002, no município de Formosa²⁴⁴ (GO), era, precisamente, discutir subsídios para a elaboração de uma política estadual de

Reserva da Biosfera do Cerrado elege prioridades e cria corredor. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, n. 7, p. 3, fev. 2002.

²⁴² O Conselho Gestor é formado por três representantes de cada município que integra a Reserva da Biosfera, sendo o presidente na época o superintendente de Meio Ambiente do Governo do Estado de Goiás. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n. 3, p. 6, set. 2001

²⁴³ Os projetos prevêem o controle de atividades tradicionais na região, como a roça de toco e a agricultura de subsistência, orientando os agricultores em termos de derrubada de matas, planos de corte e queima, sendo que na pecuária a idéia é incentivar o boi verde.

²⁴⁴ Apesar de Alto Paraíso ser considerada a capital do ecoturismo do Estado, o evento aconteceu em Formosa, município localizado fora do cerradão onde se encontra a Chapada dos Veadeiros, o que tende a reforçar crítica sobre discriminações em relação àquele município.

ecoturismo, conforme depoimento do próprio presidente da Agetur. Destaco esse aspecto por mostrar que, até junho de 2002, o governo do Estado de Goiás não tinha uma política de ecoturismo. Além disso, diretor de agência de turismo diz que falta apoio às iniciativas dos atores locais para promoverem a atividade e há discriminação por parte do governo do Estado (do PSDB) em relação ao município (que é do PMDB), devido ao fato de o prefeito ser de partido contrário e não haver deputados da região. Diretor de outra operadora local reforça esse ponto de vista, ao observar que os conflitos políticos da administração municipal com a estadual impedem a busca de investimentos por parte dos empresários locais.

Entendo que a visão manifestada pelo governo do Estado de Goiás sobre a natureza e o ecoturismo incorpora conhecimentos novos para formular um discurso que se utiliza de signos públicos, como o título de Reserva da Biosfera, para delinear pontos de uma política desenvolvimentista mas que, até a data citada, ainda não se tinha desdobrado em iniciativas concretas. A inexistência de um projeto também pode indicar a falta de um sistema perito – que poderia elaborar projetos - que dê confiança à comunidade em relação às intenções que foram apresentadas para a região.

Concluo que, diferente do governo federal, o governo estadual ainda necessita consolidar suas idéias em um plano estratégico que detalhe a forma como ele pretende desenvolver suas propostas de colonizar o futuro, minimizando os riscos do ecoturismo e de outras atividades que pretende implementar na Chapada dos Veadeiros.

7.3.3 O Governo Municipal

Em 2001, a Câmara Municipal de Alto Paraíso aprovou projeto de lei que cria um Plano Diretor Ambiental/Urbano para o município, apesar de o documento consultado com esse

título na prefeitura municipal corresponder ao período 1998/2001. Verifiquei que esse documento fornece uma série de informações sobre a situação ambiental no município, além de apontar riscos e problemas que vêm sendo causados pelo turismo na região.

No documento, o ecoturismo é apresentado como uma das principais alternativas econômicas para todos os municípios que circundam o Parque Nacional (Alto Paraíso, Cavalcante, Teresina de Goiás e Colinas), propondo-se que o planejamento do desenvolvimento seja para a Chapada dos Veadeiros como um todo, envolvendo todos os municípios (Plano Diretor, 1998). Em vista do exposto, cabem duas observações. Primeiro que, concretizando-se a idéia exposta acima, se estaria ante uma importante ação reflexiva preconizada por alguns atores sociais como a WWF, que é a de se pensar o ecoturismo de uma forma global e integrada. Segundo que, em contraponto a essa idéia, na prática há uma disputa dos municípios pelos potenciais benefícios do ecoturismo. Depoimentos e observações na área indicam que os municípios da região despertaram para o assunto e vêm adotando medidas de política urbana, para divulgarem os atrativos que possuem com vistas a também atrair turistas. Além disso, foram criadas novas associações de guias em diversos municípios.

Em relação a atividade turística, o Plano Diretor (1998, p. 15), limita-se a afirmar que:

[...] existe um consenso sobre a necessidade de intervenção do município em relação à exploração turística desses atrativos naturais, regulamentando esta atividade não só em função de evitar a degradação do meio ambiente, mas com a finalidade de melhorar a arrecadação pública de impostos específicos sobre o mesmo.

Tal posição é reafirmada pelo Secretário Municipal de Turismo²⁴⁵, ao destacar lei municipal sobre os atrativos que prevê segurança, infra-estrutura e pagamento de impostos. Avalio como limitada a visão do governo municipal²⁴⁶ que privilegia ações financeiras (cobrança de impostos) colocando a questão da preservação da natureza em segundo plano.

O Plano Diretor (1998, p. 201) também propõe um Plano de Desenvolvimento Turístico que deveria conter medidas de sinalização turística, elaboração de leis, criação de Conselho e Fundo de Turismo, elaboração de Código de Obras e ações para inibir o surgimento de megaestruturas hoteleiras (que já começam a surgir) e incentivos para pequenos e médios serviços e empreendimentos. Ressalto que esse aspecto é um dos pontos relevantes na bibliografia sobre o ecoturismo, com parte significativa dos autores preconizando que esta atividade seja de pequena escala e que envolva a participação da comunidade local, algo como ainda ocorre na vila de São Jorge.

Com grande defasagem, a partir de 2001, algumas medidas propostas pelo Plano Diretor começaram a serem implementadas. Assim, em março de 2001 o prefeito Divaldo Rinco (PSDB), de Alto Paraíso, fez uma reforma política, criando uma Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, à qual estão subordinadas, politicamente, as Subsecretarias de Meio Ambiente, Turismo, Cultura e Agricultura. A Secretaria de Turismo foi criada em março de 2002 e, segundo o Subsecretário de Turismo²⁴⁷, não tem nenhuma estrutura em decorrência da pequena arrecadação do município e de somente agora se estar organizando o setor econômico. Apesar disso, o secretário informa que foi criado e regulamentado através da Câmara Municipal o Conselho e o Fundo Municipal de Turismo (Funtur). Do Plano de Turismo 2002, consta como

²⁴⁵ Depoimento em junho de 2002.

²⁴⁶ Exemplo disso foi a iniciativa do governo de propor uma lei municipal cobrando um percentual sobre a arrecadação obtida pelos proprietários de atrativos ecoturísticos.

pontos fundamentais a necessidade de produção de material publicitário e ações de *marketing*, aquisição de equipamentos de tv e vídeo, oferta de mais cursos e treinamentos, ampliação da infra-estrutura nos atrativos, diversificação com a criação de roteiro histórico e de museu do garimpo em São José e criação de eventos de esportes e cultura, os quais são a grande saída na visão do secretário, permitindo assim que se ofereçam outros produtos além da natureza, visando a geração de recursos. Revela também que está prevista a instalação de boxes de Centros de Atendimento ao Turista (CATs), a exemplo do que existe em Alto Paraíso, em outros locais, bem como a implantação de sistema de comunicação por rádio. Além disso, informa que o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) vai elaborar um projeto de turismo sustentável, com apoio da secretaria, e que serão iniciadas as oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Além disso, a prefeitura está apoiando o asfaltamento da rodovia²⁴⁸ que liga Alto Paraíso à vila de São Jorge e o aparelhamento do aeroporto municipal, cuja pista de 1.200 m já foi homologada pelo Comando da Aeronáutica e tem capacidade para aviões a jato com até 30 lugares. Na área de meio ambiente, de vital importância para o ecoturismo, as prioridades eram criar e regularizar o Conselho de Meio Ambiente (criado em setembro de 2001), organizar o Sistema Municipal de Meio Ambiente, equacionar os problemas burocráticos e legais e negociar a aprovação de uma legislação ambiental na Câmara Municipal, além dos programas de educação ambiental que já vêm sendo executados pela ONG ambientalista GAMA, em convênio com o Ibama, conforme Milton Silva²⁴⁹, Subsecretário de Meio Ambiente.

²⁴⁷ O Subsecretário Edmo Santos, quando entrevistado, tinha três meses no cargo. É guia, técnico do 2º grau, com curso de 400 hs de turismo e educação ambiental. Entrevista em 20/06/02.

²⁴⁸ Essa rodovia foi objeto de intensa polêmica com ONGs ambientalistas como a WWF e o GAMA que, junto com outras entidades, defendiam a construção de uma estrada-parque: asfaltada, porém com uma série de requisitos de segurança ambiental, inclusive para a fauna da região. Por fim, chegou-se a um acordo no Conselho do Parque, estando agora no aguardo de Estudo de Impacto Ambiental/EIA e negociações com o Banco Mundial para financiar a obra.

²⁴⁹ Milton Silva também é coordenador técnico do GAMA. Entrevista em agosto de 2001.

As iniciativas acima descritas demonstram que o investimento em ações mais elaboradas é algo recente e que ainda estão sendo criadas estruturas especializadas. Avalio que a política elaborada pela Secretaria de Turismo²⁵⁰ de estimular o turismo de massas, reproduz o tipo convencional de turismo, tomando como diretriz central a realização de eventos e espetáculos para atrair turistas, tendo como estratégia sinalizar, capacitar, divulgar o município e promover eventos.

Considerando que Alto Paraíso e a Chapada dos Veadeiros são veiculados em todas as revistas especializadas do País como um roteiro místico-esotérico e ecoturístico, é surpreendente a ausência de propostas sobre o ecoturismo, em especial pelo fato de o próprio Subsecretário Municipal de Turismo avaliar que há dois tipos de turismo no município, o turismo místico em Alto Paraíso e o ecoturismo na vila de São Jorge. Apesar disso, expõe o ponto de vista de que o ecoturismo é um modismo, que “existe uma fantasia” em relação a essa atividade e que a prefeitura não tem projeto específico nem para ele nem para o lugar onde ele é praticado, a vila São Jorge.

Avalio, com base em depoimentos, que graves problemas políticos entre o poder municipal e o povoado de São Jorge provocaram essa exclusão. Alguns entrevistados atribuem isto ao fato de a vila ter poucos eleitores, mas a justificativa do Secretário de Turismo é que as pessoas reclamam, mas não fazem nada e que não há participação da Associação de Moradores da Vila São Jorge (ASJOR). Afirma também que os nativos são resistentes e os de fora que lá vivem, são polêmicos. Porém, depoimentos mostram que o problema é mais complexo. Diretor de uma das agências de turismo local²⁵¹ afirma que a prefeitura tem uma visão fechada e

²⁵⁰ Uma das idéias do Secretário é treinar pessoal local para que se tornem atletas de renome. Em sua opinião a maioria dos esportes não produzem impactos.

²⁵¹ Depoimento tomado na Vila de São Jorge em junho de 2002.

convencional, que a empresa não conta com seu apoio e que polemiza com o prefeito perguntando-lhe: “de que vive o município, do turismo ou não?” Segundo a depoente, a questão central é que o prefeito não acha viável o turismo. Contraditoriamente, o Subsecretário de Turismo afirma que Alto Paraíso é uma cidade que tem potencial, mas que ainda não é uma cidade turística porque faltam infra-estrutura e vários tipos de serviços, o que é contestado por diretor de agência local²⁵² que afirma que a demanda tende a fazer crescer a oferta e melhorar a qualidade dos serviços e que são os próprios empresários que estão investindo para criar condições adequadas para o desenvolvimento da atividade. Concordo com a opinião de diretor de agência para quem os atos do governo municipal até agora refletem um desinteresse para com o assunto, inclusive com a indicação de pessoas que nada entendem do tema, em uma referência à indicação do atual Subsecretário de Turismo. Em síntese, diz, o problema local é que o prefeito é mal assessorado e não tem apoio do governo do Estado.

Na análise das ações do Estado no plano municipal, um primeiro aspecto é a defasagem na adoção de medidas propostas por um Plano Diretor elaborado em 1998, o qual se limitou mais em apontar preocupações com exigências legais do que em fornecer conhecimentos e informações que embasassem uma ação reflexiva mais ampla sobre a problemática do turismo e do meio ambiente no município. Do Plano, destaco, em termos de visão prospectiva, a formulação de que:

[...] o ecoturismo precisa estar integrado – e depende como suporte para a sua atividade – de outras atividades econômicas existentes na região como o extrativismo sustentável de flores e frutas nativas do cerrado, agricultura de subsistência (familiar), pequena agropecuária, indústria caseira de doces e licores. (Plano Diretor, 1998, p. 205).

²⁵² Entrevista em 20/06/02.

Essa é uma formulação importante no sentido de evitar os problemas que acarreta a monocultura do turismo, conforme alertado por Krippendorf (1989). Todavia, considerando a posição do Subsecretário de Turismo, tal proposta dos especialistas que elaboraram o Plano não encontra eco junto aos escalões decisórios da prefeitura municipal. Constatei que, uma década depois do início organizado do turismo no município, a Secretaria de Turismo não conta com um plano integrado para a área, não prevê medidas para minimizar os riscos do ecoturismo e, contraditoriamente, estimula os esportes de natureza e o turismo de massas que podem gerar mais riscos para a natureza, comprometendo a colonização do futuro.

Classifico como desenvolvimentistas as medidas previstas pelo município, a exemplo do que ocorre nas esferas estadual e federal, dado priorizarem o estímulo econômico e o fomento de atividades. Diferencio os graus de reflexividade desenvolvida pelas três esferas de poder, verificando que, no plano municipal, o próprio secretário²⁵³ reconhece que o poder público demorou a perceber o potencial do turismo e produz uma ação reflexiva bastante limitada, indicando a falta de especialistas que possam utilizar informações atualizadas para formular um projeto de colonização do futuro, a exemplo do que está sendo feito em outras esferas de poder estatal.

A falta de um projeto integrado de ecoturismo para o município é bem preocupante, à medida que o crescimento da demanda e de atividades relacionadas com o turismo tende a produzir novas e profundas mudanças socioeconômicas e ambientais. Portanto, se os ‘futuros’ são reflexivamente organizados no presente, como observa Giddens, sem o cálculo dos futuros, a prefeitura estará deixando desguarnecido o controle e a fiscalização dos riscos do ecoturismo, abrindo espaço para ações impactantes. Portanto a situação municipal, com

²⁵³ Turismo e crescimento. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, n. 8, p. 2, abr 2002.

defasagem na elaboração de políticas, falta de especialistas, falta de recursos e de apoio institucional do governo estadual e com limitada ação reflexiva, configura uma potencial crise em torno do ecoturismo.

Sintetizando, destaco o descompasso tanto na organização quanto nas ações reflexivas desenvolvidas nos três níveis do Estado. Enquanto o governo federal, através do sistema perito Ibama, já garante a realização do ecoturismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros mediante as visitas guiadas e implementa uma política para transferir essa atividade para os empresários, o governo estadual, somente em 2002 promoveu um encontro para levantar subsídios para formular uma política de ecoturismo. Mais destoante ainda, o governo municipal de Alto Paraíso excluiu a atividade ecoturística do Plano de Turismo elaborado em 2002. Pelo visto, os governos estadual e municipal se encontram defasados em relação ao federal, particularmente no que se refere à constituição de sistemas peritos que, atualizados com novos conhecimentos, formulem propostas modernas para colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros.

7.4 O EMPRESARIADO LOCAL

Quanto ao empresariado local faço uma distinção entre os que estão indiretamente interessados e/ou envolvidos com o ecoturismo e o empresariado turístico. Em vista disso, divido a análise em dois itens.

7.4.1 O empresariado de Alto Paraíso e o ecoturismo

Beck (apud Hannigan, 1995) observa que a proliferação de novas tecnologias químicas, nucleares e biogenéticas trouxe um grande número de novos riscos para a sociedade. Nesse sentido, diz que os governos foram, por vezes, os arquitetos desses riscos; noutras ocasiões, os pouco escrupulosos seguidores dos criadores de riscos. Historicamente identificado pelos ambientalistas como criadores de riscos, o empresariado rural goiano deu mostras da percepção dos riscos ambientais provocados pela atividade agrícola e, agindo reflexivamente, lançou em março 2001, através da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), um Programa de Ações Ambientais da Propriedade Rural Goiana do Século XXI, onde divulgam as ações ambientais prioritárias resultantes da discussão do empresariado. Este documento reconhece o crescimento de uma consciência social para a questão ambiental e aponta para um trabalho da FAEG, no sentido de desenvolver ações para conscientizar o produtor rural, com vistas a construir uma nova mentalidade de respeito à natureza e à biodiversidade do cerrado, esperando que sejam superados os conflitos, dificuldades, aborrecimentos e desconhecimentos sobre a maneira de usar o solo, os recursos hídricos e defensivos agropecuários que tantos problemas causaram até o presente momento (FAEG, 2001). Contrariamente à posição da FAEG, dirigente do Sindicato Rural de Alto Paraíso²⁵⁴ afirma que a criação de áreas protegidas na região tem cerceado o desenvolvimento da agropecuária local, tendo-se manifestado contra a criação da APA de Pouso Alto na região através de ofício enviado ao governador. Justifica sua posição afirmando que, dentro do Parque, 85% das terras são agricultáveis, servindo para a produção de soja, defendendo, por isso, a posição de que o governo deveria compensar os proprietários.

²⁵⁴ Segundo o diretor, o sindicato foi por ele reestruturado e contava em 2001 com 54 sócios.

Crítica a posição da WWF²⁵⁵ e do Ibama que são contra as queimadas, prática tradicional efetuada pelos proprietários rurais, dizendo que a natureza é pródiga e se recupera e que é necessário acabar os xiitas ambientais²⁵⁶.

Entendo que a posição do sindicato rural expressa o conflito estabelecido entre os atores que defendem a natureza e os que a vêem como substrato para produção, colocando-se como um contraponto ideológico às idéias ecológicas que ganharam força na região na medida em que se sentem prejudicados – e mesmo ameaçados - pelas ações dos grupos que usam o meio ambiente para dificultar ou impedir quem produz, conforme o presidente. Os ruralistas participam do jogo de subordinação da natureza defendendo posições tradicionais, identificadas com o antropocentrismo, em oposição às posições reflexivas que compreendem a natureza preservada como espaço econômico, mas para o lazer e recuperação espiritual.

Há, todavia, um outro grupo de proprietários rurais que, ao contrário de lutarem contra a transformação da natureza em áreas protegidas, buscam exatamente preservá-las. São os proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que vislumbram desenvolverem o ecoturismo e pesquisas científicas nas áreas. Essa forma de colonização do futuro, preservando o ambiente e obtendo renda, conta com o apoio técnico, jurídico e também financeiro da WWF, que já apoiou a criação de nove RPPN's na Chapada dos Veadeiros.

²⁵⁵ A forte crítica decorre da identificação dessa ONG com a criação de áreas protegidas na região e a transformação de áreas não tituladas e devolutas em APAs. Seu discurso inclui componentes nacionalistas ao afirmar que a WWF foi plantada no local para dificultar a exploração dos recursos pelos brasileiros (rotulando esta entidade com uma organização internacional). Segundo ele, os europeus derrubaram suas árvores e se acham no direito de vir nos ensinar a não derrubá-las. Só que não estão interessados nas árvores, mas no que está embaixo delas. Na região há diversos tipos de minérios como manganês, ouro, cristais, inclusive o que dá o nome à cidade de Niquelândia.

²⁵⁶ A irritação do presidente do sindicato rural é grande com a WWF porque essa entidade denuncia agricultores que derrubam mata, os quais são multados pelo IBAMA, além do fato de que ela é defensora de que as áreas tomadas de produtores rurais pelo Banco do Brasil sejam doadas ao INCRA para assentamentos. O discurso do presidente inclui, inclusive, um componente moralista, ao distinguir entre os bons e maus ecologistas, sendo os últimos os que prejudicam a produção, a iniciativa privada. Sintetiza sua posição afirmando que querem trancar o cerrado e mesmo a Amazônia para que não se produza.

Outro influente ator local que tem tido marcante influência na constituição da identidade da Chapada dos Veadeiros, desde 2001, é o Jornal da Biosfera²⁵⁷. Utilizando-se das belezas e dos atrativos da região, esse jornal tem uma linha editorial clara de defesa do desenvolvimento regional, posição essa que matiza com a defesa ecológica, denunciando os impactos que vêm ocorrendo. Entendo que apesar da editoria incorporar a idéia do desenvolvimento sustentado, prevalecem posições de defesa do crescimento econômico da região, em que a natureza regional entra como coadjuvante, conforme análises de alguns editoriais. Em editorial, o redator Enzo Corazzola²⁵⁸ destaca o crescimento do número de leitos e de restaurantes em Alto Paraíso, opinando que espera que o turismo realmente traga o desenvolvimento e oportunidades para todos. Ademais, ressalta que o Estado, no plano municipal, estrutura-se para colonizar o futuro saindo de um marasmo histórico para correr atrás de projetos urbanos e organizando seus cadastros para cobrança do IPTU. Nessa linha desenvolvimentista, conclama uma união entre “nativos e chegantes”, propondo:

[...] uma adesão mais definitiva das elites tradicionais locais[...] para vencermos as barreiras que insistem em bloquear o fluxo do progresso sustentável da região [...] superando os preconceitos e preparando lideranças novas para o melhor que o futuro nos reserva.” (CORAZZOLA, abr. 2001, p. 2).

É preocupante o fato de esse jornal seguir a linha do governo estadual de utilizar a natureza como marketing. O redator²⁵⁹ festeja em editorial a ampliação da área do Parque Nacional, por entender que a acumulação de títulos vem a calhar com a vocação ecoturística da região uma vez que os visitantes estarão em locais que são unidades de conservação, área de proteção, reserva da biosfera e patrimônio mundial da Unesco. Entendo também como

²⁵⁷ Esse jornal pode ser consultado através do site www.biosfera.com.br

²⁵⁸ Corazzola, Enzo. Turismo e Crescimento: editorial. Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, p. 2, abr. 2001

²⁵⁹ CORAZOLLA, Enzo. Cada vez melhor. Jornal da Biosfera, Alto Paraíso, ano 1, n. 4, p. 4, out 2001.

comprometedor da colonização do futuro na região a defesa que faz, em editorial de janeiro de 2002, da especulação imobiliária como fator de desenvolvimento, ao entender como positivo e alvissareiro:

[...] o fenômeno de ocupação do espaço econômico regional por correntes preservacionistas, que multiplicou o valor imobiliário em escala de dois dígitos, na região, em dez anos. E daqui a cinco anos isto terá acontecido novamente. O capital migrante para a ecologia do cerrado brasileiro é crescente. (CORAZOLLA, jan. 2002).

Outro ator que também atua no sentido de construir o futuro do turismo na Chapada é o Acordo Cerrado, criado em abril de 2000, como uma estratégia dos municípios da região para desenvolver um programa federal para o desenvolvimento integrado e sustentável da região, realizando eventos com vistas a discutir formas para desenvolver o turismo na região, sob a ótica do governo municipal e do *trade*. Registro também a presença, na região, do Sebrae, que tem um programa na área de promoção do turismo, através do qual promove cursos, eventos e consultoria para abertura de negócios, articulando-se com as associações profissionais, de moradores e também com as associações de guias e o empresariado local. Em síntese, existe uma grande movimentação do empresariado de diversos setores de atividades – construção civil, comércio, transportes, serviços diversos – interessado no crescimento do ecoturismo, pelo que ele pode representar em termos de negócios.

Avalio que o projeto de colonização do futuro dos empresários é o convencional, baseado em formas impactantes de desenvolvimento que tendem a conflitar com a perspectiva ecoturística de conciliação com a preservação ambiental. Entendo que o empresariado local não

incorporou a reflexividade social da alta modernidade que passou a ver o meio ambiente como um elemento importante da vida moderna.

7.4.2 O empresariado turístico local

Uma demonstração da vitalidade e consolidação do turismo na Chapada dos Veadeiros é a existência de quatro empresas²⁶⁰ em Alto Paraíso: a Travessia, a Transchapada, a Alpatur e a Alternativas Ecoturismo que têm como diretores, pessoas da comunidade local que são guias e que, segundo diretor da ACVCV, têm pensamento de preservação. Alice Carvalho²⁶¹, veio para Alto Paraíso em busca de qualidade de vida. Fez curso de guia e nessa atividade percebeu que existia espaço para outras empresas além da já existente, a Travessia Ecoturismo. Trabalha com um público selecionado que viaja por agências, recebendo regularmente grupos de agências dos grandes centros urbanos, principalmente de São Paulo, o principal emissor. A sua expectativa é de crescimento do fluxo turístico para a região, tanto em termos quantitativo quanto qualitativo, devido à divulgação feita pela mídia. Para ela, o aspecto central é que este é um produto novo e muitas agências de grande porte estão comprando a idéia de divulgar o retorno, o contato do homem com a natureza. Nesse sentido, diz que o ecoturismo é a porta, ou seja, o instrumento de *marketing* para promoção do turismo na Chapada.

Ressalta que a região tem um grande potencial em termos de atrativos, pois Alto Paraíso tem 80% da cobertura vegetal natural, sendo que, na maior parte do ano, o clima é agradável, em torno de 20° C, há muitas belezas cênicas, muitas nascentes e cachoeiras para os quais se podem organizar passeios, desde os radicais até aqueles para a terceira idade. Além

²⁶⁰ O *site* dessas empresas são: www.altoparaíso.com, www.travessia.tur.br e www.transchapada.com.br

²⁶¹ Proprietária de uma das operadora e agência de viagens de Alto Paraíso, criada em 1998.

disso, destaca outros fatores concorrentes para o crescimento do ecoturismo no local, como o fato de as terras não servirem para a pecuária e haver um Parque Nacional e uma Reserva da Biosfera que torna a região patrimônio da humanidade. Outro fator de atração é o grande endemismo²⁶² existente, que gera muita procura da região por parte de pesquisadores. Sua convicção, manifestada em entrevista²⁶³, é que está mais que provada a vocação ecoturística da reserva da biosfera.

Carvalho destaca como problemas a falta de definição da infra-estrutura, regulamentação do uso dos recursos naturais, conscientização da população através da educação ambiental e definição de atrativos e valores agregados. Em síntese, para Carvalho, Alto Paraíso tem todas as condições para desenvolver o ecoturismo, desde que supere alguns fatores negativos, que são problemas que atingem o turismo como um todo: a infra-estrutura ainda incipiente (apesar de não achar ruim porque isso cresce com a demanda), falta de profissionalização do setor (que também se resolve com o tempo e com a demanda) e a sazonalidade (as épocas de maior visitação são julho e janeiro, além dos feriados). Já Rita, de outra agência, reclama da sazonalidade do turismo na região, em comparação com Pirenópolis²⁶⁴, tendo em vista que em Alto Paraíso há mais atrativos, apontando como problemas a Internet ruim, a inexistência de banco e caixa automático e a impossibilidade de se usar cartão de crédito (a agência do BEG não tem convênio com os cartões).

A proposta de colonização do futuro defendida por Carvalho indica uma elevada reflexividade na medida em que prevê que o uso ordenado e sustentável dos recursos começa com uma política municipal e regional voltada para a melhoria da qualidade de vida das

²⁶² Conforme o *Novo Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 1975, p. 522), endemismo significa a “ocorrência de uma dada espécie em área restrita”.

²⁶³ *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, p. 5, out. 2001.

populações envolvidas. E isso exige um plano municipal de desenvolvimento que inclua o ecoturismo e defina condições para que a comunidade conduza o processo através da oferta de hospedagem, alimentação, artesanato, agenda cultural e constituição de agências e operadoras de turismo. Destaca a participação das operadoras no desenvolvimento do ecoturismo, observando que elas criaram mais de duas dezenas de empregos, assim como a organização dos pousadeiros, que têm uma associação informal e estão investindo em divulgação. Enfim, Carvalho²⁶⁵ defende a idéia de que são os empresários que estão tendo a iniciativa de promover o desenvolvimento do ecoturismo em Alto Paraíso.

A colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros, na visão da agente de viagens Rita é comercial, com um objetivo claro que é o de vender a natureza que não está sendo aproveitada, pois existem muitos atrativos e não se conhecem nem três quartos. Para ela, a natureza da Chapada é maravilhosa e vai render muito dinheiro para quem investir, pois as pessoas ficam fascinadas e existem pessoas que já vieram três vezes, em especial os paulistas que “piram com a tranquilidade e a beleza da região”, tendo ocorrido algo semelhante com 60 turistas ingleses trazidos pela empresa Travessia Ecoturismo.

Conscientes do potencial da região e integrados no circuito nacional e internacional do turismo, o empresariado turístico da Chapada tem concorrido para introduzir o dinamismo da modernidade na região, ao trabalhar com informações nacionais que produzem, no local, uma ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais. O empresariado turístico aposta alto no futuro do turismo na região. Cavalcante cita o enredo de 2003 da Escola de Samba Vila Isabel do Rio de Janeiro - Roteiro Místico para o Centro do Mundo - como uma forma

²⁶⁴ Pirenópolis é uma cidade histórica a 180 km de Brasília cujos atrativos naturais são mais limitados que os de Alto Paraíso.

²⁶⁵ Em termos políticos, o diretor da Alpatur distingue a Chapada afirmando que a região não tem voto e não é curral eleitoral porque tem uma população esclarecida, gente que veio de várias partes do mundo em busca de novos

incomparável de difundir e propagandear a região. Faz parte dessa ação reflexiva de projeção do futuro, o processo de organização desencadeado pelos operadores locais que, em 2002, estavam a criar uma associação – com o nome de Operap - para promover a divulgação institucional da Chapada dos Veadeiros e articular-se com as operadoras instaladas nos grandes centros para atrair pacotes. A perspectiva é incluir o destino Chapada entre os maiores e principais do ecoturismo mundial, conforme o coordenador dessa ação, Ion Davi²⁶⁶, da operadora Travessia Ecoturismo, a pioneira da região. No plano local, os empresários além de organizados, estão padronizando procedimentos e fazendo discussões para melhorarem os serviços. Tendo em vista as distâncias e o difícil acesso à Chapada, as operadoras locais estão intensificando o uso do moderno instrumento da internet para difundirem os atrativos regionais através de *sites* e também para se comunicar com parceiros de outros Estados e fechar negócios. A operadora Alpatur é mantenedora do *site* www.chapadadosveadeiros.tur.br, que tem sido importante na divulgação da Chapada, atraindo turistas e negócios, podendo, inclusive, tornar possível a participação da agência na gestão do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) existente em Alto Paraíso. A isso acrescento o fato de que as agências locais se transformaram em operadoras regionais, já que planejam todo processo turístico para formulação de pacotes e avançam para adotar métodos utilizados nos grandes centros, como a aplicação de questionários padronizados através dos quais podem conhecer o perfil dos turistas, trabalhar seus dados com vistas a fidelizá-los, além de obter informações sobre o serviço prestado. Outra ação reflexiva foi a reunião do *trade* turístico local²⁶⁷ com técnicos da Frente Parlamentar de Turismo da Câmara Federal. Na pauta, constaram discussões sobre estratégias para o futuro do turismo na região, em que pontuam ações de

paradigmas. Sintetiza esse pensamento dizendo que Alto Paraíso não é uma cidade do interior mas uma cidade no interior, opinião que compartilho após a presente pesquisa.

²⁶⁶ Núcleo de operadoras vai divulgar Chapada. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 2, n. 8, p. 4, abr. 2002.

²⁶⁷ Caminhos do cerrado propõe pólo turístico. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n 3, p. 2A, set. 2001.

planejamento e gestão, tendo em vista a estruturação e expansão da oferta, formação profissional, promoção e apoio técnico. Além disso, discutiu-se a criação de um pólo regional, formando-se uma comissão para organizá-lo, e a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) no município.

Há, entretanto, segundo a ótica empresarial, muito a ser feito, a exemplo da criação de algo fundamental no turismo que são os produtos, bens ou serviços a serem negociados. Este é um problema a ser equacionado, uma vez que existem muitos atrativos que não estão formatados, ou seja, não se tem produto²⁶⁸. No que se refere aos produtos culturais, Carvalho observa que tem várias festas, como as romarias, a sussa e outras manifestações como as catireiras, mas que ainda não são produtos. As festas existem como tradição²⁶⁹, mas não foram organizadas e não são sistemáticas, à exceção de dias como o 23 de abril, que é a festa do padroeiro do povoado de São Jorge. Mais ou menos 50 famílias vivem do artesanato, que não é dirigido para os turistas, à exceção do artesanato de cristais. Há muitos artistas plásticos, pintores e músicos na região e também se fabricam doces, bebidas, conservas, em pequena dimensão, que ainda não se tornaram produto. Segundo diretor de agência, não é feito um artesanato que mostre a cara da Chapada. Daí que uma das questões centrais é transformar o grande potencial existente em produtos turísticos, pois as coisas existem, mas não estão produzidas para o turismo.

O Subsecretário de Meio Ambiente da prefeitura critica a falta de organização e de ação cooperativada das pessoas, observando que existiam manifestações informais dos nativos que não eram valorizadas e que, com a chegada de novos valores, se perderam. Em vista disso,

²⁶⁸ Produto é definido como “bem ou serviço objeto de negociação no mercado pelas operadoras e agências turísticas”, conforme Turismo – visão e ação (2000, pg. 22).

²⁶⁹ Do I Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada acontecido em São Jorge, entre 14 e 30 de julho de 2001, participaram representantes de manifestações como a Sussa, os Calungas, o Lundu, o Batuque do grupo A Caçada da Rainha de Colinas e o Congo de Niquelândia. Outra manifestação da região é a curraleira.

em importante ação reflexiva com vistas a colonizar o futuro, o grupo GAMA está desenvolvendo um projeto de recuperação cultural.

Na competição pela colonização do futuro no município, a prefeitura tem investido junto com os empresários na promoção de eventos que atraem turistas para a região, na linha defendida pelo Secretário de Turismo de Alto Paraíso. Nesse sentido, realizou-se, em outubro de 2001, a 8ª edição do Campeonato Brasileiro de Pólo Aquático em Águas Correntes, no Portal da Chapada, uma atividade que trouxe para a região um significativo público. Também promoveram, de 28 a 31 de março de 2002, a Primeira Corrida de Aventuras, envolvendo bicicleta, botes, corridas e caminhadas. Além disso, programam-se outras atividades como o *trekking* chamado de Travessia leste da Chapada, que prevê percorrer 80 km em cinco dias e que está sendo estruturado pela operadora Travessia Ecoturismo, tendo sido pensada a partir do passeio chamado *trekking* do Paty, que o diretor da empresa fez na Chapada Diamantina (BA).

Em vista disso, os empresários das operadoras e agências turísticas situam-se na vanguarda dos atores locais que atuam reflexivamente com vistas a organizar, de forma moderna, a atividade ecoturística que ocorre na Chapada dos Veadeiros. Nesse sentido, têm investido em informações e comunicações, constituindo-se em centro de autoridade, além de buscarem ampliar e consolidar as formas de organização, investimentos estes que os capacitam a terem uma importante ação reflexiva na colonização do futuro na região. O problema central, a meu ver, é que, apesar da consciência que o empresariado turístico local tem sobre a importância da natureza como base do ecoturismo, guia-se pelos princípios do mercado, o que pode comprometer a minimização e o monitoramento dos riscos do ecoturismo e a colonização do futuro.

7.5 TURISTAS E ECOTURISTAS

A posição dos turistas é tão diversificada quanto a dos atores que estão do lado da oferta. Professor²⁷⁰ que tinha levado alunos para aula no Parque, informou que apenas faziam observações geológicas e ambientais da área. Estudante do 7º período de engenharia da produção informou que tinha ouvido falar que a região era bonita e veio conhecê-la, aproveitando a aula. Questionado sobre outras idéias acerca do passeio e do local, disse que talvez andando no Parque pudesse interessar-se por algo. Outro aluno disse que estava curioso em conhecer o local, pois lhe disseram que tinha cânions, que se fazia *rappel*, tendo também sido influenciado pela indicação de seu pai. Como é de Goiás Velho, cidade que é patrimônio histórico mundial, queria ver o que é uma Rebio (Reserva da Biosfera). Tinha ouvido muita propaganda sobre o esoterismo na região mas não tinha ouvido falar de ecoturismo. Estudante de engenharia agrícola da Universidade Estadual de Goiás (UEG), disse que seu objetivo, além da aula, era o lazer, mas também para poder dizer que foi à Chapada dos Veadeiros, não tendo ouvido falar sobre o turismo na região e que alguns deles tinham informações de que era uma área ambiental. Outros entrevistados também repetiram que o objetivo da vinda à Chapada era a aula e o lazer e que ouviram falar da paisagem e das cachoeiras. Um deles se lembrava da região porque Carla Perez fez um ensaio para a revista *Playboy* no local. Aluno de engenharia ambiental da UCG destacou que queria conhecer o Parque não só porque ouviu falar das belezas na TV, mas também porque não tem contato com isso no cotidiano. Nada sabia sobre a estrutura do Parque e a existência dos guias, tendo criticado a falta de informações. Nessa linha, uma turista acompanhada do filho informou que veio por curiosidade, para conhecer a região de que ouvira falar que era bonita, não

²⁷⁰ Professor e alunos das Universidades Católica de Goiânia (UCG) e Universidade Estadual de Goiás (UEG), localizadas em Anápolis. Entrevistas feitas em junho de 2002.

conseguindo expressar outras opiniões sobre a temática aqui analisada. Pelos depoimentos desses universitários, verifiquei que o fato de as pessoas serem de um grau educacional mais elevado não implica deterem informações sobre determinadas atividades ou serviços como o turismo ou ecoturismo.

Opinião qualitativa foi manifestada por jornalista de Brasília, dizendo que veio à Chapada pela primeira vez em 1980 e sempre ficava em São Jorge. Em sua opinião, a região é uma alternativa para os brasilienses que vivem em uma cidade urbanizada, planejada, muito zoneada e muito comportada. A Chapada é o contraponto: o bucólico, o romantismo que o pessoal de Brasília procura. Outro turista de Brasília, advogado e servidor público, afirmou que já tinha vindo mais de vinte vezes à Chapada, a primeira vez em 1991. Disse que veio de carro próprio, não teve orientações e que gosta das características da flora, da água, da geografia da região e da comunidade. Afirmou que não notou muitas mudanças em São Jorge, só novos estabelecimentos comerciais, criticando a proposta de asfaltamento da ligação entre São Jorge e Alto Paraíso porque o asfalto vai atrair pessoas que não têm relação com a região.

Em termos de consciência ambiental, alguns depoimentos revelam que os visitantes que vão hoje à região são conscientes dos impactos ambientais. Um dos entrevistados disse que se considera consciente e recolhe o lixo que produz nos passeios, além de tomar outros cuidados. Acha que, no local, interage com o meio e procura ser ecológico, tendo elogiado o trabalho dos guias que, segundo diz, instruem. Sobre isso, diretor de agência observou que os turistas são preocupados com a natureza porque há muita massificação na mídia, informações nas escolas, havendo uma consciência até nas crianças.

Essas opiniões, se contrapõem ao ponto de vista dos universitários e a fatos concretos que vêm ocorrendo, particularmente na vila de São Jorge, e que colocam em risco a

colonização do futuro na região com o ecoturismo. Fernando Lyrio²⁷¹, consultor legislativo de Brasília, expressou através de artigo sua preocupação com as mudanças que ocorreram em São Jorge nos últimos tempos, com o grande fluxo de turistas que transformaram o outrora pacato povoado em um verdadeiro inferno. Encantado com a região, alugou uma casa em 1997 no povoado para passar feriados, fins de semana e férias, mas disse que isso se tornou impraticável com as hordas de turistas que chegaram ao local, provocando falta de água, gerando lixo, consumindo bebidas e drogas, promovendo a superlotação dos atrativos, além de fazerem fogo na mata para assarem churrascos com risco de provocarem incêndios. Demonstrando uma posição bastante crítica, o consultor legislativo observa que os visitantes não são os “farofeiros” de baixa renda e discutível gosto musical que a classe média brasileira aprendeu a repudiar. Segundo ele, esses turistas constituem a elite econômica da sociedade brasileira pois têm dinheiro, carro, boas casas e boas escolas. Indignado com a situação que vem ocorrendo, pergunta-se se não seria o caso de controlar o número de visitantes, regulamentar os *campings*, cercar a região e estabelecer cotas de visitantes com elevadas taxas de visitas, como em Fernando de Noronha, exigir a companhia de guias em todos os atrativos, proibir a entrada de comida e bebida nas atrações, entre outras sugestões. Demonstrando preocupação com o futuro, manifesta a sensação de que a Chapada dos Veadeiros está caminhando para enterrar-se como opção do turismo sustentável.

Essa manifestação me parece fundamental para fazer um contraponto ao otimismo que os colonizadores do futuro em Alto Paraíso demonstram com o potencial econômico da atividade. Ou seja, a divulgação intensa da região tende a atrair mais gente, ampliando o tradicional turismo de massa que já ocorre na vila de São Jorge e cujos impactos foram descritos no depoimento apresentado acima. O depoimento acima também serve para questionar o elevado

²⁷¹ A Chapada que queremos. *Jornal da Biosfera*, Alto Paraíso, ano 1, n. 4, p. 2, out. 2000.

grau educacional e de renda como critérios para definição das pessoas como ecoturista²⁷². Também mostra que a preocupação com a preservação ambiental não é algo generalizado entre os visitantes autônomos, e o comportamento adotado por eles muitas vezes é impactante no ambiente. No entendimento de técnica da WWF e operadores turísticos, os ecoturistas que freqüentam a Chapada são os que viajam por agências porque são acompanhados por guias, recebem orientações ambientais e têm serviços selecionados. Porém esse grupo faz parte de uma elite. Um conflito²⁷³ que presenciei, na portaria do Parque Nacional, entre um grupo de estudantes e os guias sobre o valor cobrado na guiagem, e com os funcionários do parque sobre a obrigação de entrar com guia e também sobre a cobrança de ingresso, reforça a idéia da elitização do ecoturismo e mostra que o pagamento pelo acesso às áreas protegidas e para orientação por especialistas é limitado a um restrito grupo social.

Quanto aos turistas autônomos, há uma grande heterogeneidade. Tem-se desde os chamados “farofeiros” que demonstram um comportamento negativamente impactante, até aqueles que, reflexivamente, desenvolveram uma visão muito pessoal sobre a natureza. Suas idéias fogem dos padrões e rótulos, a exemplo de opinião de jornalista de Brasília, para quem o ecoturismo é a oportunidade de andar, de estar em contato com a natureza, em contato com Deus, o que indica que a reflexividade dos urbanos sobre a natureza, seu desejo de desfrutá-la não precisam ser enquadrados em um rótulo. A visão acima mostra que um turista autônomo pode ser igual ou mais sensível em relação à natureza que um turista rotulado de ecoturista que pode

²⁷² A bibliografia indica várias características entre as quais se destacam o nível de escolaridade e de renda e a consciência de que dispõem do meio ambiente. Ademais, são pessoas reflexivas que, dados o volume de informações de que dispõem e o leque de opções com que são confrontados, escolhem conscientemente o programa que querem fazer. Muitas vezes, quando procuram as agências, já decidiram o local a visitar a partir de indicações de amigos, familiares ou da mídia, que tem feito ampla divulgação das diversas formas de turismo, em especial do ecoturismo.

apenas estar cumprindo um programação de forma burocrática. Ademais, na prática, o mesmo programa que o turista de agência faz, e lhe dizem que é ecoturismo, é feito pelo turista autônomo, que apenas o situa como desfrutar a natureza. Isso me leva a concluir que o ecoturismo é uma construção de atores urbanos que se situam do lado da oferta turística, pois alguns detalhes que diferenciam os turistas são irrelevantes para a próprios e também para a comunidade local.

Todavia considero que há turistas que, reflexivamente, idealizam a Chapada preservada e com um turismo limitado e não impactante, o que os coloca como aliados em projetos de colonização do futuro que consideram os riscos sociais e ambientais. Por outro lado, há o tipo de turista que não reflete sobre a problemática ambiental e vê a natureza ainda preservada da região apenas como espaço de lazer e onde reproduzir suas necessidades urbanas.

7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avalio que os guias e as operadoras que desenvolveram ações de elevado grau de reflexividade, especializando-se e constituindo-se em centros de autoridade, diferenciaram-se de outros atores que atuam no processo e, na competição pela colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros, saíram na frente buscando imprimir qualidade em seus serviços, buscar novos conhecimentos, conectar-se com o mercado que demanda a natureza local, integrando-se em processos globalizados. A dinâmica desses atores sociais em Alto Paraíso objetiva a intensificação do crescimento do turismo e o discurso de sustentabilidade que difundem associa

²⁷³ Parte do grupo aceitou as exigências e entrou para fazer a visita e outra parte ficou esperando o retorno dos colegas na entrada do Parque ou no povoado.

ações pela melhoria da qualidade dos serviços com a minimização de riscos e impactos da atividade.

Contudo, por enquanto, inexistente uma ação que integre os projetos individualizados dos diversos atores, formulando uma proposta de minimização e monitoramento dos riscos e que dê maior confiança ao processo em curso de colonização do futuro em Alto Paraíso. Preocupa a situação de forte tensão existente na comunidade da vila de São Jorge, que vivencia conflitos profundos decorrentes dos processos de modernização, uma vez que se encontra no âmago do jogo de interesses do mercado pela socialização da natureza, sem contar com um instrumento organizativo politicamente forte e sem que haja a perspectiva de intervenção de mediadores, como o Estado, para conciliar os interesses divergentes. A intensa reflexividade do grupo de atores sociais que estão à frente da colonização do futuro no município tem-se dirigido para projetos particulares em detrimento de uma ação reflexiva globalizante, que pense a problemática do ecoturismo integrada com os problemas locais. É preocupante a ausência de atores que assumam a coordenação de um trabalho de integração das diversas iniciativas em curso, de forma a produzir um projeto que incorpore as propostas existentes e as complemente com outros instrumentos que possam assegurar formas de segurança dos processos e dêem confiança à comunidade sobre os mecanismos que vêm sendo adotados para colonizar o futuro através do ecoturismo, com minimização dos riscos ao ambiente e garantia de bem-estar socioeconômico das comunidades locais.

8 CONCLUSÃO

A pesquisa central desta tese procurou mostrar a fragmentação, diversidade e complexidade do ecoturismo, um produto segmentado da indústria turística que coloca como principal objetivo e atrativo nos aproximar de uma visão valorizada da natureza, como espaço conservado, separado do meio urbano, perto do qual podemos recuperar nossas energias, sair do estresse, sonhando que isto nunca afetará tal espaço. O ecoturismo constitui-se em uma atividade seletiva, com uma clientela urbana específica, uma modalidade de turismo mais caro e elitizado.

Nesta conclusão, destaco os principais aspectos que identifiquei sobre a temática, no corte temporal compreendido entre os anos de 1980 e 2002, de acordo com os dois eixos de análises definidos: o ecoturismo como exigência ambiental, em que investigo a ação dos atores sociais no plano nacional, e a influência dos elementos dinamizadores da modernidade nas instituições e na ação dos atores sociais, através de estudo de caso no município de Alto Paraíso de Goiás.

8.1 O ECOTURISMO COMO EXIGÊNCIA AMBIENTAL

Na análise desse aspecto, utilizei a perspectiva social construtivista da sociologia ambiental para responder às questões: Quem são os formuladores do ecoturismo como exigência ambiental? Como os atores sociais utilizaram o caráter conflitivo dos riscos do ecoturismo para construí-lo, encaminhá-lo e contestá-lo nos fóruns políticos como exigência ambiental?

No plano nacional, a exigência econômica dos empresários para que o governo federal abrisse as áreas protegidas para a prática do ecoturismo motivou as ONGs ambientalistas

a transformarem politicamente o ecoturismo em exigência ambiental. Essas entidades funcionaram como propagadores do ecoturismo na medida em que o relacionaram com a questão ambiental e buscaram formas de dramatizá-lo através da realização de projetos que servissem como demonstrativos e modelos. Entre as ONGs, considero que foi a WWF-Brasil a que cumpriu o papel de validadora, propagadora e dramatizadora do ecoturismo, tanto no plano nacional quanto em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros, tendo em vista o projeto sistemático e organizado que desenvolve, desde meados dos anos 90, com o objetivo de difundir essa atividade como alternativa de desenvolvimento com preservação ambiental.

Ainda no plano nacional, foi a pressão dos empresários que levou o governo federal a reconhecer e legitimar o ecoturismo, através da publicação, em 1994, das *Diretrizes de uma Política Nacional de Ecoturismo*. O Ibama representou uma autoridade científica que validou o ecoturismo, mas o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Embratur têm atuado como patrocinadores institucionais, assegurando a legitimidade e a continuidade da atividade através de patrocínios e promoção de projetos. O MMA concebeu e executa o Proecotur na Amazônia, enquanto a Embratur atende às reivindicações mais imediatas do empresariado, além de ter executado, a partir da segunda metade dos anos 90, um programa nacional de capacitação em ecoturismo e um mapeamento das áreas mais adequadas para o desenvolvimento da atividade no País, através do projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil.

O governo federal foi eleito pelos empresários e ONGs ambientalistas como mediador, sendo que os primeiros encaminharam as exigências econômico-políticas junto à Embratur, enquanto as ONGs ambientalistas encaminhavam as exigências ambientais para discussão em uma Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), organismo do Ibama, arena onde elas foram discutidas durante quatro anos até a proposta de regulamentação ser arquivada em 2001. Foi nesse fórum que se deu a contestação, por parte dos

empresários, da proposta formulada pelos ambientalistas. Verifiquei também que, ao tempo em que os empresários se constituem em formuladores de exigências econômico-sociais, também são contestadores das exigências ambientais. A forma de contestação feita por parte do governo federal ocorreu através da postergação de discussões e da colocação de dificuldades burocráticas no andamento das discussões. Ademais, os fóruns de negociação do ecoturismo não foram abertos para todos os atores envolvidos, nem a negociação foi ampla, envolvendo o maior número possível de agentes. No Conama, participaram apenas os atores membros dessa arena e, na Embratur, os técnicos e executivos do órgão. No âmbito da sociedade civil, construiu-se a partir de 2000, um fórum de negociação política mais importante, com novas características, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), o qual se constituiu tanto em formulador de exigências ambientais quanto em defensor de medidas mitigadoras de riscos.

A estratégia política seguida pelos atores sociais que construíram as exigências foi evitar o confronto, procedendo a articulações e negociações que resultaram na constituição de parcerias, em especial com o governo federal. Os principais beneficiários das ações dos governos têm sido segmentos do *trade* ecoturístico por terem seus pleitos atendidos e participarem como planejadores e executores de projetos, desenvolvendo atividades que constavam de sua agenda de exigências.

O resultado do processo político de encaminhamento do ecoturismo como exigência ambiental pode ser considerado como positivo na medida em que o governo federal transformou em projetos exigências socioeconômicas e ambientais formuladas pelos empresários e ambientalistas, a exemplo de treinamento de mão-de-obra e o levantamento de áreas apropriadas ao ecoturismo no País.

Destaco a ação das ONGs ambientalistas que, tendo eleito o ecoturismo como instrumento de compatibilização do desenvolvimento com a preservação ambiental, extrapolaram

o papel de simples formuladoras de exigências, desenvolvendo vários tipos de ações, seja no papel de negociadores, seja atuando junto a órgãos públicos nacionais, estaduais e municipais, junto a agências de financiamento, muitas das quais internacionais, quanto promovendo articulações com ONGs nacionais e do exterior e também junto à mídia. Além disso, avançaram para associar a questão ambiental com a questão social, um aspecto novo em termos de exigências ambientais, colocando o ecoturismo como instrumento de desenvolvimento local, como alternativa socioeconômica para as comunidades. Também criticam a insuficiência das *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, de 1994, para orientar o desenvolvimento da atividade, e exercem pressões sobre o governo federal para que, de um lado, estabeleça uma política global, nacional com normas e regulamentos que coloquem condições para minimização dos riscos ambientais e, de outro, para que promova medidas de controle, fiscalização e apoio para projetos de turismo comunitário.

Considero a revisão da política de preservação restrita dos parques nacionais por parte do Ibama e a mudança de visão dos ambientalistas sobre a conservação da natureza como ações reflexivas que tendem a ter profundas repercussões não só sobre o ecoturismo, mas também sobre as instituições e a forma como a sociedade percebe a natureza, no presente. A contribuição da mídia seria maior se, além de divulgar os locais considerados apropriados para o ecoturismo, abrisse espaço para uma discussão sobre o uso da natureza ainda preservada e os riscos que isso implica para o meio ambiente e para a sociedade, bem como sobre projetos de colonização do futuro através do ecoturismo.

8.2 O ECOTURISMO COMO INSTRUMENTO DE COLONIZAÇÃO DO FUTURO EM ALTO PARAÍSO

Para análise desse aspecto, utilizei as teorias sociais de Giddens e Beck e trabalhei a partir das questões: Qual a influência dos elementos que dinamizam a modernidade sobre as instituições e atores locais? Como se institucionalizou o ecoturismo em Alto Paraíso? Quem são os especialistas do ecoturismo no município? A ação de sistemas peritos é suficiente para tornar confiáveis os projetos ecoturísticos? Quais as ações reflexivas que desenvolvem os principais atores que atuam no ecoturismo, com vistas a incorporarem a natureza socializada no processo ecoturístico e colonizarem o futuro com essa atividade em Alto Paraíso e na Chapada dos Veadeiros?

A influência dos elementos dinamizadores da modernidade nas instituições e na ação dos atores sociais que atuam na consolidação e planejamento do ecoturismo como instrumento da colonização do futuro, no município de Alto Paraíso, ocorreu de diversas formas. Observei que a reflexividade social que modificou a visão da população urbana em relação à natureza, criou um significativo público de ecoturistas que passou a demandar a Chapada dos Veadeiros. A mudança do perfil dos turistas, passando a predominar aqueles com maior poder aquisitivo e maior nível cultural, gerou uma reordenação reflexiva das relações sociais locais, exigindo a recapacitação dos guias, a ampliação da oferta e qualificação dos serviços, em especial das operadoras turísticas do município, que se transformaram em extensões de operadoras situadas a milhares de quilômetros de distância. Este fato produziu o deslocamento das relações de contextos locais à medida em que as operadoras se especializaram e racionalizaram suas estruturas de funcionamento, passando a usar os pacotes turísticos como fichas simbólicas que funcionam como meios de intercâmbio de turistas.

Na história recente de Alto Paraíso, o ecoturismo introduziu conhecimentos novos nas comunidades locais, estimulando a urbanização acelerada e mudanças de estilos de vida, inclusive com a recapacitação de parte significativa dos moradores do povoado de São Jorge, local onde se estima que 90% das pessoas vivam de alguma atividade vinculada ao turismo e onde ocorreu um aumento exponencial da especulação fundiária, tanto no meio rural quanto no urbano.

O sistema de visitas guiadas que, no presente, é identificado com a atividade do ecoturismo em Alto Paraíso, foi institucionalizado em 1991, após a reabertura do Parque Nacional. O reconhecimento e a legitimação do processo foram feitos pelo Ibama, sendo esse sistema executado pelos guias credenciados nas duas associações locais, que prestam serviços como autônomos ou por requisição das operadoras.

As profundas mudanças provocadas pelos elementos dinamizadores da modernidade transformaram atores sociais locais, como os ex-garimpeiros, em especialistas, dado o conhecimento que detêm sobre a ecologia da região. Outros atores como os operadores turísticos e os guias, enquanto instituições, transformaram-se em sistemas peritos na medida em que, em suas ações, removem as relações sociais do contexto local, promovendo interconexões regionais e nacionais. O *trade* turístico é um sistema técnico de excelência que organiza a área turística, mas, apesar de as operadoras locais demonstrarem preocupações com os riscos do ecoturismo, elas não dispõem de instrumentos técnicos e políticos que tornem confiáveis seus projetos, igual situação que ocorre com os guias reunidos na rede Bioma Cerrado.

Constatai, também, que o Ibama, o sistema perito oficial e pioneiro na região, convive com dificuldades operacionais no controle de riscos no Parque e tem sido questionado em sua competência em garantir a biodiversidade do cerrado na área do entorno. A iniciativa do governo federal de terceirizar o Parque Nacional, que deixará de ser gerido por um sistema perito,

torna questionável esse projeto vez que diminuem as garantias com relação à minimização e o monitoramento dos riscos. Em síntese, os sistemas peritos locais e externos que atuam na Chapada dos Veadeiros não tornam confiáveis os projetos ecoturísticos formulados até o presente.

Quanto às ações reflexivas dos atores sociais, observei que diversos atores elaboraram projetos para a natureza socializada na Chapada dos Veadeiros, a exemplo do governo federal, que realizou uma consumada reflexividade, ao revisar os conhecimentos existentes de proteção restrita da natureza para admitir atividades controladas em seu interior, e também revisou sua forma de atuação, passando de provedor e indutor para mediador, envolvendo os empresários como parceiros na responsabilidade política e técnica de gerenciar unidades de conservação.

Considero que foram os ambientalistas, as operadoras turísticas e os guias que elegeram o ecoturismo como opção em relação ao turismo de massas e como instrumento para, a partir de meados dos anos 90, colonizarem o futuro na Chapada dos Veadeiros. Esta decisão decorre de algumas características do ecoturismo que o colocam como uma atividade de maior rentabilidade e de mais fácil controle dado que se realiza em áreas delimitadas. Quanto aos projetos, o dos ambientalistas locais do grupo Gama se concentra em um trabalho de educação ambiental em que o ecoturismo é um dos conteúdos. Quanto à ONG WWF-Brasil, que destaco por ter sido o ator social que difundiu a idéia do ecoturismo na região, desenvolveu uma profunda ação reflexiva concretizada em projeto executado entre 1996 e 2000 através do qual apoiou ações de consolidação do ecoturismo e buscou construir um modelo dessa atividade para difusão em outras regiões do País, no qual buscava associar o turismo com a preservação ambiental. Os empresários do ecoturismo, que matizam a visão antropocêntrica com manifestações de defesa da preservação ambiental, desenvolveram ações reflexivas de racionalização operacional com vistas

a expandirem a demanda, projeto este no qual não consta, especificamente, o monitoramento dos riscos à biodiversidade. Entre todos os projetos, o mais amplo, ousado, de maior profundidade reflexiva e de maior alcance político para a comunidade local é o dos guias, que avançaram para elaborar uma expressiva proposta de colonização do futuro baseada em um tripé que compreende a gestão da qualidade do ecoturismo, a intervenção na formatação de produtos turísticos integrando os elementos socioeconômicos, culturais, históricos e ambientais, e a manutenção de um curso profissionalizante que busca formar pessoas para atuarem não só com o turismo mas também com o desenvolvimento local. A elevada reflexividade colocada nesse projeto não destaca instrumentos de minimização e monitoramento dos riscos, o que decorre de dois fatores. Primeiro, a falta de poder institucional desses atores. Segundo, porque eles não são proprietários ou gestores das áreas que contêm os atrativos, cujos donos são os responsáveis diretos por medidas preservacionistas, assunto em discussão no legislativo e executivo municipal.

Em síntese, existe a reflexão entre os atores de que a natureza é o fundamento do ecoturismo e que da sua preservação depende a rentabilidade do negócio, porém, concretamente, pouco existe além dos discursos para minimizar e monitorar os riscos. Entendo que a colonização do futuro na Chapada dos Veadeiros pode estar comprometida devido à ausência de um ator ou atores para intermediar os interesses divergentes. É preocupante a ausência dos governos – federal, estadual e municipal - particularmente na formulação de um projeto integrado para a região, que contemple os diversos projetos e, sem o qual, pode prevalecer os interesses individuais. Além disso, o ecoturismo ainda é uma atividade em construção, com variáveis com desdobramento indefinidos, como a terceirização do Parque Nacional.

Em contraposição a essa situação, considero que, pelo fato de o ecoturismo realizar-se principalmente no Parque Nacional, um local institucionalmente confinado, há condições favoráveis para a adoção de ações reflexivas para o monitoramento do risco na medida

em que há a consciência de alguns atores de que a colonização do futuro deve se fazer com uma atividade social, econômica, ambiental e culturalmente sustentável, fruto de uma reflexividade coletiva dos atores que constroem o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros.

Em termos de tendências, o processo em curso aponta para a conformação de um modelo ecoturístico misto, um ecoturismo de massas controlado, resultado da combinação de princípios teóricos com elementos da prática social dos atores que estão à frente da atividade na região. Há também uma tendência para a monocultura do ecoturismo, pelo menos na vila de São Jorge onde a maioria absoluta dos moradores já vive, direta ou indiretamente, dessa atividade, o que pode colocar os locais em dificuldades caso haja crise, na medida em que não há incentivos públicos para outras atividades a exemplo da agricultura, do artesanato, beneficiamento e comercialização de gêneros locais, entre outras.

Como o ecoturismo é uma atividade moderna, concentradora, centralizadora e elitizada, tende a produzir diferenciação, exclusão e marginalização entre a população local, caso não haja uma organização das comunidades ou a intervenção dos governos ou outro ator local que assuma o papel de mediador e coordenador entre os diversos interesses e projetos para colonizar o futuro com o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros.

Em conclusão, avalio que existem em Alto Paraíso condições políticas para se consolidar uma experiência que atenda aos princípios conceituais do ecoturismo definidos pela Embratur, caso os atores sociais que acreditam e estão trabalhando na construção de um modelo que atenuem os riscos da atividade não sejam atropelados pelo modelo mercantil que vem sendo implantado.

Verifiquei que a atividade que está em curso na região preenche parcialmente três pré-requisitos que são o incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural, a busca da formação de uma consciência ambientalista e a promoção do bem-estar de parte significativa da

população local, e que os problemas existentes podem ser superados por um plano ecoturístico regional e municipal que defina medidas para minimização dos riscos e impactos ambientais e formas de garantir o bem-estar socioeconômico das comunidades locais.

Minha expectativa é que alguns atores sociais como as ONGs ambientalistas e os guias, tendo adotado o ecoturismo como modelo de desenvolvimento, avancem nas propostas, testes, difusão de idéias e tenham sucesso na certificação da atividade, o que pode vir a funcionar como instrumento de pressão sobre os governos no sentido de que estes desenvolvam um programa urgente de planejamento que estabeleça um processo de monitoramento e fiscalização da atividade ecoturística na Chapada dos Veadeiros e no Brasil, para que, efetivamente, a colonização do futuro com o ecoturismo seja algo que promova um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo.

Concluo que o modelo de viagem guiada em uma área protegida associado com concentração espacial no povoado de São Jorge, distingue a experiência de ecoturismo que se realiza na Chapada dos Veadeiros de outras existentes no País mas, ao mesmo tempo, esta é uma atividade globalizada tanto por parte da indústria do turismo, que a incluiu nos roteiros das principais agências do País, quanto pelo governo federal através da proposta de terceirização do Parque Nacional, como também por outras regiões que adotaram o modelo de visitas guiadas. As interconexões promovidas por atores locais, como os guias e empresários ecoturísticos, transformaram o ecoturismo que se realiza na Chapada dos Veadeiros em uma experiência nacional.

Considero que só foi possível compreender a riqueza, multidimensionalidade e complexidade do ecoturismo com o uso da teoria sociológica, o que ressalta a importância deste campo do conhecimento na análise das novas questões sociais surgidas na alta modernidade.

Por fim, destaco como aspectos relevantes para novas pesquisas, no plano nacional, os desdobramentos do Proecotur – um projeto regional - e o dos Pólos de Ecoturismo, que pretendem fomentar a atividade em diversas regiões do País. Em Alto Paraíso, ressalto a necessidade de se analisar os impactos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais da terceirização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e dos projetos de colonização do futuro realizados pelos guias e pelas operadoras de ecoturismo.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, Henri. **Sustentabilidade, ética e lazer**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, [199-].
- ANGELI, Margarita N. Barretto. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. **Programa de desenvolvimento turístico da Bahia: oportunidades de investimentos**. Salvador: Codetur, [199-]. 52 p.
- BARKIN, David. **Ecoturismo: del mito a la realidad**. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2000/ag00/000821/eco-barkin.html>> Acesso em: 7 ago. 2000.
- BARRETO, Margarita. As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: SERRANO, Célia; et al. **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000a. 206 p. (Coleção Turismo).
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000b. (Coleção Turismo).
- BARROS, Silvio Magalhães. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo Cesar. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BEBBINGTON, Anthony. **Las ongs: mediadoras de la sustentabilidad/intermediarias en la transición?** In: BLAUERT, Jutta; ZADEC, Simon (Orgs.). **Mediación para la sustentabilidad: construyendo políticas desde las bases**. México: Plaza y Valdés Editores, 1999.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: ULRICH, Beck; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-72.
- BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 181-192
- BEHR, Miguel von. **Berço das águas e do novo milênio**: Chapada dos Veadeiros, Goiás, Brasil. Brasília: UNB; IBAMA, 2000. 173 p.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998
- BIENAL DE ECOTURISMO DE CANELA, 1., 1995, Canela (RS). Anais da Bienal de Ecoturismo de Canela. São Paulo: Ruschell & Associados, 1995.

BLASCO, Elies Furió. **Economía, turismo y meio ambiente**: propuestas. València: Universitat de València, 1996. 197 p.

BOLETIM ECOTURISMO: São Paulo: Instituto de Ecoturismo do Brasil. n.13/ n.14, ago. 2000
Disponível em: <<http://www.ecoturismo.org.br/boletim13.htm>> Acesso em: 12 ago. 2002.

BONFIGLIOLLI, Adrina et al. **Proposta de planejamento para uma agência de ecoturismo a partir de uma análise ambiental e mercadológica**. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 1994. Trabalho final do Curso de Administração. Não paginado.

BOO, Elizabeth. **Ecoturismo**: potenciales y escollos. Washington D.C.: World Wildlife Fund & The Conservation Foundation, 1990. 230 p.

BOULLÓN, Roberto. **Ecoturismo**: sistemas naturales y urbanos. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 1993.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha (Orgs.). Brasília: Embratur, 1994. 48p.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Plano de ação emergencial. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-GO /Elaboração de Maria Luiza Nogueira Paes. Brasília: Ibama, 1995.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Plano de Ação para o Ecoturismo e Uso Público em Unidades de Conservação. Brasília: Ibama, 2001. (versão inicial de jan/2001).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ecotourism in the Amazon: na attitude of acquering knolodge to conserve and invest. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ecotourism in the Amazon: an attitude of acquiring knowledge to conserve and invest. Brasília-DF, [199-].

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Oficinas de capacitação em ecoturismo**: investindo em pessoas para conservar o meio ambiente. Brasília: MMA/SCA; Belo Horizonte: Conservation International do Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Proecotur: **Ecoturismo, fundamentos, desenvolvimento e conservação na Amazônia**. Brasília, 2001.

BRITO, Marcia Cecília Wey de. Unidades de conservação e ecoturismo: parceria de sucesso? **Debates Socioambientais**, São Paulo, CEDEC, v.9, p. 2-4, 1998.

BRUHNS, Heloisa Turini. O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; et al. **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papius, 1997. 151 p. (Coleção Turismo).

BRUNI, Dorival Correia. Um alerta contra a exploração do turista. **A Notícia de Santa Catarina**, Santa Catarina, p.A4, 12 jan. 2003.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo**: atividade marcante do século XX. 3 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

CATER, Earlet. Ecotourism in the Third World: problems and prospects for sustainability. In: **Ecotourism: a sustainable option?**. England: John Wiley & Sons Ltd, 1994.

CEBALLOS-LASCURÀIN, Héctor. **Ecoturismo, naturaleza y desarrollo sostenible**.. Disponível em: <<http://www.Planeta.com.ecotravel/mexico/red.html>>. Acesso em: maio 2001. Entrevista na Ecotravels Red Mexicana de Ecoturismo.

CEBALLOS-LASCURÀIN, Héctor. **Ecoturismo**. México: Editorial Diana, 1998. 186 p.

CIENFUENTES, Miguel. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Costa Rica: CATIE, 1992 (Informe Técnico, 194).

COELHO, Marta. Eu adoro viajar: Marketing & Publicidade, **Contraste – Sistema de Informação**, Lisboa, n. 24, jun 2000

COHEN, Eric. **The sociology of tourism**: approaches, issues and findings. Annual Review of Sociology Califórnia, v.10, 1984.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONGRESO MUNDIAL DE INTERPRETACIÓN DEL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL, 4., 1995, Barcelona. **El ecoturismo alrededor del mundo**: el programa de ecoturismo de la UICN. Barcelona: [s.n.], 1995.

CORNEJO, Luiz Elena. Medio ambiente y turismo: necesidad de una educación y formación ambiental para los actores. **Revista Universitaria de Turismo y Administración**, [S.l.], n. 3, p. 7-16, 1998.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Ecoturismo**. São Paulo, Aleph, 2002 (Coleção ABC do Turismo). 87 p.

CRESPO, Samira (Coord.). **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: Pesquisa Nacional de Opinião. Brasília-DF: MMA/ISER, 2002 (Pesquisa Nacional de Opinião e Pesquisa com Lideranças, 5).

DALE, Paul. Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento: políticas de conservação no ESP, com enfoque no Vale do Ribeira. **Debates Socioambientais**, ano 3, n. 9, p. 4-6, mar./jun. 1998.

DANTAS, Reinaldo Moreira. Considerações sobre um Plano Decenal para o Ecoturismo na Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo. **Jornal da APA Itacaré**, Serra Grande, 2000.

DE LA PAZ, Rocio Calero. Ecoturismo. **Revista Portuguesa de Marketing**. Porto, n. 3, p.44-50, [199-].

DE LAS HERAS, Mónica Pérez. El ecoturismo como fórmula de desarrollo sostenible. In: BLASCO, Maria José Viñals; GARCIA Antonio Bernabé. **Turismo en espacios naturales y rurales**. Valência: Camino de Vera, 1999.

DEVEZ, Bernard. **Les nouveaux comportements des touristes**. Disponível em: <<http://panoramix.univ-paris1.fr/IREST.activites.htm>>. Acesso em: ago. 2000.

DE VRIES, Pieter. A research journey: on actors, concepts and the text. In: Long, Norman and Long, Ann (ed.) / **The buttefields and knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997. p.85-102. (Coleção Turismo).

DIEGUES, Antonio Carlos S.. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos S.. A questão sociocultural nas áreas naturais protegidas: os conflitos sociais gerados pelo modelo tradicional de conservação. **Debates Socioambientais**, São Paulo, ano 3, n. 9, p. 6-8, mar./jun. 1998.

DRAFFEN, Andrew. **Guidebooks**. 3. ed. [S.l.]: Lonely Planet Publications, 1996.

ECOBRAZIL **Perguntas e respostas**. Disponível em: <www.ecobrasil.com.br>. Acesso em: ago. 2000.

MUÑOS DE ESCALONA, Francisco. Turismo rural integrado: una fórmula innovadora basada em un desarrollo científico. **Instituto de Estudios Turísticos**, Madrid, n. 121, 1994.

FALCÃO, José Augusto Guedes. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. In: YÁZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 63-74.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: UNB, 2001. (Coleção Gastronomia, Hotelaria e Turismo).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Leandro; SÁ, Rosa M. Lemos de (Org.). Sustentabilidade ecológica no turismo. In: FARIA, Dóris Santos de. **Áreas protegidas ou espaços ameaçados: o grau de implementação e a vulnerabilidade das unidades de conservação federais brasileiras de uso indireto**. Brasília-DF: WWF Brasil, 2000. 55 p.

FERREIRA, Luiz Fernando. **Ecoturismo**: fundamentos, desenvolvimento e conservação na Amazônia. Palestra do coordenador de capacitação do Proecotur realizada em Brasília no dia 2 de julho de 2001.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Capacitação profissional em planejamento estratégico. **Turismo em Análise**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 22-32, nov. 1999. Xerocopiado.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia. Brasília: MMA/SCA, 2002. 52 p.

FERT NETO, João. **Problemas ambientais rurais e mudanças sócio-técnicas**: a trajetória da piscicultura orgânica em Santa Catarina. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2001.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. In: **Crítica Marxista**. [S.l.: s.n.], [199?a]. p. 140-161.

FOLADORI, Guillermo. Una tipologia del pensamiento ambientalista. **Revista de Estudos Ambientais**. Blumenau, Editora da FURB, v.2, n. 1, p. 42-60, jan./abr. 2000.

FOLADORI, Guillermo. Modernización ecológica y globalización. Texto em xerox. Curitiba, [199-b].

GAUDENZI, Paulo. Evolução da economia do turismo na Bahia. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA: Reflexões de economistas baianos. Salvador: Corecon, p. 78-110, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.303 p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: ULRICH, Beck ; GIDDENS, Anthony ; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-72.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Lirandina. A gestão do território e do turismo na Praia do Forte- Bahia. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 48-59.

GOMES, Patrício Melo. Ecoturismo: uma releitura dos discursos e práticas. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: UECE, 1998.

GOVERNO terceiriza 16 parques nacionais. Salvador: **A Tarde**, Salvador, p. 12, 18 jan. 2001.

GUIVANT, Júlia. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, [S.l.], n. 16, p. 95-112, abr. 2001.

GUIVANT, Júlia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciencia & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-447, 1997.

GUIVANT, Júlia. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: v.19, p.72-88 2002a.

GUIVANT, Júlia. Heterogeneous and unconventional coalitions around global food risks: integrating Brazil into the debates. **Journal of Environmental Policy and Planning**, West Sussex, v. 3, n. 2, p. 231-245, 2002b.

GUIVANT, Júlia. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 5, p.89-99, 2002d.

GUIVANT, Júlia. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: O caso da suinocultura. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, Unicamp, v.1, n.2, p.101-123, 1998.

GUIVANT, Júlia. Agricultura sustentável desde a perspectiva das ciências sociais In: Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p.99-133.

GUIVANT, Júlia. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL/ALASRU, 7. Anais do 7º Congresso da ALASRU. Porto Alegre, 2002.

GUIVANT, Júlia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, n. 46, p. 3-38, 1998.

GUIVANT, Júlia. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF, 2000. p. 281-303.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Stória Editores, 1995.

HARVEY, David. **A Ideologia da natureza**. [s.l: s.n], p. 27-65, [199?].

HAWKINS, Donald E.; LINDBERG, Kreg. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

HOGAN, Daniel J. Prefácio. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997. p.7-10. 151p. (Coleção Turismo).

Ibama terceiriza Parques Nacionais. A Tarde, Salvador, 18 jan. 2002.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Pólos de desenvolvimento de ecoturismo nas regiões Sul e Centro-Oeste. Brasília: Embratur; IEB, [199?].

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do turismo. Brasília: Embratur, 1999. 24 p. Elaborado pela Gerência de Programas Nacionais e Supervisão de Projetos de Descentralização.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Estudos do turismo brasileiro**. Brasília: Embratur, 1999. 255 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual de ecoturismo**. Brasília: Embratur, 1994. 74 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **PAC: Plano Anual de Comunicação 2001**. Brasília: Embratur, 2000. 19 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Política nacional de turismo: principais diretrizes, estratégias e programas-1996-1999**. Brasília: MICT, 1995. 54 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Pólos de ecoturismo: mapa temático**. Brasília: Embratur/IEB, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. Pólos de ecoturismo. Disponível em: < ecoturismo-br@yahoo.com.> Acesso em: 22 ago. 2002.

IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. **Boletim de Turismo e Administração Hoteleira**, São Paulo, UNIBERO, v. 9, n. 2, p. 11-37, out. 2000.

JACOBI, Pedro. Lazer, ambiente e cidadania. Implicações sociais e ambientais da ampliação do acesso ao lazer. **Debates Socioambientais**. São Paulo, ano 3, n. 9, p. 1. mar./jun. 1998.

JAFARI, Jafir. La científización del turismo: estudios y perspectivas en turismo. **CIET**, Buenos Aires, v.3, n.1, p. 7-36, 1994.

JANUÁRIO, Sérgio Saturnino. **O desenvolvimento turístico como catalisador da organização sócio-política local**. Florianópolis-SC: [s.n.], [199?].

KRIPPENDORF, Jost. **Les vacances, et après?** Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages. Tradução de Isabelle Wormser. Paris: Editions L'Harmattan, 1987.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

LENZ, Cristiano Luis. A teoria social sob o signo ecológico: a modernização ecológica frente à modernização reflexiva de Anthony Giddens e Ulrich Beck. **Revista de Estudos Ambientais.** Blumenau, v. 2, n.1, p. 61-78, jan./abr. 2000.

LEONY, Angela. Ecoturismo: algo a mais que a busca do homem por paisagens naturais. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). **Turismo e meio ambiente.** Fortaleza: UECE, 1998. p. 252-264.

LIMA, Luiz. Entre cimos nublados uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros. Brasília: Thesaurus, 2001. 99 p.

LIMA, Ricardo Barbosa de. **Natureza:** uma categoria do social, elementos para pensar as representações sociais acerca do mundo natural na região dos cerrados. 1999. Dissertação Mestrado em Sociologia - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Edit.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 2. ed., São Paulo: Editora SENAC, 1999.

LUCHIARI, Tereza D.P. (Org.). Afinal, quem é o ecoturista? In: RUSCHEL, Rogério. **Estudos de Turismo e Hotelaria.** São Paulo: SENAC, 2000. p. 71-75.

MACGREGOR, James R. **Oficinas de capacitação em ecoturismo:** manual dos seminários regionais. São Paulo: The Ecoplanet Institute, 1994.

MADER, Ron. 1998. < www.planeta.com > Acesso em: abr. 2000

MAGALHÃES, Guilherme Wendel de (Coord.). **Pólos de ecoturismo:** planejamento e gestão. São Paulo: Terragraph, 2001.

MAGALHÃES, Nícia Wendel de. **Ecoturismo:** algumas noções e perspectivas de desenvolvimento no Brasil. São Paulo, 1991.

MATHIESON, Alister. **Tourism trade:** economics, physical and social impacts. Essex (UK): Logman Group, 1982.

MAZZALI, Marcilene. **O desenvolvimento regional sustentado:** o caso do ecoturismo. 1999. 50p. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira, Neto, Otavio Cruz, GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOLINA, E. Sergio. **Turismo y ecología**. 4 ed. México: Trillas, 1998.

MONREAL, Eduardo Monreal. Desarrollo económico local desde una perspectiva turística. **Revista Universitaria de Turismo y Administración**, n. 3, p. 69-81, 1998.

MOURÃO, Roberto. **Ecoportunismo**. [s.l: s.n], [199?].

NIEFER, I. A.; SILVA, J.C.L.G da; AMEND, M. Ecoturistas ou não? Análise preliminar dos visitantes do Parque Nacional do Superagui. **Turismo: visão e ação**. Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria, Itajaí, ano 3, n.6, p. 49-68, abr./set. 2000.

NIEFER, I. A; SILVA, Garzel Leodoro da. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. **Cadernos da Biodiversidade**, Curitiba, v.2, n.1, p.53-61, jul. 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Contribuciones de la Organización Mundial de Turismo a la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible. Johannesburgo, 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Implementação da estratégia de desenvolvimento da política de turismo para o hemisfério. Washington, DC, 1998.

OXINALDE, Miguel del Reguero. **Ecoturismo**. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1994. 235 p.

PAIVA, Maria das Graças Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995. 88 p.

PIERRE, Naína; FOLADORI, Guillermo (Edit.). **Sustentabilidad? desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Editorial Baltgráfica, 2001. 272 p.

PIRES, Bely Clemente Camacho. Gestão em empresas de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade. **Turismo - visão e ação**. Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Itajaí, v.1, n. 2, p. 45-69, out.1998; mar.1999.

PIRES, P. **Ecoturismo: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998a.

PIRES, Paulo dos Santos. **A dimensão conceitual do ecoturismo**. In: Turismo: visão e ação/Universidade do Vale do Itajaí, Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria. v.1, n. 1 jan/jun (1998). Itajaí – SC: Editora da UNIVALI, 1998b. p. 75-91.

PIRES, P. O que é o ecoturismo? Em busca de uma resposta pela via da abordagem conceitual. Turismo: visão e ação, Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí, ano 3, n. 6, 119-121, abr/set. 2000.

QUINTÃO, Aylê Salassiê F. Ecoturismo: uma alternativa do novo modelo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, Brasília, ano 17, n. 69, 1.sem. 1990.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo**: estudos econômicos e fundamentos econométricos. São Paulo: Loyola, 1990.

RECK, Günter. **Ecoturismo y capacidades de carga**. [S.l.]: Universidad San Francisco de Quito. Xerocopiado.

REJOWSKI, Mirian. Fatores sócio-econômicos intervenientes no desenvolvimento turístico. **Boletim de Turismo e de Administração Hoteleira**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 9-18, maio 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia, utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 34, p. 59-101. 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flávia Lessa. Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente.. In: BRUNHS, Heloisa Turini; SERRANO, Célia Maria de Toledo. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. Campinas: Papirus, 1997. p.27-42. 151p. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, , 2000. p. 171-188

RUSCHMANN, Doris van de Menne. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, ECA/USP, v. 4, n. 2, p. 56-68, maio 1993.

RUSCHMANN, Doris van de Menne. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 6 ed. Campinas: Papirus, 1997. 199p. (Coleção Turismo).

RUSCHMANN, Doris van de Menne. Turismo ecológico no Brasil: dificuldades para sua caracterização. **Turismo em Análise**, São Paulo, ECA/USP, v. 4, n. 1, p. 16-24, maio 1995.

SALCICCIA, Diana. Ecoturismo rural y desarrollo sustentable del patrimonio natural y histórico cultural. **Estudios y perspectivas en Turismo**, Argentina. v.10, n. 1 e 2, enero-abril, 2001.

SALVATI, Sérgio Salazar. **Por uma política nacional de ecoturismo**. Disponível em: < ecoturismo-br@yahoo.com.br > Acesso em: 1^o mar. 2002.

SANCHOS, Amparos (Org.). **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

SCHIAVETTI, Alexandre e FORESTI, Celina. Turismo em unidades de conservação: parques estaduais de Campos de Jordão. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.10, n. 1, p. 47-57, maio 1999.

SEMINÁRIO DE ECOTURISMO DO DISTRITO FEDERAL, 1., 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: Sebrae, 1996.

SEMINÁRIO NACIONAL DE TURISMO ECOLÓGICO, 2., 1993, Ilhéus. Anais...Ilhéus: [s.n], 1993.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente Campinas, Sp: Papirus, 1997. (Coleção Turismo). p. 103-124

SERRANO, Célia Maria de Toledo. Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo). p. 11-26.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). Ecoturismo na Bahia: estudo analítico. Salvador: Sebrae, 1995. 47p.

SILVA, Débora M. Valverde da. Desenvolvimento ecoturístico no contexto da área de proteção ambiental do litoral norte do Estado da Bahia. **Turismo, Tendências e Debates**, Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia ano 1, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 1998.

SILVA, Jorge Antonio Santos. Turismo diante das tendências de globalização e de integração regional – Mercosul (1988-1993). **Turismo em Análise**, São Paulo, ECA/USP, v. 6, n. 1, p. 89-118, maio 1995.

SILVEIRA, Alex Ricardo M. da. **Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**: o impacto cultural de um projeto ecológico. Brasília: CESPE/UNB, 1997. Volume de extrato de Dissertação apresentado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. (Série Antropologia).

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balestreri (Org). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 17-22.

STRELOW-LIMA, Ingrid Corrêa. **Conhecer para colonizar/colonizar para conhecer**: a natureza no discurso do Ecoturismo. 2001. dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TABARES, Fábio Cardenas. **La segmentación del mercado turístico**: comercialización y venta. México: Ed. Trillas, 1991.

TOMASINO, Humberto; FOLADORI, Guillermo. La crisis ambiental contemporánea. In: PIERRE, Naína; FOLADORI, Guillermo (Ed.). **Sustentabilidad? desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Editorial Baltgráfica, 2001. 272 p.

TREBOUL, Jean-Baptiste. **Les stratégies des entreprises de tourisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga de Godoi. Turismo no espaço globalizado. In: RODRIGUES, Adyr Balestreri (Org). **Turismo, modernidade e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

Tristes cerrados, sociedade e biodiversidade. / GALANT, Laura Maria.; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. Brasília, UNB, 1998.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VARGAS, Paulo Rogério. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, Dinizar Ferminiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade ou possibilidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 169-185.

WEARING, Stephen; NEIL, John; FIGGIS, Penny. **Ecoturismo: impacto, tendencias y posibilidades**. Madrid: Editorial Síntesis , 1999.

WHEELER, Brian. Eco/ego/sustainable tourism: the complete confidence trick. In: tourismes, touristes, sociétés. Paris-Fr: Éditions L'Harmattan, 1998. p. 45-55 (Colletion Tourismes et Sociétés).

WWF. Chapada dos Veadeiros: estabelecimento de um projeto integrado de conservação e desenvolvimento no Cerrado brasileiro (PICD). Brasília: WWF, 1995.

WWF. < wwf.org.br > Acessos em: 2000, 2001, 2002.

XIMENES, Sérgio. Minidicionário Ediouro da língua portuguesa. 2. ed., São Paulo: Ediouro, 2002.

YIN, Robert K. **Case study research**: design and methods. 2 ed. Thousand Oaks, California, Sage, 1994.